

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

**RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE 2020**

Londrina- Paraná

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Prefeito - Marcelo Belinati Martins

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretário - Carlos Felipe Marcondes Machado

AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Diretor Superintendente - Carlos Felipe Marcondes Machado

Diretora Geral - Rosilene Aparecida Machado

Diretora de Serviços Complementares de Saúde - Cláudia Denise Garcia

Diretora de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde - Eliane Sandra Vieira

Diretora de Planejamento e Gestão em Saúde - Evilin Santos da Silva Gorckis

Diretor de Urgência e Emergência em Saúde - Cleiton José Santana

Diretora de Regulação da Atenção à Saúde – Andressa Fiorio Zocoler Gozalez

Diretor de Logística e Manutenção em Saúde - Patrick Fernando da Silva

Diretora de Vigilância em Saúde - Sônia Fernandes

Diretora Financeira e de Gestão de Compras e Serviços - Sandra Regina dos Santos Silva

Diretoria de Atenção Primária à Saúde - Valéria Cristina Almeida de Azevedo Barbosa

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Lincoln Ramos e Silva – Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Presidente - Carlos Felipe Marcondes Machado

Coordenadora - Sandra Regina dos Santos Silva

Relatório Anual de Gestão 2020

ORGANIZAÇÃO:

Evilin Santos da Silva Gorckis, Bruna Aparecida dos Reis, Cristiana Castello Branco Nascimento, Irinelson Lopes e Maria Angelina Zequim Neves.

ELABORAÇÃO:

GABINETE: Rosilene Aparecida Machado, Nereide Bonini e Zilda Silva Mendes

CMS: Sandra Aparecida de Oliveira Bavia, Anderson Luiz Oliveira Silva

DAPS: Valéria Cristina A. A. Barbosa, Daniela S. Carvalho Gomes, Ivana Paula Furlan Rodolpho, Jucelei Pascoal Boaretto, Juliana O. Marques, Lilian de Fátima Macedo Nellessen, Lilian Mara Consolin Poli de Castro, Priscila Alexandra Colmiran, Eni do Carmo de Souza, Vania Cristina da Silva Alcântara, Paulo Christino Neto, Anderson Rodrigo Niconadelli Nobre, Karina Feijó Ogliari, Tatiane Almeida do Carmo, Vanessa de Oliveira Ursi, Luciana do Carmo de Oliveira, Cinthia Harumi Taira, Elisangela Bazzo Gazola.

DGFCS: Sandra Regina dos Santos Silva e Wilson França Maciel

DGTES: Eliane Sandra Vieira, Amanda Castanha de Souza Santos, Drusyla Schaiblich Bernardes Coelho, Evelyssa Aparecida Sanches, Kelly Cristina Jeronymo, Luciana Mestre Ferreira e Maria Aparecida da Costa Perini.

DLMS: Patrick Fernando da Silva, Ana Paula Cruz dos Santos, Carolina Monteiro Laba Vasques, Daniele C. O. Zampar, Douglas Leão Cardozo, Erika Fabiane Sato de Lima, Gerson Paulo de Souza, Lucas Américo Silva, Luiz Carlos dos Santos Filho, Matheus Henrique Silva, Norivaldo Maziero, Paulo Henrique Moreira e Suely Aparecida Pereira dos Santos

DPGS: Evilin Santos da Silva Gorckis, Bruna Aparecida dos Reis, Cristiana Castello Branco Nascimento, Irinelson Lopes, Maria Angelina Zequim Neves; Glauco Carlos Silva, Adriana Araújo Azevedo Kruppa e André Luciano Nadal.

DRAS: Andressa Fiorio Zocoler Gonzalez, Ana Paula Martinho Mrtvi, Camila Moliani Ferri, Carla Ransolin Vardanega, Ingrid Moriya Dea, Maria de Fatima Aquino Alvim, Rosangela Aparecida de Sousa Cardoso e Vanessa Moraes Liberatti.

DSCS: Cláudia Denise Garcia, Aline Loiola Moura Bianconi, Eduardo Cristofoli Silva, Fabio Rodrigo da Silva, Glaucia Elaine Sazake, Juliana Perez Moreira Baratto, Karine Pinheiro Ferreira, Marly Aparecida Scandelai Coronado, Moacyr Jose Dias e Silvana Aparecida Valentim.

DUES: Cleiton José Santana, Allan Gehring, Dulcinéia de Andrade Barbosa, Delfino Mattos e Sérgio Augusto Nogueira de Azevedo

DVS: Fernanda Fabrin da Silva e Maria Fátima Iwakura Tomimatsu

Relatório Anual de Gestão 2020

PARTICIPANTES DAS REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO:

Representantes do Segmento dos Usuários: Antônio Barichello; João Victor Custódio Nery; Natal de Oliveira; Wagner Aguiar de Almeida.

Representante do Segmento dos Trabalhadores: Luiz Alfredo Gonçalves; Fábio Vinícius Molin.

Representante do Segmento Gestor: Evilin Santos da Silva Gorckis

Representante do Segmento Prestador: Maria Aparecida Oliveira Ramalho

Data da aprovação em reunião do CMS: 26/03/2020

Número da Resolução da aprovação: Resolução CMS Nº 03/2020

Homologação dos representantes do CMS no DigiSUS: Pilar Nadir Soldório (titular) e Wagner Aguiar de Almeida (suplente)

Relatório Anual de Gestão 2020

SUMÁRIO

	Identificação municipal	12
	Considerações	14
1	INTRODUÇÃO	16
2	ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE	20
2.1	Odontologia	21
2.2	Apoio Social	23
2.3	Estratégia Saúde da Família e Núcleos Ampliados a Estratégia Saúde da Família e Atenção Básica.	26
2.3.1	Equipe Consultório na Rua	27
2.3.2	Núcleo Ampliado a Estratégia Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB)	29
2.3.3	Programa Mais Médicos para o Brasil	29
2.3.4	Atividades gerais desenvolvidas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família e Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB), no ano de 2020.	30
2.4	Práticas Integrativas Complementares	30
2.5	Atenção à Saúde do Adulto	33
2.6	Atenção à Saúde da Criança	39
2.7	Atenção à Saúde da Mulher	44
2.8	Rede de Proteção e Enfrentamento à Violência	48
2.9	Ações de destaque na Atenção Primária à Saúde	50
2.10	Produção da Atenção Básica	58
2.11	Educação Permanente na Atenção Primária à Saúde em 2020	60
2.12	Capacitações na Atenção Primária em 2019	60
3	ATENÇÃO À MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA REDE PRÓPRIA	61
3.1	Serviço Municipal de Atenção Domiciliar (SAD)	62
3.2	Policlínica Municipal	64
3.3	Laboratório Municipal - CENTROLAB	65
3.4	Centro de Referência Dr. Bruno Piancastelli Filho (CRBPF)	66
3.5	Rede de Atenção à Saúde Mental	68
3.5.1	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)	69
3.5.2	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III)	72
3.5.3	Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)	73
3.5.4	Pronto Atendimento de Saúde Mental	74
3.6	Maternidade Municipal Lucilla Balallai (MMLB)	75
4	REDE PRÓPRIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	79
4.1	Complexo Regulador de Urgência e Emergência	88
4.2	Aeromédico no SAMU 192	91
4.3	Ações do Núcleo de Educação em Urgência e Emergência (NEU)	92

Relatório Anual de Gestão 2020

5	AÇÕES E PROGRAMAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	94
5.1	Ações e Programas de Vigilância Epidemiológica	95
5.1.1	Núcleo de Informações em Mortalidade (NIM)	95
5.1.2	Ações de Vigilância Epidemiológica	96
5.1.3	Coordenação de Imunização	97
5.1.4	Ações do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador	98
5.1.5	Ações e Programas de Vigilância Sanitária	99
5.1.6	Ações e Programas de Vigilância Ambiental (VIGAM)	100

6	INFRAESTRUTURA DE POIO DA REDE PRÓPRIA DE SAÚDE	102
6.1	Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)	102
6.1.1	Projeto Fênix	103
6.1.2	Farmácia Municipal de Londrina	104
6.1.3	Almoxarifado	106
6.1.4	Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)	107
6.1.5	Consórcio Paraná Saúde	108
6.1.6	Programa Farmácia do Paraná	108
6.2	Gerência de Transporte	109
6.2.1	Gestão da frota da Secretaria Municipal de Saúde	109
6.2.2	Transporte e logística	110
6.3	Gerência de Serviços de Apoio	111
6.3.1	Patrimônio e vigilância patrimonial	111
6.3.2	Manutenção predial e de equipamentos	111

7	GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE	112
7.1	Estágios e Educação Permanente e Continuada	116
7.1.1	Estágio curricular não obrigatório remunerado	116
7.1.2	Estágio curricular obrigatório não remunerado	116
7.1.3	Liberação para atividades externas e afastamento para estudos	119
7.1.4	Comissão de Residência Médica (COREME)	120

8	SISTEMA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE	121
8.1	Serviços que compõe a rede de assistência própria e complementar de média e alta complexidade SUS	122
8.2	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)	122
8.3	Capacidade instalada para internação no município de Londrina	125
8.4	Ações realizadas em 2020	126
8.5	Pandemia COVID-19	130
8.6	Produção hospitalar e ambulatorial	136

9	DEMOGRAFIA E PERFIL DE MORBIMORTALIDADE DE LONDRINA EM 2020	141
9.1	Perfil de morbidade	143
9.2	Perfil de mortalidade	147
9.2.1	Mortalidade geral	147

Relatório Anual de Gestão 2020

9.2.2	Mortalidade materna	150
9.2.3	Mortalidade infantil	151
9.3	Internações hospitalares	153
10	PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE	156
10.1	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais	157
10.2	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais depositados no Município em 2020	169
10.3	Propostas para incremento temporário para custeio de Unidades de Saúde do município de Londrina	170
10.4	Devolução de recursos	174
10.5	Obras e recursos para investimento	175
10.6	Programa de Gerenciamento dos Resíduos de Saúde	181
10.7	Geoprocessamento em Saúde	183
10.8	Atividades desenvolvidas e em desenvolvimento em Geoprocessamento	184
10.9	Comissão de Análise de Diretrizes de Loteamentos (CADIL)	185
10.10	Tecnologia da Informação	186
10.10.1	Desenvolvimento	187
10.10.2	Geral, rotinas	188
10.10.3	Produção	188
10.10.4	Suporte	189
11	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	190
11.1	Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa	190
11.2	Indicadores financeiros	191
11.3	Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	192
11.4	Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento e Programa de Trabalho	196
11.5	Análises e considerações sobre execução orçamentária e financeira	199
12	AUDITORIAS	200
13	OUVIDORIA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E TRABALHADOR DA SAÚDE/SAUTS	200
13.1	Atividades realizadas pela Ouvidoria em 2020	200
14	PACTUAÇÃO DE INDICADORES E RESULTADOS, 2020	201
15	PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2020 (PAS)	205
15.1	Avaliação da Programação Anual de Saúde 2020 (PAS)	206
16	PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL	239
16.1	Audiências Públicas	239
16.2	Conselho Municipal de Saúde (CMS)	239

Relatório Anual de Gestão 2020

16.2.1	Comissões Técnicas	240
16.2.2	Resumo das atividades de 2020	240
16.2.3	Resoluções	240
16.2.4	Deliberações do CMS, Gestão 2020	244
17	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS	252
17.1	Recomendações para o próximo exercício	258
18	ANEXOS	260
18.1	Resolução CMS Nº 005/2021	260

Índice de ilustrações

Tabela 1	Número de atendimentos odontológicos realizados pelas equipes de Atenção Primária em Saúde. Londrina, 2020	23
Tabela 2	Produção do Centro de Especialidades Odontológicas. Londrina, 2020	23
Quadro 1	Número de atendimentos realizados pelo Apoio Social. Londrina, 2020	25
Quadro 2	Produção de atendimentos e procedimentos da eCnaR. Londrina, 2020.	28
Figura 1	Mapa da distribuição por UBS das PIC Zona Rural. Londrina 2020	32
Figura 2	Mapa da distribuição por UBS das PIC Zona Urbana. Londrina 2020	33
Quadro 3	Relação peso x idade de crianças de 0 a 5 anos e de 5 a 10 anos. Londrina, 2020	43
Tabela 3	Consumo de métodos anticoncepcionais do Programa de Planejamento Familiar. Londrina, 2020	48
Tabela 4	Número de consultas realizadas por profissionais de nível superior, na Atenção Básica. Londrina, 2020	58
Tabela 5	Número de atendimentos realizados por demanda espontânea na Atenção Básica. Londrina, 2020	59
Tabela 6	Número de procedimentos consolidados, realizados na Atenção Básica. Londrina, 2020	59
Tabela 7	Número de visitas domiciliares realizadas por ACS, na Atenção Básica. Londrina, 2020	59
Tabela 8	Número de atividades coletivas realizadas na Atenção Básica. Londrina, 2020	59
Tabela 9	Número de atendimentos NASF-AB. Londrina, 2020	59
Tabela 10	Número de pacientes encaminhados ao SAD. Londrina, 2020	63
Tabela 11	Altas do SAD conforme destino e motivações. Londrina, 2020	63
Tabela 12	Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional. Londrina, 2020	63
Tabela 13	Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional (fisioterapia e equipe de apoio). Londrina, 2020	64
Tabela 14	Produção da Policlínica. Londrina, 2020	64
Tabela 15	Produção de exames, CENTROLAB. Londrina, 2020	66
Tabela 16	Número de atendimentos e ações realizadas pelo Programa IST/AIDS e Tuberculose. Londrina, 2020	67

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 17	Número de atendimentos e procedimentos realizados no ambulatório IST/AIDS. Londrina, 2020	68
Tabela 18	Número de preservativos distribuídos no setor IST/AIDS. Londrina, 2020	68
Tabela 19	Número de atendimentos no Centro de Testagem e Aconselhamento. Londrina, 2020	68
Tabela 20	Número de atendimentos ambulatoriais no setor de tuberculose. Londrina, 2020	68
Quadro 4	Ações de capacitação realizadas pelo CAPS AD. Londrina, 2020	69
Tabela 21	Produção do CAPS AD. Londrina, 2020	71
Tabela 22	Produção do CAPS III. Londrina, 2020	73
Tabela 23	Produção do CAPS Infantil. Londrina, 2020	74
Tabela 24	Produção total de PA e ambulatório de Saúde Mental. Londrina, 2020	75
Tabela 25	Produção de Atenção Psicossocial por forma de organização	75
Quadro 5	Indicador Hospitalar da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Londrina, 2020	77
Tabela 26	Número de consultas realizadas nas Unidades 16 e 24 horas. Londrina, 2020	82
Tabela 27	Número de consultas de Ortopedia nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2020	83
Tabela 28	Número de exames de RX realizados nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2020	83
Tabela 29	Número de procedimentos realizados na UPA Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-oeste). Londrina, 2020	84
Tabela 30	Número de procedimentos realizados na UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará). Londrina, 2020	84
Tabela 31	Número de procedimentos realizados no Pronto Atendimento Infantil. Londrina, 2020	85
Tabela 32	Número de procedimentos realizados no PA Leonor. Londrina, 2020	85
Tabela 33	Número de ocorrências da Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina (SAMU 192). Londrina, 2020	89
Tabela 34	Produção das ambulâncias do SAMU Londrina. Londrina, 2020	90
Quadro 6	Ações de capacitação realizadas pelo Núcleo de Educação em Urgência. Londrina, 2020	92
Quadro 7	Produção de Urgência e Emergência por grupo de procedimentos	94
Quadro 8	Financiamento: Vigilância em Saúde. Londrina, 2020.	95
Tabela 35	Cobertura vacinal do Município em menores de 1 ano. Londrina, 2020	98
Tabela 36	Inspeções realizadas por tipo de estabelecimento. Londrina, 2020	99
Tabela 37	Licenças concedidas por tipo de estabelecimento. Londrina, 2020	99
Tabela 38	Avaliação de projetos arquitetônicos. Londrina, 2020	100
Quadro 9	Aplicação de recursos da Assistência Farmacêutica Básica. Londrina, 2020	103
Figura 3	Percentual de ruptura de medicamentos. Londrina, de 2017 a 2020	104
Figura 4	Número de atendimentos realizados na Farmácia Municipal. Londrina, 2020.	106
Quadro 10	Recurso IOAF: valores recebidos, itens adquiridos e com previsão de aquisição. Londrina, 2020	109
Tabela 39	Profissionais de Saúde da SMS. Londrina, 2020	112
Tabela 40	Promoção na carreira por conhecimento a partir de janeiro. Londrina, 2020	113

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 11	Profissionais de Saúde trabalhando no SUS. Londrina, 2020	114
Quadro 12	Instituições de cursos técnicos, de graduação e residência que pleitearam estágio junto à SMS. Londrina, 2020	116
Quadro 13	Capacitações realizadas na SMS. Londrina, 2020	118
Quadro 14	Serviços de saúde. Londrina, 2020	123
Quadro 15	Serviços de Saúde por tipo de estabelecimento e gestão. Londrina, 2020	124
Quadro 16	Rede física prestadora de serviços ao SUS, por natureza jurídica. Londrina, 2020.	125
Quadro 17	Leitos de internação: públicos, privados e filantrópicos. Londrina, 2020	125
Quadro 18	Recursos Coronavírus repassados ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP). Londrina, 2020.	131
Quadro 19	Controle de leitos UTI COVID-19 HURNP, conforme Portarias de Custeio. Londrina, 2020.	132
Quadro 20	Recursos para enfrentamento da pandemia, repassados a hospitais. Londrina, 2020.	133
Quadro 21	Recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviço de saúde. Londrina, 2020	135
Quadro 22	Mutirões em 2020 – execução financeira. Londrina, 2020.	137
Quadro 23	Produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos. Londrina, 2020.	138
Quadro 24	Produção sob gestão municipal da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, por grupo de procedimentos. Londrina, 2020.	139
Quadro 25	Internações hospitalares (SUS) por especialidades médicas, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, de 2016 a 2020.	139
Quadro 26	Internação Hospitalar (SUS) por complexidade de procedimento, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, 2015 a 2020.	140
Quadro 27	Internação Hospitalar (SUS) por procedência do paciente. Londrina, 2016 a 2020.	140
Quadro 28	Número de AIH dos procedimentos realizados no tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, com código COVID-19. Londrina, 2020.	141
Quadro 29	Etnia da população residente em Londrina. Londrina, 2010.	142
Quadro 30	Distribuição da população de Londrina, por sexo e faixa etária. Londrina, 2020	142
Quadro 31	Número de nascidos vivos por residência da mãe. Londrina, de 2016 a 2020	143
Figura 5	Pirâmide etária, Londrina, 2020	143
Quadro 32	Frequência de notificação de casos suspeitos de doenças/agravos de notificação compulsória, de residentes no Município nos anos de 2019 e 2020. Londrina, 2020.	144
Quadro 33	Principais causas de internação hospitalar de residentes no Município, morbidades segundo capítulo da CID-10. Londrina, 2016 a 2020.	145
Figura 6	Coeficiente de mortalidade geral de residentes no Município. Londrina, 1995 a 2020.	147
Figura 7	Mortalidade proporcional, segundo faixa etária. Londrina, 2000 e 2020.	148
Figura 8	Total de óbitos por acidentes de transporte e homicídios, ocorridos em Londrina, 1999 a 2020*	149

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 34	Óbitos segundo grupos de causas (CID10), residentes em Londrina, 2016 a 2020*	149
Figura 9	Coeficiente de Mortalidade Materna (CMM por 100.000 nascidos vivos), de residentes no Município, por triênios e biênio 2019-2020.	150
Figura 10	Coeficientes de Mortalidade Infantil, de munícipes. Londrina, 1990 a 2020*	151
Figura 11	Mortalidade infantil de residentes no Município, segundo grupos de causas. Londrina, 2020*	152
Tabela 41	Coeficientes de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos), Brasil, Região Sul, Estado do Paraná e Londrina, 2008 a 2020.	153
Quadro 35	Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), residentes no Município. Londrina, 2010 a 2020*	153
Quadro 36	Internações de munícipes, segundo o Capítulo CID 10 e por faixa etária. Londrina, jan/2020 a dez/2020	154
Figura 12	Internações de munícipes por causas selecionadas (CID10). Londrina, 2010 a 2020	155
Figura 13	Internações por causas selecionadas e sexo, residentes em Londrina, 2020	155
Figura 14	Internações por causas selecionadas e idade, residentes em Londrina, 2020*	156
Quadro 37	Recursos federais e estaduais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Londrina, 2020.	156
Quadro 38	Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento MAC cadastrados em 2020. Londrina, 2020.	171
Quadro 39	Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento PAB cadastrados em 2020. Londrina 2020.	173
Quadro 40	Devolução de recursos – construção de CAPS	174
Quadro 41	Propostas construção Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e devolução de recursos federais. Londrina, 2020.	175
Quadro 42	Obras e recursos para investimento. Londrina, 2020.	175
Quadro 43	Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa	190
Quadro 44	Indicadores do ente federado	191
Quadro 45	RREO	192
Quadro 46	Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento e Programa de Trabalho	196
Quadro 47	Demandas recebidas pela Ouvidoria. Londrina, 2020.	200
Quadro 48	Indicadores 2020: pactuação e resultados. Londrina, 2020.	201
Quadro 49	Data de apresentação na Casa Legislativa. Londrina, 20120.	239

Relatório Anual de Gestão 2020

IDENTIFICAÇÃO MUNICIPAL

Informações Territoriais

UF: Paraná		Município: Londrina	
Área 1.653,3 km ²	População 569.733 hab	Densidade populacional 306,49 hab/ km ²	Regional de Saúde 17ª RS Londrina

Secretaria de Saúde

Razão Social da Secretaria: Fundo Municipal de Saúde de Londrina	CNPJ: 11.323.261/0001-69
Endereço da Secretaria: Avenida Theodoro Victorelli, 103 Jardim Helena – Londrina, PR	CEP: 86027-750
Telefone: (43) 3372-9434	E-mail: gabinete@saude.londrina.pr.gov.br
Página da Secretaria de Saúde no site da Prefeitura:	https://saude.londrina.pr.gov.br/

Secretário Municipal de Saúde

Nome: Carlos Felipe Marcondes Machado	Data da posse: 06/03/2017
O secretário de Saúde referente ao ano do relatório de gestão é o mesmo? Sim (X) Não ()	

Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do Fundo Municipal de Saúde	
Lei Nº: 4.897	Data da Lei: 17/12/1991
CNPJ: 11.323.261/0001-69	Nome do Gestor do Fundo: Carlos Felipe Marcondes Machado
O Gestor do Fundo é o Secretário de Saúde? (X) Sim () Não	Cargo do Gestor do Fundo: Secretário Municipal de Saúde

Informações do Conselho Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do Conselho Municipal de Saúde			
Lei Nº: 4.911		Data da Lei: 27/12/1991	
Nome do Presidente: Lincoln Ramos e Silva		Segmento: Trabalhador	
Data da última eleição do CMS: 20/07/2020		Telefone: 3378-0100	
E-mail: conselho@saude.londrina.pr.gov.br			
Número de conselheiros por segmento:			
Usuários	Governo	Trabalhadores	Prestadores

Relatório Anual de Gestão 2020

14	2	7	5
----	---	---	---

Conferência Municipal de Saúde

Data da última Conferência Municipal de Saúde: 23 e 24/03/2019

Casa Legislativa

Data de Apresentação na Casa Legislativa		
1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
29/05/2020	30/09/2020	26/02/2021

Plano de Saúde

A Secretaria de Saúde possui Plano Municipal de Saúde?	Sim (X)	Não ()
Vigência do Plano Municipal de Saúde:	2018 a 2021	
O Plano de Saúde está aprovado?	Sim (X)	Em análise () Não aprovado ()
Resolução de aprovação do PMS pelo Conselho Municipal de Saúde: Número: 10/2017 Data: 12/07/2017		
Resolução de aprovação da atualização do PMS 2018-2021 pelo Conselho Municipal de Saúde: Número: 11/2020 Data: 20/08/2020		

Programação Anual de Saúde

A Secretaria de Saúde tem Programação Anual de Saúde 2019?	Sim (X)	Não ()
A Programação Anual de Saúde 2019 está aprovada?	Sim (X) Em análise () Não aprovada ()	
Resolução de aprovação da PAS/2019 pelo CMS: Nº 09/2018 Data: 25/04/2018		
A Secretaria de Saúde possui Programação Anual de Saúde 2020?	Sim (X)	Não ()
A Programação Anual de Saúde 2020 está aprovada?	Sim (X) Não ()	
Resolução de aprovação da PAS/2020 pelo CMS: Número: 006/2019 Data: 12/11/2019		
Resolução de aprovação da atualização da PAS 2020 pelo Conselho Municipal de Saúde: Número: 11/2020 Data: 20/08/2020		

Informações sobre o Plano de Carreira, Cargos e Salários

O município possui PCCS próprio da Saúde?	Sim (X)	Não ()
Se não possuir, tem Comissão de elaboração do PCCS?	Sim ()	Não ()

Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:	17ª RS Londrina
--	-----------------

Relatório Anual de Gestão 2020

O município participa de algum consórcio?	Sim (X) Não ()
O município está organizado em regiões intramunicipais?	Sim (X) Quantas? 6 Não ()

CONSIDERAÇÕES

O município de Londrina está localizado na região norte do Estado do Paraná (PR), a 377,77km da capital Curitiba. Ocupa uma área de 1.653,3km² cerca de 1% da área total do Estado, na zona urbana apresenta uma área de 164,33km² e uma zona de expansão urbana 80,68km², totalizando 245,01km². A população municipal é de 575.377 habitantes (estimativa do IBGE para 2020), sendo a segunda cidade mais populosa do Paraná, com densidade demográfica de 306,52 hab/km².

Londrina é uma das cinco cidades mais importantes da região Sul, juntamente com Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis e Joinville. Destaca-se como um centro em desenvolvimento de negócios, tecnologia, pesquisa, saúde, sendo uma importante referência educacional a nível nacional e internacional. A cidade de Londrina é um importante polo de desenvolvimento regional, exercendo influência direta sobre mais de 800 mil pessoas residentes em sua Região Metropolitana (RML). Sofre, no entanto, os impactos dessa condição: a velocidade do processo de urbanização, o crescimento da aglomeração urbana própria e no seu entorno, as ameaças ao meio ambiente como ocupação de fundos de vale, a pressão sobre seu sistema viário, a deterioração do centro histórico, e as limitações orçamentárias para fazer frente a esses déficits.

O Município está inserido na 17ª Regional de Saúde, que abrange também os municípios de Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cafeara, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana.

Os recursos financeiros da área da saúde são centralizados no Fundo Municipal de Saúde, que tem CNPJ próprio desde de 2009. Desta forma, a gestão dos recursos do SUS, a partir do Fundo Municipal, é de responsabilidade do Município e o controle social é feito pelo Conselho Municipal de Saúde (CMS), eleito e composto por representantes dos segmentos da sociedade de forma paritária. A atual composição do Conselho conta com 14 representantes dos usuários, 07 dos trabalhadores, 05 dos prestadores e 02 representantes da gestão. Em reunião extraordinária, em 20 de julho de 2020, houve eleição da Comissão Executiva do CMS para a gestão 2020 a 2021.

A gestão participativa e o controle social são fundamentais nesse contexto, uma vez que permitem os planejamentos horizontal e ascendente. É imprescindível o desenvolvimento de práticas solidárias e compartilhadas entre os parceiros que compõem o SUS, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde, sob gestão eficiente e transparente, de forma a reduzir as desigualdades loco-regionais.

A prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como os Relatórios Detalhados Quadrimestrais, que apresentam dados quantitativos de serviços realizados e ofertados à população, além de resultados de alguns indicadores, passam por apreciação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de Londrina. Posteriormente são apresentados em sessões

Relatório Anual de Gestão 2020

de audiência pública na Câmara Municipal de Londrina, com transmissão *on-line* pelo *site* daquele órgão. A audiência que apresentou os dados do primeiro quadrimestre de 2020 foi realizada em 29 de maio, a referente ao segundo quadrimestre em 30 de setembro, e a do terceiro quadrimestre será realizada em de fevereiro de 2021.

A prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como os Relatórios Detalhados Quadrimestrais, que apresentam dados quantitativos de serviços realizados e ofertados à população, além de resultados de alguns indicadores, passam por apreciação nas Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal (CMS). Posteriormente, são apresentados quadrimestralmente em sessões de audiência pública na Câmara Municipal de Londrina, que no ano de 2020 foram por transmissão *on-line* pelo *site* daquele órgão, por conta das restrições impostas pela pandemia por Covid-19. Da mesma forma, as audiências públicas de prestação de contas passaram a ser realizadas em ambiente virtual, transmitidas em dois canais de comunicação da Câmara Municipal de Londrina: [facebook.com/camaralondrina](https://www.facebook.com/camaralondrina) e <http://bit.ly/youtubecml>. A divulgação das audiências é feita nas reuniões do CMS, pelos meios de comunicação e publicação em Diário Oficial do Município.

A audiência que apresentou os dados do primeiro quadrimestre de 2020 foi realizada em 29 de maio de 2020, referente ao segundo quadrimestre realizada em 30 de setembro de 2020 e a do terceiro quadrimestre realizada em 26 de fevereiro de 2021. A documentação relativa à Audiência Pública fica arquivada no Conselho Municipal de Saúde (CMS) e na Secretaria Municipal de Saúde (SMS), bem como disponibilizada no *site* oficial da SMS.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão é o instrumento de elaboração anual, que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados por meio da execução da Programação Anual de Saúde (PAS) e orienta a necessidade de eventuais redirecionamentos no Plano de Saúde. Para que a gestão seja eficiente, é preciso estabelecer um processo dinâmico de conhecimento da realidade e possibilidades, planejar, traçar metas, executá-las com competência e, sob monitoramento e avaliação justos e permanentes, aferir resultados e adequar o planejamento sempre que necessário, pois a realidade e suas condicionalidades não são estáticas.

No Relatório Anual de Gestão (RAG) são registradas as ações executadas no ano, resultados e avanços alcançados conforme a análise realizada. Assim, o conteúdo do RAG subsidia eventuais ajustes no planejamento municipal da Saúde e a elaboração da PAS para o período subsequente.

O Relatório está sistematizado de forma a apresentar a organização da Rede Municipal de Atenção à Saúde, os programas e ações prioritários, o perfil dos indicadores e as ações de vigilância em saúde implementadas no Município. Apresenta, também, dados quantitativos de produção de serviços municipais de assistência à população na atenção básica e de média complexidade, assim como a produção dos demais prestadores ambulatoriais do SUS e da atenção hospitalar de média e alta complexidades. Para a produção das informações em saúde deste documento, são utilizados como fonte de dados sistemas do SUS, como o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e do Sistema de Informação Atenção Básica (e-SUS AB), do sistema municipal de Saúde (Saúde Web), além de alguns sistemas específicos de determinados programas de saúde. São também consultados o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), uma vez que o perfil de morbimortalidade e os principais dados epidemiológicos de um município traduzem o nível de saúde de sua população.

As avaliações da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2020, dos indicadores de saúde pactuados para o mesmo ano, bem como as áreas de investimentos previstas no Plano Plurianual (PPA) e executadas em 2020, constam no presente RAG. Este Relatório contempla, ainda, informações sobre os recursos financeiros recebidos e executados, de acordo com previsão orçamentária aprovada e sistematizada, conforme Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos (SIOPS).

Para direcionar e planejar as ações na Saúde, o Plano Municipal de Saúde é o documento norteador e é elaborado considerando-se as propostas aprovadas na Conferência Municipal de Saúde pelos segmentos legitimamente representados. O processo de planejamento é dinâmico e permite adaptações e adequações frente a situações imprevistas e o ano de 2020 foi um ano mundialmente atípico, devido à disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) em escala pandêmica, sendo o registro do primeiro caso no Município em 02/03/2020. Essa situação foi classificada pela organização Mundial da Saúde (OMS) como Emergência de Saúde Pública de Impacto Internacional, exigindo muitas medidas de prevenção e enfrentamento da doença entre a população.

Relatório Anual de Gestão 2020

Diante dessa premissa, foi realizada uma atualização do Plano Municipal de Saúde (Biênio 2020-2021) para incluir nova diretriz relacionada ao enfrentamento da Pandemia de COVID-19. A Diretriz 'Desenvolver ações de enfrentamento a cenários pandêmicos', bem como seus respectivos objetivos, meta, indicadores e as ações relacionadas à Programação Anual de Saúde (PAS) 2020 foram aprovadas em Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do mês de agosto, de acordo com a Resolução CMS 11/2020.

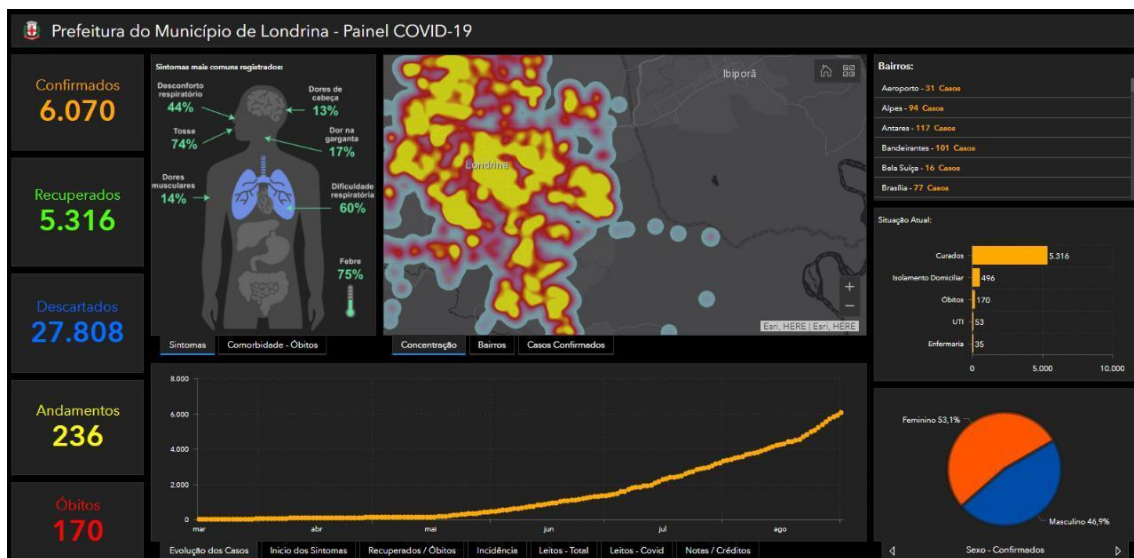
Nos serviços, ainda que mantida a integração entre ações programáticas e demanda espontânea no rol de atendimento, articuladas as principais ações de promoção à saúde e prevenção de agravos de forma interdisciplinar, foi necessário muito maior esforço e atenção para o enfrentamento da pandemia, pois as demais doenças continuaram coexistindo. Nenhum serviço foi descontinuado e a reorganização dos atendimentos permitiu dar respostas necessárias à contenção da elevada disseminação do micro-organismo (Sars-Cov-2).

Em sintonia com o Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde do PR (SESA PR), a Secretaria Municipal de Saúde tomou algumas providências imediatas, importantes e efetivas:

- Criou o Plano de Contingência e iniciou processo para aquisição de EPIs,
- Iniciou o isolamento social do Município em 20/03/2020,
- Contratou emergencialmente aproximadamente 500 profissionais,
- Criou o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COESP),
 - Realizou capacitações para os profissionais de saúde,
 - Disponibilizou o *Disque Coronavírus* em parceria com a UEL, tele atendimento feito por psicólogos para atender servidores públicos e tirar dúvidas da população em geral
 - Disponibilizou o portal com informações sobre o *Novo Coronavírus* no sítio eletrônico da Prefeitura,
 - Direcionou os usuários sintomáticos respiratórios para atendimento e triagem a 6 UBS, estrategicamente espalhadas por regiões da cidade (Guanabara, Ouro Branco, Bandeirantes, Vila Ricardo, Chefe Newton e Maria Cecília), e para a UPA Sabará, que passou a prestar atendimento exclusivo a esses pacientes.
 - Palestras de orientação realizadas por equipes da Atenção Primária a empresas, condomínios e indústrias com foco na Saúde do Trabalhador, sobre meios de prevenção e esclarecimentos sobre o *Novo Coronavírus*,
 - Criação do Hospital de campanha no HU e ampliação de leitos,
 - O Laboratório Central do Estado (LACEN) habilitou o Hospital Universitário (HU/UEL) a fazer os exames de *Coronavírus* como parte integrante do Sistema Estadual de Laboratórios de Saúde Pública (SESLAB),
 - A Prefeitura de Londrina adquiriu os insumos para realização dos testes realizados em parceria com o HU/UEL.
 - O serviço do *Disque Coronavírus* passou a informar o resultado dos exames de *Coronavírus* a pacientes que coletaram amostras nas UBS de referência, UPA Sabará e Pronto Atendimento Infantil,
 - A SMS lançou o *Dashboard* ou Painel COVID-19, importante ferramenta *on line* para facilitar o acesso ao público a informações oficiais e atualizados sobre a situação epidemiológica do COVID-19 em Londrina. O acesso pode ser

Relatório Anual de Gestão 2020

feito por *smartphone*, *tablet* ou computador, pelo endereço eletrônico da SMS (saude.londrina.pr.gov.br/painelcovid19), ou pelo Portal da Prefeitura de Londrina, e o painel apresenta indicadores locais atualizados diariamente.



Fonte: <https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/d2d6fcd7cb5248a0bebb8c90e2a4a482>

Com o necessário respaldo legal, foram determinadas normas de conduta, convivência e sobre o funcionamento dos serviços prestados na sociedade civil, sendo os primeiros e principais:

- **Decreto Municipal Nº 334/2020**, de 17/03/2020: Instituiu o Comitê de Operações de Emergência em Saúde Pública para o enfrentamento do COVID-19 (COESP), composto por representantes técnicos de todos os serviços de saúde do Município, setores público, privado e filantrópico.
- **Decreto Municipal Nº 346/2020**, de 19/03/2020: Decretou Situação de Emergência municipal, determinou distanciamento social, suspensão das aulas, das atividades comerciais e industriais, fechamento de estabelecimentos comerciais, suspensão de toda atividade/evento público, fechamento de academias, suspensão de missas e cultos religiosos, etc.
- **Decreto Municipal Nº 457/2020**, de 09/04/2020: Obrigou o uso de máscara facial por toda a população.
- **Lei Estadual Nº 20.189/20**, de 28/04/2020: Obrigou todo o estado do PR ao de máscara facial em ambientes coletivos.
- **Decreto Municipal Nº 490/2020**, de 20/04/2020: Declarou Estado de Calamidade Pública no Município.
- **Decreto Municipal Nº 541/2020**, de 04/05/2020: Estendeu a Situação de Emergência e deu outras providências quanto à regulamentação das medidas restritivas ao funcionamento de atividades produtivas e econômicas locais.

Relatório Anual de Gestão 2020

- **Decreto Nº 558/2020**, de 08/05/2020: estabeleceu medidas restritivas específicas aos *shopping centers* e reconheceu a identidade entre os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços instalados em galerias e centros comerciais com aqueles localizados nas ruas do Município e deu outras providências.

Em dezembro de 2020 houve o início das tratativas de intenção de compra da vacina Coronavac, produzida no Brasil pelo Instituto Butantan em associação com a farmacêutica Sinovac.

A integração entre ações programáticas e demanda espontânea no rol de atendimento tem permitido a promoção à saúde e prevenção de agravos, centrando-se o cuidado no usuário de forma interdisciplinar. Essa somatória de esforços e competências permite a ampliação do escopo das ações e a capacidade de desenvolvimento, resultando em maior resolutividade.

A continuidade do cuidado precisa ser disponibilizada à população e para isso é necessária a articulação entre os pontos de atenção à saúde, que ofertam os serviços respaldados por protocolos peculiares a cada área e que se complementam entre si.

O presente Relatório publiciza os resultados obtidos no ano de 2020 por esta SMS, tendo buscado executar as pactuações firmadas na PAS para o mesmo ano, sob o empenho de equipes de saúde sérias e competentes. Entretanto, considerando o cenário descrito, não foi possível alcançar algumas das metas pactuadas em face da necessidade de priorizar as ações específicas de enfrentamento da pandemia.

Este Relatório, na versão no formato DigiSUS, será preliminarmente apreciado pela Comissão de Avaliação de Instrumentos de Gestão do Conselho Municipal de Saúde (CMS), assim como a Avaliação da PAS 2020, para, então, serem submetidos à apreciação do CMS em Reunião Ordinária nº 322, de 23/03/2021, quando será emitido o parecer final por meio de Resolução do CMS.

E, para que se cumpra a Lei, após o parecer do CMS, o documento final estará disponibilizado por meio eletrônico no DigiSUS e homologado e validado por um Conselheiro designado para esse fim, conforme regulamentado pela Portaria Nº 575, de 29 de março de 2012. O Relatório ficará também disponibilizado no site oficial do Município de Londrina na forma digital.

REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MUNICIPAL

2. ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

A Diretoria responsável pela organização e implementação das ações na Atenção Básica é a Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS), responsável pelas 53 Unidades Básicas de Saúde. Hoje, a mesma está estruturada no seguinte organograma a fim de organizar as ações e implementação de programas que lhe competem: Diretor, Assessoria Técnica, Gerências Regionais, Gerência de Odontologia, Gerência de Programas Especiais, Coordenação de Odontologia, Coordenação de Unidade Básica de Saúde, Coordenação de Saúde da Mulher, Coordenação de Apoio Social, Coordenação de Saúde da Criança, Coordenação PSF/NASF, Coordenação de Práticas Integrativas e Complementares (PIC) e Coordenação de Saúde do Adulto.

A Atenção Básica é pautada nos princípios da integralidade, universalidade e longitudinalidade e atua no cotidiano das pessoas, tanto de forma coletiva como individual, realizando práticas integradas com equipe multiprofissional, de modo a promover a saúde dos indivíduos, prevenir doenças, garantir proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação da população de territórios definidos, sobre os quais assume responsabilidade sanitária.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a estratégia prioritária para de organização da Atenção Básica no município de Londrina, pois é a que possibilita contato direto com os usuários, conseqüente formação de vínculo e corresponsabilização quanto às necessidades de saúde. Integra ações programáticas e demanda espontânea no rol de atendimento, prima pelo cuidado centrado no usuário, em processo interdisciplinar, ampliando a capacidade de cuidado de toda a equipe e o escopo de ações a serem desenvolvidas. As ações contempladas nos programas específicos são desenvolvidas pelas equipes da ESF, equipes de Saúde Bucal e equipes multiprofissional dos Núcleos Ampliados ao Estratégia Saúde da Família (NASF AB), atuando nas 53 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 41 na região urbana e 12 na região rural.

O desenvolvimento das ações na Atenção Primária em Saúde (APS) englobam estratégias voltadas a grupos populacionais considerados de maior vulnerabilidade ou interesse epidemiológico. São desenvolvidos programas com controle e avaliação de resultados, como o Controle de Hipertensão e Diabetes, Saúde da Mulher (pré-natal, detecção precoce de câncer ginecológico e mama, planejamento familiar), Saúde da Criança (puericultura, imunizações e vigilância ao recém-nascido de risco), Controle da Tuberculose e Hanseníase e a Saúde Mental. Há também ações desenvolvidas para controle de dengue, das IST/HIV e AIDS (orientação, coleta de exame e apoio sorológico), manejo do tabagismo, assistência ao portador de asma, saúde do idoso, assistência farmacêutica, fisioterapia, terapia comunitária, assistência social e atenção odontológica.

Durante todo o ano de 2020 a DAPS esteve empenhada no cadastramento das pessoas do território, capacitando para tanto os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Equipes da Atenção Primária, de modo qualificar as informações inseridas no Sistema e-SUS.

Com o advento da pandemia por COVID-19, as ações na Atenção Primária à Saúde sofreram importantes alterações, dada a necessidade de

Relatório Anual de Gestão 2020

isolamento social. Consultas eletivas foram suspensas, inicialmente por prazo indeterminado, campanhas de prevenção de câncer de colo uterino e câncer de mama tiveram as agendas alteradas, campanhas de vacinação modificadas e novos modelos de assistência foram implantados, de modo a garantir a Atenção Básica à população, mantendo-se como a principal porta de entrada ao sistema de saúde.

No final de 2019 o Ministério da Saúde alterou o modelo de financiamento da Atenção Básica, com a implantação da Portaria Ministerial Nº 2.979/2019, que instituiu o Programa Previne Brasil e estabeleceu novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação Nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

De acordo com o Previne Brasil, o financiamento da Atenção Primária passou a ser pautado no acompanhamento dos usuários e na mudança das condições de saúde, aferidas por meio de indicadores. Como forma de organização, o Ministério da Saúde estabeleceu o repasse de três formas: captação, ações estratégicas e indicadores. A Portaria Nº 3.222 de 10 de Dezembro de 2019 dispõe Indicadores do Pagamento por Desempenho no âmbito do Brasil Previne.

O repasse por captação é o valor base repassado por indivíduo cadastrado e vinculado a uma equipe da ESF, sendo que esse valor pode ser majorado, caso seja constatada situação de vulnerabilidade, conforme cadastramento nos programas Bolsa Família e BPC. O Município se enquadra na tipologia urbana que considera o pagamento de até 4.000 pessoas por equipe. O repasse do recurso é anual e reavaliado pelo Ministério da Saúde a cada quadrimestre.

O repasse por ações estratégicas refere-se à execução dos programas aderidos pelos municípios, como: Saúde Bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Equipe Consultório na Rua (eCnaR), Prótese Dentária, Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Ações de Atenção Integral a Saúde do Adolescente em Situação de Privação de Liberdade, Programa Saúde na Escola (PSE), Informatiza APS, Incentivo à Residência Médica e Multiprofissional e outros programas, conforme a situação epidemiológica das municipalidades, como observado no corrente ano com o advento da pandemia por COVID-19.

Os recursos referentes aos indicadores estão atrelados à avaliação de desempenho das Equipes da Estratégia Saúde da Família, sendo considerados 7 indicadores relacionados à saúde da gestante, da mulher, da criança e doenças crônicas.

Devido à pandemia pelo novo Coronavírus, o Ministério da Saúde adiou a implantação da nova Portaria Nº 2.979/2019 e manteve o valor do repasse ao Município com base na Portaria Nº 2.632, de 29 de setembro de 2020, que também trata da alteração de prazo para alcance da meta de cadastro dos usuários do SUS no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), previsto no Art. 4º da Portaria Nº 3.263/GM/MS, de 11 de dezembro de 2019, que estabeleceu o incentivo financeiro de custeio federal para implementação e fortalecimento das ações de cadastramento dos usuários do SUS no âmbito da Atenção Primária à Saúde e da Portaria Nº 59, de 26 de outubro de 2020 - Prorroga o prazo da etapa de transição da captação ponderada do Programa Previne Brasil para as equipes de Saúde da Família e

equipes de Atenção Primária do Distrito Federal e municípios, considerando o contexto da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional (ESPII e ESPIN) decorrentes da rápida disseminação do novo Coronavírus.

2.1 ODONTOLOGIA

A Atenção Odontológica da rede pública municipal é composta por equipes da Estratégia Saúde da Família Bucal, com carga horária semanal de 40 horas e atendem pessoas de forma longitudinal, com atendimento às famílias das áreas de abrangência das UBS; por equipes do Programa Infante Juvenil, que prestam atendimento à população de 0 a 21 anos e por equipes que atendem todos os ciclos de vida, ou seja, atendem crianças, jovens e adultos. Essas duas últimas com carga horária de 20 horas semanais.

As equipes ofertam cuidados e tratamento de Atenção Primária integral à população e são apoiadas pelo serviço especializado do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), onde há atendimento a pacientes com necessidades especiais, profissionais especialistas em periodontia, cirurgia bucal, endodontia, além de radiologia e prótese (Tabelas 1 e 2).

No CEO os profissionais recebem pacientes encaminhados por equipes da Atenção Básica, sob critério de classificação de risco e submetidos à regulação *on line*, garantindo, desta forma, que sejam priorizados os casos com maior necessidade e em tempo oportuno.

O CEO da UEL integra a rede pública de atendimento odontológico, está inserido no Centro Odontológico Universitário da Universidade Estadual de Londrina (COU) e recebe pacientes regulados para tratamento em especialidades. Em 2020 foram regulados ao CEO da UEL 139 pacientes para endodontia, 224 para cirurgia, 290 para prótese, 70 para periodontia e 153 para estomatologia.

Casos de urgência de pacientes acima de 6 anos são encaminhados ao pronto socorro da Clínica Odontológica da UEL e as urgências de pacientes abaixo dessa idade são encaminhadas ao pronto socorro da Bebê Clínica da UEL, sem ser necessário agendamento. Nos casos em que a realização do procedimento tenha indicação de ambiente hospitalar, os pacientes são regulados pela SMS ao Hospital Zona Sul (HZS).

No mês de março, devido à pandemia por COVID-19, foi necessário suspender o atendimento odontológico de rotina e, a partir de abril, o serviço foi restabelecido apenas para atendimento de urgências odontológicas, atendimento às gestantes participantes do programa de pré-natal e bebês de 0 a 2 anos de idade incluídos do programa de puericultura das UBS. A reorganização do serviço obedeceu às Notas Técnicas: Nº 9/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS, Nº 16/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS, Nº 04/2020-GVIMS/GGTES/ANVISA e Nota Orientativa Nº 39/2020 da SESA.

O atendimento no CEO teve que ser suspenso temporariamente em virtude das legislações específicas da categoria profissional, e os profissionais foram remanejados para UBS para dar apoio no atendimento das urgências odontológicas. No mês de maio, o CEO foi reaberto para atendimentos de urgências, recebendo pacientes das UBS referência para atendimento de sintomáticos respiratórios ou de unidades que estavam em reforma (Centro, Vila Ricardo, Guanabara, Regina e Vila Brasil).

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 1. Número de atendimentos odontológicos realizados pelas equipes de Atenção Primária em Saúde. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Atendimentos clínicos	14.021	8.156	6.324	25.501
Procedimentos clínicos	88.751	16.777	6.814	112.342

Fonte: e-SUS

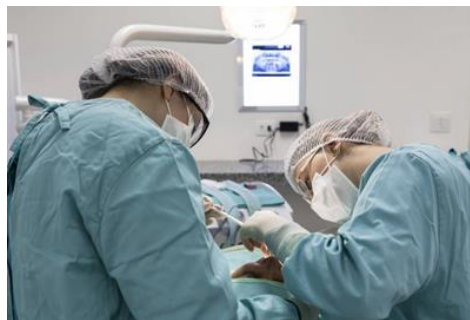
Tabela 2. Produção do Centro de Especialidades Odontológicas. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Atendimentos Clínicos	1.235	240	131	1.606
Procedimentos	3.969	123	137	4.229
Próteses	203	123	0	326

Fonte: e-SUS

No primeiro quadrimestre de 2020, anterior à pandemia, foi realizado o 2º Mutirão de Próteses Dentárias, que atendeu 104 usuários que estavam em fila de espera para reabilitação bucal, sendo confeccionadas próteses totais.

Foram mantidas as reuniões do Grupo Técnico de Odontologia por videoconferência, assim como a elaboração de vídeos educativos sobre cuidados com a saúde bucal para pais e escolares da rede municipal, sendo enviados e disponibilizados de forma eletrônica pela Secretaria Municipal de Educação.



2.2 APOIO SOCIAL

O Apoio Social contribui para o acesso da população às informações e serviços de saúde, atuando de forma intersetorial nos diferentes níveis de atenção e demais políticas sociais.

As demandas sociais mais frequentes que emergem para atendimento no Apoio Social estão relacionadas a fenômenos de desproteção social, tais como: abandono e negligência ao paciente, ausência de cuidador, violência doméstica, resistência à adesão aos tratamentos de saúde (pré-natal, IST, tuberculose, etc), dificuldade de acesso a benefícios e serviços (medicamentos, materiais hospitalares, órteses, vale transporte urbano, dietas especiais, etc); transporte para tratamento de saúde (consultas, exames,

Relatório Anual de Gestão 2020

hemodiálise, fisioterapia, radioterapia, entre outros), orientação quanto a acesso aos direitos assistenciais e previdenciários.

Não houve interrupção de atendimento pelo Apoio Social com o início da pandemia, porém foi necessário reorganizar o serviço. O fornecimento de medicação de uso prolongado passou a ser fornecido de dois a três meses, de acordo com a disponibilidade dos itens solicitados. Essa medida favoreceu a diminuição do fluxo de pessoas no setor e na Farmácia Municipal e favoreceu os pacientes quanto ao deslocamento. Pedidos de medicações para situações agudas continuaram sendo avaliados, conforme a demanda espontânea da rede de serviços do Município.

O serviço de Transporte Clínico Agendado (TCA), assim como o fluxo para solicitações desse serviço, também foram mantidos. Conforme a Nota Orientativa Nº 20, do Governo do Estado, foi garantido o transporte para a continuidade de tratamentos contínuos essenciais, como hemodiálise, quimioterapia, cobaltoterapia consultas e exames eventuais. Quanto aos atendimentos de fisioterapia, os pacientes foram transportados conforme solicitação das clínicas conveniadas que priorizaram o atendimento presencial.

O Apoio Social presta o apoio técnico às equipes de Saúde da Família e Atenção Básica mantendo articulação com outras políticas públicas, por meio de representação em conselhos municipais, comissões e grupos de trabalho, como: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal do Idoso e Comissão Intersectorial do Programa Bolsa Família, Comitê Local do Programa de Atenção às Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Sócio Educativa (AFAI). Após o início da pandemia as reuniões passaram a ser realizadas de forma remota, sem prejuízo de informações.

Cabe o esclarecimento sobre o Programa AFAI, pois foi preciso suspender o atendimento temporariamente, por orientação do governo estadual, uma vez que exigem deslocamento e contato entre famílias e serviços.

Foi importante a participação técnica da equipe do Apoio Social na implantação da Escuta Especializada da Criança e Adolescente Vítimas ou Testemunhas de Violência, assim como na elaboração dos fluxos de atendimento intersectorial a este grupo vulnerável, como também às gestantes em situação de desproteção social.

Em relação às ações junto às UBS, apesar dos novos desafios frente à pandemia, foi mantido o respaldo às equipes nas questões sociais que emergem dos atendimentos e que necessitam da intervenção e intermediação do Assistente Social. Quanto a visitas domiciliares, com a redução da capacidade de atendimento presencial, foram priorizadas para os casos maior urgência.

O Programa Bolsa Família tem a gestão na Saúde, administrado pelo Apoio Social, que responde pela formatação das listas, treinamento das equipes e alimentação dos dados no sistema federal do Programa Bolsa Família na Saúde. O público alvo para acompanhamento obrigatório pela Saúde são crianças de 0 a 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos. O acompanhamento compreende o monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças, sendo para tal verificados o peso, altura e o estado nutricional. No acompanhamento das mulheres há metas para realização de exames preventivos, pré-natal e acompanhamento das nutrizes.

Neste ano de 2020, houve a migração entre os Sistemas PEC e e-Gestor, a fim de garantir o registro de acompanhamento aos beneficiários que

Relatório Anual de Gestão 2020

procuram a UBS para atendimentos eletivos (consultas, vacinas, pré-natal, etc). Devido à situação epidemiológica gerada pela pandemia, por orientação do Ministério da Saúde, o acompanhamento foi mantido conforme disponibilidade das UBS, evitando-se campanhas de pesagem, que geram aglomerações nas Unidades de Saúde e nos territórios. As famílias tiveram as condicionalidades suspensas, a fim de não serem prejudicadas no recebimento dos benefícios.

Quadro 1. Número de atendimentos realizados pelo Apoio Social. Londrina, 2020

Ações desenvolvidas		Número de atendimentos
Atendimentos sociais, estudo socioeconômico, orientação e encaminhamento a benefícios e serviços diversos. (Ex: vales transporte, orientações previdenciárias, empréstimos de órteses, etc.)		1.888
Atendimento social para Transporte Clínico Agendado (TCA)		686
Participação em conselhos, comissões, reuniões, discussões de casos, etc		27
Visitas domiciliares		6
Atendimento social para liberação de medicamentos		3.656
Gestão, alimentação e monitoramento dos dados do Programa Bolsa Família na Saúde (número de beneficiários com perfil saúde para acompanhamento)	1ª Vigência (jan a jun): <ul style="list-style-type: none">• 26.841 beneficiários para acompanhamento• 19,70% de cobertura• 353 gestantes estimadas, 575 acompanhadas (162,89% de cobertura) 2ª Vigência (jul a dez): <ul style="list-style-type: none">• 31.626 beneficiários para acompanhamento• 68,02% de cobertura• 353 gestantes estimadas, 589 acompanhadas (166,86% de cobertura)	

Quanto ao Quadro 1, a estimativa de gestantes é prevista pelo Ministério da Saúde, baseado no IBGE, e se repete em ambas vigências, sendo que para o ano de 2020 foram estimadas 353 gestantes. Como foi acompanhado maior número do que o estimado nas duas vigências, justifica-se que a porcentagem de cobertura de gestantes tenha excedido 100%. Ainda assim, registre-se que houve problemas na transmissão de dados junto ao sistema oficial e não foram contabilizados os meses de novembro e dezembro, sendo que os números reais da 2ª Vigência são superiores ao apresentado no Quadro 1.

2.3 ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E NÚCLEOS AMPLIADOS A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) é a principal estratégia que Londrina tem mantido para a reorganização da Atenção Primária. Está direcionada à população de um território adscrito, com cuidado centrado na pessoa e favorece a reorientação dos processos de trabalho, melhorando a resolutividade dos serviços e, conseqüentemente, a qualidade de vida e satisfação do usuário.

As equipes da ESF estão distribuídas nas 53 Unidades Básicas de Saúde, tendo a retaguarda de equipe multiprofissional para ampliação do escopo de ações na Atenção Primária e melhores resultados. Os profissionais do NASF permanecem organizados com foco no território, de modo a prestar apoio matricial às equipes, assim como atendimento individual, compartilhado e interdisciplinar. O NASF-AB é composto por farmacêutico, nutricionista, educador físico, psicólogo e fisioterapeuta.

Em 2020 o número de equipes da ESF variou entre 78 e 80 equipes ativas.

Em razão do Ministério da Saúde ter implantado novo modelo de financiamento na Atenção Básica (Portaria Nº 2.979/2019, do Programa Previne Brasil), foram necessárias adequações durante o ano de 2020. O Município assumiu meta de 4.000 cadastros individuais por equipe da ESF e 2.000 pessoas por Equipe de Atenção Básica, conforme dados do IBGE. Esses cadastros subsidiam o monitoramento dos indicadores pelo Ministério da Saúde, que impactarão diretamente nos montantes de recursos repassados aos municípios, a partir de janeiro de 2021. Como estratégia para cumprimento das metas de cadastramento, durante os meses de abril a junho, a SMS ofertou à população um serviço de cadastramento individual via telefone (0800 400 1234). O trabalho foi realizado por servidores ACS e ACE em medida alternativa de trabalho, em razão da pandemia, e foi uma parceria entre as Diretorias de Atenção Primária e de Vigilância em Saúde. Esta estratégia foi denominada *tele cadastro* e atingiu o total de 1.076 cadastros ao longo dos 3 meses. Ainda considerando as metas a serem cumpridas, no mês de outubro, foram entregues 234 *tablets* a ACS para visitas domiciliares, para registro de cadastros no Aplicativo Territorial do e-SUS. Essa nova modalidade de cadastramento possibilitou agilidade, facilitou correções de inconsistências e otimizou a comunicação com o prontuário eletrônico, após as devidas sincronizações. Foram ofertadas 6 capacitações aos ACS, nos dias 09, 10 e 11 de novembro, para uso correto do aplicativo no *tablet*.

Ainda como parte das capacitações foram realizadas oficinas para implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), sendo:

- Janeiro: realizadas oficinas presenciais para as equipes das UBS Santiago, Casoni, Ideal, PIND e Novo Amparo;
- Fevereiro: aos profissionais da odontologia, fisioterapeutas, nutricionistas, farmacêuticos, educadores físico e psicólogos;
- Março: foram contemplados os profissionais médicos e enfermeiros.

A partir da última semana de março até maio, as oficinas foram suspensas, sendo retomadas para formação de multiplicadores em todas as categorias, porém por videoconferência, atendendo Decreto Municipal.

O PEC está atualmente implantado em todas as Unidades Básicas das regiões urbana e rural.

O formato de atendimento prestado pelos profissionais do NASF também foi reorganizado, os trabalhos em grupos passaram a individuais e virtuais, trabalhando-se orientações à população em geral, priorizando os cuidados com a saúde relacionados à prevenção do COVID-19, atividades físicas orientadas, cuidados alimentares e ações de saúde do trabalhador. Foi um ano de muitos desafios para os profissionais inseridos nas equipes, com a necessidade de reformulação do modo de atendimento com foco em duas principais frentes: o cuidado com pacientes crônicos e o cuidado com pacientes com queixas agudas. Neste último grupo enquadram-se principalmente os usuários com queixas respiratórias com necessidade de orientações e atendimentos. Portanto, diante desse desafio, os profissionais do NASF assumiram o tele monitoramento a pacientes diabéticos, tele consulta e estratificação do risco a idosos, com a aplicação do instrumento IVCF 20, que estratifica o grau de fragilidade do idoso.

Para ações de saúde do trabalhador, a SMS criou um serviço denominado Saúde do Trabalhador em tempos de COVID, para orientação e capacitação dos trabalhadores e empregadores, com intuito de minimizar os riscos devido à desinformação e orientar corretamente os procedimentos necessários para a manutenção das atividades laborais nos locais de trabalho, evitando-se a propagação do novo Coronavírus. Esse serviço passou a ser ofertado via *on-line* de maio a dezembro, foram realizadas capacitações a 286 empresas, capacitados 2.544 multiplicadores e atingindo cerca de 19.380 trabalhadores. Entre as empresas capacitadas, há condomínios residenciais, empresas da construção civil, *shopping centers*, cooperativas de reciclagem, escolas, igrejas, restaurantes, bares, empresas comerciais, entre outros.

Ainda, entre as ações desenvolvidas, foi ofertado um serviço de Apoio Emocional, pelo Disque COVID, telefone 0800 400 1234; inicialmente destinado a profissionais de saúde e, posteriormente, estendido à população em geral. Este trabalho foi desenvolvido por profissionais psicólogos e teve o intuito de minimizar o sofrimento emocional e trazer conforto às pessoas frente às indecisões causadas pela nova pandemia, medo e insegurança. De maio a dezembro de 2020 foram atendidas 231 pessoas.

Outra iniciativa foi a criação do Exercício & Saúde por profissionais educadores físicos, um canal no *Youtube*, com o objetivo estimular os munícipes à realização de exercícios físicos de modo a diminuir os efeitos nocivos da inatividade e sedentarismo, decorrente da necessidade do isolamento social. O canal foi organizado com vídeos educativos e orientativos de práticas corporais seguras e sessões de exercícios voltados ao condicionamento físico e boa saúde. O canal alcançou 25.393 visualizações até dezembro.

No mês de agosto foi retomado o agendamento de atendimentos individuais por profissionais da Atenção Primária, com critérios e número limitado de pessoas para evitar aglomerações.

2.3.1 Equipe Consultório na Rua

A equipe Consultório na Rua (eCnaR) faz parte da composição da Atenção Primária à Saúde e é responsável pelo atendimento de cidadãos que fazem da rua seu espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, apresentando diversas condições de saúde. Por terem

Relatório Anual de Gestão 2020

especificidades quanto à vulnerabilidades sociais, rompimento familiar, situação precária de higiene e, falta de alimentação saudável, requerem um olhar ampliado e acolhedor com formação de vínculo.

O município de Londrina conta com 1 equipe da Modalidade II que, de acordo com as diretrizes da Portaria Nº122/2011, é composta por 1 enfermeiro, 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 educadora social e 2 técnicos de enfermagem. Durante a pandemia e com a contratação temporária de profissionais para o atendimento frente à COVID, a eCnaR foi contemplada com 1 enfermeiro, passando a atuar com 2 profissionais enfermeiros no atendimento desta população.

O trabalho da equipe consiste em atendimento *in loco*, de acordo com a demanda a ser atendida: consulta pré-natal, busca ativa de portadores de IST e tuberculose e atividades de promoção e prevenção em saúde. Além do atendimento *in loco*, há também ações compartilhadas e integradas com as equipes das Unidades Básicas de Saúde.

A equipe de Consultório na Rua desenvolve ações semanais no Centro POP, em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), realizando orientação e atendimentos em saúde, redução de danos e Rodas de Terapia.

Em virtude da pandemia, a eCnaR, ainda em parceria com a SMAS, realizou ações voltadas ao abrigo emergencial das pessoas em situação de rua. Foram realizadas avaliações, consultas médicas e de enfermagem de todas as pessoas que aceitaram acolhimento em abrigos. Além das avaliações, foram realizadas visitas semanais com consultas médicas, realização de testes rápidos de HIV, Hepatite B e C e Sífilis, coleta e controle de exames laboratoriais e agendamento de consultas especializadas.

Quadro 2. Produção de atendimentos e procedimentos da eCnaR. Londrina, 2020.

	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Atendimentos Individuais	204	668	477	1.349
Procedimentos	792	2288	903	3.983

Fonte: e-SUS AB

No 2º quadrimestre, em razão da pandemia, foi observado aumento significativo de avaliações de pessoas em situação de rua para a admissão em abrigos sociais, bem como manutenção destas pessoas nos acolhimentos.



2.3.2 Núcleo Ampliado a Estratégia Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB)

No primeiro momento da pandemia houve a suspensão de consultas eletivas e de ações em grupo, em virtude da orientação de isolamento e distanciamento social, como forma de reduzir a transmissão do novo Coronavírus. Quando o serviço foi retomado, foi reorganizado e os atendimentos individuais e de apoio às equipes da ESF passaram a ser prestados de forma virtual.

Foram implantados os seguintes serviços:

- Tele monitoramento de pacientes diabéticos e insulínodépendentes,
- Tele atendimento a pacientes portadores de doenças crônicas,
- Apoio emocional por tele atendimento (0800 4001234),
- Estratificação IVCF-20 de idosos, com classificação quanto à autonomia e independência,
- Canal no *You Tube*: Exercício & Saúde, orientação de atividade física,
- Tele consulta para atendimento de demandas encaminhadas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família,
- Atendimento a empresas por vídeo chamada, com foco na Saúde do Trabalhador, promovendo orientações de prevenção e controle do COVID-19,
- Atendimento presencial em escolas municipais.

2.3.3 Programa Mais Médicos para o Brasil

Criado em julho de 2013, o Programa Mais Médico para o Brasil (PMM) tem o intuito ampliar geograficamente a atuação de profissionais médicos e fortalecer a Atenção Primária à Saúde, porta de entrada do SUS, aumentando a resolutividade dos problemas de saúde.

O município de Londrina aderiu ao Programa em 2013, conta atualmente com 28 médicos com carga horária semanal de 40 horas, atendendo de forma longitudinal todos os ciclos de vida, em 26 UBS e tiveram importante atuação fortalecendo o atendimento durante a epidemia de Dengue e a pandemia do COVID-19, entre outras atuações referentes à Atenção Primária.

Devido à pandemia, 21 desses profissionais aderiram ao programa no município de Londrina pelo Edital nº 05, de 11 de março de 2020, devido à

declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde.

2.3.4 Atividades gerais desenvolvidas pelas equipes da Estratégia Saúde da Família e Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB), no ano de 2020.

- Ações de combate às dores crônicas, com grupos de atividade física e grupos de saúde da coluna;
- Grupos de controle e combate ao tabagismo;
- Grupos de gestantes;
- Puericultura compartilhada;
- Grupo de papinha (orientação para alimentação saudável de crianças menores de 2 anos);
- Grupo de reeducação alimentar;
- Grupos de apoio em Saúde Mental;
- Grupos de práticas corporais e atividade física;
- Grupos de pais e filhos;
- Grupos de alongamento;
- Grupos de estimulação cognitiva;
- Práticas Integrativas Complementares (PIC);
- Grupos de dançaterapia;
- Grupos de estímulo a práticas corporais para redução do sedentarismo e alimentação saudável;
- Apoio às equipes da Estratégia Saúde da Família nos grupos de hipertensão e diabetes (HIPERDIA);
- Ações junto à comunidade nas datas comemorativas de cada mês;
- Visitas domiciliares;
- Atendimento individual em casos específicos para fluxogramas de leites especiais, alimentação enteral, fisioterapia especializada, prescrição de suplementos; TDAH; DI-TGD.
- Realização de Oficinas de Processo de Trabalho nas UBS e inventário de medicação e material médico hospitalar nas Unidades de Saúde;
- Discussões de casos e realização Plano Terapêutico Singular (PTS) com as equipes de saúde;
- Ações intersetoriais com CRAS, CREAS, Secretaria Municipal do Idoso, Fundação de Esportes de Londrina (FEL), grupos da comunidade local, igrejas, escolas, Conselho Tutelar e conselhos locais de Saúde.

2.4 PRÁTICAS INTEGRATIVAS COMPLEMENTARES

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS foi aprovada em 2006 pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria Nº 971. O município de Londrina desenvolve diversas práticas nas UBS junto à população, ampliando o escopo de ações da Atenção Primária. Entre as práticas estão: terapia comunitária integrativa, auriculoterapia, acupuntura,

Shantala e meditação. Além dessas, há também o emprego da dança como forma de terapia, que tem sido realizada pelos profissionais educadores físicos.

No ano de 2020, devido ao advento da pandemia, algumas práticas ficaram suspensas em virtude das orientações de distanciamento social e das normas de segurança sanitária em geral.

- **Terapia Comunitária Integrativa (TCI)**

A Terapia Comunitária Integrativa (TCI), prática integrativa e complementar à saúde dos usuários, utiliza como técnica para construção de laços sociais, apoio emocional, troca de experiências e prevenção ao adoecimento a realização de rodas de conversa em espaço aberto à comunidade.

O Município oferta a TCI desde 2002 e realiza atividades de intervisão, que consiste em agregar servidores previamente capacitados em TCI, tirando dúvidas e fortalecendo o trabalho. Esses servidores podem conduzir rodas de TCI nas UBS e em outros locais, como o CAPS III, Centro POP e Centro Dia, além de realizarem Oficinas de Autocuidado.

Durante o ano de 2020 foram realizadas 19 rodas de terapia comunitária, de janeiro a março, tendo que ser suspensas temporariamente como medida necessária de distanciamento social.

- **Acupuntura**

A acupuntura é uma prática que compõe a medicina tradicional chinesa, realizada sob o estímulo da pele pela manipulação manual de agulhas metálicas muito finas e sólidas em pontos específicos.

No Município a prática é empregada individualmente por profissionais habilitados como tratamento complementar em portadores de dor crônica e para cessação do tabagismo. Em 2020 houve redução significativa em virtude da pandemia, sendo realizados 305 procedimentos no ano.

- **Auriculoterapia**

A auriculoterapia é uma terapia que faz parte da Acupuntura Sistêmica e consiste na estimulação de pontos específicos da orelha (foto abaixo) com sementes de mostarda. Esta técnica promove alívio de dores e trata diversos problemas físicos e/ou psicológicos, como ansiedade, enxaqueca, obesidade e contraturas. É uma das práticas utilizadas para complementar os tratamentos utilizados dentro da Atenção Básica e é amplamente aplicada em portadores de dor crônica, distúrbios alimentares, somatizadores e tabagistas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e reduzir a medicalização.

No ano de 2020 foram realizados 2.494 atendimentos em auriculoterapia e foram mantidos durante a pandemia, realizados por profissionais da Atenção Básica.



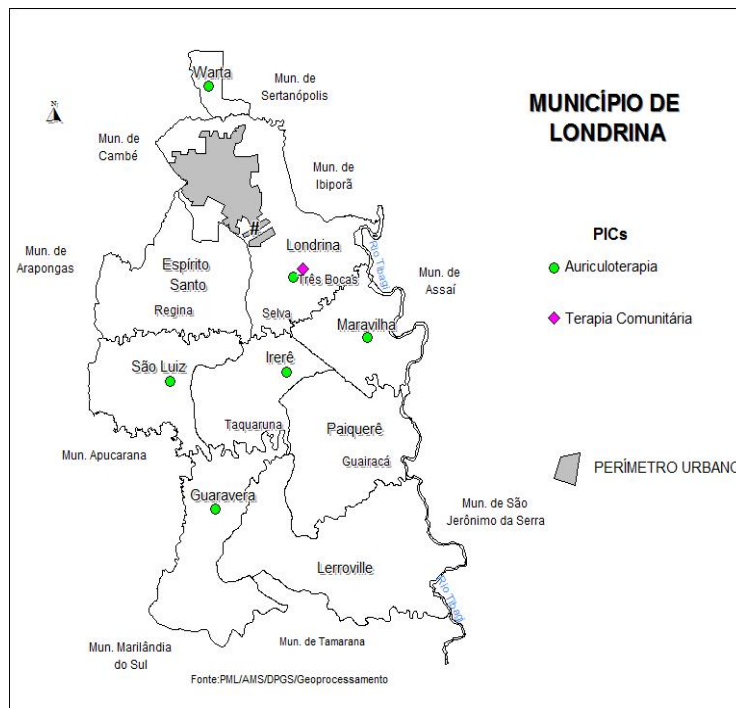
Auriculoterapia

- **Shantala**

Shantala é uma técnica de massagem corporal criada para promover o vínculo entre mãe e filho.

Foi implantada no Município em 2019 e é aplicada durante a puericultura nas UBS, proporcionando maior vínculo entre o binômio mãe-bebê, pois trabalha o toque, favorece a troca de carinho, afeto e promove a estimulação sensorial da criança.

Figura 1. Mapa da distribuição por UBS das PIC Zona Rural. Londrina, 2020



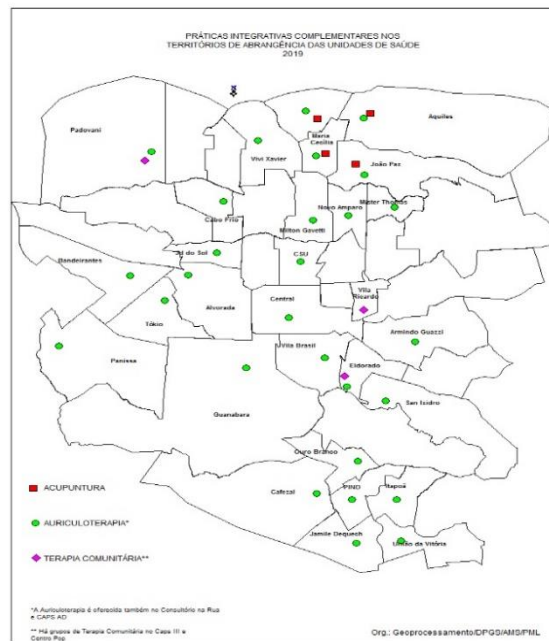
- **Meditação**

A meditação é uma prática milenar e tem como finalidade facilitar o

processo de autoconhecimento, autocuidado, autotransformação e aprimorar as relações interpessoais, social, ambiental e é eficiente na promoção de saúde. A prática da meditação amplia a capacidade de observação, atenção, concentração e a regulação entre corpo-mente-emoções.

Em 2020 a capacitação em meditação foi ofertada a 287 servidores municipais inscritos, em formato remoto, com o objetivo de minimizar a ansiedade resultante de pandemia do COVID-19.

Figura 2. Mapa da distribuição por UBS das PIC Zona Urbana. Londrina, 2020



2.5 ATENÇÃO A SAÚDE DO ADULTO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) apresentam alta prevalência e são consideradas um dos principais problemas de saúde pública atualmente, gerando elevado número de mortes prematuras e qualidade de vida comprometida, causando impacto econômico negativo para famílias, comunidades e sociedade como um todo.

As principais DCNT são: hipertensão, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias crônicas, diabetes mellitus e neoplasias. São um grande desafio para a Atenção Primária, por apresentarem determinantes socioculturais de difícil alteração, fazendo parte de hábitos e estilo de vida de muitos anos dos pacientes. Muitos fatores de risco estão associados a: tabagismo, alimentação não saudável, inatividade física e o uso abusivo de álcool.

Portanto torna-se imprescindível a vigilância das DCNT e elaboração de estratégias de prevenção, controle, limitação de danos e incapacidade para as atividades de vida diária.

Relatório Anual de Gestão 2020

Outro fator relevante quando se trata de saúde do adulto é o envelhecimento populacional. Segundo dados do IBGE (2010), a expectativa de vida dos brasileiros ao nascer é de aproximadamente 76 anos.

Cerca de 29 milhões de brasileiros têm 60 anos ou mais, isso equivale a 14,3% da população total (PNAD, 2015). As projeções mostram que, em 2030, o número de idosos será 2,28 milhões superior ao de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos. Em 2050 a população idosa representará cerca de 30% da população brasileira, enquanto as crianças 14%.

Considerando os desafios instalados frente à prevenção de agravos, somados ao envelhecimento populacional, a SMS tem atuado de modo a organizar os serviços de saúde a fim de atender a essa crescente demanda com qualidade e resolutividade.

Com vistas à melhoria da qualidade no atendimento à população portadora de doenças crônicas e no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decorrente da pandemia pelo novo Coronavírus, o Ministério da Saúde baixou a Portaria Nº 2.994, de 29 de outubro de 2020, que institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal para atenção às pessoas com obesidade, diabetes *mellitus* e hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde do SUS. A Portaria estabelece o repasse financeiro para aumentar o cuidado e o atendimento precoce de pessoas com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no SUS durante a pandemia. A identificação desses usuários por meio dos cadastros permite-lhes a priorização na assistência terapêutica e promoção de saúde nas comunidades.

Ainda em 2020, foram realizadas estratégias de tele atendimento à população adulta para orientação sobre doenças crônicas e orientações gerais de prevenção frente ao Coronavírus. O tele atendimento pelo 0800 400 1234 também promoveu apoio emocional por psicólogos a toda a população e forneceu resultados de exames de COVID-19.

Durante o ano foram disponibilizadas vacinas contra influenza e sarampo, sendo que a influenza foi ofertada a portadores de doenças crônicas primeiramente e depois à população em geral. Da mesma forma, a vacina contra sarampo, primeiramente a adolescentes e depois para mulheres até 49 anos de idade e homens até 59.

Houve diversos locais de vacinação, possibilitando amplo acesso aos usuários e o cumprimento de regras de distanciamento. Foi aberto agendamento pelo *site* da SMS e por telefone das UBS. Com o intuito de ampliar os pontos de oferta de vacinação, foi realizada parceria com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, que disponibilizaram as escolas: Supercreche, E. M. Valéria Veronesi, E. M. José Garcia Vilar, E. M. Moacyr Teixeira, E. M. Mábio Gonçalves Palhano e o Colégio Estadual Profª Maria do Rosário Castaldi.

Ainda sobre a vacinação de Influenza, caminhoneiros receberam vacina no sistema de *drive thru*, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, na Rodovia BR 369 e postos de combustível, como estratégia para alcançar maior número desses profissionais e imunizá-los em tempo oportuno, promovendo bloqueio da cadeia de disseminação da doença.

- **Atenção ao Idoso**

As unidades Básicas de Saúde através das suas equipes, tem realizado ações de modo a contribuir com o envelhecimento saudável da população. Desde o início de 2020 os profissionais educadores físicos mantiveram grupos de atividade física nos territórios das UBS voltados a pessoas idosas, como forma de manter ativos os indivíduos na faixa etária acima de 60 anos, permitindo a socialização e a prática de atividade saudável. No início de 2020, de janeiro a março, todas as unidades de saúde urbanas realizaram atividade física com a população adulta, variando a frequência entre 1 a 2 vezes por semana.

Com a abertura da campanha de influenza, as UBS abriram para atendimento prioritário de idosos sob agendamento *on line*, através do *site* da PML. Foi realizado uma operação de *drive thru* para vacinação dos idosos, com o alcance de aproximadamente 8.000 doses realizadas num único evento.

As equipes da ESF têm aplicado, desde 2017, o instrumento *Ves13* para rastreamento de idosos em situação de fragilidade e em risco de fragilização e o instrumento *IVCF 20* para estratificação dos idosos, possibilitando conhecer o grau de autonomia e independência dos idosos cadastrados pelas equipes da ESF.

Com o advento da pandemia, as atividades em grupo ficaram suspensas, como medida para evitar aglomeração de pessoas. O idoso foi o grande alvo de cuidado e, como estratégia, foi implantado pela SMS o tele monitoramento de pessoas idosas do território. O tele monitoramento funcionou ativamente a partir de maio de 2020, sendo que este foi um serviço ofertado pelas equipes da Atenção Básica, que o operacionalizou por ligação telefônica ou por vídeo chamada com pacientes idosos, verificando situação de fragilidade instalada para aplicar o instrumento *IVCF 20* e fornecer orientações sobre os cuidados necessários aos idosos durante a pandemia. Entre os meses de maio e novembro foram realizadas 2.028 ligações.



Ainda como ações de prevenção e cuidado a SMS realizou um importante e amplo trabalho nas Instituições de Longa Permanência (ILPI), norteada pela Nota Técnica nº 41 da SESA, que estabeleceu medidas de prevenção, controle e testagem para COVID-19 nas ILPI. Assim, foram realizados acompanhamentos e testagens para o Coronavírus em todas as instituições privadas e filantrópicas. O objetivo foi bloquear a disseminação da doença e evitar que idosos adoecessem pelo vírus e, conseqüentemente,

agravassem, por fazerem parte do grupo de maior vulnerabilidade e risco para a complicações da doença.

Foram realizadas duas etapas de testagem, sendo que na primeira foram ciclos de testagem de RT-PCR e de Teste Rápido e na segunda etapa foram ciclos somente de RT-PCR. Além dos idosos institucionalizados, as coletas foram também ampliadas para os trabalhadores daquelas instituições. Foram testados aproximadamente 700 idosos e 500 funcionários.

- **Programa de combate à Tuberculose**

Em 2020 foi realizado, conforme rotina, monitoramento mensal da investigação dos sintomáticos respiratórios, englobando quantidade, qualidade e positividade das amostras de escarro para avaliação e acompanhamento pelas equipes.

As unidades de saúde realizaram ações no território até março de 2020 e as ações educativas em grupo e junto a empresas ficaram comprometidas com a pandemia, ficando apenas ações de avaliação e orientação individuais. Também ficaram suspensas as ações coletivas, realizadas anualmente, para mutirões e coletas de escarro.

O Protocolo de Assistência ao Paciente com Tuberculose está sendo finalizado e fortalecerá as equipes que cuidam de pacientes com tuberculose e tem previsão de implantação no primeiro semestre de 2021.

- **Programa de combate à Hanseníase**

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa que causa manchas esbranquiçadas ou avermelhadas na pele. Pode também manifestar alterações de sensibilidade como calor, frio e dor, sensação de formigamento, fisgadas ou dormência nas extremidades. A doença também pode provocar o surgimento de caroços e placas em qualquer local do corpo e a diminuição da força muscular, levando à incapacidade ou dependência.

Em 2016 o Ministério da Saúde oficializou o mês de janeiro como o mês de conscientização sobre a hanseníase e convidou a sociedade como um todo para fortalecer a campanha educativa sobre a doença, o Janeiro Roxo, unindo-se aos serviços de saúde para adesão da população.

Em 2020, as equipes da Atenção Primária desenvolveram ações educativas em sala de espera e ações nos grupos de atividade física conduzidos pelos profissionais das UBS, levando esclarecimentos aos usuários do sistema público de saúde sobre a doença, possibilitando que os mesmos fossem multiplicadores de informação dentro de seus contextos sociais e familiares. É muito importante que as pessoas estejam atentas aos sinais da hanseníase para que busquem tratamento precoce, ofertado no sistema municipal de saúde. Essa apropriação dos usuários com o tema promove a quebra de paradigmas e preconceito em torno desta doença.

Durante todo ano foi mantido o atendimento individual para casos suspeitos e avaliação de contatos.

- **Programa de combate à Dengue**

A Dengue é uma doença viral aguda, sendo um dos principais problemas de saúde pública. Em Londrina, no ano de 2020, o Município realizou grandes mobilizações a fim de combater a proliferação do mosquito transmissor *Aedes aegypt*, além dos esforços em atender a população proporcionando acesso aos munícipes.

No primeiro semestre, o município de Londrina enfrentou nova epidemia de dengue, o que refletiu no atendimento nas UBS, aumentando consideravelmente a demanda, pois os crescentes novos casos somaram-se aos que estavam em acompanhamento. Diante da urgência epidemiológica, a SMS não mediu esforços na implementação de ações para qualificar a assistência e evitar agravamento e óbitos.

Como estratégias para o enfrentamento do agravo foram realizados:

- Abertura da UBS Itapoã aos sábados e em horário ampliado, até às 22h, tendo sido observado aumento da proliferação do mosquito transmissor e de casos naquela região. Foram direcionados profissionais médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem para aquela UBS, com suporte na realização de exames clínicos de urgência, assim como da assistência na administração de medicamentos e hidratação dos pacientes. Simultaneamente, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Endemias (ACE) realizaram atividade de orientação aos moradores do bairro e mutirões de limpeza das áreas mais afetadas.

- Durante os meses de fevereiro e março, inclusive sábados e feriados, foram abertas as UBS Parigot, Vila Ricardo, Casoni, Itapoã, Aquiles e Alvorada, no horário das 07h às 19h.

- Mesmo com o início da pandemia, as UBS Vila Ricardo (segunda à sexta, das 07h às 23h) e UBS Vila Casoni (segunda à sexta 07h às 23h e sábados das 07h às 19h) permaneceram como referência para atendimento exclusivo à dengue até abril.

- Foram disponibilizadas outras unidades de referência para atendimento à dengue durante o período de epidemia, além das UBS mencionadas: Centro de Atendimento à Dengue (CEAD) na região Norte, que funcionou de segunda a domingo, das 07h às 01h, UPA Sabará, referência para região Oeste, UPA Centro-Oeste, referência para região Centro e PA União da Vitória, referência para região Sul.

- Estruturação da logística de transporte de exames de urgência para dengue para agilização da conduta médica.

- Contratação profissionais médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem.

- Capacitação da equipe técnica com educação permanente, para organizar dos processos de trabalho e fluxos internos, resultando em melhor qualificação no atendimento e acompanhamento dos usuários.

- Elaboração e impressão de procedimentos operacionais em fluxograma para balizamento e qualificação do atendimento dos casos.

- **IST, HIV / AIDS e Hepatites Virais**

Ações de educação em saúde sobre esse grupo de doenças são muito importantes, em virtude da relevância dessas patologias e é imprescindível o olhar atento dos profissionais de saúde quanto à realização de teste rápido e tratamento em tempo oportuno. No ano de 2020, em razão das medidas de enfrentamento da pandemia, as ações educativas tiveram que ser reduzidas nos territórios, assim como as agendas de oferta de teste rápido ficaram comprometidas com a suspensão das agendas eletivas. Somente em setembro, com a reorganização dos serviços, foi possível a reabertura das agendas de teste rápido nas UBS, mantendo-se os cuidados referentes à prevenção da disseminação do COVID-19.

Em fevereiro, foi realizada ação coletiva “Carnaval sem dengue e sem IST”, com intensificação do fornecimento de preservativos feminino e masculino e orientações em grupos e salas de espera.

Foram realizados 7.009 testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C, de janeiro a novembro de 2020, segundo dados do SisLog.

- **Controle de Hipertensão e Diabetes**

A assistência ao paciente diagnosticado com hipertensão e diabetes foi mantida nas UBS, apesar das adversidades impostas pela pandemia. Foi utilizado o tele atendimento para o monitoramento de grupos de maior risco e aplicação de questionário a diabéticos insulín dependentes, para verificação das condições clínicas e de autocuidado e, aproveitando a oportunidade, orientações sobre essas doenças e prevenção do Covid-19. Foram realizadas 919 ligações entre os meses de maio e setembro.

A realização de ações coletivas de educação em saúde ficou comprometida pelas restrições da pandemia, evitando-se aglomerações.

- **Combate ao Tabagismo**

O Município participa do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, instituído pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), como iniciativa de promoção à saúde, visando reduzir a prevalência de tabagismo e da morbimortalidade decorrente desse hábito.

No primeiro semestre de 2020 foram capacitados 18 novos profissionais de UBS para que estivessem aptos a para abordagens cognitiva e comportamental para a cessação do uso do tabaco. O treinamento foi ofertado pelo Ministério da Saúde e aconteceu de forma remota.

Como nas demais atividades coletivas, os grupos do tabagismo também foram suspensos, mesmo sendo a estratégia mais eficiente; porém os atendimentos individuais foram mantidos, assim como as abordagens individuais feitas pelos profissionais capacitados.

2.6 ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), em Londrina 16,09% da população são crianças (0 a 11 anos) e 9,53% adolescentes (12 a 17anos), totalizando 25,62% de munícipes.

De acordo com o Art.7º do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), crianças e adolescentes têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Há um número considerável de famílias e, conseqüentemente, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, e vulnerabilidade indica que as famílias e as pessoas que as integram encontram-se socialmente fragilizadas, pela exposição a fatores que geram privação de capacidades e potencialidades e prejudicam o acesso a bens e serviços, ao conhecimento, à renda e ao trabalho. A vulnerabilidade implica, ainda, em exposição a riscos pessoais e sociais, como a violência relacionada ao envolvimento com substâncias psicoativas, à exploração sexual, ao trabalho infanto-juvenil, aliciamento, abandono, bem como a fragilidade de vínculos familiares, o não acesso ao lazer, cultura, trabalho, saúde, educação, habitação, infraestrutura urbana.

Segundo Costa, *apud* Tomé (1999), o coeficiente de Mortalidade Infantil (MI) é um indicador de saúde que, além de informar os níveis de saúde de uma população, sintetiza as condições de bem-estar social, político e ético de dada conformação social. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a MI como alta quando ocorrem, em média, 50 mortes ou mais de criança de até um ano de idade por mil nascidos vivos (CMI); média quando fica entre 20 e 49 por mil nascidos vivos e, baixa quando o índice fica abaixo de 20 mortes. Londrina tem apresentado baixo CMI nos últimos anos, abaixo dos valores do Estado do Paraná e da 17ª RS.

O Município faz parte da Rede Cegonha (Portaria MS Nº 1.459, de 24 de junho de 2011), estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, parto e puerpério, bem como às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. No Paraná essa rede recebe o reforço e implementação do Estado e recebe o nome de Linha de Cuidado Materno Infantil, propondo a organização da atenção materno-infantil nas ações do pré-natal e puerpério e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no seu primeiro ano de vida. Está também está inserido no Comitê Regional da Linha de Cuidado Materno Infantil da Macrorregional Norte, que reúne representantes de vários municípios, para avaliação, monitoramento e implementação de ações para melhoria da qualidade da assistência do pré-natal ao binômio mãe-filho, redução de indicadores de morbimortalidade materna, melhor gerenciamento de recursos e busca de parcerias, entre outras ações.

A SMS tem desenvolvido linhas de cuidado para o fortalecimento da promoção e prevenção em saúde, com foco no direito da criança e adolescente à vida e à saúde, melhoria da qualidade e de acesso aos serviços públicos, além de atividades para uma vida saudável.

Um dos grandes aliados para vencer os desafios acima descritos e oferecer a promoção e proteção da criança é a implantação da Política Nacional

Relatório Anual de Gestão 2020

de Atenção Integral a Saúde das Crianças (PNAISC), com os cuidados com a criança, da gestação aos 9 anos de idade, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando a redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida, com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento – conforme a Portaria MS Nº 1.130/2015. A PNAISC se estrutura em 7 (sete) eixos estratégicos, com a finalidade de orientar e qualificar as ações e serviços de saúde da criança no território nacional, considerando os determinantes sociais e condicionantes para garantir o direito à vida e à saúde, efetivação de medidas que permitam o nascimento e o pleno desenvolvimento na infância de forma saudável e harmoniosa, bem como a redução de vulnerabilidades e riscos para o adoecimento e outros agravos, a prevenção de doenças crônicas na vida adulta e morte prematura de crianças.

Em 2020, mesmo com a pandemia pelo novo Coronavírus, foram desenvolvidas ações dentro dos 7 eixos preconizados pela PNAISC, ou seja:

- atenção humanizada e qualificada à gestação, parto, nascimento e ao recém-nascido;
- promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável;
- promoção e acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento integral, com um cronograma de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento preconizado até dois anos ou mais de idade, de acordo com classificação de risco da criança;
- atenção integral a crianças com agravos prevalentes na infância e com doenças crônicas;
- atenção integral à criança em situação de violência, prevenção de acidentes e promoção da cultura de paz;
- atenção à saúde de crianças com deficiência ou em situações específicas e de vulnerabilidade;
- vigilância e prevenção do óbito infantil, fetal e materno.

Um grande desafio tem sido o de ampliar o acompanhamento de risco habitual/intermediário até os 9 anos de idade da criança.

O cuidado à saúde da criança é iniciado com enfoque na qualidade e acesso ao pré-natal, na puericultura, acompanhando as crianças desde o nascimento até 2 anos de idade ou mais, de acordo com a classificação de risco, contribuindo para o diagnóstico e tratamento precoce dos agravos mais frequentes para a idade, evitando, desta forma, desvios de crescimento que possam comprometer a saúde atual e qualidade de vida futura.

A SMS promove ações de promoção ao aleitamento materno e alimentação saudável, vacinação, prevenção de acidentes e cuidado com a criança em situação de violência. São desenvolvidas ações articuladas dentro do contexto social e familiar, proporcionando atenção integral e promovendo uma infância e adolescência protegidas e saudáveis.

Em 2020 também foram implementados novos serviços como a Central de Monitoramento Materno Infantil (CMMI), criada em maio de 2020 para acompanhar gestantes de risco intermediário, puérperas e recém-nascidos (SUS). A busca ativa do público a ser acompanhado ocorre a partir de relatórios de agendamento de consultas de gestantes acompanhadas nos ambulatórios de referência para alto risco (HC e HEL) e ambulatórios de risco intermediário (CISMEPAR e PUC) enviados para a CMMI, assim como por meio do relatório

Relatório Anual de Gestão 2020

diário de altas hospitalares dos recém-nascidos (SUS) da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, Hospital Universitário e Hospital Evangélico.

O acompanhamento dos casos foi realizado por meio de contato telefônico com as usuárias, com registro do tele atendimento no PEC e-SUS. Entre os meses de janeiro e outubro foram realizadas 2.760 ligações para gestantes e puérperas/recém-nascidos.

Em razão das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia, as campanhas de vacinação também foram replanejadas e foram utilizados espaços da comunidade que comportaram receber o público alvo, como foi o caso da implantação da Central de Imunização criada no CMEI Valéria Veronesi (Supercreche). A Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite e Multivacinação foi realizada mediante agendamento pelo Portal da Prefeitura de Londrina, evitando-se aglomerações. Também foram disponibilizadas vacinas contra sarampo e gripe em sistema de *drive thru*, nos estacionamentos do Shopping Catuaí e da Igreja Presbiteriana Central.

Em relação à atenção integral dos adolescentes em conflito com a lei, foi concluído o Plano Operacional Municipal (POM), diretrizes para a implantação e implementação de ações de saúde, que incorporem os componentes da Atenção Básica, Média e Alta Complexidades, com vistas a promover, proteger e recuperar a saúde da população adolescente em regime de internação, internação provisória e semiliberdade, com a participação do Município, 17ª Regional de Saúde e das unidades socioeducativas (USE). O POM teve ciência do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e SESA PR, sendo então, encaminhado ao Ministério da Saúde que o aprovou e habilitou o Município a receber recursos federais para execução das ações do Plano de Ação contido no POM (Portaria MS Nº 2.680/2020). Durante o ano foram realizadas reuniões de aproximação entre as UBS de referência, unidades socioeducativas e a 17ª RS, sendo também tratadas questões de saúde quanto ao enfrentamento da pandemia nas USE. No mês de dezembro foi feita palestra virtual com um urologista sobre infecções sexualmente transmissíveis (IST), reprodução e higiene, simultaneamente com adolescentes das 3 USE de Londrina e o CENSE de Maringá. O Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M), oficializado pelo Decreto Municipal Nº 1422 de 02/10/2018, discutiu o fluxo de atendimento na Atenção Básica e na Urgência e Emergência, controle e dispensação de medicamentos, entre outros assuntos.

O Município aderiu ao Ciclo 2019/2020 do Programa Saúde na Escola (PSE), com 42 escolas municipais, correspondendo a 9.888 educandos.

O PSE faz parte da programação das atividades das UBS que mantêm práticas de promoção e prevenção em saúde junto ao público escolar, contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento integral e favorece o enfrentamento de vulnerabilidades da comunidade escolar que comprometem o pleno desenvolvimento dessa faixa etária, além de reduzir agravos e doenças preveníveis. Com a situação da pandemia o planejamento inicial teve que ser readequado; algumas ações foram realizadas de forma remota, mantendo-se o compromisso assumido com as escolas. As Secretarias Municipais de Saúde e de Educação realizam um trabalho integrado e articulado e têm como meta a realização das seguintes ações:

- a. Ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti*;
- b. Promoção das práticas corporais, atividade física e lazer nas escolas;

Relatório Anual de Gestão 2020

- c. Prevenção ao uso de álcool, tabaco, *crack* e outras drogas;
- d. Promoção da Cultura de Paz, Cidadania e Direitos Humanos;
- e. Prevenção de violência e acidentes;
- f. Identificação de educandos com sinais de agravos de doenças;
- g. Promoção e avaliação de saúde bucal e aplicação tópica de flúor;

- h. Verificação da situação vacinal;
- i. Promoção da segurança alimentar e nutricional e da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil;
- j. Promoção da saúde auditiva e identificação de educandos com sinais de alteração;
- k. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS; e
- l. Promoção da saúde ocular e identificação de educandos com possíveis sinais de alteração.

De acordo com o Relatório Estadual de Monitoramento de 2019 do PSE/Paraná (MS, 2020), que avaliou o primeiro ano do ciclo 2019/2020, os resultados dos indicadores de cobertura das ações e o percentual de cobertura das ações prioritárias do PSE no Município foi de 92,86%, acima da cobertura nacional.

Foram realizadas ações para enfrentamento do COVID-19 nas escolas do território de abrangência das UBS, aderidas ou não ao PSE, como forma de ampliar o alcance e o impacto das ações relativas aos estudantes e suas famílias e comunidade, mesmo que de forma remota e /ou virtual.

A obesidade infantil tem sido foco da atenção da SMS; condição complexa, com sérias dimensões sociais e psicológicas, que afeta praticamente todos os grupos etários e socioeconômicos e ameaça sobrecarregar os sistemas de saúde de países desenvolvidos e em desenvolvimento. O excesso de peso entre crianças brasileiras tem alcançado prevalência preocupante. Segundo dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), em 2017, cerca de 3 em cada 10 crianças com idade entre 5 e 9 anos apresentam excesso de peso, sendo a obesidade infantil um dos maiores desafios da saúde pública do século XXI. Crianças com sobrepeso têm 55% a mais de chance de se tornarem adolescentes obesos e 80% de chance de serem adultos obesos, e também são mais propensas a desenvolver doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) em idade mais jovem do que as crianças que não tem excesso de peso. Dentre as DCNT, destacam-se a diabetes e doenças cardiovasculares que, por sua vez, estão associadas a maior chance de morte prematura e incapacidade, onerando o SUS. As causas da obesidade são complexas e estão relacionadas a um conjunto de fatores que constitui o modo de vida das populações modernas, caracterizado pelo consumo excessivo de alimentos ultraprocessados que, usualmente, apresentam altos teores de açúcar, gordura e sódio, juntamente com uma prática reduzida de atividade física. Entre as estratégias mais efetivas para prevenção e controle da obesidade infantil encontram-se o monitoramento do estado nutricional, ações de promoção da alimentação saudável e de práticas corporais e atividade física na escola.

De acordo com o relatório do SISVAN 2020, em Londrina, das crianças acompanhadas entre 0 a 05 anos, 9,37% estavam com peso elevado para a idade e, entre 5 a 10 anos, 16,82%, o que aponta para a necessidade de acompanhamento nutricional nestas faixas etárias.

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 3. Relação peso x idade de crianças de 0 a 5 anos e de 5 a 10 anos. Londrina, 2020.

SISVAN Relatórios

Relatórios Públicos

Relatórios do Estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida e índice

Ano: 2020 - Mês: TODOS

Fase da Vida: CRIANÇAS (de 0 a 5 anos)

PESO X IDADE													
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
SUL	41	PR	411370	LONDRINA	120	1.67%	167	2.32%	6.236	86.65%	674	9.37%	7.197
TOTAL ESTADO PARANÁ					2.213	1.08%	4.450	2.18%	181.098	88.6%	16.647	8.14%	204.408
TOTAL REGIÃO SUL					5.442	1.18%	10.104	2.19%	408.574	88.36%	38.297	8.28%	462.417
TOTAL BRASIL					55.434	1.46%	107.655	2.84%	3.294.350	87%	329.134	8.69%	3.786.573

Fase da Vida: CRIANÇAS (de 5 a 10 anos)

PESO X IDADE													
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
SUL	41	PR	411370	LONDRINA	55	1.45%	49	1.29%	3.052	80.44%	638	16.82%	3.794
TOTAL ESTADO PARANÁ					667	0.69%	1.602	1.65%	79.193	81.4%	15.821	16.26%	97.283
TOTAL REGIÃO SUL					1.573	0.71%	4.124	1.86%	179.350	81.06%	36.216	16.37%	221.263
TOTAL BRASIL					33.440	1.45%	78.249	3.38%	1.925.129	83.22%	276.368	11.95%	2.313.186

Versão 3.0

Ministério da Saúde © 2021. Secretaria de Atenção Primária à Saúde

Fonte: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/estadonutricional>

Compreendendo a complexidade da temática da obesidade infantil e a multifatorialidade envolvida, a SMS/DAPS realizou adesão ao *Programa Crescer Saudável*, programa do Ministério da Saúde que contribui na prevenção e manejo do sobrepeso e obesidade em crianças. Consiste na realização de um conjunto de ações a serem implementadas no âmbito do Programa Saúde na Escola, com o objetivo de contribuir com a prevenção, controle e tratamento da obesidade infantil, por meio de ações para as crianças matriculadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental I. As ações que compõem o programa abrangem a vigilância nutricional, a promoção da alimentação adequada e saudável, o incentivo às práticas corporais e de atividade física, e ações voltadas para oferta de cuidados para as crianças que apresentam obesidade.

O Comitê de Estímulo ao Aleitamento Materno de Londrina (CALMA) da SMS realizou, em 2020, 6 reuniões ordinárias, sendo 1 presencial e as outras de forma remota, com participação dos profissionais de saúde das instituições integrantes, quando foram contempladas abordagens científicas para discussão de assuntos relevantes. O CALMA possibilita troca de experiência interinstitucional, contribuiu na reflexão do processo de trabalho das instituições integrantes e promove integração entre os participantes, assim como oferece apoio às instituições de saúde com relação à implementação de ações de promoção, proteção e manejo do aleitamento materno. Anualmente é feita avaliação da participação das instituições integrantes, assim como das ações desenvolvidas em prol do aleitamento materno.

No mês de julho o CALMA participou do 5º Congresso Paranaense de Saúde Pública/Coletiva e 6ª Mostra Paranaense de Pesquisas e Relatos de Experiência em Saúde, em plataforma digital e apresentou trabalho intitulado “Comitê municipal de estímulo ao Aleitamento Materno de Londrina - 25 anos de existência”.

Realizada a Semana Mundial de Amamentação (SMAM)/ Agosto Dourado de 2020, com o tema “Apoiar a amamentação para um planeta mais saudável”, junto com o Agosto Azul, mês alusivo à conscientização e adoção de medidas voltadas à saúde do homem e incentivo à paternidade responsável no estado do Paraná. Foram realizadas 6 *lives* abertas ao público, utilizando a plataforma RUTE/HU do Hospital Universitário de Londrina.

2.7 ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER

Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, as mulheres representam a maioria da população brasileira (50,77%) e são a maior clientela do SUS, seja para cuidar da própria saúde ou para buscar assistência a familiares. A política de saúde da mulher Atenção Primária à Saúde do Município tem como objetivo principal a promoção e prevenção de agravos, por meio de ações de atenção integral à saúde, vinculadas às redes de assistência e atuando de forma multiprofissional.

Considerando a estimativa do IBGE para 2020 a população total de Londrina é de 575.377 habitantes, sendo que 299.196 são mulheres (52%), entre as quais 186.698 em idade fértil (10 a 49 anos), o que representa aproximadamente 62,4% da população feminina.

Fatores importantes que justificam atendimento especializado são as patologias específicas da sua fisiologia, como câncer do colo uterino e de mama, morbimortalidade relacionados à gravidez, parto e pós-parto, além do adoecimento relacionado às desigualdades de gênero.

- **Atenção ao pré-natal e puerpério**

A Atenção Primária à Saúde atua com o indicador de mortalidade materna para avaliar as condições de saúde de uma população. Razões de Mortalidade Materna (RMM) elevadas são indicativo de precárias condições socioeconômicas, baixo grau de informação e escolaridade, dinâmicas familiares em que a violência está presente e, sobretudo, dificuldades de acesso a serviços de saúde de boa qualidade.

Entendendo isso, o Município participa da Rede Cegonha (Portaria Nº 1.459, de 24 de junho de 2011), que é uma estratégia do Ministério da Saúde que visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. No Paraná, essa rede recebe o reforço e implementação do Estado, sendo intitulada, Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e Atenção Materno Infantil.

A Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e Atenção Materno Infantil propõem a organização da atenção materno-infantil por meio das ações de pré-natal e puerpério e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, em especial no seu primeiro ano de vida. Há um conjunto de ações que compreende a captação precoce da gestante, acompanhamento no pré-natal, com no mínimo de 7 consultas, realização de 22 exames, classificação de risco das gestantes e crianças, garantia de ambulatório especializado para as gestantes e crianças de risco, garantia do parto por meio de um sistema de vinculação ao hospital conforme o risco gestacional.

As consultas de pré-natal de risco habitual ocorrem em todas as UBS, que também realizam visitas domiciliares para acompanhamento das gestantes, realizam busca ativa das faltosas e acompanham as puérperas, além de atendimentos individuais ou em grupo pelas equipes multiprofissionais. Para auxiliar o acompanhamento do pré-natal das gestantes classificadas no risco intermediário, as UBS contam com o apoio do Ambulatório do Centro Materno Infantil (CISMEPAR) e PUC. As gestantes que apresentam alto risco são encaminhadas para os ambulatórios de patologia obstétrica do Hospital de Clínicas da UEL (HC-UEL) e no Alto da Colina do Hospital Evangélico para acompanhamento.

Para avaliação e acompanhamento das ações da Linha de Cuidado à Saúde da Mulher e atenção materno infantil o Comitê Regional de Governança da Rede Mãe Paranaense, Macrorregional Norte, reúne gestores, profissionais de saúde e representantes de serviços de outros municípios, a fim de avaliar, monitorar e implementar ações para melhoria da qualidade da assistência pré-natal e ao binômio mãe-filho, redução de indicadores de morbimortalidade materna, melhor gerenciamento de recursos e busca de parcerias, entre outras ações. No ano de 2020, a Secretaria participou das reuniões do Comitê de Governança e manteve um grupo de trabalho para discussão das questões pertinentes ao tema e agilizar medidas de intervenção na rede.

O matriciamento na APS é estimulado como forma de melhorar a qualidade do atendimento ofertado e tornar a rede de serviços municipais mais eficientes e resolutive.

Em virtude a pandemia, o serviço acompanhamento pela APS foi implementados sob novo modelo, sendo implementado o Monitoramento das Gestantes de Risco, Puérperas e recém-natos pelo serviço de Central de Monitoramento. A busca ativa deu-se por meio do relatório das altas hospitalares das maternidades municipal Lucila Balalai, Hopsital Universitário e Hospital Evangélico de Londrina. As gestantes foram acompanhadas pelos relatórios de agendamento de consultas nos ambulatórios de referência para alto risco (CISMEPAR e PUC) e o contato realizado por telefone, com registro do tele atendimento em sistema vigente PEC e-SUS. De janeiro a outubro foram realizadas 2.760 ligações a gestantes e puérpeas.

- **Matriciamento em ginecologia e obstetrícia**

O apoio matricial em ginecologia e obstetrícia está inserido no Município desde 2015 e tem como principal objetivo ser apoio das equipes de referência da APS, tanto no suporte assistencial, quanto no técnico-pedagógico e, quando necessário, é realizado atendimento individual pela equipe de matriciadores na Unidade Municipal de Matriciamento e Ensino ao Saúde da Família (UMMESF), que funciona no prédio da Policlínica Municipal.

Na UMMESF são atendidos planejamento reprodutivo, casos de infecções sexualmente transmissíveis (IST), avaliação e solicitação de exames, inserção de DIU, entre outras demandas, sendo que o fluxo para o atendimento neste serviço tem o início nas UBS e inseridos em sistema de regulação para o efetivo atendimento.

A equipe de matriciamento elaborou material para estudo *on line*, referente a pré natal e ginecologia, para médicos e enfermeiros. Esse material está disponibilizado na rede interna da Prefeitura de Londrina, Intranet, acessível aos profissionais que atuam nas equipes da Atenção Primária e pela Escola de Governo.

Devido à pandemia e restrição de realização de atividades presenciais, foi mantido o apoio matricial por telefone aos profissionais da APS, sendo prestados 855 atendimentos na UMMESF no período de janeiro a outubro de 2020.

- **Prevenção e controle de câncer de colo e de mamas**

O câncer de colo de útero, também conhecido por câncer cervical, é uma doença de evolução lenta que acomete, sobretudo, mulheres acima dos 25 anos, sendo o principal agente da enfermidade o *Papilomavírus humano* (HPV).

Embora a incidência do câncer de colo de útero esteja em declínio, ainda está entre as enfermidades que mais acometem e matam mulheres no Brasil. É o terceiro tumor mais frequente na população feminina, atrás do câncer de mama e do câncer colo retal, e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil.

Relatório Anual de Gestão 2020

Estão mais expostas ao risco para o câncer de colo uterino mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos, associando-se fatores de risco relacionados à infecção pelo HPV e outros.

A prevenção do câncer de colo de útero está relacionada com uso de preservativos nas relações sexuais, coleta periódica de exame citopatológico de colo de útero e a vacinação contra o HPV. A vacinação somada às atuais ações para o rastreamento do câncer do colo do útero, possibilitará, nas próximas décadas, reduzir muito essa doença.

Em Londrina, a coleta de citologia oncológica, o exame clínico das mamas com orientação para o autoexame e solicitação de mamografia são realizados por profissionais médicos e enfermeiros. O serviço é realizado em todas as 53 UBS e também em instituições vinculadas ao serviço municipal de saúde como a UMMESF, o Ambulatório Alto da Colina, Unidade de Mama do CISMEPAR e PUC. As mamografias são realizadas em clínicas locais conveniadas ao SUS.

Os serviços de referência para pacientes com resultados de citologia alterados são o CISMEPAR e Hospital de Câncer de Londrina (HCL), onde são realizadas colposcopias e Cirurgia de Alta Frequência (CAF). A referência terciária está sob responsabilidade do HCL e para os resultados de mamografias alteradas, os serviços de referência são: CISMEPAR (Unidade Mama), HC/UEL e HCL.

Entre os meses de janeiro e agosto foram realizadas 7.960 coletas de exames de citologia oncológica de mulheres com idade entre 25 e 64 anos, porém a população estimada da faixa etária para coleta é de 33.989. Quanto ao exame de mamografia, foram realizados 3.717 exames de rastreamento na faixa etária preconizada (50 a 69 anos), sendo pactuada para esta faixa etária a realização de 15.655 exames ao ano (dados do *Tabnet*, disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sia/cnv/qbpr.def>).

Em comemoração ao Outubro Rosa, a APS promoveu a Campanha Municipal de Prevenção do Câncer de Colo de Útero e de Mama no dia 17/10. Entre as ações ofertadas foram: coleta de exame preventivo, avaliação clínica das mamas, agendamento de mamografias, orientações e palestras em sala de espera, vacinação contra HPV, distribuição de materiais educativos, entre outros. Foram realizadas 1.563 coletas de preventivo de colo uterino e 980 solicitações de mamografias, somente naquele dia.

- **Ações de Planejamento Reprodutivo**

A saúde reprodutiva implica em autonomia e liberdade de decisão sobre o método contraceptivo. Devem, portanto, ser ofertados a homens e mulheres adultos, jovens e adolescentes informação, acesso e opções de métodos eficientes, seguros, permissíveis, aceitáveis e não contrários à Lei N° 9.263/1996, que trata do planejamento reprodutivo. Além da oferta de métodos contraceptivos, é assegurado o direito ao acesso a serviços apropriados de saúde para o pré-natal, parto e puerpério. Devem incluir e valorizar a participação masculina, uma vez que a responsabilidade e os riscos das práticas anticoncepcionais são predominantemente assumidos pelas mulheres.

O serviço de Planejamento Familiar é disponibilizado a homens, mulheres e casais, em idade fértil, que buscam assistência sobre o assunto ou

Relatório Anual de Gestão 2020

que sejam profissionalmente encaminhados para esta finalidade e o serviço de saúde fornece todos os métodos anticoncepcionais recomendados pelo Ministério da Saúde (Tabela 3).

Em todas as unidades de saúde são disponibilizados métodos temporários: anticoncepcional oral e injetável (mensal e trimestral) e preservativo (condom masculino e feminino). O DIU de cobre está disponível em algumas Unidades e na UMMESF e, no ano de 2017, a PUC iniciou um ambulatório de Planejamento Reprodutivo, com métodos reversíveis, sendo também ofertado o DIU de cobre. Para métodos cirúrgicos (laqueadura e vasectomia) o Município conta com as referências do CISMEPAR e Maternidade Municipal Lucilla Balallai.

Tabela 3. Consumo de métodos anticoncepcionais do Programa de Planejamento Familiar. Londrina, 2020.

Produto	Entrada Anual Ministério da Saúde	Consumo	
		Médio Mensal	Anual
Condom masculino adulto	317.520 MS e 18.000 Município	35.726	428.712
Condom Feminino	0	560	6.720
DIU TCU - 370 A duração 10 anos	301	34	408
Estradiol 5mg + Etisterona 50mg amp	18.418	1.171	14.052
Etinilestradiol 0,03 + Levonorgestrel 0,150 - monofás. - Cartelas	10.980	1.420	17.040
Gel lubrificante íntimo*	9.500	3.229	38.748
Medroxiprogesterona, Acetato 150 mg - 1ml	18.944	1.475	17.700
Noretisterona 0,35 mg - cartelas	373	136	1.632

Fonte: CAF/ Secretaria Municipal de Saúde (janeiro a outubro 2020)

2.8 REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência como um grave problema de saúde pública, além de constituir uma violação dos direitos humanos. A violência “representa um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima” (Distrito Federal, 2008)¹.

A violência é um fenômeno complexo; além de ser uma questão social, política, cultural, policial e jurídica, é, também, e principalmente, um caso de saúde pública, uma vez que muitas vítimas adoecem a partir de situações de violência.

Para compreender e enfrentar essa problemática, deve-se analisar um conjunto de determinantes, como condições de vida, trabalho, habitação, educação, lazer e cultura.

No ano de 2020, a pandemia desencadeou alterações bruscas na vida das famílias e da sociedade em geral. As medidas de restrição e orientações sobre isolamento social, necessárias para prevenir e reduzir a transmissão do

Relatório Anual de Gestão 2020

COVID-19, perturbaram a rotina familiar de modo geral e, com isso, adicionou novos focos de ansiedade e estresse.

A percepção de que a casa é um local seguro e acolhedor não é uma realidade para todos os brasileiros. Muitas pessoas dividem o espaço com seu agressor e vivem sob tensão e medo. É importante ressaltar que a pandemia atingiu as famílias de forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social.

O enfrentamento desse fenômeno exige uma convergência de medidas de impacto, por isso foram mantidas reuniões dos diversos grupos de trabalho de forma virtual no Município, durante a pandemia.

O Comitê interinstitucional e intersetorial para prevenção e enfrentamento das violências nos territórios (GT SINAN), tendo integrantes das políticas que se envolvem diretamente com pessoas em situação de violência, tem como objetivo sensibilizar profissionais de diferentes políticas sobre a importância de notificar situações de violência ou suspeita de. O preenchimento correto, oportuno e encaminhamento da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada permite a alimentação das informações no Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), assim como provoca interlocução sobre o cuidado da pessoa que sofreu violência e dispara medidas de cuidado e proteção em cada política. O grupo realizou reuniões de forma remota, com replanejamento das ações, sendo que a capacitação da rede foi o principal objetivo no ano, tendo também esse objetivo o Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência.

O referido Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, que tem como finalidade articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede intersetorial, além de estabelecer fluxo de atendimento no Município e o aprimoramento da integração do referido Comitê, é composto pelos órgãos e organizações do Sistema de Garantia de Direitos. No ano de 2020 realizou reuniões de forma *on line* com boa articulação entre os representantes e serviços, tendo alguns subgrupos de trabalho, como: capacitações, trabalho infantil e gestantes adolescentes e outras questões de saúde.

No dia 08 de setembro o Comitê encaminhou aos gestores dos serviços o Ofício nº 04/2020, para o Lançamento do Caderno de Orientações sobre o Fluxo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência à Rede de Proteção Intersetorial, sendo realizadas 6 videoconferências com as redes dos territórios para a apresentação do Caderno e orientação dos fluxos.

O comitê também realizou, em junho e julho, a capacitação por videoconferência de Conselheiros Tutelares do Município, para apresentação do caderno e fluxogramas da proteção. Também realizou a primeira turma do curso O Papel da Rede de Proteção no Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (Piloto), sendo um curso totalmente virtual, pela plataforma da Escola de Governo do Município. A primeira turma foi composta por 40 profissionais das diversas políticas que atendem crianças e adolescentes, com o objetivo de avaliação do conteúdo e metodologia para posteriormente ser realizado por todos profissionais da rede de proteção.

O comitê também elaborou o Projeto de Lei Nº 141/2020, instituindo a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento a Violência Contra Crianças

e Adolescentes no Município de Londrina e outras providências, foi encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores, e se encontra sob os trâmites de avaliação e para aprovação.

A Rede Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual (Decreto Nº 996, de 12 de agosto de 2019) realiza discussões sobre o enfrentamento da violência contra a mulher no Município; a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres realiza a coordenação da rede e atua na articulação com outros órgãos da administração municipal, promovendo a incorporação da perspectiva de gênero nas demais políticas públicas. Dentro dos objetivos estão: melhoria da qualidade dos serviços; estabelecimentos de fluxos e protocolos de atendimento; notificação da violência através da Ficha de Violência Interpessoal e Autoprovocada; melhoria de acesso das usuárias aos serviços.

As reuniões da Rede ocorreram de forma remota no ano de 2020, tendo uma boa participação dos representantes das políticas e serviços. A rede conta com vários grupos de trabalho para melhor executar as atividades, tendo como destaque o GT da Violência Sexual. Este GT realizou várias reuniões ordinárias e extraordinárias sobre os temas: organização do fluxo do transporte quando mulheres estão em situação de violência e risco de vida; elaboração de caderno de orientações e fluxo da proteção da mulher em situação de violência baseado no Formulário de Avaliação de Risco (FRIDA) e organização e articulação da comunicação dos casos de violência contra a mulher atendidos na Saúde para a delegacia especializada, atendendo a Lei Nº 13.931, de 10 de dezembro de 2019.

Dentro da SMS houve articulações para organização e implementação no atendimento às pessoas em situação de violência, tendo sido realizada revisão do atendimento a crianças e adolescentes do Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Interpessoal e/ou Autoprovocada. Foi reestabelecido o trabalho de articulação e vigilância dos casos na Vigilância Epidemiológica, reorganização dos pontos de atenção ao atendimento da violência sexual, organização do trabalho do grupo de profissionais habilitados para o procedimento de Escuta Especializada das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência da SMS e organização de fluxos para o atendimento.

2.9 AÇÕES DE DESTAQUE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

O ano de 2020 foi bastante atípico para toda a rede de serviços de saúde devido à pandemia, fato que possibilitou a criação e inovação de serviços, sempre com intuito de atender o usuário com excelência e segurança.

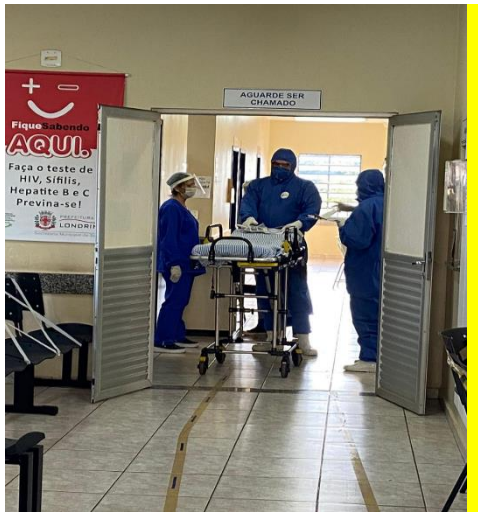
Entre as ações de destaque estão:

- **Unidades de Referência Respiratória**

Com a necessidade de ofertar um serviço de referência para atendimento exclusivo a sintomáticos respiratórios, 6 Unidades Básicas de Saúde foram destacadas: Guanabara, Ouro Branco, Bandeirantes, Maria Cecília, Chefe Newton e Vila Ricardo. Todas as UBS receberam equipamento de urgência e emergência, com carrinho de emergência (oxímetro, termômetro infravermelho e oxigênio).

Relatório Anual de Gestão 2020

Estas unidades ofertaram consultas médicas e de equipe multiprofissional, realização do exame RT-PCR e todo suporte assistencial necessário ao adequado tratamento e acompanhamento dos indivíduos ao longo do ano. Receberam acompanhamento por equipe técnica e orientações sobre condutas necessárias ao paciente com suspeita e/ou confirmação do COVID-19. O total de atendimentos à demanda espontânea e de exames RT-PCR realizados naquelas unidades, no segundo semestre, foram de 46.054 e 17.433 respectivamente.



- **Central do Monitoramento**

Como parte do ciclo de cuidado ao paciente confirmado ou com suspeita de COVID-19, a SMS implantou a Central de Monitoramento na Sala de Laboratório de Informática da Secretaria de Governo. Esse serviço foi executado por servidores próprios, que tiveram a indicação de afastamento do serviço clínico, em virtude do Decreto Municipal Nº 350/2020.

O monitoramento foi realizado por telefone, quando os pacientes acometidos informavam seu estado clínico e de prováveis contatos no núcleo de convivência aos profissionais e recebiam orientações. Dessa forma, os profissionais puderam acompanhar a evolução dos sintomas e tomar decisões oportunas, evitando complicações clínicas e óbitos, além de possibilitar a busca ativa de outros contaminados. As orientações dos profissionais foram muito importantes para o rompimento da cadeia de transmissão.

A Central de Monitoramento foi uma das estratégias de enfrentamento da pandemia em 2020, disponibilizada de segunda à sexta, das 08h às 18h, e nos finais de semana e feriados das 08h às 14h e atendeu, em média, 250 ligações diárias.



- **Atendimento nas Escolas Municipais**

Como algumas unidades de saúde foram destacadas para atendimento exclusivo a sintomáticos respiratórios e para que a população das respectivas áreas de abrangência não ficasse sem atendimento geral, foi feita uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que cedeu temporariamente 5 escolas municipais para que os atendimentos de saúde pudessem ser ali prestados, de forma agendada, sem prejuízo dos munícipes e garantidas as medidas sanitárias de prevenção do COVID-19. Os serviços ofertados nas escolas foram consultas eletivas, coletas de exames laboratoriais e dispensação de medicamentos.

As escolas utilizadas pela SMS foram: Escola Municipal Mábio Gonçalves Palhano (Parque Ouro Branco), Escola Municipal José Garcia Vilar (Jd. Interlagos), Escola Municipal Norman Prochet (Jd. Guanabara), Escola Municipal Professor Moacyr Teixeira (Jd. Violin), Escola Municipal Claudia Rizzi (Jd. Everest) e Escola Municipal Francisco Pereira de Almeida Junior (Jd. Guilherme de Almeida).



- **Unidades Acolhedoras**

Como foi preciso transformar 6 unidades da região urbana em unidades de referência respiratória, outras UBS passaram acolher os usuários

com necessidades de saúde, porém não sintomáticos respiratórios, permitindo-lhes acesso ao serviço numa Unidade Acolhedora mais próxima possível de seu domicílio.

Foram remanejados alguns profissionais para as Unidades Acolhedoras, para que não houvesse descontinuidade de atendimentos de pré-natal, puericultura, coleta de citologia oncológica, administração e dispensação de medicamento, avaliação de demanda espontânea, entre outros.

As Unidades Acolhedoras foram: Ernani, Armino Guazzi, Casoni, Vila Brasil, Centro, Cafezal, Piza, PIND, Itapoã, San Izidro, Aquiles, João Paz, Vivi Xavier, Padovani, Parigot, Tokio, Alvorada e Panissa.

- **Unidade Jardim do Sol**

Como o Pronto Atendimento Infantil (PAI) organizou seu espaço e processo de trabalho para atendimento exclusivo de crianças com suspeita de COVID-19, houve necessidade de disponibilizar um serviço de referência infantil para acolher a demanda espontânea das crianças sem sintomas respiratórios para atendimento de saúde.

Assim, a UBS Jardim do Sol foi destinada a prestar atendimento exclusivo até 12 anos de idade, com suporte de profissional de enfermagem e médicos clínico e pediatra.

- **Unidade Guanabara**

A Unidade Básica de Saúde Guanabara passou ser uma das UBS de referência respiratória e, como já registrava os maiores números em totalidade por procura de vacina, passou a ser, também, referência em imunização com o advento da pandemia, absorvendo a demanda pela procura de vacina. Na organização da sala de vacina a SMS contou com a participação da Secretaria de Políticas para Mulheres, que cedeu parte da estrutura.

O atendimento da sala de imunização da UBS Guanabara teve início em 2020, de segunda à sexta, das 07h às 19h, mediante agendamento de até 40 atendimentos para vacinação por dia.

- **Parceria com Secretaria da Educação**

O ano de 2020, apesar de ter-se apresentado com tantas dificuldades, oportunizou o estreitamento de laços, com as importantes e indispensáveis parcerias foram firmadas com outras Secretarias e órgãos públicos para que os desafios fossem vencidos.

A SMS apresentou solicitações à Secretaria Municipal de Educação (SME), sendo prontamente atendidas, uma vez que as atividades escolares estivessem suspensas, possibilitando assim que algumas Unidades Básicas de Saúde pudessem instalar atendimento nos espaços da SME.

Além das escolas municipais que foram colocadas à disposição para atendimento das UBS, foram também cedidos temporariamente 3 Técnicos de Gestão Pública (TGP) para reforçar as equipes da Atenção Básica. A SMS contou também com o espaço da CMEI Valéria Veronezi (Supercreche) para a realização de diversas agendas de vacinação, inclusive com a instalação de uma

Relatório Anual de Gestão 2020

Sala de Vacina durante o mês de novembro, para ampliar o acesso a vacinas durante o mês de campanha de multivacinação e contra poliomielite.

Foi também cedida a CMEI João Rampazo, localizada no distrito de São Luiz, quando foram iniciadas as obras de reforma da UBS daquele distrito, evitando que a população tivesse que se deslocar por longa distância até a UBS do distrito próximo.



- **Rastreamento de Contatos**

A Portaria Nº 2.358, de 2 de setembro de 2020, instituiu incentivo de custeio, em caráter excepcional e temporário, para a execução de ações de rastreamento e monitoramento de contatos de casos de COVID-19.

A SMS determinou a notificação de todos os casos suspeitos, assim como a inserção em Ficha Epidemiológica dos contatos e rastreamento dos mesmos, segundo orientação da 17ª Regional de Saúde que disponibilizou os formulários por meio do *link*: <https://covid19.appsesa.pr.gov.br>.

- **Projeto Atenção Primária na COVID**

Esse projeto foi desenvolvido por profissionais da Atenção Primária para orientar e capacitar empregadores e trabalhadores, minimizando riscos de disseminação do vírus nos ambientes de trabalho.

O serviço foi ofertado de forma virtual, entre os meses de maio e dezembro, quando foram realizadas capacitações a 286 empresas, 2.544 multiplicadores e alcançou aproximadamente 19.380 trabalhadores. Foram atendidos condomínios residenciais, empresas da construção civil, *shoppings centers*, cooperativas de reciclagem, escolas, igrejas, restaurantes, bares, empresas comerciais, entre outros.



- **Apoio Emocional**

Foi ofertado um serviço de Apoio Emocional, através do telefone 0800 400 1234 – Disk COVID, inicialmente aberto aos profissionais de saúde e posteriormente à população geral. Este trabalho foi desenvolvido pelos profissionais psicólogos e teve o intuito de minimizar e trazer conforto as pessoas frente as indecisões causadas pela nova pandemia, o medo e insegurança. De maio a dezembro de 2020 foram atendidas 231 pessoas.

- **Exercício e Saúde**

Outra iniciativa foi a criação de um canal no *Youtube*, “Exercício & Saúde”, para estimular a população à atividade física orientada por profissionais educadores físicos. Práticas corporais são efetivas na redução da ansiedade e melhoria do padrão de saúde em geral, além de prevenir diversas doenças associadas à inatividade física.

Com a necessidade do isolamento social aumentaram a ansiedade e sedentarismo entre a população e os vídeos educativos sobre a forma correta de praticar atividade física, com sessões de exercícios voltados à aptidão física e boa saúde foram muito acessados, sendo que o canal alcançou 25.393 visualizações até dezembro.



- **Tablets**

Em 2020 a Secretaria Municipal de Saúde adquiriu 286 *tablets* para uso dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), para agilização do cadastramento dos usuários nos territórios das UBS na base federal de informação do e-SUS, para melhor desempenho das ações pelas Equipes da Estratégia Saúde da Família.

- **Central de Monitoramento das Gestantes e Puérperas**

O monitoramento das gestantes de risco, puérperas e recém-natos, realizado pela Central de Monitoramento foi uma importante medida, iniciada com a busca ativa a partir dos relatórios de altas hospitalares das maternidades Municipal Lucilla Ballalai, Hopsital Universitário e Hospital Evangélico de Londrina. As gestantes são acompanhadas por meio dos relatórios de agendamento de consultas nos ambulatórios de referência para alto risco (CISMEPAR e PUC) e o contato é feito por telefone, com registro do tele atendimento no sistema vigente PEC e-SUS. Entre janeiro e outubro foram realizadas 2.760 ligações a gestantes e puérperas.



- **Drive thru de vacinação**

Para realização da vacinação da população contra influenza e sarampo foram realizados 3 *drive thru*. Nesses eventos a SMS contou com a parceria da Igreja Presbiteriana Central de Londrina e o Shopping Catuaí, que gentilmente cederam seus espaços à equipe técnica da Secretaria, possibilitando um fluxo dinâmico, sem aglomeração e em que os profissionais da Atenção Primária aplicaram 23.000 doses de vacina, garantindo o distanciamento social necessário.



- **Agendamento eletrônico**

Foi criado o agendamento eletrônico pelo site da PML, disponível em: <https://www.londrina.pr.gov.br/agendamentos>, para evitar aglomerações e possibilitar o acesso das pessoas à vacinação nas UBS e CMEI Valéria Veronezi (Supercreche). Essa forma de agendamento *on line* foi eficiente e permitiu que os usuários pudessem agendar horários para receberem as vacinas. Foram disponibilizados horários de segunda a sexta feira, das 08h às 20h e, em finais de semana, das 08h às 17h. O acesso ao agendamento foi disponibilizado

- **Contratação de médicos para a Atenção Primária à Saúde**

Relatório Anual de Gestão 2020

Com a maior demanda por atendimento médico em UBS, a SMS firmou contrato com empresas terceirizadas por meio de abertura de licitação e contratou horas médicas de três especialidades: clínico geral, pediatra e ginecologista. O aporte profissional foi importante para as UBS, fortalecendo o atendimento realizado a todos os ciclos de vida pelas Equipes da Estratégia Saúde da Família, inclusive nos domicílios com equipe multidisciplinar.

As empresas vencedoras foram El Shadai Prestadora de Serviços Médicos e Hospitalares Eireli e RMS & GC Medicina e Saúde Ltda, e têm prestado serviço ao Município desde março de 2020, com 6.248 horas/mês de médicos clínico gerais, 2.464 horas/mês de ginecologia e obstetrícia e 2.376 horas/mês de pediatria.

- **Central de Resultados**

O Município implantou em setembro a Central de Resultados diante do grande volume de exames RT-PCR realizados nos serviços de saúde e da iminência de aumento devido à alta transmissibilidade do novo Coronavírus entre a população. Os munícipes que foram testados para COVID-19 tiveram a comodidade de obter resultados dos exames por telefone (0800 400 1234). Além do contato verbal por telefone, o resultado foi enviado por e-mail, evitando assim a circulação de pacientes sintomáticos e/ou positivados para o vírus. Foram informados 15.251 resultados no período de setembro a dezembro de 2020.

2.10 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA (AB)

A produção da Atenção Básica em Saúde de Londrina é informada no Sistema de Informação de Saúde para a Atenção Básica (SISAB) e sistema nacional e-SUS, registrando-se os dados de atendimento, conforme segue.

Tabela 4. Número de consultas realizadas por profissionais de nível superior, na Atenção Básica. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Número de consultas por profissionais de nível superior	72.217	125.203	140.102	208.742

Fonte: e-SUS 2020

Nas consultas de nível superior estão incluídas as consultas agendadas, consultas agendadas programadas/cuidado continuado, atendimentos de urgências e consultas do dia por profissionais de nível superior das UBS, com exceção dos dentistas que apresentam sua produção separadamente.

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 5. Número de atendimentos realizados por demanda espontânea na Atenção Básica. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Número de atendimentos	104.458	187.742	245.127	537.327

Fonte: e-SUS

Nos atendimentos realizados por demanda espontânea na Atenção Básica estão incluídos os atendimentos dos profissionais do nível superior (médicos, enfermeiro, fisioterapeuta, psicólogo, farmacêutico, nutricionista, assistente social), com exceção dos dentistas registram produção específica.

Tabela 6. Número de procedimentos consolidados, realizados na Atenção Básica. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Procedimentos: curativo, inalação, administração de medicamentos, aferição de pressão arterial, retirada de pontos.	160.067	364.545	512.225	1.036.837

Fonte: e-SUS

Tabela 7. Número de visitas domiciliares realizadas por ACS, na Atenção Básica. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Visitas domiciliares ACS	38.622	39.241	39.870	117.733

Fonte: e-SUS

Tabela 8. Número de atividades coletivas realizadas na Atenção Básica. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Nº de atividades coletivas (nº de grupos)	1.810	199	697	2.706

Fonte: e-SUS

Nas atividades coletivas estão incluídos atendimento em grupo, avaliação e procedimento coletivo, educação em saúde e mobilização social. A partir do segundo quadrimestre houve considerada diminuição pela suspensão das agendas de grupos.

Tabela 9. Número de atendimentos NASF - AB. Londrina, 2020

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	Total
Número de Atendimentos NASF	4.738	26.284	11.322	42.344

Fonte: e-SUS

Relatório Anual de Gestão 2020

Na produção de atendimentos NASF-AB estão incluídos avaliações/diagnóstico, prescrições terapêuticas e procedimentos clínicos/terapêuticos dos profissionais fisioterapeutas, nutricionistas, educadores físicos, psicólogos e farmacêuticos.

2.11 EDUCAÇÃO PERMANENTE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM 2020

- Capacitação de profissionais das equipes das Unidades de Referência Respiratória sobre paramentação e atendimento aos sintomáticos respiratórios;
- Revisão do protocolo de dietas enterais;
- Construção de fluxos intersetoriais de atendimento aos abrigos emergenciais de isolamento social e abrigos para isolamento de casos respiratórios suspeitos;
- Confecção do Protocolo de Planejamento Reprodutivo;
- Capacitações para as equipes de Atenção Básica com discussão sobre os indicadores de mortalidade materno-infantil e fetal;
- Elaboração de materiais para capacitação *on line* para servidores da APS sobre sangramento uterino anormal, pré-natal e atualizações do Manual de Pré-Natal e Puerpério na Atenção Primária;
- Participação e apresentação de trabalho no V Congresso Paranaense de Saúde Pública;
- Semana Mundial de Amamentação/ Agosto Dourado e Azul de 2020;
- Elaboração de projeto do curso: “O papel da rede de proteção no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes”;
- Oficinas de monitoramento e implantação do sistema e-SUS com as equipes da Atenção Primária à Saúde;
- Oficinas de manejo do prontuário eletrônico e-SUS;
- Oficina de Acolhimento e Classificação de Risco para Unidades Básicas de Saúde;
- Capacitação aos ACS sobre uso do aplicativo territorial para cadastro das famílias;
- Participação na capacitação em manejo das *Arboviroses*;

2.12 ATIVIDADES GERAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NO ANO DE 2020

- Participação das reuniões do Comitê de Gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção Social das Crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência;
- Participação na capacitação de Conselheiros Tutelares sobre o Caderno de Orientação sobre o fluxo de proteção à criança e ao adolescente vítima e/ou testemunha de violência na rede de proteção intersetorial;

- Participação em reuniões do Comitê de Mortalidade Materno Infantil com o Núcleo Regional de Ensino e 17ª Regional de Saúde;
- Reunião da Rede de enfrentamento de Violência Contra a Mulher;
- Reunião com GT da violência sexual;
- Reunião do GT de transporte das mulheres vítimas de violência;
- Reunião do GT para organização do fluxo de atendimento e classificação do risco da mulher que sofre violência;
- Participação em reuniões de Conselho Municipal de Direitos da Mulher;
- Participação em reuniões do Comitê de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal;
- Participação em reunião do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM);
- Participação do Grupo de trabalho interinstitucional e intersetorial para prevenção e enfrentamento das violências nos territórios (GT SINAN);
- Participação no Comitê de Aleitamento Materno (CALMA);
- Participação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Participação no GT do POM;
- Participação no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA);
- Participação no Conselho Municipal de Cultura da Paz (COMPAZ);
- Participação como membro do GT de Saúde Mental;
- Participação no Conselho Municipal do Idoso;
- Reuniões mensais das gerentes regionais com as coordenações de Unidade Básica de Saúde.

3. ATENÇÃO À MÉDIA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR DA REDE PRÓPRIA

A Maternidade Municipal Lucilla Ballalai (MMLB) tem importante papel na assistência ao parto de risco habitual e intermediário e nas ações de incentivo ao aleitamento materno, além do planejamento familiar.

O Laboratório Municipal (CENTROLAB) atende as demandas de exames de rotina e de urgência de todos os serviços da rede municipal de saúde. Oferta suporte para o envio de amostras da Vigilância Epidemiológica (dengue, H1N1, coqueluche, HIV, toxoplasmose, etc.) para o laboratório estadual, LACEN, e também realiza exames de controle de tuberculose e hanseníase. É referência para o treinamento de servidores das UBS de Londrina e demais serviços municipais, atende também as demandas da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL), Centro de Detenção e Ressocialização de Londrina (CDR), Casa de Custódia e unidades socioeducativas (CENSE I e II). Também acolhe o CISMEDPAR nos pedidos de exames de hanseníase e hepatites.

No ano de 2020, tanto a maternidade municipal quanto o CENTROLAB passaram reformas e ampliações, que proporcionaram maior qualidade, segurança e conforto para a população e para os profissionais que lá atuam. Na maternidade, a nova ala José Lopes de Souza abriga um moderno centro cirúrgico, centro de materiais esterilizados, lavanderia e demais áreas de

logística, trazendo a tecnologia de hospitais de referência internacionais. O CENTROLAB passou por importante ampliação, possibilitando a acomodação com segurança de pacientes que necessitam de suporte diagnóstico laboratorial com a melhor tecnologia em análises clínicas.

O Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) presta assistência a pacientes em tratamento de média e longa permanência, assegurando menor risco de exposição a infecções graves, redução de custos e maior conforto para o paciente, pela proximidade com a família.

Na área de Saúde Mental, o Município desenvolve ações do Programa de Terapia Comunitária, com ações de promoção de saúde mental, atividades em grupo e mantém um Pronto Atendimento Psiquiátrico e três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): CAPS infantil, CAPS III e CAPS AD, como suporte social à população.

Quanto à produção de atenção psicossocial, destacam-se algumas ações realizadas em 209, como a elaboração dos protocolos dos serviços, que estão em fase de apreciação pela sociedade científica; ações de matriciamento sistemático, realizadas pelos serviços de saúde mental e pelas equipes do NASF, junto às equipes de Atenção Básica, sobre drogadição, prevenção de suicídio, abuso de álcool e transtornos mentais; a realização de ações de capacitação conjunta com Atenção Básica (eCnar) sobre abuso de álcool e drogadição, com estudo de casos atendidos; realização de reuniões no SAMU para discussão dentro da temática de psiquiatria; participação dos profissionais do CAPS em diversas ações de intersetorialidade, como as Reuniões de Rede, Audiência Concentrada, Comissões e Grupos de Trabalho de Saúde Mental, entre outros.

3.1 SERVIÇO MUNICIPAL DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD)

Em 2020 o SAD contou com 3 Equipes Multiprofissionais de Assistência Domiciliar (EMAD) e 1 Equipe Multiprofissional de Apoio (EMAP), habilitadas junto ao Programa Melhor em Casa do Governo Federal. O serviço manteve, em média, 132 pacientes em atendimento/mês. Essa modalidade de atenção visa, entre outros propósitos, a desospitalização precoce de pacientes internados ou evitar a hospitalização de pacientes que pudessem necessitar de tecnologias assistenciais de maior complexidade que as disponíveis na rede de atenção primária ou ambulatoriais.

Considerando que as EMAD são regionalizadas em 3 distritos circunscritos à área urbana (Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste), segue a descrição do quadro de servidores no cenário atual:

- Equipe Centro-Oeste: 1 médico generalista, 1 enfermeiro (40 horas semanais) que exerce função de coordenador da Unidade, 2 auxiliares de enfermagem (40 horas), 1 auxiliar de enfermagem (30 horas) e 1 fisioterapeuta (30 horas);
- Equipe Nordeste: 2 médicos generalistas, 1 enfermeiro (40 horas), 3 auxiliares de enfermagem (40 horas) e 1 fisioterapeuta (30 horas);
- Equipe Sudeste: 2 médicos generalistas (20 horas), 1 enfermeiro (30 horas), 2 auxiliares de enfermagem (40 horas), 1 auxiliar de enfermagem (30 horas) e 1 fisioterapeuta.

Relatório Anual de Gestão 2020

Atualmente as EMAP estão compostas por: 1 psicólogo, 1 assistente social, 1 farmacêutica e 1 nutricionista.

O SAD mantém parceria com instituições hospitalares, UBS e ambulatórios de especialidades, fortalecendo o trabalho da rede assistencial, absorvendo a demanda de pacientes para antibioticoterapia e cuidados paliativos, que representa significativa desospitalização.

As equipes ainda participaram de treinamentos como Ventilação Mecânica Invasiva e Não Invasiva; Gasometria e Ventilação Mecânica para paciente em Cuidado Paliativo.

Tabela 10. Número de pacientes encaminhados ao SAD. Londrina, 2020

	1º		2º		3º		TOTAL	
	Quadrimestre		Quadrimestre		Quadrimestre			
Encaminhamentos	103	31%	99	30%	125	39%	327	100%
Admissões	66	33%	60	30%	77	38%	203	100%
Não aceitos	35	28%	39	31%	50	41%	124	100%
Fila de Espera O ²	0		0		0		0	0

Tabela 11. Altas do SAD conforme destino e motivações. Londrina, 2020

Motivação das altas no SAD	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	TOTAL
Melhora	16	16	25	57
Óbito	5	10	6	21
Reinternação hospitalar	34	26	42	102

Observações: Dependendo do grau de dependência, ocorre de um mesmo paciente ter várias reinternações hospitalares no período, e cada uma dessas está considerada no resultado apresentado.

Tabela 12. Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional. Londrina, 2020

Visitas por categoria profissional	Total por Categoria			Total Geral
	Médico	Enfermeira	Auxiliar	
Equipe Nordeste	1.035	1.632	2.860	5.527
Equipe Sudeste	866	1.651	2.720	5.237
Equipe Centro-Oeste	691	260	2.890	3.841
Total	2.592	3.543	8.470	14.605

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 13. Número de visitas domiciliares realizadas por meio do SAD por categoria profissional (fisioterapia e equipe de apoio). Londrina, 2020

Visitas por categoria profissional	Total Geral
Fisioterapeutas	1.908
Assistente Social	887
Nutricionista	535
Psicólogo	660
TOTAL:	3.990

3.2 POLICLÍNICA MUNICIPAL

A Policlínica presta atendimento ambulatorial em diversas especialidades e dá suporte técnico às UBS em casos complexos. No ano de 2020, foi transferida para um espaço mais amplo, onde foi possível adequar o número de consultórios e promover maior conforto aos usuários que precisam dos serviços de especialidades.

O serviço Saúde da Mulher recebeu um complemento importante, triplicando o potencial de atendimento com modernos consultórios ginecológicos. Foi incluído um consultório para atendimento do novo serviço de referência: a linha de cuidado do sangramento uterino anormal e dor pélvica crônica. Com a ampliação do arsenal terapêutico, incluindo tecnologia mais avançada para tratamento do sangramento uterino, foi possível reduzir cirurgias e melhorar a qualidade de vida das pacientes e satisfação com o tratamento conservador.

Outras especialidades médicas disponibilizadas à população são: cardiologia, nefrologia pediátrica, pediatria voltada a crianças com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), pneumologia, endocrinologia, dermatologia sanitária, geriatria, hematologia, reumatologia, neurologia e pequenas cirurgias. O serviço conta, também, com fonoaudiologia, psicologia, nutrição, fisioterapia e ambulatório de tempo de ativação da protrombina / fator de coagulação (TAP).

Pacientes que participam do Programas do Leite, que atende crianças alérgicas à proteína de leite de vaca, atendendo 100% das crianças que se enquadram nos critérios do protocolo de assistência, assim como portadores de *Alzheimer* e seus cuidadores recebem atendimento na Policlínica.

Além das especialidades, são realizados exames de pesquisa do bacilo da hanseníase (*Baar MH*), eletrocardiograma e espirometria.

A Policlínica trabalha com sistema de prontuário informatizado, integrado à rede de unidades de saúde, que possibilita maior agilidade no agendamento de consultas.

Tabela 14. Produção da Policlínica. Londrina, 2020

Especialidade	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Geriatria – Atendimento ao portador de Alzheimer	398	523	483	1.404
Cardiologia	751	624	696	2.071

Relatório Anual de Gestão 2020

Dermatologia Geral	555	196	248	999
Dermato Sanitária	115	119	133	367
Endocrinologia	504	578	0	1.082
Nefrologia Infantil	152	185	166	503
Pneumologia Asma	110	94	75	279
Pneumologia DPOC	166	144	142	452
Pediatria TDAH	152	167	138	457
Urologia	178	0	146	324
Neurologia	348	357	322	1.027
Ambulatório Ginecológico	165	408	308	881
Ambulatório Ginecológico (SUA)	101	100	127	328
TOTAL	3.695	3.495	2.984	10.174
Exames	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri	Total
Coleta <i>Baar MH</i>	24	21	22	67
Eletrocardiograma	1.416	893	1.092	3.401
Espirometria	92	-	0	92
TOTAL	1.532	914	1.114	3.560
Outros Serviços	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Enf. dermato sanitária	58	69	75	202
Fisio. dermato sanitária	22	37	32	91
Fisioterapia	56	13	65	134
Fonoaudiologia	358	93	49	500
Nutrição	64	25	127	216
Psicologia	87	41	206	334
Serviço social	74	26	0	100
Programa do Leite	310	263	294	867
TOTAL	1.029	567	848	2.444

3.3 LABORATÓRIO MUNICIPAL - CENTROLAB

O CENTROLAB passou por importante ampliação durante o ano, possibilitando a acomodação com segurança de distanciamento entre pacientes que utilizam o serviço de suporte diagnóstico laboratorial. Gestantes que necessitam permanecer mais que duas horas no laboratório podem permanecer em um espaço confortável destinado a elas, evitando contato com demais

Relatório Anual de Gestão 2020

pacientes. Enquanto as obras de reforma e adequação do prédio aconteceram, o laboratório teve suas instalações transferidas interinamente para Rua Maranhão, 463 – Centro.

Em 2020 foi mantida a locação dos equipamentos utilizados no setor, garantindo as atualizações e manutenções oportunas e necessárias dos aparelhos, evitando interrupção do serviço, conferindo tecnologia de alta qualidade em análises clínicas e oferecendo exames com melhor precisão. O CENTROLAB recebeu novamente a classificação de excelência do Programa Nacional de Controle de Qualidade (PNCQ).

O laboratório passou a realizar avaliação laboratorial de recém-nascidos com maior agilidade, após a integração de serviço com a Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, o que possibilitou menor tempo de internação e melhor giro de leitos da maternidade.

Tabela 15. Produção de exames, CENTROLAB. Londrina, 2020

Produção CENTROLAB	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Bioquímica	297.634	208.196	245.224	751.054
Hanseníase	47	90	43	180
Hematologia	89.382	52.336	49.971	191.689
Hormônio/Imunologia	140.734	82.067	97.806	320.607
Líquor	70	64	69	203
Microbiologia	22.109	18.161	21.411	61.681
Parasitologia de fezes	1.464	934	1.478	3.876
Tuberculose	1.096	2.715	706	4.517
Urinálise	40.617	27.312	39.036	106.965
Total	593.153	391.875	455.744	1.440.772

Em 2020 o CENTROLAB realizou 1.440.772 exames e seu expediente foi ampliado de 18 para 24 horas por dia, dando maior suporte aos serviços de urgência e emergência e hospitalar na Maternidade.

3.4 CENTRO DE REFERÊNCIA DR. BRUNO PIANCASTELLI FILHO (CRBPF)

➤ Atenção à Saúde nos Problemas de IST/ AIDS

O Centro de Referência Dr.º Bruno Piancastelli Filho é um serviço de atenção especializada em HIV/AIDS, ofertando serviços que complementam ações de prevenção e assistência das IST, HIV, Aids, Hepatites B e C e Tuberculose. É composto pelo Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e pelos ambulatórios de HIV/AIDS e de Tuberculose. No ano de 2020, somente no CTA, no período de 01/01 à 30/11/2020 foram realizados 1303 testes rápidos para HIV, sendo 62 desses (4,78%) com resultados reagentes e a faixa etária

Relatório Anual de Gestão 2020

com maior representatividade foi dos 20 aos 39 anos (47 pessoas); 1303 testes rápidos para sífilis, sendo 111 (8,52%) com resultados reagentes entre pessoas de 15 a 99 anos (1299 pessoas); 1303 testes rápidos para Hepatite B, sendo 3 (0,23%), com resultados reagentes e 1303 testes rápidos para Hepatite C, sendo 5 (0,38%) com resultados reagentes e o Centro de Referência correspondeu à necessidade de atendimento. Houve remanejamento de 1 médica infectologista para substituir o profissional que se aposentou, para atender a demanda do serviço e foram iniciadas algumas atividades previamente estabelecidas no Programa Municipal de Combate às IST.

Após início da pandemia, em cumprimento das Portarias e Decretos sanitários, foram necessárias algumas adequações no processo de trabalho, sem, contudo, interromper o atendimento ao público ou comprometer a qualidade e proteção da população, tanto interna, quanto externa.

No ano de 2020, no período de 01/01 a 30/11, o Ambulatório de HIV/ Aids acolheu 273 pacientes; foram realizadas 6.656 consultas médicas, 33.408 atendimentos de enfermagem; 2.467 coletas de exames de sangue; 483 consultas com urologista IST; 142 cauterizações de condiloma; 3 biópsias; 6 penioscopias; 204 Profilaxias Pós Exposição (PEP); 16.132 dispensações de antirretrovirais para tratamento pela farmácia; 188 pacientes iniciaram tratamento para HIV; 34 atendimentos a gestantes, 213 retiradas de antirretrovirais para profilaxia HIV; 2.698 atendimentos pelo serviço social; 207 atendimentos pela psicóloga; 493 atendimentos odontológicos. No Ambulatório de Tuberculose foram realizadas 896 consultas médicas; 1.792 atendimentos de enfermagem; 423 aplicações e leitura de ppd; 193 aberturas de prontuários; 345 coletas de escarro; 561 raio-X; 1.206 atendimentos de farmácia; 131 buscas ativas de casos de tuberculose dos pacientes do ambulatório e 88 de UBS; 67 notificações no SINAN e atualização do SITE TB 25.

Tabela 16. Número de atendimentos e ações realizadas pelo Programa IST/AIDS e Tuberculose. Londrina, 2020

Ações Programa IST/AIDS e Tuberculose	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Total de Medicamentos distribuídos	7.973	6.428	1.788	16.189
Atendimento Psicológico	153	2	10	165
Consulta médica	2.964	2.792	726	6.482
Procedimentos de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem	13.469	11.178	1.116	25.763
Procedimentos de Enfermeiros	5.179	4.354	3.696	13.229
Número de pacientes atendidos na odontologia	221	112	40	373
Total	29.959	24.866	7.376	62.201

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 17. Número de atendimentos e procedimentos realizados no Ambulatório IST/AIDS. Londrina, 2020

Atendimentos no setor do Ambulatório de IST/AIDS	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Atendimento Assistente Social	798	879	489	2.166
Procedimentos Médicos	69	51	9	129
Total de Coleta de Exames	947	873	254	2.074
Abertura de prontuários	101	89	32	222
Profilaxia pós exposição	70	77	24	171
Total	1.985	1.969	808	4.762

Tabela 18. Número de preservativos distribuídos no setor IST/AIDS. Londrina, 2020

Número de Preservativos Distribuídos	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Preservativos masculinos e femininos	50.192	30.238	20.253	100.683

Tabela 19. Número de atendimentos no Setor do Centro de Testagem e Aconselhamento. Londrina, 2020

Atendimentos no Setor do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Número de participantes nas orientações /coleta de exames e teste rápido	546	429	725	1.700

Tabela 20. Número de atendimentos ambulatoriais no setor de Tuberculose. Londrina, 2020

Atendimento Ambulatorial no Setor de Tuberculose	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Exames radiológicos – RX	202	218	184	604
Leitura PPD	100	154	206	460
Total de Coletas de BAAR	278	191	193	662
Total	580	563	583	1.726

3.5 REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL

O Pronto Atendimento/Ambulatório, CAPS III, CAPS AD e CAPS Infantil são os pontos de atenção para o atendimento a pacientes e familiares

Relatório Anual de Gestão 2020

em sofrimento e transtorno mentais e/ou necessidades decorrentes do uso de álcool/drogas em Londrina, que conta, ainda, como suporte complementar as UPA e a rede hospitalar.

3.5.1 Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD)

O CAPS Álcool e Droga têm por objetivo tratar em regime de não internação os pacientes em uso abusivo de substâncias psicoativas. O serviço conta com equipe multiprofissional composta por: médico psiquiatra, clínico geral, enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educador físico, técnicos de enfermagem, técnicos administrativos, instrutores de oficina e serviço gerais.

O CAPS AD faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que realiza matriciamento nas UBS, organizando e fortalecendo o serviço prestado. Mantém parceria com os serviços de acolhimento institucional, tanto infantil como adulto, e com a equipe de abordagem do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CENTRO POP) e outros serviços especializados de proteção social da Secretaria Municipal de Assistência Social: CREAS I, CREAS II, CREAS III e CREAS IV. Participa do trabalho nos territórios, em reuniões de rede e sub rede, orientando sobre manejo com usuários de álcool e outras drogas e sobre encaminhamento dos mesmos ao tratamento.

Como estratégia de inserção social e autonomia do usuário, o CAPS AD trabalha com grupos como parte do tratamento ao usuário de substâncias psicoativas, no entanto, frente à pandemia não foi possível a realização de atividades coletivas, sendo necessária a ampliação dos atendimentos individuais.

Na construção de uma Política Municipal para a população em situação de rua, a coordenação do CAPS AD participa de atividades como: Grupo de Trabalho em Saúde Mental, realizada no Ministério Público com participação de todas as entidades afins; Conselho Municipal Anti Drogas (COMAD) e Comitê Pop.

O CAPS ad ainda regula as vagas dos serviços comprados com a verba REMAD, que conta com: 10 vagas na Comunidade Terapêutica CREDEQUIA, 4 vagas na Comunidade Terapêutica Morada de Deus, 4 Vagas na Comunidade Terapêutica PROLOV; 4 Vagas na Comunidade Terapêutica PROCUID e 4 Vagas na Comunidade Terapêutica MEPROVI. Os atendimentos ambulatoriais e Grupos de Autoajuda foram distribuídos entre Associação Água Pura, Fundação Tamarozzi e CREDEQUIA

O Quadro 4 apresenta as capacitações com a tema 'Dependência Química: manejo e fluxo de atendimento' que o CAPS AD realizou com diferentes setores.

Quadro 4. Ações de capacitação realizadas pelo CAPS AD. Londrina, 2020

Data	JANEIRO
27	Estudo de casos com o NAE, MMA, CREAS II, UBS e Lar Anália Franco
	FEVEREIRO

Relatório Anual de Gestão 2020

06	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
13	Atendimento no Centro POP
19	Rede Ampliada Região Centro sobre Ação Comunitária
20	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
MARÇO	
10	Atividade Externa com os pacientes do CAPS AD
11	Ação Comunitária Região Centro
19	Orientação sobre Corona Vírus no Centro POP e Atendimento em Grupo no Centro POP
MAIO	
11	Matriciamento com UBS Padovani: Manejo sobre Dependência Química; Via Telefone devido Corona Vírus
JUNHO	
16	Matriciamento com Consultório na Rua: Atuação nos Abrigos provisórios/ Dependência Química
JULHO	
02	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
09	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
16	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
22	Reunião da equipe intersetorial Ação Posto de Gasolina
23	Ação Intersectorial no Posto de Gasolina
27	Acompanhamento da Ação de desocupação do Posto de Gasolina
30	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
AGOSTO	
06	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
13	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
18	Discussão de Caso CRAS, UBS Padovani e CAPS AD
20	Atendimento no Abrigo Protegido Monte Carmelo
27	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade
SETEMBRO	
03	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
10	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
24	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade (casos da ação intersectorial)
OUTUBRO	
01	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)

Relatório Anual de Gestão 2020

08	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
15	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
19	Discussão de caso por videoconferência: UBS, CRAS Sul e CREAS 4
19	Atendimento na Delegacia 3º Distrito
22	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
23	Abordagem de Rua em conjunto com a equipe de Abordagem Social
29	Capacitação sobre Transtorno de Personalidade (casos da ação intersetorial)
NOVEMBRO	
05	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
12	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
17	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
19	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
26	Ação Integrada em Saúde (População de Rua) e Elaboração do Relatório final
DEZEMBRO	
03	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
10	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)
17	Ação Integrada em Saúde (População de Rua)

A Pandemia de COVID-19 afetou a rotina de visitas conjuntas e/ou abordagem, atividades externas e discussões de casos com os serviços nos territórios.

Tabela 21. Produção do CAPS AD. Londrina, 2020

Produção CAPS AD	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento diurno	940	317	464	1.721
Atendimento domiciliar	17	18	20	55
Atendimento em grupo	1.074	33	14	1.121
Atendimento individual	2.396	2.744	2.648	7.788
Atendimento familiar	243	234	294	771
Ações de reabilitação psicossocial	25	20	31	76
Práticas corporais	102	-	8	110
Práticas expressivas	608	93	95	796

Relatório Anual de Gestão 2020

Promoção de contratualidade no território	14	15	77	106
Atendimento em situação de crise	71	16	16	103
Matriciamento	3	1	0	4
TOTAL	4.553	3.174	3.667	12.651

3.5.2 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III)

O CAPS III é referência para usuários com transtornos mentais com oferta de seis leitos para Acolhimento Noturno e de curta permanência. Tem sido também um importante local para aprendizagem, e em 2020 manteve parcerias de com universidades e escolas técnicas do Município, recebendo alunos de cursos técnicos, graduação e pós-graduação.

O CAPS III proporciona aos pacientes e familiares projetos terapêuticos singulares e atividades como: assembleias entre equipe, usuários e familiares; oficinas de jornal, expressivas e de teatro; atividades lúdicas; grupos terapêuticos; passeios externos; confraternizações entre pacientes, familiares e equipe em datas comemorativas como Natal, Páscoa, Dias dos Pais e Dia das Mães – ferramentas efetivas na reabilitação psicossocial.

O Programa de Medicação de Depósito (injetável), que consiste na oferta de tratamento a pacientes que não aderem ao uso oral é realizado pela equipe do CAPS III, tanto no serviço quanto no domicílio e em parceria com as UBS, tem o objetivo de desospitalização e foi mantido, mesmo com a pandemia. Há 361 pacientes do CAPS III que recebem a medicação de depósito, sendo que 65 recebem a medicação no domicílio, com as visitas da equipe de enfermagem. O CAPS conta com o apoio das Unidades Básicas, que também administram a medicação em domicílios no próprio território urbano ou rural.

O serviço manteve a rede intersetorial para seguimento dos tratamentos, com a participação dos CRAS/ CREAS, abrigos, Secretaria Municipal do Idoso, UBS e outros. Foram realizadas abordagens e ações conjuntas com outros pontos de atenção da rede, como o Consultório na Rua, Centro Pop, Abrigo Bom Samaritano e UBS.

Com as restrições sanitárias necessárias para reduzir a disseminação do novo Coronavírus e as dificuldades amentadas com o afastamento de profissionais do grupo de risco, o serviço teve que encontrar outras estratégias de atendimento. O formato de atendimento coletivo regionalizado passou a individual, com famílias e pacientes. A telemedicina foi incluída, assim como outros recursos eletrônicos como ferramentas de atendimento e discussões de casos e houve diversas reuniões virtuais com a rede de serviços e outros atores parceiros para resolução de problemas.

As propostas de oferta terapêutica também foram rediscutidas e foram encontradas alternativas de acordo com o protocolo de enfrentamento da pandemia. Os Projetos Terapêuticos Singulares foram revisados e adaptados ao cenário mundial de cuidado e proteção, sem negligenciar a atenção psiquiátrica dos pacientes.

Relatório Anual de Gestão 2020

A assistência psiquiátrica às ILPIs e acolhimentos institucionais foram mantidos também no formato remoto.

A preceptoria de alunos da Residência em Saúde da Família foi mantida, porém com encontros remotos.

Foi realizada formação continuada em psiquiatria e a equipe do CAPS III pôde participar das aulas com psiquiatra e psicóloga, com temas pertinentes a necessidades cotidianas do serviço. Os encontros virtuais ocorreram durante as reuniões de equipe, e alguns temas foram sobre transtornos de personalidade, orgânicos e afetivo bipolar.

Visitas domiciliares com diversas finalidades, como busca ativa solicitada pelo Poder Judiciário, medicação de depósito, acompanhamento de região e por solicitação da rede tiveram que ser mantidas.

Tabela 22. Produção do CAPS III. Londrina, 2020

Produção CAPS III	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento Diurno	318	60	67	445
Acolhimento Noturno	368	488	445	1.301
Atendimento Domiciliar	133	280	275	688
Atendimento em Grupo	461	13	11	485
Atendimento Individual	2.072	2.596	2.830	7.498
Atendimento Familiar	698	1.062	1.039	2.799
Ações de Reabilitação Psicossocial	44	-	-	44
Práticas Corporais	97	-	1	98
Práticas Expressivas	674	53	157	884
Promoção de Contratualidade no Território	290	165	119	574
Atendimento Crise	112	111	84	307
Matriciamento	9	-	-	9
TOTAL	4.590	4.280	5.028	13.898

3.5.3 Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)

O CAPS infantil é referência para tratamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais ou em uso de substâncias psicoativas, atende em regime de acolhimento diurno, presta atendimento em grupo ou individual, realiza atividades lúdicas e terapêuticas e oferta atendimento e visita domiciliares.

É constituído por equipe multiprofissional: psiquiatra, enfermeiro, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, educador físico, psicopedagogo, fonoaudiólogo, educador artístico, técnicos administrativos e serviço gerais

Relatório Anual de Gestão 2020

Em decorrência da pandemia, todas as atividades externas realizadas no SESC Cadeião foram suspensas até o mês de Outubro, quando houve o retorno de algumas oficinas naquela entidade, com extremo cuidado e redução do número de participantes.

Ações realizadas:

- oficinas de teatro para adolescentes, realizadas no SESC Cadeião, todas as 3ª feiras nos meses de outubro e novembro, com número reduzido a 4 participantes por grupo.
- oficinas de artes para crianças e pré-adolescentes, realizadas no SESC Cadeião, todas as 3ª feiras, com número reduzido a 4 crianças por grupo.
- oficinas de violão para adolescentes, realizadas no SESC Cadeião, todas as 3ª feiras, com número reduzido a 4 adolescentes por grupo.
- estudos de 11 casos em reuniões virtuais, com foco em articulação da rede protetiva.
- 30 Audiências Concentradas junto à Vara de Infância e Juventude.

Tabela 23. Produção do CAPS Infantil. Londrina, 2020

Produção CAPS Infantil	1º Quadri.	2º Quadri.	3º Quadri.	Total
Acolhimento Diurno	4	7	44	55
Atendimento Domiciliar	9	12	12	33
Atendimento em Grupo	418	19	298	735
Atendimento Individual	550	1.330	1.633	3.513
Atendimento Familiar	972	1.106	1.250	3.328
Ações de Reabilitação Psicossocial	152	12	12	176
Práticas Corporais	36	44	196	276
Práticas Expressivas	669	86	545	1.300
Promoção de Contratualidade no Território	520	771	697	1.988
Atendimento Crise	160	179	249	588
Matriciamento	19	8	2	29
TOTAL	3.505	3.567	4.938	12.010

3.5.4 Pronto Atendimento de Saúde Mental

O Pronto Atendimento de Saúde Mental é referência municipal em situações de urgência e emergência psiquiátrica, funcionando 24h por dia, 7 dias por semana, para atender pessoas portadoras de transtorno mental ou em uso de substâncias psicoativas. O serviço conta com médicos plantonistas nas 24h

Relatório Anual de Gestão 2020

e a equipe técnica é composta por psicólogo, enfermeiro e auxiliar de enfermagem.

Mesmo com a pandemia, o Pronto Atendimento manteve os atendimentos e consultas eletivas.

Tabela 24. Produção total do PA e ambulatório de Saúde Mental. Londrina, 2020

	Pessoas/Ano
Pronto Atendimento	6.936
Ambulatório	533

Tabela 25. Produção de Atenção Psicossocial por forma de organização

Sistema de Informações Ambulatoriais		
Forma de Organização	Quantidade aprovada	Valor aprovado R\$
030108 – Atendimento/Acompanhamento psicossocial	35.399	1.0224,5
Sistema de Informações Hospitalares		
Forma de Organização	AIH pagas	Valor total - R\$
030317 – Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	3.542	4.923.652,25

Fonte: DigiSUS 2020

3.6 MATERNIDADE MUNICIPAL LUCILLA BALLALAI (MMLB)

A Maternidade Municipal Lucilla Ballalai (MMLB) tem se consolidado, cada vez mais, como uma das mais importantes maternidades públicas do Paraná. Com quase 3.000 nascimentos no ano de 2020, segundo o DATASUS, é a primeira do Norte do estado em número de nascimentos, responsável por quase 20% do volume regional, e é a 7ª maternidade do Paraná, no âmbito do SUS. Além disso, de acordo com o DATASUS, a cada dez nascimentos em Londrina, seis foram realizados na Maternidade Municipal de Londrina, em média de 250 nascimentos por mês.

O hospital promove segurança no pré-parto, parto, puerpério e planejamento familiar, sendo referência para o nascimento de gestações a termo (superior a 37 semanas), dentro da complexidade intermediária. Funciona em tempo integral, com escala de especialistas na área médica (obstetras, neonatologistas e anestesistas), assim como equipe multidisciplinar, proporcionando integralidade ao atendimento binômio mãe-filho. As visitas são

Relatório Anual de Gestão 2020

permitidas conhecimento e fortalecimento do vínculo entre gestante e maternidade, esclarecendo dúvidas e aumentando a confiança das pacientes.

O pronto socorro atende por 24 horas, com logística e profissionais capacitados para avaliações e seguimento do controle de vitalidade no término das gestações, além de atende várias intercorrências obstétricas e neonatais; em média de 230 atendimentos por mês.

A valorização do vínculo materno-infantil, com humanização do parto e estímulo ao aleitamento, proporcionando melhor segurança e saúde para o recém-nascido fazem com que seja reconhecido como Hospital Amigo da Criança. Testes de triagem neonatal que asseguram o desenvolvimento normal para das crianças são realizados rotineiramente realizados: testes do pezinho, orelhinha, coraçãozinho, linguinha e olhinho. Cidadania Garantida é a iniciativa de realizar o Registro Civil de nascimento, ainda no ambiente hospitalar, importante medida para acesso a direitos sociais e é garantida a todos os novos londrinenses nascidos na MMLB.

A MMLB participa do planejamento familiar com realização de procedimentos de laqueaduras tubárias, quando há indicação, e realização de contracepção de longa duração com inserção de DIU puerperal.

Em 2020 foi concluída a construção da nova ala da maternidade, a ala Jose Lopes de Souza, em homenagem a um dos primeiros servidores da MMLB. Essa ampliação proporcionou mais segurança e qualidade para os usuários e profissionais da instituição, sendo quase 1.000m² a mais, com um moderno centro cirúrgico, lavanderia hospitalar, centro de materiais esterilizados e demais áreas da logística institucional, respeitando as mais rigorosas Normas Técnicas internacionais para funcionamento com excelência. Ainda em 2020, a reforma seguiu readequando a estrutura física e processos de trabalho, com a atuação de uma gestão técnica alicerçada em uma equipe de profissionais capacitados e um grupo condutor forte, com CCIH ativa e Núcleo de Segurança do Paciente, balizando a qualidade intrainstitucional.

O laboratório, juntamente com a maternidade, passou a integrar os serviços, conferindo maior agilidade na avaliação laboratorial de recém-nascidos. Essa integração promoveu menor permanência de internação e melhor giro de leitos da maternidade.

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 5. Indicador Hospitalar da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai. Londrina, 2020

INDICADOR	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Número de mães/mês	233	217	252	264	263	223	242	223	218	200	190	225	2.750	229,16
Taxa de Ocupação - Alojamento conjunto (%)	65,3	65,1	65,9	71,4	64,9	54,1	59,2	58,1	58,06	46,12	51,1	48,3	707,58	58,96
Taxa de Internação de Outros Munic.	5	6,7	6,5	6,8	3,7	3,9	4	3,9	4,7	3,9	6,6	6,6	62,3	5,19
Taxa de Parto Normal	58,4	59,5	59,5	59,3	56,27	56,5	63,2	57,8	57,34	53,5	54,7	52,9	688,91	57,4
Taxa de Parto Cesárea	41,6	40,55	40,48	44,7	43,73	43,5	36,7	42,1	42,66	46,5	45,3	47,1	514,92	42,91
PARTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Normal	136	129	150	146	148	126	153	129	125	107	104	119	1.572	131
Cesárea	97	88	102	118	115	97	89	94	93	93	86	106	1.178	98,16
PROCEDIMENTOS/ATENDIMENTOS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	Média
Procedimentos não partos/retirada de pontos	91	51	83	92	99	93	82	77	101	69	75	72	985	82,08
Laqueaduras	23	12	15	12	13	7	11	18	4	5	6	3	129	10,75
Avaliação Obstetra	718	677	705	841	783	730	790	725	701	722	591	774	8.757	729,75
Avaliação Odontológica	243	139	0	0	247	201	222	195	184	154	165	129	1.879	156,58
Atendimento Rosa Viva	5	12	16	5	16	12	15	12	13	26	25	34	191	15,91
Teste do Pezinho	233	216	253	263	263	224	241	223	217	200	189	225	2.747	228,91
Teste da Orelhinha e Reteste	116	338	254	291	257	237	249	243	235	223	223	123	2.789	232,41
Mães atendidas à Domicílio PCLH*	130	48	101	102	36	110	79	23	64	49	60	40	842	70,16

Relatório Anual de Gestão 2020

Mães atendidas PCLH*.	8	12	16	5	5	2	2	8	8	7	2	7	82	6,83
Planejamento familiar	64	976	1.032	715	680	360	820	819	830	504	730	580	8.110	675,83
Retorno Puerperal (ENFERMEIRA)	122	77	106	130	119	114	91	97	110	73	90	81	1.210	100,83
Crianças registradas na MMLB	228	200	157	0	0	0	0	0	0	0	0	0	585	48,75
DIU Puerperal	9	9	13	4	9	9	22	13	7	16	10	6	127	10,58
Pacientes internadas de Londrina	228	208	245	259	262	221	243	220	223	197	183	213	2.702	225,16
Pacientes internadas outros municípios	12	15	17	19	10	9	10	9	11	8	13	15	148	12,33

4. REDE PRÓPRIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A Diretoria de Urgência e Emergência em Saúde (DUES) tem sob sua responsabilidade a gestão dos serviços próprios municipais de atendimento pré-hospitalar fixo e móvel:

- 1 Pronto Atendimento Infantil (PAI)
- 2 Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h)
- 1 Pronto Atendimento 24h
- 1 Pronto Atendimento 18h
- 1 Pronto Atendimento 16h
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com unidades de Suporte Básico e Avançado de Vida
- Central de Regulação de Leitos Especializados e Interserviços

As Unidades de Pronto Atendimento, UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará, 24 horas) e Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-Oeste, 24 horas), o Pronto Atendimento Leonor (24 horas), o Pronto Atendimento Infantil (PAI, 24 horas), prestam assistência ininterrupta e são a principal porta de entrada no atendimento às urgências e emergências, acolhendo os casos agudos e crônicos agudizados, sendo resolutivas na maioria das vezes. Essas unidades de serviço 24h contam com o suporte diagnóstico laboratorial e de radiologia. Nos casos que ultrapassam a capacidade de resolutividade, devido à complexidade, quando há necessidade de determinados procedimentos, internações hospitalares e/ou cirurgias, ou com necessidade de outros procedimentos, ocorre encaminhamento via regulação de urgência (SAMU 192) ou via ambulatorial.

Com a implantação das UPA, a assistência foi ampliada a casos de urgência e emergência e mantida a integração com a rede de assistência à saúde, com plantão de 24h em clínica geral e em ortopedia, com apoio de serviço social, farmacêuticos e demais áreas multiprofissionais.

O Pronto Atendimento do Maria Cecília a partir de março ampliou horário de atendimento, tornando-se uma unidade 18h, com funcionamento de 07h a 01h, mantendo a oferta de atendimento de urgência e emergência adulta todos os dias da semana, recebendo procura espontânea, além de dar suporte às UBS da região Norte e ao SAMU.

A unidade de saúde União da Vitória mantém-se como unidade mista, onde coexistem serviços de urgência, com escala de médicos plantonistas para atender a região Sul, ofertando atendimento à procura espontânea todos os dias da semana, por 16 horas/dia (7h às 23h), prestando suporte às UBS da região Sul e ao SAMU, além de realizar as demandas programadas da Atenção Básica, disponibilizando os serviços da Estratégia Saúde da Família.

Os serviços de pronto atendimento 16, 18 e 24 horas/dia utilizam os serviços de apoio diagnóstico do CENTROLAB e têm como referência de radiologia do PAI e das UPA Centro-Oeste e Sabará.

Em janeiro de 2020, em decorrência da epidemia de Dengue, foram reestruturadas e ampliadas as escalas médicas dos serviços de urgência, com a contratação de horas médicas pelo contrato CISMEDPAR, sendo possível ofertar maior número de atendimento em alguns períodos por esses 7 profissionais nas UPA e pelos

Relatório Anual de Gestão 2020

6 pediatras no PAI, o que, conseqüentemente, reduziu o tempo de espera para atendimento nas unidades de urgência.

Em 07 de janeiro de 2020 foi iniciada a reforma e ampliação do PA Leonor e, em razão disso, a equipe multiprofissional foi transferida temporariamente para o espaço físico da UPA Centro Oeste, onde deverá permanecer pelo período de reforma e reestruturação da unidade.



Assinatura da Ordem de serviço para reforma e ampliação do PA Leonor 07/01/2020



Obras de reforma e ampliação do PA Leonor

Em março foi implantando o Centro Especializado de Atenção a Dengue (CEAD), serviço que utilizou a estrutura física municipal do Centro de Convivência do Idoso, na região Norte, e disponibilizou serviços à comunidade até o início de junho.



Treinamento dos profissionais contratados pelo teste seletivo; início das atividades do CEAD em 08/03/2020

Relatório Anual de Gestão 2020



Centro Especializado de Atendimento a Dengue



Salão de Espera e Sala de Hidratação

No mês de fevereiro foram confirmados os primeiros casos do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil. Na segunda quinzena do mês seguinte, a SMS deu início à reestruturação e reorganização dos fluxos de atendimento de pacientes com suspeita de síndromes respiratórias ou confirmação do COVID-19. Nos serviços de urgência, foram destinadas como unidades de referência para atendimento de casos suspeitos ou confirmados do Novo Coronavírus, a UPA Sabará, o PAI e o SAMU, sendo que esses serviços tiveram os fluxos e processos de trabalho readequados.

Foram necessárias também adequações de outros fluxos e rotinas, aquisição de insumos, equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos médicos, medicamentos, contratação de recursos humanos e capacitações das equipes multiprofissionais para garantir atendimento da população.

A UPA Sabará foi destinada ao atendimento exclusivo de adultos e idosos portadores de sintomas respiratórios. Foi construída uma tenda para realizar a triagem e o acolhimento com classificação de risco e atendimento médico dos pacientes com sintomas leves.



Centro de acolhimento de síndromes respiratórias na UPA Sabará



O PAI passou a prestar atendimento exclusivo de crianças com sintomas respiratórios, 24 horas, todos os dias da semana, a partir de maio, enquanto a UBS Jardim Sol foi destinada ao atendimento geral em pediatria, de segunda à sexta feira, das 7h às 19h.

Nessas unidades o processo de trabalho foi remodelado, a fim de direcionar esforços garantindo uma triagem adequada, notificação, atendimento e estabilização dos pacientes e, quando necessária, a transferência para internação

Relatório Anual de Gestão 2020

hospitalar. Também foi implantando e ampliando o processo de coleta de *Swab* (RT-PCR) para todos pacientes sintomáticos.

No SAMU foi organizada uma equipe exclusiva para desinfecção das ambulâncias no pós atendimento de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 e ampliadas as equipes e ambulâncias extras para o transporte inter hospitalar.



EPIs para atendimentos dos pacientes com suspeita e/ou confirmação de Covid-19.
Equipe de desinfecção de ambulâncias no pós atendimento de pacientes com suspeita e/ou confirmação de Covid-19

Na Tabela 26 estão apresentados os números de consultas médicas realizadas nos serviços da DUES, por períodos quadrimestrais.

Tabela 26. Número de consultas realizadas nas Unidades 16 e 24 horas. Londrina, 2020

Consultas	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Sabará	37.713	19.679	31.657	89.049
UPA Centro Oeste	44.267	30.475	32.057	106.799
PAI - Pronto Atendimento Infantil	23.146	9.044	9.606	41.796
P. A. Leonor	15.623	7.238	8.469	31.330
P. A. Maria Cecília	16.456	7.703	11.748	35.907
P.A. União da Vitória	16.604	9.675	9.574	35.853
Centro Especializado de Atenção a Dengue – CEAD*	10.561	2.257	-	12.818
Total	164.370	86.071	103.111	353.552

* Início das atividades em 09/03/2020, fim das atividades em 05/06/2020.

Observa-se que grande parte dos atendimentos de urgência é de pacientes portadores de doenças crônicas e crônica-agudizadas, o que indica a necessidade de melhoraria em ações estratégicas de prevenção, com o fortalecimento das ações da Atenção Básica.

Em decorrência da pandemia pelo COVID-19, a partir de 25 de março, os atendimentos de traumas musculoesqueléticos fechados foram centralizados na UPA Centro-Oeste, com o deslocamento dos médicos plantonistas da especialidade de ortopedia para aquela unidade, atendendo a procura espontânea e pacientes regulados pelo SAMU, prestando atendimento inicial e acompanhamento até a alta.

Relatório Anual de Gestão 2020

Na Tabela 27 está apresentada a produção de atendimento de consultas médicas da especialidade de plantonista em ortopedia.

Tabela 27. Número de consultas de Ortopedia nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2020

ORTOPEDIA	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Sabará / Ortopedia	2.440	-	-	2.440
UPA Centro Oeste / Ortopedia	3.224	4.774	5.378	13.376
Total	5.664	4.774	5.378	15.816

*A partir de 25/03/2020 os atendimentos de ortopedia na UPA CO.

Na DUES existem três serviços de radiologia, um em cada UPA e um no PAI. Todos possuem sistema digitalizado de imagens, que possibilita maior rapidez no procedimento radiológico e permite a visualização das imagens por computador a profissionais em todas as unidades de saúde da SMS, o que reduz custos, não havendo necessidade de impressão da imagem. Essa possibilidade de compartilhamento de imagens possibilita a avaliação remota dos Raios-X por ortopedista e orientação quanto à conduta ao médico que está prestando o atendimento ao paciente. Dessa forma, a utilização de recursos é otimizada, assim como a qualidade na assistência.

Na Tabela 28 está apresentada a quantidade de exames realizados em cada serviço. Destaca-se que a UPA Centro Oeste realiza os exames de RX da própria unidade, do PA Leonor e da UBS Sol e que a UPA Sabará realiza da própria unidade e das UBS de referência das síndromes respiratórias e o PAI, além dos exames da própria unidade, realiza os exames do PA Maria Cecília, PA União da Vitória e da Maternidade Municipal.

Tabela 28. Número de exames de Raio X realizados nas Unidades de Pronto Atendimento dos serviços próprios do Município. Londrina, 2019

RX	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
UPA Sabará	13.274	8.266	9.463	31.003
UPA Centro Oeste	15.262	20.924	25.208	61.394
PAI	7.509	4.346	4.736	16.591
Total	36.045	33.536	39.407	108.988

Nas unidades de urgência e emergência os pacientes são acolhidos e avaliados conforme a classificação de risco e, após atendimento médico, os que necessitam de observação são encaminhados para enfermarias. Casos mais graves são estabilizados e transferidos para unidades de saúde de maior complexidade e/ou para internação hospitalar.

Outros tipos de procedimentos básicos são realizados, como administração e dispensação de medicamentos, suturas, drenagem, debridamento, tala gessada e gesso, e estão apresentados nas Tabelas 29, 30, 31 e 32.

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 29. Número de procedimentos realizados na UPA Maria Angélica Castoldo (UPA Centro-Oeste). Londrina, 2020

Procedimentos UPA Centro Oeste	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação*	2.968	2.690	2.431	8.089
Encaminhamento**	1.394	1.558	1.473	4.425
Sutura / Drenagem / Debridamento	583	812	869	2.264
Redução Incruenta	43	91	88	222
Administração de Medicamentos***	21.813	14.769	20.824	57.406
Dispensação de Medicamentos****	9.347	6.326	5.205	20.878
Gesso	28	54	58	140
Tala Gessada	545	890	964	2.399
Total	36.721	27.190	31.912	95.823

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Resumindo que a UPA Sabará, desde 25 de março, é unidade de referência para atendimento das síndromes respiratórias, casos suspeitos e/ou confirmados do COVID-19 e que o PAI, desde maio está como unidade de referência para as síndromes respiratórias para o atendimento de crianças com suspeita e/ou confirmados do COVID-19, todos os dias por 24 horas. Os atendimentos de pediatria geral estão sendo realizados de segunda à sexta feira, das 7h às 19h, na UBS Sol.

Tabela 30. Número de procedimentos realizados na UPA Francisco de Arruda Leite (UPA Sabará). Londrina, 2020

Procedimentos UPA Sabará	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação*	3.032	1.807	1.816	6.655
Encaminhamento**	914	760	747	2.421
Sutura / Drenagem / Debridamento	400	10	20	430
Redução Incruenta	46	-	-	46
Administração de Medicamentos***	22.870	5.881	13.130	41.881
Dispensação de Medicamentos****	13.105	9.816	14.615	22.921
Gesso	409	-	-	409

Relatório Anual de Gestão 2020

Tala Gessada	328	-	-	328
Total	41.104	18.274	14.615	75.091

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Tabela 31. Número de procedimentos realizados no Pronto Atendimento Infantil. Londrina, 2020

Procedimentos PAI	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação	3.041	830	1.400	5.271
Encaminhamento	840	67	678	1.585
Sutura / Drenagem / Debridamento	338	111	9	458
Inalação	2.597	25	88	2.710
Administração de Medicamentos	7.276	226	721	8.223
Dispensação de Medicamentos	4.489	2.201	4.771	11.461
Terapia de Reidratação Oral	1.939	265	553	2.757
Total	20.880	3.725	8.220	32.465

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

O Pronto Atendimento do PA Leonor teve o início da reforma e ampliação em 01 de fevereiro de 2020, e a unidade funcionou temporariamente no espaço físico da UPA Centro Oeste.

Tabela 32. Número de procedimentos realizados no PA Leonor. Londrina, 2020

Procedimentos PA Leonor	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Observação	7.250	3.389	4.244	14.883
Encaminhamento	417	558	694	1.669
Sutura / Drenagem / Debridamento	196	248	273	717
Inalação	381	18	4	403
Administração de Medicamentos	14.461	13.566	15.653	43.680
Dispensação de Medicamentos	5.275	1.133	1.360	7.768
Total	27.980	18.912	22.228	69.120

***Observação:** se refere a pacientes que ficam quatro horas ou mais em observação.

****Encaminhamento:** se refere aos pacientes transferidos para outras unidades de saúde.

Relatório Anual de Gestão 2020

*****Administração de medicamentos:** realizado no usuário enquanto permanece no serviço

******Dispensação de medicamentos:** entrega de medicação ao usuário na sua alta

Houve redução no tempo de espera dos usuários, melhora na qualidade e humanização do atendimento com a ampliação na disponibilização de serviço médico plantonista, com aumento de horas pelo contrato com CISMEPAR, contratação temporária de profissionais por teste seletivo para os serviços de urgência, UPA, SAMU e PAI.

Também foi realizado teste seletivo para contratação de equipe de enfermagem de níveis superior e técnico para garantir assistência completa aos usuários, buscando melhorar o processo de trabalho em todas unidades da urgência.

A SMS adquiriu equipamentos eletro médicos, como carrinho de emergência, desfibriladores, monitores cardíacos, eletrocardiograma, aspirador de secreções e oxímetros de pulso para as unidades UPA Sabará, UPA Centro Oeste, PA Leonor e PAI com recurso recebido do governo Estadual. As Resoluções SESA Nº 497/2017 e Nº 613/2019, destinaram-se, respectivamente, à aquisição de três unidades de Suporte Avançado de Vida e aquisição de quatro kits de Sala de Emergência para UPA/PA/PS.



Foram adquiridos e entregues diversos equipamentos eletro médicos e novas ambulâncias para o SAMU Londrina.
Campanha de conscientização para prevenção do COVID-19.

Após o fornecimento dos equipamentos, as unidades UPA Sabará e UPA Centro Oeste iniciaram as atividades do Projeto do PROADSUS junto ao Hospital do Coração (HCOR), o que auxiliou os médicos plantonistas das UPA no diagnóstico preciso de dores torácicas, facilitando o encaminhamento precoce aos serviços de referência para Cardiologia quando confirmado diagnóstico de Infarto Agudo do Miocárdio, reduzindo a morbimortalidade associada aos agravos cardiovasculares.

Foi realizada a atualização completa do protocolo de Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco para as unidades de Urgência e Emergência da SMS, que resultou com a implantação do uso de pulseiras de identificação, cujas cores indicam a classificação de risco. Inicialmente, em julho de 2020, foi implantado na UPA Centro Oeste, seguido pela UPA Sabará e PAI. Essa estratégia tem como principal objetivo aumentar a qualidade relacionada ao atendimento, bem como a segurança do paciente durante o atendimento nas unidades da Urgência.



Impressoras e pulseiras de Identificação para as unidades de urgência

Relatório Anual de Gestão 2020

Em 12 de outubro foi reinaugurado o Pronto Atendimento Infantil, após reforma completa e reestruturação total da estrutura física, com novos equipamentos e mobiliário. A obra atingiu o principal objetivo de melhorar a estrutura física da unidade, proporcionando às crianças, seus familiares e profissionais de saúde um ambiente acolhedor e humanizado, favorecendo assistência de saúde de qualidade.



Inauguração do Pronto Atendimento Infantil (PAI), em 12/10/2020

A reestruturação de toda unidade proporcionou ambientes adequados e confortáveis, com berços e camas elétricos, TV a cabo com canais infantis em todas as enfermarias, *tablets* com atividades lúdicas infantis.



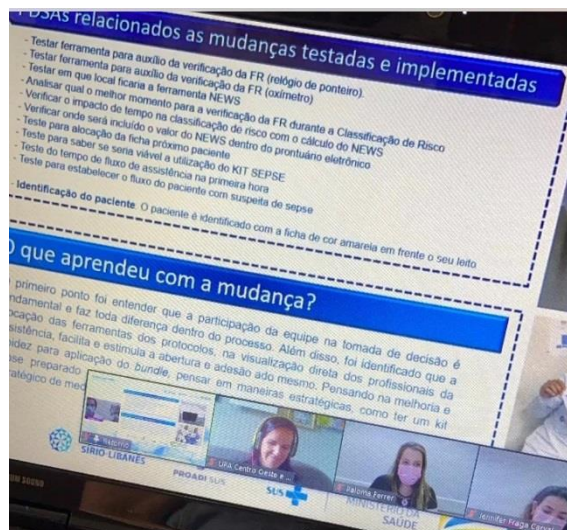
Enfermaria do Pronto Atendimento Infantil (PAI)

Ainda foram desenvolvidos ambientes lúdicos, como a brinquedoteca, pátio externo e lago com peixinhos para distração das crianças e suas famílias durante o período de permanência na unidade.



Brinquedoteca e pátio externo do Pronto Atendimento Infantil (PAI)

As UPA Centro Oeste e Sabará participam do Projeto de Identificação precoce da Sepse em pacientes adultos nas Unidades de Pronto Atendimento, realizado pelo Hospital Sírio Libanês, em parceria com Ministério da Saúde, pelo PROADISUS. O projeto tem como principal objetivo identificar precocemente os sinais de sepse, desde o momento da classificação de risco, nos pacientes atendidos nas UPA 24 horas, iniciar o manejo e tratamento adequados, reduzindo as taxas de mortalidade associadas a sepse no Brasil.



Apresentação virtual das ações realizadas nas UPA de Londrina, referentes ao Projeto de Identificação e Tratamento precoce da Sepse nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) em pacientes adultos (PROADISUS).

4.1 COMPLEXO REGULADOR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A Macrorregião Norte do Paraná é composta por cinco Regionais de Saúde: 16^a, 17^a, 18^a, 19^a e 22^a, sediadas respectivamente em Apucarana, Londrina, Cornélio Procópio, Jacarezinho e Ivaiporã e compreende 97 municípios. O Complexo Regulador Macrorregional Norte do Paraná é composto pela Central Municipal/Estadual de Leitos e Interserviços e SAMU Regional Norte Londrina, trabalhando de forma articulada, a fim de garantir o melhor atendimento e destino dos pacientes que necessitam de intervenção de urgência ou regulação de leitos para especialidade ou maior complexidade.

Várias aproximações são realizadas entre as regionais e o Município, ajustando as regulações com equidade e facilitando o acesso do paciente ao tratamento mais adequado. O contato permanente entre as centrais permite melhor conhecimento de cada região, de forma que a grade de referência seja a mais eficiente possível para os pacientes que precisam desse serviço.

O SAMU 192 Regional Norte Londrina foi implantado em dezembro de 2011, é responsável por ordenar os atendimentos de urgência e emergência, por meio do acionamento e intervenção da Central de Regulação Médica de Urgências (SAMU 192), realiza estabilização e referencia os pacientes graves dentro do SUS com acolhimento e atenção qualificada. Abrange o escopo regional de 21 municípios da 17^o Regional de Saúde do Estado do Paraná, contemplando cerca de 1.000.000 habitantes e toda produção é registrada no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS).

Relatório Anual de Gestão 2020

Em 27/10/2020 foi iniciada a construção da nova sede do SAMU Regional Norte Londrina, situada na Avenida Dez de Dezembro, nº1.830. O recurso para construção foi captado junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA).

O SAMU Regional Londrina conta com quinze Unidades de Suporte Básico de Vida, quatro Unidades de Suporte Avançado de Vida e 1 Unidade Aeromédica de asa rotativa que, além do SAMU Regional Norte, realiza atendimento de toda Macronorte.



Construção da Sede do SAMU Regional Norte Londrina
Início das obras em 27/07/2020

Na Tabela 33 estão apresentados os números gerais de totós acionamentos realizados pela Central de Regulação de Urgência do SAMU Regional Norte Londrina.

Tabela 33. Número de ocorrências da Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina (SAMU 192). Londrina, 2020

Consultas	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Total
Atendimentos	38.618	34.529	37.046	110.193
Trote	951	894	1.031	2.876
Canceladas	2.890	2.611	2.341	7.842
Transferências	2.991	2.512	3.539	9.042
Outros/Informações	13.380	9.800	14.592	37.772
TOTAL	58.830	50.346	58.539	167.725

Há uma portaria federal que dimensiona como ideal 8 unidades móveis para Londrina, com a base populacional do Município, sendo que estão cadastradas junto ao Ministério da Saúde 3 ambulâncias de Suporte Avançado de Vida e 5 de Suporte Básico de Vida. No entanto, com as três novas ambulâncias equipadas, adquiridas com recurso do Governo do Estado, o Município passou a contar com uma frota de 17 ambulâncias para SAMU, incluídas as 2 de transporte de emergências simples, custeadas pelo município. Esse quantitativo de ambulâncias permite que as unidades sejam paradas rotativamente para manutenções preventiva e corretiva, mantendo a boa conservação da frota, sem prejuízo do atendimento.



Cerimônia de entrega de novas ambulâncias do SAMU Londrina
Campanha de conscientização para prevenção do Covid-19.

Com o novo desenho da Rede de Urgência dos municípios que compõem a 17^o Regional de Saúde tem havido divergências entre os componentes, desde que foi criada, quanto ao repasse do valor de custeio *per capita* que deveria ser realizado ao município de Londrina, que assumiu a regulação e atendimento das urgências. Alguns municípios têm cumprido o repasse *per capita*, porém ainda há municípios inadimplentes.

No ano de 2020 foram realizadas diversas estratégias junto aos municípios pertencentes da Regional do SAMU Norte para o processo de quitação das dívidas referentes ao *per capita*. Foi realizado um novo Termo de Convênio/Cooperação Técnica Financeira entre a Prefeitura Municipal de Londrina e demais municípios pertencentes do SAMU Regional Norte Londrina.

Tabela 34. Produção das ambulâncias do SAMU Londrina. Londrina, 2020

Consultas	1 ^o Quadrimestre	2 ^o Quadrimestre	3 ^o Quadrimestre	Total
SAMU - USA	1.772	1.705	2.001	5.478
SAMU - USB	7.754	7.185	7.761	22.700
Helicóptero SESA/SAMU	182	157	181	520
Unidade Transporte (TEC)	3.021	2.710	2.123	7.854
TOTAL	12.729	11.757	12.066	36.552



Equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Londrina
Campanha de conscientização para prevenção do COVID-19.

4.2 AEROMÉDICO NO SAMU 192

Em outubro de 2012 o helicóptero do Grupamento Aeropolicial - Resgate Aéreo (GRAER) iniciou suas atividades no serviço de Resgate e Transporte Aeromédico no Município, como implementação da Rede Paraná de Urgência e em parceria com o Batalhão da Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA) e o SAMU Regional Norte Londrina.

Até novembro de 2016 a aeronave era compartilhada com a área de segurança pública, sendo utilizada em ocorrências policiais e de patrulhamento, além do apoio fundamental ao SAMU, tanto em atendimentos primários, como em transferências inter hospitalares. Naquele ano uma nova aeronave, exclusiva para missões de resgate e transporte de vítimas em situação de urgência e emergência, foi cedida pelo governo do Estado. Essa aeronave de asa rotativa é operada pela Secretaria Estadual de Saúde e tripulada pela equipe médica e de enfermagem do SAMU Regional Norte Londrina. O helicóptero, baseado em Londrina, está em operação desde 1º de dezembro daquele ano e é responsável por realizar missões de resgate e transferência de pacientes, cobrindo a demanda dos 97 municípios da região Macro Norte do Estado.



Atendimentos pelo serviço aeromédico SAMU Regional Norte Londrina

O transporte aeromédico sobrepõe-se a qualquer barreira geográfica, possibilita a execução logística do Plano de Ação de Urgência e Emergência da Macrorregião Norte e consegue atender a demanda, em menor tempo-resposta, refletindo diretamente no prognóstico e boa evolução clínica das vítimas.

Em 2020 foram realizados 520 atendimentos da aeronave rotativa da SESA/SAMU, demonstrando grande efetividade desse serviço, impactando positivamente na saúde da população.

A aeronave fica alojada na base descentralizada do SAMU, localizada no Aeroporto Governador José Richa de Londrina. A equipe de pilotos é fornecida pela HeliSul Taxi Aéreo e todas as despesas de manutenção, abastecimento da aeronave e equipamentos médicos hospitalares são custeados pela Secretaria de Estado e o município de Londrina é responsável pelo custeio dos profissionais: médicos e enfermeiros e insumos descartáveis.

A regulação do transporte/atendimento Aeromédico e o seu acionamento é realizado pelo SAMU Regional Norte Londrina, porém as outras duas centrais de regulação de urgência na macrorregião (SAMU Regional Apucarana e SAMU Regional Norte Pioneiro de Cornélio Procópio) realizam a solicitação do transporte junto a Central de Regulação do SAMU Regional Norte Londrina para seu acionamento.

4.3 AÇÕES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (NEU)

O Núcleo de Educação em Urgência e Emergência (NEU), consolidado pela Portaria Nº 2.048/GM de 5 de novembro de 2002 e consta em seu Capítulo VII: *“Os Núcleos de Educação em Urgências devem se organizar como espaços de saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação continuada de recursos humanos para as urgências, sob a administração de um conselho diretivo, coordenado pelo gestor público do SUS, tendo como integrantes as secretarias Estaduais e Municipais de saúde, hospitais e serviços de referência na área de urgência, escolas de bombeiros e polícias, instituições de ensino superior, de formação e capacitação de pessoal na área da saúde, escolas técnicas e outros setores que prestam socorro à população, de caráter público ou privado, de abrangência municipal, regional ou estadual.”*

O NEU está atuante em toda a região de abrangência do SAMU Regional Norte Londrina e outros segmentos do Município. O NEU oferece capacitações e atualizações programadas para Rede de Urgência e Emergência da região, rede assistencial multiprofissional em geral e realiza treinamento em outras Diretorias e Secretarias do Município de Londrina dentro da temática de Urgência e Emergência.

Em 2020, em decorrência da pandemia pelo Novo Coronavírus e, mediante as orientações de distanciamento social, ocorreu uma redução no número de atividades realizadas pelo NEU. Muitas ações foram realizadas *in-loco*, com grupos pequenos e temas relacionados ao COVID-19. No Quadro 6, estão descritas as capacitações desenvolvidas pelo NEU em 2020, em todos os serviços da DUES e DAPS.

Quadro 6. Ações de capacitação realizadas pelo Núcleo de Educação em Urgência. Londrina, 2020

Data	FEVEREIRO
07 a 28	Elaboração e atualização do guia e fluxo de atendimento de pacientes com Dengue para os serviços de Saúde
Data	MARÇO
02 e 06	Elaboração e atualização do guia e fluxo de atendimento de pacientes com Dengue para os serviços de Saúde
08	Integração e capacitação sobre manejo clínico da Dengue no CEAD
16, 19 e 23	Paramentação e desparamentação de EPI da equipe Multiprofissional da UPA Sabará, frente à pandemia pelo COVID-19
Data	ABRIL
17 e 18	Capacitação da equipe médica e de enfermagem do SAMU para coleta de <i>swab</i> de RT-PCR e preparo do corpo de pacientes em óbito com suspeita de COVID-19
23, 28, 29 e 30	Paramentação e desparamentação de EPI da equipe Multiprofissional da UPA Sabará, frente à pandemia pelo COVID-19
28, 29 e 30	Capacitação de técnica de intubação orotraqueal em situação de COVID-19, via aérea difícil e máscara laríngea para médicos dos serviços de urgência e emergência

Relatório Anual de Gestão 2020

Data	MAIO
05, 06, 07, 12 e 14	Capacitação de técnica de intubação orotraqueal em situação de COVID-19, via aérea difícil e máscara laríngea para médicos dos serviços de urgência e emergência
20, 21 e 28	Capacitação de técnica de intubação orotraqueal em situação de COVID-19, via aérea difícil e máscara laríngea para médicos dos serviços de atenção primária
18 e 27	Capacitação sobre cuidados com oxigenoterapia e via aérea de pacientes com sintomas respiratórios e suspeita de COVID-19
29	Capacitação sobre cuidados com Oxigenoterapia e via aérea de pacientes com sintomas respiratórios e suspeita de COVID-19 (Atenção Primária)
Data	JUNHO
01	Organização, padronização e sistematização do carrinho de parada cardiorrespiratória para as UBS.
01	Capacitação de técnica de intubação orotraqueal em situação de COVID-19, via aérea difícil e máscara laríngea para médicos dos serviços de Atenção Primária
01	Capacitação sobre cuidados com Oxigenoterapia e via aérea de pacientes com sintomas respiratórios e suspeita de COVID-19
Data	JULHO
17, 18, 20, 22, 23 e 27	Manejo em ventilação mecânica para médicos e enfermeiros, com enfoque nas síndromes respiratórias graves com suspeita de COVID-19
06, 09 e 28	Capacitação sobre cuidados com oxigenoterapia e via aérea de pacientes com sintomas respiratórios e suspeita de COVID-19, equipe PA Maria Cecília
17, 18, 20, 22, 23 e 27	Indicação de uso e técnica de inserção de máscara laríngea para enfermeiros do SAMU
Data	AGOSTO
05	Manejo em ventilação mecânica para médicos e enfermeiros com enfoque nas síndromes respiratórias graves com suspeita de COVID-19
Data	SETEMBRO
09 e 11	Curso de acesso intraósseo para enfermeiros e médicos da UPA CO
23	Capacitação sobre cuidados com oxigenoterapia e via aérea de pacientes com sintomas respiratórios e suspeita de COVID-19 para UPA Sabará
Data	NOVEMBRO
18, 25 e 26	Manejo em ventilação mecânica para médicos e enfermeiros com enfoque nas síndromes respiratórias graves com suspeita de COVID-19 (UPA Sabará)
Data	DEZEMBRO
03	Manejo em ventilação mecânica para médicos com enfoque nas síndromes respiratórias graves com suspeita de COVID-19 (UPA Sabará)
17	PCR e RCP UBS Tóquio



Capacitação para equipe médica da Diretoria de Urgência e Emergência: técnica de intubação em via aerea difícil e uso de máscara laríngea

Quadro 7. PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Quantidade aprovada	Valor R\$ aprovado	AIH pagas	Valor R\$ total
01. Ações de promoção e prevenção em saúde	2	-	-	-
02. Procedimentos com finalidade diagnóstica	26.311	1.659.955,30	83	101.495,98
03. Procedimentos clínicos	302	1.476,08	28.235	35.950.178,94
04. Procedimentos cirúrgicos	6.789	139.408,22	11.830	35.950.082,20
05. Transplantes de órgãos, tecidos e células	1	340,20	59	241.070,49
06. Medicamentos	-	-	-	-
07. Órteses, próteses e materiais especiais	6	374,16	-	-
08. Ações complementares da atenção à saúde	-	-	-	-
Total	33.411	1.801.553,96	40.207	72.242.827,61

Fonte: DigiSUS 2020

5. AÇÕES E PROGRAMAS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS) é composta por três gerências: Vigilância Epidemiológica (GVE), Vigilância Sanitária (GVS) e Vigilância Ambiental (GVA) e Saúde do Trabalhador.

As ações das equipes que atuam na Vigilância em Saúde são pautadas pelos indicadores de saúde pactuados pelo gestor local e registrados em diversos instrumentos de gestão de âmbito nacional, estadual e municipal, entre os quais destacam-se, o DigiSUS, PQA-VS/Ministério da Saúde, o VIGIASUS/ Secretaria de Estado da Saúde (SESA/PR), a Programação Anual de Saúde e o Plano Municipal de Saúde.

Relatório Anual de Gestão 2020

Em 2020, o recurso do VigiSUS (Programa Estadual de Qualificação em Vigilância em Saúde) na aquisição de EPI (uniformes para ACE), no valor de R\$52.500,00 e 10 refrigeradores, totalizando R\$24.000,00.

Quadro 8. Financiamento: Vigilância em Saúde. Londrina, 2020.

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado R\$
01 - Ações de promoção e prevenção em saúde	46.938	4.291,84
02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica	47	-
Total	46.985	4.291,84

Fonte: Sistemas de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) – DigiSUS 2020

5.1 AÇÕES E PROGRAMAS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A partir de março de 2020, houve uma reestruturação em todos os setores da Vigilância Epidemiológica do Município, em função do início da pandemia, situação inédita em todo o planeta. O Município vinha enfrentando uma epidemia de Dengue, também sem precedentes no Município, com número recorde de casos e óbitos.

Com o início da pandemia, houve a necessidade de revisão e readequação de todos os processos de trabalho, pautados pela necessidade emergente com o avanço e pelo cenário epidemiológico decorrente do comportamento da pandemia. Por se tratar de um agente infeccioso desconhecido até então, o aprendizado foi imprescindível e contínuo.

5.1.1 Núcleo de Informações em Mortalidade (NIM)

- Investigação de óbitos junto a familiares por telefone e/ou pessoalmente;
- Elaboração de relatórios conclusivos, dos óbitos materno-infantis e fetais para encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público, aos serviços de saúde próprios e demais serviços, quando solicitado;
 - Reorganização das reuniões do Comitê, sendo que reiniciaram a partir de maio/20, com a redução do número de participantes por reunião, seguindo orientações das autoridades sanitárias quanto ao número máximo de pessoas presentes por reunião;
 - Mudanças na forma de investigação dos casos, utilizando formato digital, reduzindo assim a investigação presencial, permanecendo esse tipo de investigação somente no Hospital Universitário/UEL, devido às condições locais;
 - Investigação *in loco* de óbitos materno-infantis e fetais de residentes de Londrina, com visitas em hospitais, UBS (consulta a prontuários) e dos óbitos encaminhados pelo Instituto Médico legal (IML), conforme critérios estabelecidos em legislação específica e pactuação realizada pela gestão municipal;
 - Realização de capacitações para médicos, alunos de graduação e pós-graduação (internos e residentes de Medicina) do HU, ISCAL, Hospital Evangélico e

Relatório Anual de Gestão 2020

da Secretaria Municipal de Saúde sobre a importância do correto preenchimento da Declaração de Óbito;

- Elaboração e envio de documentos/ofícios para profissionais médicos com o intuito de melhorar/corrigir/orientar ações realizadas pelo mesmo, após discussão pelo Comitê.

5.1.2 Ações de Vigilância Epidemiológica

- Reestruturação do setor de Vigilância Epidemiológica em função da pandemia do novo Coronavírus, que teve início em março/2020;
- Criação de plantão médico permanente a partir de março/20 para orientação e apoio aos profissionais médicos e serviços de saúde quanto a rotinas e condutas frente a casos suspeitos de COVID-19;
- Instituição de plantão diário e ininterrupto do setor de vigilância epidemiológica, inclusive em finais de semana e feriados, a partir de março/20 para atendimento e orientação aos serviços de saúde quanto às condutas a serem tomadas, frente a casos suspeitos de Covid-19;
- Realização de capacitações para a equipe interna e servidores advindos de outros setores, relacionadas ao conhecimento e condução de ações relacionadas ao COVID-19;
- Compilação dos dados, elaboração e envio diário de relatórios sobre o COVID-19, para elaboração do Boletim Diário;
- Participação ativa em reuniões semanais do Grupo de Estudos sobre a COVID-19 e elaboração de relatórios para subsidiar discussões e decisões da SMS, do Executivo e do COESP;
- Investigação e encerramento de 100% dos casos confirmados e óbitos de pacientes por COVID-19;
- Busca ativa de casos de pacientes com suspeita e contactantes de doenças de notificação compulsória ou vítima de violência de doméstica e autoprovocada;
- Recebimento, cadastramento e envio ao Laboratório Central do Estado (LACEN) de material para exame de diversas patologias notificáveis;
- Recebimento, investigação, avaliação, digitação, encerramento e retroalimentação às unidades notificadoras das Fichas de Notificação compulsória de agravos;
- Investigação dos casos positivos de dengue para detecção de possível complicação e dengue grave;
- Realização de quimioprofilaxia para os comunicantes de doenças infecto-contagiosas;
- Avaliação dos resultados e encerramento dos casos;
- Visitas semanais às maternidades e cartórios para recolhimento de Declaração de Nascidos Vivos;
- Alimentação dos bancos de dados de nascidos vivos, óbitos e notificação de agravos notificáveis ocorridos no Município;
- Investigação dos óbitos naturais de causa desconhecida ou indeterminada;
- Codificação, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – 10ª Edição (CID 10) de 100% dos óbitos ocorridos no Município;

Relatório Anual de Gestão 2020

- Conferência e correção do banco de dados no SINAN, SINASC, SIM, SIVEP, Notifica-COVID;
- Revisão dos bancos de dados do SINAN NET e SINAN ONLINE (agravos de notificação), SIM e SINASC para envio dos arquivos ao DATASUS/MS;
- Avaliação dos bancos de dados gerados pelos sistemas de informação do DATASUS/MS;
- Realização de informes técnicos sobre doenças de notificação e vacinas;
- Recepção de alunos de instituições de ensino públicas e privadas para orientações sobre atividades realizadas pelo setor;
- Participação no Comitê de Mobilização Social para Prevenção da Mortalidade Materna e Infantil.

5.1.3 Coordenação de Imunização

- Campanha nacional de vacinação contra Influenza, com cobertura de 89,78% dos grupos prioritários. Foram aplicadas 192.052 doses de vacina, incluindo outros grupos, além dos prioritários;
- Vacinação contra a influenza para motoristas nas rodovias, com apoio da Polícia Rodoviária,
- Vacinação contra a influenza e sarampo nos moradores de rua;
- Vacinação Pneumo 13 em instituições de longa permanência (ILPIS) conforme recomendação;
- Vacinação de adolescentes em situação de restrição de liberdade nas unidades socioeducativas;
- Participação nas campanhas de intensificação contra sarampo, com abertura de postos volantes de vacinação em *shopping centers*, pelo sistema *drive thru*;
- Campanha de multivacinação para atualização de vacinas em atraso;
- Inquérito vacinal com início em novembro 2020, conforme proposta pela OPAS/MS, visando a melhorar as coberturas vacinais contra a poliomielite e o sarampo, durante e pós-campanha nacional de vacinação, no contexto da pandemia de COVID-19.
- Encaminhamento de pedidos de imunobiológicos especiais à 17ª Regional de Saúde, recebimento de respectivas respostas e entrega dos mesmos às UBS para dispensação aos solicitantes;
- Digitação das Fichas de Efeitos Adversos Pós-Vacina (EAPV) em sistema próprio e encaminhamento das respostas às UBS;
- Investigação e acompanhamento dos EAPV graves;
- Agendamento de doses supervisionadas.



Tabela 35. Cobertura vacinal do Município em menores de 1 ano. Londrina, 2020

IMUNOBIOLOGICO	POPULAÇÃO	DOSES REALIZADAS	COBERTURA %
BCG	7116	5593	78,60
FA (<1 ano)	7116	4854	68,21
Hepatite (<1 ano)	7116	4892	68,75
Meningocócica Conj C (<1 ano)	7116	5329	74,89
Pentavalente (<1 ano)	7116	4892	68,75
Pneumocócica (<1 ano)	7116	5384	75,66
Poliomielite (<1 ano)	7116	4925	69,21
Rotavírus Humano	7116	5219	73,34

Fonte: SIPNI / Consulta realizada em 08/03/21. Dados referentes ao período de jan/20 a nov/20 e sujeitos a alterações.

5.1.4 Ações do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador

- Investigação epidemiológica e digitação no SINAN NET das Fichas de Notificações de acidente com exposição a material biológico, acidentes graves, LER / DORT, transtorno mental, pneumoconioses, dermatose ocupacional, PAIR;
 - Orientações por telefone ou via *web* às Unidades Hospitalar e de Pronto Atendimento sobre notificação de acidentes de trabalho com exposição a material biológico e acidentes de trabalho grave;
 - Unidade Sentinela para notificação de LER/DORT;
 - Atendimento médico a trabalhadores dos mercados formal e informal de trabalho, estabelecimento nexu causal, quando pertinente;
 - Emissão de CAT para trabalhadores CLT da Secretaria de Saúde, bem como para os trabalhadores atendidos naquele serviço;
 - Análise de 100% dos prontuários para estabelecimento de nexu causal;
 - Fornecimento de dados e apoio logístico à pesquisa científica e trabalhos de cursos de pós-graduação, graduação e cursos técnicos.
 - Apoio técnico para demandas encaminhadas por empresas, sindicatos, INSS e demanda espontânea;
 - Orientações às equipes de saúde da Atenção Básica sobre acidentes de natureza leve, acidentes com exposição a material biológico e acidentes de trabalho grave;
 - Atendimento a profissionais das áreas de radiologia clínica e aos agentes de endemias (intoxicação exógena);
 - Identificação na anamnese dos prontuários eletrônicos de pacientes do HCL, no campo 'nexu ocupacional', quando pertinente.

Relatório Anual de Gestão 2020

5.1.5 Ações e Programas de Vigilância Sanitária

Os serviços de Vigilância Sanitária podem ser entendidos como um espaço de exercício de cidadania e controle social, por sua capacidade transformadora da qualidade dos produtos, processos e relações sociais, ao pôr em prática a expertise de diversas áreas técnicas, como química, farmacologia, epidemiologia, engenharia civil, administração pública, planejamento e gerência, biossegurança e bioética. O trabalho da Vigilância Sanitária resulta em prevenção de diversas doenças na saúde pública e perpassa as práticas médico-sanitárias.

Constitui também um privilegiado espaço de comunicação e promoção de saúde, pelo fato de lidar com produtos e serviços necessários aos indivíduos e à sociedade e que podem lhes oferecer risco sanitário. Há um grande espaço, precariamente explorado, para a ação educativa no âmbito da vigilância sanitária, quanto ao esclarecimento do que seja risco à saúde decorrente de atos e situações cotidianas, e acerca dos direitos da cidadania.

Há instrumentos legais, como Notificações, Intimações e Autuações, que são emitidos contra os estabelecimentos em ação preventiva, punindo e combatendo práticas que coloquem em risco a saúde pública.

Em dezembro de 2018, o Decreto Municipal Nº 1742 instituiu o peticionamento eletrônico na Vigilância Sanitária e a dispensa da fiscalização prévia tanto para emissão da Licença Sanitária inicial, como para a renovação da mesma para estabelecimentos de baixo risco, conforme previsto na RDC Nº 153/2017 da ANVISA. Esta medida favoreceu o desenvolvimento do Município, permitindo que novos empreendimentos aqui se estabeleçam e os antigos se mantenham, ampliando a oferta de empregos e serviços à população, sem, contudo, comprometer a qualidade sanitária.

Tabela 36. Inspeções realizadas por tipo de estabelecimento. Londrina, 2020.

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Alimentos	15	333	384	868
Produtos para Saúde	195	172	154	521
Serviços de Saúde	251	161	303	715
Saúde trabalhador	8	19	7	34

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

Tabela 37. Licenças concedidas por tipo de estabelecimento. Londrina, 2020.

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Alimentos	370	333	767	1529
Produtos para Saúde	93	126	202	421
Serviços de Saúde	550	620	707	1877
Saúde trabalhador	79	111	77	267

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

Tabela 38. Avaliação de projetos arquitetônicos. Londrina, 2020.

	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Analisados	87	90	101	278
Aprovados	28	35	31	94

Fonte: Gerência de Vigilância Sanitária/DVS/Secretaria Municipal de Saúde

5.1.6 Ações e Programas de Vigilância Ambiental (VIGAM)

A Vigilância Ambiental em Saúde organiza um conjunto de ações que proporciona conhecimento e detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente e que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de riscos ambientais, relacionados a doenças e outros agravos à saúde.

Esse serviço tem como universo de atuação os fatores ambientais de risco, que interferem na saúde humana e as inter-relações entre o homem e o ambiente. São ações desenvolvidas pela Coordenação de Saúde Ambiental e Zoonoses (CSAZ): reclamações referentes às questões de saneamento, falta de limpeza e higiene de imóveis, bem como as relativas a Zoonoses, Animais Peçonhentos/Sinantrópicos e atendimento a Resolução SESA nº 029/2011 – PGPCD.

As ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (**VIGIÁGUA**) são desenvolvidas segundo as diretrizes do Ministério da Saúde (Portaria de Consolidação Federal nº 05/2017 – Anexo XX). Em 2020 foram analisadas 497 amostras para teor de cloro e 880 amostras para análises microbiológicas/Físicas. Foram geradas 22 Intimações para correções de irregularidades observadas.

VIGISOLO: As ações de vigilância em saúde junto a populações expostas a solo contaminado (VIGISOLO) têm por objetivo identificar possíveis exposições humanas à contaminação ambiental por contaminantes químicos, buscando contribuir com a melhoria da qualidade de vida e redução da morbidade por exposições a esses contaminantes.

São realizadas buscas ativas em áreas com potencial contaminação química e, se verificadas, os dados são inseridos no Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de População Expostas a Solo Contaminado (SISSOLO). No ano de 2020 foi cadastrado 1 local com essas características, conforme meta pactuada anualmente.

ZOONOSES: No ano de 2020 foram realizados 598 atendimentos in loco e 198 atendimentos/orientações via telefone sobre medidas de controle e prevenção de acidentes com Animais Peçonhentos. Ainda foram enviadas 1387 amostras de Animais, dentre elas: Escorpiões (1270), Aranhas (111), Lagartas (2), Serpentes (4) e Outros (8). Também foram coletadas 70 amostras para pesquisa de vírus da hidrofobia, 1 de Febre Amarela e 8 de Leishmaniose, amostras essas enviadas ao Laboratório de Taxonomia Animal do Paraná (LABTAX). Ainda podem ser destacadas as 546 reclamações/denúncias relacionadas a maus tratos de animais, descarte irregular de lixo, entre outras.

CASTRAMÓVEL: O Programa Municipal de Castração de Animais teve início em outubro de 2015, permanecendo ativo desde então. No ano de 2020 foram investidos R\$ 639.476,00 de recursos próprios da AMS para esta atividade e foram

Relatório Anual de Gestão 2020

atendidos 5.767 animais. Têm prioridade nesse Programa de Castração animais cujos proprietários tenham renda mensal de até 3 salários mínimos, acumuladores de animais e ONG. Também foram realizadas 5.000 ligações para agendamento de castrações de animais entre setembro e dezembro, após volta ao atendimento à população. Foram criadas parcerias com 15 locais em regiões da cidade para realização dos procedimentos, entre públicos e privados. Destaca-se, ainda, que estão envolvidos diretamente nas atividades do Castra Móvel 30 profissionais entre administrativo e corpo clínico.

PGPCD: Plano de Gerenciamento para Prevenção e Controle da Dengue: dispõe sobre a Norma Técnica de Prevenção à Proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, agente transmissor da Dengue, Febre Amarela, Zika Vírus e Febre Chikungunya no Estado do Paraná, conforme Resolução SESA nº 0029/2011. Em 2020 foram aprovados 52 planos. Destacamos que as avaliações ocorrem em parceria com o setor de Endemias.

As ações de controle do mosquito transmissor de arboviroses são desenvolvidas de forma contínua e permanente, através do trabalho coordenado principalmente entre a vigilância epidemiológica e vigilância ambiental e também com a integração intersetorial e interinstitucional, com vários órgãos como a Companhia Municipal de Transporte e Urbanização (CMTU), Secretaria do Meio Municipal do Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal da Educação (SME), Secretaria do Planejamento (SMP), conselhos locais de saúde, associações representativas, igrejas e outros.

As ações das equipes de endemias incluem: vistoria nos imóveis residenciais, comerciais, terrenos baldios; eliminação de criadouros de mosquitos; orientações a população geral sobre identificação de criadouros e eliminação dos mesmos; ações educativas como distribuição de panfletos, palestras em escolas, instituições, indústrias, comércio.

Apesar de todo este trabalho em 2020, principalmente no primeiro semestre houve aumento considerável do número de casos suspeitos e confirmados de Dengue. Por esta razão, o Município realizou a aplicação de **UBV COSTAL** em seu o território urbano e urbano/rural para o controle de casos. A pandemia do COVID-19 impediu a realização de reuniões com a comunidade de forma presencial, porém o setor realizou diversas atividades pelos ACE, que auxiliaram no controle do aumento entomológico e, conseqüentemente, epidemiológico.

Foram vários dias ininterruptos de trabalho para que o aumento da incidência pudesse ser controlado, atividades como a orientação de descarte adequado de resíduos e orientações sobre cuidados individuais foram intensificados durante este período.

Em 2020, também houve o início da implantação da abordagem eco-bio-social, visando priorizar a realização de atividades em locais historicamente problemáticos, levando a conhecimento da população destas áreas a necessidade de mudança em hábitos e costumes que propiciam a proliferação de vetores, influenciando diretamente no quadro epidemiológico local. A possibilidade da abordagem eco-bio-social surge nesse sentido para dialogar com os diferentes setores e saberes sobre os diferentes fatores que determinam a presença do vetor. Embora alguns desses fatores não possam ser modificados, como os climáticos, há uma série de aspectos que precisam ser estudados para controlar a presença desse vetor tão bem adaptado ao ambiente urbano e doméstico.

Relatório Anual de Gestão 2020

Foram realizadas 772.465 visitas em imóveis durante o ano pelos ACE, com índice de pendência na média de 24,8% dos imóveis visitados.

Com relação ao Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti* (LIRAA), foi realizado apenas o primeiro, no mês de janeiro de 2020, obtendo um índice de 7,7%. Os demais não foram realizados conforme Nota Informativa nº13/2020 – CGARB/DEIDT/SVS/MS, de 06 de maio de 2020, que recomendou a suspensão temporária do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRA e LIA) no ano de 2020 pelo Ministério da Saúde em decorrência da pandemia.

Considerando a pandemia, o Comitê Gestor Ampliado Contra o *Aedes aegypti* em Londrina não realizou reuniões presenciais para debater a prevenção e combate ao mosquito *Aedes aegypti*. As estratégias utilizadas foram a utilização das redes sociais com exibição de vídeos educativos e orientações sobre cuidados individuais, atualização dos casos semanais através da mídia local e disponibilização de mapa de calor para apontar semanalmente as regiões com crescente incidência de casos notificados de arboviroses, levando assim a conhecimento da população a situação epidemiológica de cada área de abrangência.

6. INFRAESTRUTURA DE APOIO DA REDE PRÓPRIA DE SAÚDE

A Diretoria de Logística e Manutenção em Saúde (DLMS) é responsável por realizar os serviços de apoio logístico às unidades de saúde e administrativas da SMS. Organiza estrategicamente as aquisições de materiais de uso comum na rede, como medicamentos, materiais e equipamentos médico-hospitalares, de ostomia, materiais de limpeza, expediente, mobiliário, outros insumos e para atendimento de ordens judiciais. Esta Diretoria está instalada e 3 espaços entre administrativos e de armazenamento e separação e a distribuição entre os serviços obedece um cronograma pré-estabelecido.

O transporte de servidores para unidades rurais do Município e viagens de pacientes para tratamento de saúde (TFD) em outras municipalidades e alguns transportes locais também são realizados pela DLMS.

A Diretoria é responsável, ainda, pela manutenção dos bens próprios públicos, com o apoio de servidores que realizam as manutenções de natureza mais simples e por contratos terceirizados de manutenção predial e de equipamentos, além de realizar a gestão de toda a frota da Autarquia Municipal de Saúde e do patrimônio de bens móveis e imóveis disponíveis na rede, detalhados na sequência.

6.1 Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF)

O ano de 2020 foi marcado por diversos desafios quanto à gestão da assistência em manter estoque dos medicamentos padronizados pela REMUME para que a população não ficasse desabastecida, nem os profissionais sem equipamentos de proteção individual (EPI) para enfrentamento da pandemia. O planejamento das ações foi mantido, a falta de itens foi de nível baixo, com pouca variação em relação à 2019, abastecendo adequadamente os pontos de saúde com materiais, medicamentos e insumos necessário ao serviço.

Relatório Anual de Gestão 2020

Quanto ao enfrentamento da pandemia, para que a assistência à população não fosse prejudicada, o Município destacou uma equipe intersetorial para todas as fases de aquisição de itens exclusivos para tratamento do novo Coronavírus: planejamento, formação de preços e realização dos procedimentos licitatórios de forma célere (<https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=75008>). Houve o envolvimento de outras Secretarias nesta iniciativa para viabilizar as compras, entre elas Secretaria Municipal de Gestão Pública e Procuradoria do Município. Soma-se o comprometimento dos servidores da CENTROFARMA, na organização criteriosa dos materiais, separação, conferência e transporte, considerando a maior celeridade possível. O resultado alcançado foi muito positivo, com 0,14% de guias com algum erro no envio, separação ou entrega.

A colaboração das Secretarias Municipais de Educação, do Idoso, CMTU, Fundação de Esportes de Londrina (FEL) e outras merece reconhecimento, cedendo prontamente alguns insumos, servidores para auxiliar no apoio e espaços para ações e da Secretaria de Saúde.

Houve fortalecimento no aporte financeiro para a assistência farmacêutica, com o incremento de recursos de todos os entes federados, como pode demonstrado no quadro da evolução da aplicação dos recursos, abaixo:

Quadro 9. Aplicação de recursos da Assistência Farmacêutica Básica. Londrina, 2020

Aplicação recursos da Assistência Farmacêutica Básica - Port. GM/MS Nº 1.555/2013 (atualização da Portaria 2.001/2017) – medicamentos da RENAME/CBAF 2018							
Recurso	Valor mínimo / ano (R\$)	Executado 1º Q (R\$)	Executado 2º Q (R\$)	Executado 3º Q (R\$)	Total ano (R\$)	Execução em %	Valor executado / hab.* (R\$)
Federal	3.116.089,62	794.778,06	830.385,56	2.147.010,41	6.888.263,65	221%	12,33
Estadual	1.563.629,20	389.893,59	407.737,09	463.635,09	2.824.894,97	181%	5,06
Municipal	1.317.916,04	1.401.457,03	200.969,63	306.796,71	3.227.139,41	245%	5,78
Total	5.997.634,86	2.586.128,68	1.439.092,28	2.917.442,21	12.940.298,03	216%	23,17
Recursos Lei Nº 12.401/2011 – Relação Suplementar de Medicamentos							
Recurso	Programado / ano (R\$)	Executado (R\$)	Executado (R\$)		Total Executado (R\$)	% de execução	Valor executado / Hab. (R\$)
		Jan - Abr	Mai - Ago	Set - Dez			
Federal	0,00	511.349,85	563.273,86	430.867,57	1.505.491,28	-	2,70
Municipal	0,00	841,11	37.219,50	788,16	38.848,77	-	0,07

Obs.: população 2016 – 558.439 habitantes

Além disso, o Ministério da Saúde é responsável pela aquisição e distribuição de insulina humana NPH, insulina humana regular, clindamicina 300mg e rifampicina 300mg exclusivamente para tratamento de hidradenite supurativa moderada e dos itens que compõem o Programa Saúde da Mulher: contraceptivos orais e injetáveis, dispositivo intrauterino (DIU) e diafragma.

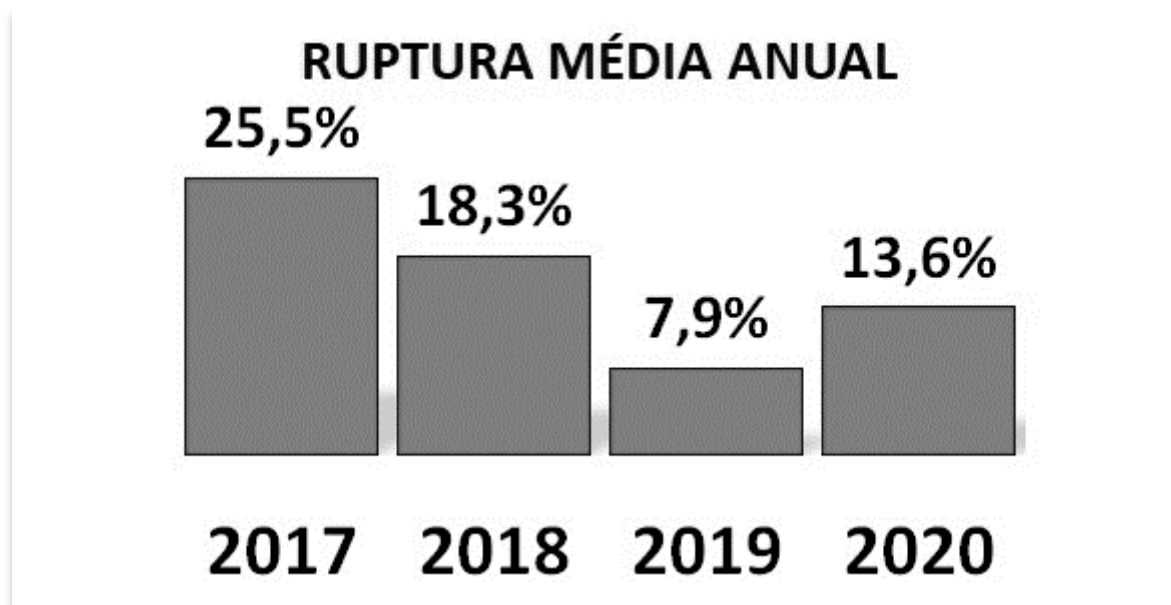
6.1.1 Projeto Fênix

Com o objetivo de melhorar sempre o serviço da SMS, foi feita revisão do processo de compras, armazenagem e distribuição de medicamentos disponibilizados à população, utilizando metodologias de mercado como o sistema semi-automatizado de previsão de demanda e sugestão de compras, visando otimizar o trabalho e valorizar o tempo dedicado a essas atividades; foi concluída em abril de 2018 e resultou no Projeto Fênix.

Em 2020 foram implementadas e melhoradas algumas ações previstas no Projeto, como:

- Melhoria no banco de dados, possibilitando que o servidor analise rapidamente o histórico de transferências dos itens nos últimos 3 anos, observar se há sazonalidade ou ruptura e fazer previsão de consumo para o trimestre seguinte com mais assertividade. O sistema também permite fazer previsão estatística automática e foi aprimorado no ano de 2020, com a inclusão de mais itens.
- Previsão mais assertiva da demanda de medicamentos, baseada em um novo banco de dados, gráfico da demanda, histórico de consumo e outros. A revisão da demanda é realizada a cada mês, garantindo, assim, compra mais eficiente e sem desperdícios.
- Continuidade na implantação de calendário de entregas, com separação e entrega, cumprindo-se os prazos estabelecidos, que passaram a incluir horário estipulado.
- Migração do sistema *Saudeweb* para o *AlmoxarifadoWeb*, visando melhorias no controle financeiro/contábil da Secretaria.
- Maior rigidez no controle dos prazos de entrega, diminuindo significativamente o número de fornecedores em atraso, ou seja, garantindo o produto em estoque.

Figura 3. Percentual de ruptura de medicamentos entre 2017 e 2020. Londrina, 2020.



6.1.2 FARMÁCIA MUNICIPAL DE LONDRINA

A Farmácia Municipal de Londrina atende os munícipes que fazem o uso de medicamentos controlados e/ou os pertencentes a programas específicos, como é o caso do Programa Paraná sem Dor (Governo Estadual) e do Apoio Social vinculado à SMS. As medicações padronizadas e dispensadas na Farmácia Municipal são constantes da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e, por serem controladas, são regulamentadas pela Portaria Nº 344/98 do Ministério da Saúde.

Compete à Farmácia realizar a dispensação dos medicamentos, dos quais grande parte é de medicamentos controlados, garantindo a entrega do medicamento correto ao usuário, na dosagem e quantidade prescrita, com instruções suficientes para o seu uso adequado, seguro e racional.

Para garantir a qualidade e segurança na entrega dos medicamentos, fazem parte do processo de trabalho da Farmácia Municipal o recebimento e conferência de medicamentos, armazenamento, registro de entrada/saída e reposição de estoque, dispensação, controle interno de estoque e de temperatura e umidade, manutenção da limpeza e conservação do local.

As atividades que envolvem o fornecimento de medicamentos são documentadas de forma virtual e/ou física, conforme pertinência, de modo a garantir a rastreabilidade dos dados caso seja necessário.

Com a atual pandemia, houve a necessidade de implantar novas atividades no processo de trabalho e melhorias na estrutura física da Farmácia, proporcionando à população e servidores maior segurança sanitária. Outra medida que contribuiu com o distanciamento orientado pelas autoridades sanitárias foi a disponibilização do agendamento eletrônico ao próprio usuário, que passou a poder realizar agendamento pelo *site* da Prefeitura, como também por telefone, sendo liberadas mais três linhas telefônicas utilizadas em período integral. Nesse contato telefônico os usuários puderam tanto agendar, como esclarecer dúvidas sobre o COVID-19. Com o sistema de agendamento, o atendimento tornou-se mais ágil, organizado e promoveu redução no tempo de espera, evitando aglomerações.

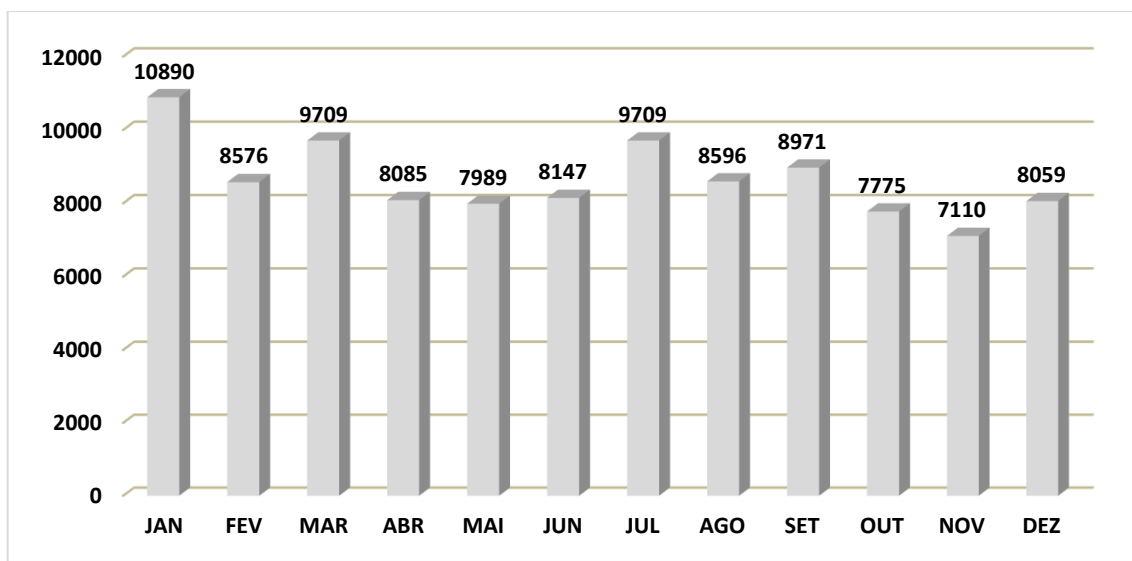
Com relação às melhorias físicas, houve a instalação de novos aparelhos de ar-condicionado e barreiras de acrílico nos guichês de atendimento.

Houve alterações quanto à dispensação dos medicamentos, com Resolução RDC Nº 357, DE 24 de Março de 2020, que autorizou a dispensação de medicações para períodos superiores a um mês de tratamento, evitando que os usuários tivessem que comparecer presencialmente na Farmácia com frequência mensal, evitando aglomerações.

No ano de 2020 foram realizados 103.616 (cento e três mil e seiscentos e dezesseis) atendimentos, 8.635 (oito mil e seiscentos e trinta e cinco) atendimentos em média, observando-se as medidas de segurança: controle de temperatura, disponibilização de álcool em gel, distribuição de máscaras aos usuários, higienização constante de bancadas e cadeiras.

Relatório Anual de Gestão 2020

FIGURA 4: Número de atendimentos realizados na Farmácia Municipal. Londrina, 2020.



Assim, mesmo em tempos de pandemia, foi possível manter a qualidade do atendimento prestado à população, com a colaboração de todos os setores envolvidos e as melhorias realizadas tanto na estrutura da Farmácia, como no processo de trabalho.

6.1.3 Almoxarifado

O almoxarifado é o setor da Diretoria que armazena o estoque de produtos de limpeza, higiene, expediente, gêneros alimentícios e outros insumos como fraldas e dietas nutricionais. O setor é responsável pela aquisição de produtos, bem como manutenção e reabastecimento de todas as Unidades de Saúde e administrativas da Secretaria.

No ano de 2020 houve grande avanço no serviço do Almoxarifado com a conclusão da migração do antigo sistema de gestão de estoque (Ágora), para o *SaúdeWeb/AlmoxarifadoWeb*, utilizado por toda rede e por outras Secretarias, sendo mais moderno e eficiente quanto ao controle de estoque, lote e validade dos produtos, bem como a emissão de relatórios gerenciais mais precisos.

No início do próximo ano as Unidades deverão também realizar inventário para que possa ser realizado o abastecimento de forma automática, conforme o consumo de materiais e calendário de entregas, como ocorre com a distribuição de medicamentos e materiais médico-hospitalares. Outra possibilidade do sistema é associar o ID do paciente a produtos que recebe por ordem judicial, o que melhora a transparência e arquivo das informações.

O fluxo de trabalho da equipe foi reorganizado, delegando e estabelecendo funções para cada servidor e foi elaborado um calendário próprio mensal de pedidos, observado pelas Unidades na emissão de pedidos. O espaço de armazenagem das dietas nutricionais foi ampliado e reorganizado, melhorando a ambiência e a disposição dos produtos dentro do setor facilitando a logística interna.



6.1.4 Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT)

A Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), criada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, é composta por profissionais de saúde de diferentes áreas, como farmacêuticos, médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas. Além de assessorar a gestão nas questões referentes a medicamentos e políticas de fornecimento, exerce atividades ligadas à promoção do uso racional de medicamentos, como definição de diretrizes terapêuticas, protocolo clínicos e à educação de prescritores, demais profissionais de saúde e usuários. É uma instância multiprofissional, consultiva e educativa dentro dos serviços de saúde e é responsável por avaliar e selecionar medicamentos para disponibilização. Isto inclui o desenvolvimento de critérios rigorosos, baseados em evidências para a seleção de medicamentos, considerando a eficácia, segurança e custo. Para a OMS, o objetivo maior de uma CFT é assegurar que será disponibilizada assistência de qualidade aos pacientes, determinando os medicamentos que devem estar disponíveis e custo envolvido no processo.

Consequentemente, a equipe da saúde passa a ter uma instância norteadora por meio do estabelecimento de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, favorecendo o acesso à farmacoterapia baseada em evidências, estabelecendo o equilíbrio entre a demanda e os recursos, proporcionando ao paciente atendimento seguro e de qualidade.

A instituição da CFT e designação de membros encontram-se publicados nas Portarias Nº 411, de 01 de agosto de 2019, e Nº 501, de 11 de setembro de 2019, respectivamente.

Um dos mais relevantes produtos da CFT foi a elaboração da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) no ano de 2019, publicada em janeiro a primeira versão e a vigente em julho daquele ano, conforme documento disponibilizado no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Londrina pelo link: http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_saude/Lista%20de%20Medicamentos/remume_londrina_2019_2_edicao_publicada_novo.pdf.

A Comissão trabalha atualmente na elaboração da atualização da REMUME, a partir da incorporação de medicamentos, após respectivos pareceres técnicos, ratificados pelo Diretor Superintendente da Secretaria, assim como outras deliberações que impactam na lista oficial.

Há ainda que se relatar os trabalhos da CFT no enfrentamento da pandemia, como o parecer referente à Azitromicina, orientações sobre uso do álcool, atualização e padronização de drogas para os carrinhos de emergência, entre outras questões.

6.1.5 Consórcio Paraná Saúde

Com a finalidade de otimizar os recursos da assistência farmacêutica básica, em junho de 1999, os municípios do estado do Paraná, com apoio da Secretaria de Estado da Saúde, constituíram o Consórcio Paraná Saúde.

O Consórcio efetua a aquisição dos medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica (CBAF) e insumos para pacientes insulino-dependentes, preservando a autonomia de cada município na seleção e quantificação dos medicamentos de suas necessidades.

Por meio de processo de descentralização da gestão e reestruturação da assistência farmacêutica, os recursos financeiros Federal e Estadual dos municípios consorciados são repassados pela SESA-PR por meio de convênio e a entrega dos medicamentos é realizada diretamente pelas empresas na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), do município de Londrina.

O Consórcio abre a programação para os pedidos em periodicidade trimestral, sendo enviadas as demandas em fevereiro, maio, agosto e novembro.

Atualmente, são 397 municípios associados, dos 399 do Estado do Paraná.

6.1.6 Programa Farmácia do Paraná

➤ Incentivo para Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF)

O Incentivo para Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF), vertente do Programa Farmácia do Paraná que garante repasse de recursos de custeio e capital para estruturação da Assistência Farmacêutica, é ofertado aos municípios desde 2012, sendo que as Seções de Insumos Estratégicos das Regionais de Saúde (SCINE/17^aRS) são responsáveis pelo apoio e monitoramento da aplicação dos recursos.

➤ Descritivo da aplicação dos recursos do Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica (IOAF)

O IOAF é custeado com recursos financeiros estaduais e devem ser utilizados exclusivamente em ações que tenham como objetivo contribuir para a organização da Assistência Farmacêutica nos municípios paranaenses.

Atualmente, os valores de repasse do IOAF estão previstos na Deliberação CIB/PR nº 144/2019, de 23/10/2019 e Resolução SESA Nº 724/2019, de 25/11/2019. Nos mesmos instrumentos estão previstas as formas de utilização do recurso (despesas correntes/custeio e/ou despesas de capital/investimento) e a relação dos municípios contemplados.

Os seguintes dados referem-se à execução e ao planejamento dos recursos repassados pelo IOAF:

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 10. Recurso IOAF: valores recebidos, itens adquiridos e com previsão de aquisição. Londrina, 2020.

SALDO DO RECURSO IOAF EM 31/12/2019						
Despesa	Valores recebidos 2012-2019 R\$	Juros até 12/2019 R\$	Valores recebidos 2020 R\$	Juros até 12/2020 R\$	Pagamentos efetuados em 2020 R\$	TOTAL R\$
Custeio	14.000,00	1.941,18	6.000,00	56,72	0,00	20.707,90
Capital	49.000,00	8.984,03	10.000,00	85,13	0,00	27.340,19
						48.048,09
ITENS COM PREVISÃO DE AQUISIÇÃO						
Qtde	Valor	Descrição	Utilidade			
10	300,00	Estantes para transporte de material laboratorial	Para transporte de meio viral			
50	2.350,00	Jalecos	EPI para segurança no trabalho			
1	11.800,00	1 Freezer vertical -30 °C	Para armazenar meio viral (atualmente armazenado em freezer)			
2	5.000,00	2 Ar condicionado 48.000 BTU	Para climatização do estoque e controle de temperatura da medicação.			
	19.450,00					

6.1 GERÊNCIA DE TRANSPORTE

O setor de transporte tem atribuições que envolvem a gestão e administração da frota e da locomoção de servidores e pacientes usuários do SUS em Londrina.

6.2.1 Gestão da frota da Secretaria Municipal de Saúde

A Coordenadoria de Frota tem a responsabilidade de fiscalizar e administrar os contratos de abastecimento e manutenção veicular da SMS, programação e controle de manutenções preventivas e corretivas dos veículos e, administrativamente, também é responsável pelo gerenciamento da documentação dos veículos, multas e sinistros. Controla a utilização da frota e respectiva distribuição e realiza reparos de baixa complexidade, de forma a agilizar o processo de manutenção e manter a frota em condições operativas, evitando paralização de serviços que demandam deslocamento.

Relatório Anual de Gestão 2020

Houve, ainda, ampliação da frota da SMS com veículos destinados a setores estratégicos: 3 ambulâncias avançadas destinadas ao SAMU, 1 ambulância de simples remoção e 2 vans com 15 lugares para ampliação do programa de Transporte Clínico Agendado (TCA) e 1 veículo de 7 lugares para viagens do programa de Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Além da ampliação da frota com veículos novos, a manutenção preventiva de veículos em operação foi mais frequente, o que possibilitou que a frota do SAMU operasse plenamente durante o ano com 3 ambulâncias avançadas, 5 básicas, 1 Viatura de Intervenção Rápida (VIR), 2 ambulâncias para transporte simples de pacientes, 1 van para recolhimento de materiais e 1 ambulância reservada para atendimentos de pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. A frota reserva de carros da SMS supriu imediatamente a demanda das unidades em casos de panes, avarias e necessidades de reparos.

O valor gasto durante o ano de 2020 com combustível foi de R\$ 1.146.088,68 e com manutenção da frota, entre serviços e peças, R\$ 858.307,49, totalizando R\$ 2.004.396,17.

6.2.2 Transporte e logística

A Coordenadoria de Transporte é responsável pela logística de transporte de servidores domiciliados na zona urbana e lotados em unidades na zona rural, sendo transportados por este meio cerca de 54 servidores diariamente. Esporadicamente são transportados servidores que têm compromissos do serviço em local diverso ao seu local de trabalho e não dispõem de veículo oficial para esse deslocamento. O desenvolvimento dos programas de Transporte Clínico Agendado (TCA) e Tratamento Fora do Domicílio (TFD) são da responsabilidade da Coordenadoria de Transporte, que organiza a logística dos pacientes.

A distribuição de materiais de consumo, medicamentos e vacinas para as diversas unidades de saúde é realizada por servidores condutores e a gestão das escalas é de responsabilidade desta Coordenadoria.

O transporte de pacientes do SUS nos limites do território do Município, para fins de tratamentos ambulatoriais, em estabelecimentos próprios, conveniados ou contratados, é feito pelo TCA. São transportados em média 79 pacientes por dia, considerando o transporte em veículo adaptado para cadeirantes, carros comuns e ambulância para pacientes impossibilitados ou com dificuldade de deambular, que não conseguem utilizar o transporte coletivo ainda que haja a isenção tarifária para os mesmos.

Quanto ao TFD, realizado somente dentro do estado do PR, são realizadas em média 20 viagens por mês, principalmente para a capital, para tratamento de saúde relacionado a transplantes de órgãos, mas também para internações e nas altas hospitalares.

Em 2020, considerando a pandemia, houve a necessidade de criar uma rotina de transporte frequente de exames de urgência, de forma ininterrupta, incluindo finais de semana e feriados, atendendo os serviços das 7h às 21h. Ainda, mais especificamente em atenção ao enfrentamento da pandemia, foi elaborada uma rotina de atendimento ao setor de epidemiologia para transporte de amostras biológicas para exames laboratoriais RT-PCR, sendo que um veículo teve que ser adaptado para o isolamento das amostras, conforme orientações da Vigilância Sanitária.

Houve otimização do transporte de pacientes, considerando lotação máxima de 50% da capacidade dos veículos, conforme recomendações sanitárias da

Relatório Anual de Gestão 2020

Nota Orientativa emitida pela SESA PR, especificamente para o transporte de pacientes renais crônicos. Foi adotada a realização de uma série de medidas de higiene, limpeza e desinfecção dos veículos da frota, bem como uso obrigatório de EPI pelos servidores condutores. Outra medida de segurança aplicada ao transporte de pacientes foi a aferição de temperatura dos pacientes e indagação quanto ao estado clínico do usuário antes do embarque no veículo oficial. Essa medida mostrou-se eficaz quanto a evitar a disseminação do vírus ao condutor e outros passageiros, considerando que, por mais de uma vez, os pacientes submetidos à esta simples abordagem foram orientados a procurar o serviço de saúde, constatando-se que alguns testaram positivo para o COVID-19.

6.3 GERÊNCIA DE SERVIÇOS DE APOIO

6.3.1 Patrimônio e Vigilância Patrimonial

A Coordenadoria de Patrimônio e Vigilância Patrimonial é responsável pela fiscalização contratual e respectivo faturamento de diversos contratos, em especial fornecimento de água e esgoto, energia elétrica, telefonia e internet, aluguéis, limpeza e conservação das unidades, além dos serviços de acompanhamento e movimentação patrimonial e vigilância patrimonial.

O abastecimento das unidades de saúde com móveis, insumos e equipamentos foi extraordinária em 2020 pela necessidade dos mesmos no combate da pandemia. Houve também a instalação de mobiliário fixo e entrega de equipamentos e móveis na conclusão de diversas obras de reforma de unidades de saúde.

Dada a urgência do momento, houve todo empenho da equipe para que todos os itens recebidos chegassem aos pontos de atenção à saúde de forma oportuna para os servidores da linha de frente e outros locais, independente de terem sido adquiridos por processos licitatórios, doações ou transferências de outros órgãos.

O monitoramento realizado por essa Coordenadoria quanto ao consumo de energia, água e ligações telefônicas foi muito importante no controle de gastos, resultando na redução dos mesmos.

Em parceria com o NIGEP/UEL foram iniciados diversos projetos e ações para melhor organização de informações, emissão de relatórios gerenciais e contábeis, além de contribuir para transparência das informações.

6.3.2 Manutenção predial e de equipamentos

A Coordenadoria de Manutenção realizou diversas intervenções durante o ano, atuando em manutenções hidráulica, elétrica e em equipamentos.

O setor conta com uma marcenaria própria que confecciona mobiliário para as unidades de saúde, em especial as que passaram por reformas.

Como o serviço não conta com servidores qualificados e treinados para determinados reparos, o setor contou com o apoio do NIGEP/UEL em um projeto para contratar serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, que deverá ser concluído em 2021.

7. GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

A Diretoria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde é responsável pelo planejamento e gerenciamento das atividades relacionadas ao trabalho e educação na área de saúde no município de Londrina. Administra os recursos humanos de todos os serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo responsável por mais de 3 mil servidores.

Além da gestão dos recursos humanos, propõe ações de formação e qualificação dos trabalhadores do SUS, buscando a valorização dos servidores, e procura também identificar as necessidades de desenvolvimento, acompanhar e realizar o controle da gestão da administração de pessoal no âmbito da Secretaria.

Tabela 39. Profissionais de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Londrina, 2020.

VÍNCULO	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Estatutários	2.921	2.888	
Cargos Comissionados	6	6	6
Municipalizados	41	39	28
Contrato Temporário	216	264	
Mais Médicos	23	28	28
TOTAL	3.147	3.103	3.049

Apesar da indisponibilidade orçamentária e financeira, em razão da necessidade de ser atestada a compatibilidade financeira e orçamentária, conforme limite de gastos disponíveis para a contratação de pessoal, em atendimento ao previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, no ano de 2020 foram contratados por meio de concurso público:

- 1 Serviço de Marcenaria e Carpintaria (AMPA03)
- 5 Serviço de Psicologia (PSPAPSI)
- 1 Assistência de Enfermagem I (TSPA001)
- 1 Serviço Comunitário de Saúde (ACSU01)
- 1 Assistência Técnica de Radiologia (TSRU01)

Considerando o atual cenário de enfrentamento da pandemia decorrente do COVID-19, bem como do Decreto Municipal Nº 346, de 19 de março de 2020, que decretou Situação de Emergência no Município de Londrina, foram contratados em regime temporário:

- 57 Agentes de Combate a Endemias (ACETEMP)
- 437 Auxiliares de Enfermagem (AENFTEMP)

Relatório Anual de Gestão 2020

- 162 Enfermeiros (ENFTEMP)
- 30 Médicos Clínicos Gerais Plantonistas (MCGPTEMP)
- 8 Pediatras Plantonistas (MPPTEMP)
- 13 Técnicos em Análises Clínicas/Patologia (TACTEMP)

Tabela 40. Promoção na carreira por conhecimento, a partir de janeiro. Londrina 2020.

Decreto Regulamentador Nº 1.025/2018	
Mês de Protocolo	Servidores Posicionados
Janeiro	32
Fevereiro	35
Março	27
Abril	10
Maiο	66
Junho	53
Julho	28
Agosto	33
Setembro	79
Outubro	32
Novembro	em análise, 30 aptos
Dezembro	27 protocolados

Outros setores desta Diretoria ainda são responsáveis por:

- Acompanhamento de 101 servidores em Estágio Probatório;
- Encaminhamentos e controle de 2.792 formulários de Avaliação de Desempenho 2020;
- Acompanhamento e desempenho de atividades funcionais;
- Contratação de pessoal;
- Elaboração de editais de concursos e testes seletivos e contratos de admissão;
- Análise de requerimentos funcionais;
- Encaminhamentos e acompanhamentos de laudos de readaptação encaminhados pela Diretoria de Saúde Ocupacional;
- Controle de folha e frequência de pessoal;
- Atendimento a solicitações de férias, licenças prêmio, aposentadorias, exonerações;
- Regularização de fichas funcionais;
- Encaminhamentos de documentação junto a outras diretorias e outras Secretarias;

Relatório Anual de Gestão 2020

- Atendimento de solicitações da Corregedoria e encaminhamento de casos de infração para análise;
- Acompanhamento de processos trabalhistas em justiça;
- Designação de servidores para atuar em processos junto à Corregedoria;
- Cadastros junto ao Ministério do Trabalho e Fazenda de informes funcionais e municipais;
- Prestação de contas de junto ao TCE/PR.
- Capacitação e Educação Permanente de servidores municipais;
- Organizar e acompanhar todas as atividades relacionadas à gestão de pessoal e Educação Permanente da SMS.

O município de Londrina constitui-se num grande polo de saúde regional, contando, no setor público, com 53 Unidades Básicas de Saúde, Maternidade, Clínica de Especialidades Odontológicas, Laboratório de Análises Clínicas, Prontos Atendimentos (sendo três adultos e um infantil), Policlínica, Unidade Móvel de Nível Hospitalar, Serviço de Atendimento Domiciliar, entre outros. Compõem essa estrutura um grande número de profissionais nas mais variadas áreas e especialidades, em sua maioria de vínculo estatutário.

No setor privado a grande maioria dos profissionais médicos é autônoma. Quanto aos outros profissionais de nível superior, a maioria está na iniciativa privada, com exceção da enfermagem, que se encontra predominantemente no setor público, assim como a grande maioria dos profissionais de nível médio.

Quadro 11. Profissionais de Saúde trabalhando no SUS. Londrina, 2020.

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBOs méd.	CBOs enf.	CBOs (outros) nível superior	CBOs (outros) nível médio	CBOs ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	420	225	327	1.558	283
	Intermediados por outra entidade (08)	560	7	81	21	0
	Autônomos (0209, 0210)	735	2	9	37	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	32	13	23	6	0
	Bolsistas (07)	27	0	1	0	0
	Informais (09)	0	0	0	0	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Intermediados por outra entidade (08)	11	43	75	122	0
	Celetistas (0105)	0	13	102	112	0
	Autônomos (0209, 0210)	1.259	29	674	44	0
	Residentes e estagiários (05, 06)	0	0	0	0	0
	Bolsistas (07)	0	0	0	0	0

Relatório Anual de Gestão 2020

	Informais (09)	0	0	0	0	0
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	0	0	0

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão						
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	CBO méd.	CBO enf.	CBO (outros) nível superior	CBO (outros) nível médio	CBO ACS
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	1	49	9	93	0
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	3	0	0	0	0

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 21/07/2020

Postos de trabalho ocupados, por ocupação e forma de contratação					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2016	2017	2018	2019
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Autônomos (0209, 0210)	2.312	2.196	2.181	1.964
	Celetistas (0105)	154	556	1.028	1.610
	Intermediados por outra entidade (08)	3.052	2.629	2.131	1.668
Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Autônomos (0209, 0210)	6.921	8.385	9.787	7.033
	Bolsistas (07)	375	367	350	271
	Celetistas (0105)	0	0	7	9
	Estatutários e empregados públicos (0101, 0102)	40.097	39.671	39.222	40.497
	Intermediados por outra entidade (08)	5.296	5.895	6.630	7.150
	Residentes e estagiários (05, 06)	354	366	443	587
	Servidores públicos cedidos para a iniciativa privada (10)	0	0	12	12

Postos de trabalho ocupados, por Contrato Temporário e Cargos em Comissão					
Adm. do Estabelecimento	Formas de contratação	2016	2017	2018	2019
Privada (NJ grupos 2 - exceto 201-1, 203-8 -, 3, 4 e 5)	Contratos temporários e cargos em comissão (010302, 0104)	16	0	0	0

Relatório Anual de Gestão 2020

Pública (NJ grupo 1, ou 201-1, 203-8)	Contratos temporários e cargos em comissão (010301, 0104)	82	79	84	128
---------------------------------------	---	----	----	----	-----

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
Data da consulta: 21/07/2020.

7.1 ESTÁGIOS E EDUCAÇÃO PERMANENTE E CONTINUADA

7.1.1 Estágio curricular não obrigatório remunerado

No ano de 2020 foram contratados 03 estagiários remunerados do curso de Enfermagem, atendendo à Diretoria de Vigilância em Saúde.

Conforme solicitações apresentadas por diversas Diretorias, o ano se encerrou com outras contratações de 6 estagiários em andamento: 3 de Direito, 1 de Assistência Social e 2 de Enfermagem.

7.1.2 Estágio curricular obrigatório não remunerado

A SMS tem apoiado, historicamente, as iniciativas de reformas curriculares, abrindo espaços para o desenvolvimento de novas práticas de ensino. Entretanto, nos últimos anos, cresceu muito a demanda das instituições de ensino por cenários de práticas (visitas e estágios) para diferentes cursos da área da saúde, de diferentes momentos do processo formativo (Quadro 14).

Assim, neste ano, foram protocoladas aproximadamente 369 solicitações de estágios curriculares obrigatórios, para diversas Unidades de Serviço desta Secretaria, devidamente oficializados em conformidade com o Decreto Nº 1285/10 e COAPES/PROIESC-Londrina. Porém, no primeiro semestre de 2020, as atividades de estágios curriculares, em sua maioria, foram interrompidas como medida de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus e a pedido das instituições de ensino. Em setembro alguns estágios retomaram as atividades de forma gradativa, novamente a pedido das instituições de ensino.

Quadro 12. Instituições de cursos técnicos, de graduação e residência que pleitearam estágio junto à SMS. Londrina, 2020.

Instituição de Ensino	Cursos - Estágios
Colégio Albino Feijó	Técnico em Enfermagem
Colégio Aplicação	Técnico em Enfermagem
IFPR	Técnico em Enfermagem
ISCAL	Residência Multiprofissional em Urgência/Emergência e Cuidados Intensivos na área de Enfermagem
Mater Ter	Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia
PHD	Técnico em Análises Clínicas
Pitágoras	Enfermagem e Fisioterapia
PUC	Medicina e Psicologia

Relatório Anual de Gestão 2020

SENAC	Técnico em Enfermagem e Técnico em Radiologia
UEL	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, PIN 1, PIN 2, PIN 3, Psicologia, Residência Médica - R1, Resid. Enfermagem em Cuidados Intensivos do Adulto, Resid. Enfermagem em Infectologia, Resid. Enfermagem Neonatal, Resid. Enfermagem Obstétrica, Resid. Enfermagem em Urgência e Emergência, Resid. Médica em Pneumologia, Resid. Multiprofissional em Saúde da Família, Resid. Multiprofissional em Saúde da Mulher e Serviço Social
UNIFIL	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Técnico em Enfermagem e Especialização em Farmácia e Farmacoterapia
UNOPAR	Enfermagem, Fisioterapia, Medicina Veterinária, Serviço Social e Psicologia

➤ **Visitas**

Foram apresentados apenas 2 Ofícios com solicitações de visitas aos serviços municipais de saúde, pois as atividades letivas foram alteradas em função da pandemia.

➤ **Pesquisas Acadêmicas**

São analisados pelo setor processos com pedidos para desenvolvimento de pesquisa e trabalhos na área da saúde, bem como autorizações pautadas nas normas regulamentares de estágio e autorizações de Comitês de Ética das instituições de saúde.

Durante o ano de 2020 foram analisados e deferidos processos de pesquisa conforme descrito abaixo:

- 23 pesquisas realizadas com autorização provisória
- 19 pesquisas realizadas com autorização definitiva

A extraordinária situação da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) deflagrada pela disseminação pandêmica do novo Coronavírus motivou grande parte dos pesquisadores a desenvolver estudos científicos acerca do tema. Assim, 10 pesquisas tiveram como tema o COVID-19.

Também foram assinadas 3 Cartas de Anuência para projetos de pesquisas, cujos desenvolvimentos demandam ser contemplados em Chamada Pública 11/2020: Programa Pesquisa para o SUS, Gestão Compartilhada em Saúde, da Fundação Araucária.

Abaixo, no Quadro 13, estão apresentadas as atividades de capacitação desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde no ano de 2020:

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 13. Capacitações realizadas na SMS. Londrina, 2020

Capacitações, cursos e treinamentos realizados no ano 2019		
Mês	Tema	nº de servidores
JANEIRO 4 capacitações	Capacitação em reumatologia	18
	Novas portarias da atenção básica - o papel do ACS frente aos novos modelos de financiamento	213
	Financiamento da atenção básica	51
	Atualização sobre o cartão nacional sus, arboviroses e manejo de pacientes com doença mental	33
	TOTAL	315
FEVEREIRO 02 capacitações	Prontuário eletrônico do cidadão para a odontologia	59
	Prontuário eletrônico do cidadão no atendimento da equipe multidisciplinar	55
	TOTAL	114
MARÇO 4 capacitações	Capacitação e atualização sobre o novo Coronavírus para médicos	292
	Prontuário Eletrônico	63
	Atualização do protocolo do enfrentamento do novo Coronavírus	76
	Capacitação para novos profissionais contratados pelo teste seletivo	38
	Total	469
MAIO 2 capacitações	Manejo da via aérea em situação de COVID-19: Intubação de sequência rápida, via aérea difícil e uso de máscara laríngea.	71
	Oxigenoterapia em situação de COVID-19 e cuidados na intubação de sequência rápida e manejo com uso de máscara laríngea	33
	Total	104
JUNHO 1 capacitação	Oxigenoterapia em situação de COVID-19 e cuidados na intubação de sequência rápida e manejo com uso de máscara laríngea	29
	Total	29
JULHO 4 capacitações	Atuação dos profissionais fisioterapeutas na APS durante a pandemia da COVID-19: aspectos introdutórios.	15
	Ventilação mecânica em situação de COVID-19	34
	Uso de Máscara Laríngea por profissionais do SAMU	26
	Cuidados na sequência rápida de intubação em suspeito de COVID-19	22
	Total	97
AGOSTO	Abertura da Semana Municipal de Amamentação	21

Relatório Anual de Gestão 2020

7 capacitações	Saúde do Trabalhador em tempos de COVID-19: como se proteger e evitar a disseminação	141
	A amamentação transpondo barreiras do COVID-19 em favor de um planeta saudável	16
	Aleitamento materno no contexto das novas estruturas familiares	21
	Paternidade responsável	24
	Doação de leite humano em tempos de COVID-19	7
	A voz de quem vivencia a amamentação: uma Roda de Conversa	10
	Total	240
SETEMBRO 5 capacitações	4º Simpósio Municipal de Residências em Saúde: Cuidados paliativos em foco	36
	Acesso intraósseo	6
	Reumatologia: abordagem interdisciplinar e manejo de pacientes reumatológicos imunossuprimidos para multiprofissionais da área da saúde	24
	Curso de pediatria	3
	Oxigenoterapia para COVID-19	8
	Total	77
OUTUBRO 1 capacitação	Atualização das Arboviroses	52
	TOTAL	52
NOVEMBRO 2 capacitações	Uso do Aplicativo territorial para Cadastro Territorial para Agentes Comunitários de Saúde.	244
	Ventilação mecânica COVID 19	9
	Total	445
Total de servidores capacitados: 2.030		
Total de capacitações ofertadas: 31		

7.1.3 Liberação para atividades externas e afastamento para estudo

Neste setor são protocoladas e analisadas as solicitações de afastamento de servidores para realização de Atividades Externas e para Estudo, em conformidade com a Lei Nº 4.928, de 17 de janeiro de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal e o Decreto Municipal Nº 1746/2018, que regulamenta a concessão de turno especial de trabalho e de afastamento para estudo e capacitação aos servidores estáveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Londrina.

No ano de 2020 foram protocoladas 15 solicitações referentes a Participação de Servidores em Congressos, Certames Culturais, Técnicos ou Científicos, Cursos de Aperfeiçoamento e Aprimoramento, Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, Missão de Representação Oficial e Turno Especial de Trabalho (frequência a exames admissionais e finais e realização de estágios obrigatórios). A maioria das solicitações foram referentes a estágios curriculares obrigatórios e os congressos aconteceram em plataformas digitais, devido à necessidade de distanciamento.

7.1.4 Comissão de Residência Médica (COREME)

O Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade na SMS, iniciado em março de 2016, caracterizado como programa de pós-graduação, tem o objetivo de formar médicos residentes com habilidades para o atendimento de todos os ciclos de vida, da infância à velhice, e integrar ações de promoção, proteção, recuperação e educação em saúde.

A SMS mobilizou esforços para a proposta de ensino na residência, entendendo que possibilita a busca de uma prática que articule ensino e trabalho voltados para uma formação que potencialize competências para a integralidade, com base em uma lógica do cuidado. A formação dos profissionais médicos pressupõe reorientação para uma ampliação da visão para o contexto do SUS, com visão holística do paciente, com trabalho em equipe multiprofissional. Essa formação deve ser integral e ter a rede municipal de saúde como principal cenário de prática educacional. Essa possibilidade tem um arcabouço jurídico-legal que permite essa ação formadora do serviço de saúde.

Simultaneamente à realização da Residência em Medicina de Família e Comunidade em Londrina, foi realizado o Curso de Especialização em Preceptoria de Residência Médica no SUS, com o objetivo de capacitar médicos atuantes no SUS em Londrina e envolvidos com programas de Residência Médica, para desenvolver atividades de preceptor, utilizando metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Destaca-se que a maioria desses profissionais foram inseridos como preceptores da Residência em Medicina de Família e Comunidade em andamento no nosso serviço. O Curso de especialização em preceptoria foi realizado em parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês (IEP Sírio Libanês) e Ministério da Saúde (MS).

No ano de 2020 três Médicos de Família e Comunidade pela Autarquia Municipal de Saúde de Londrina (em 2019 havíamos formado dois) concluíram a formação. Dos nove Médicos de Família e Comunidade formados pela Autarquia, estão atuando como preceptores de campo na dos residentes na Rede de Atenção Primária à Saúde de Londrina e Florianópolis, e atuando como professores voluntário, ministrando aulas sempre que necessário.

O ano de 2020 foi de expansão da residência, com quatro novos residentes no primeiro ano e quatro no segundo ano. As Unidades Escola estão funcionando a todo vapor, recebendo tanto a residência de Medicina de Família e Comunidade de nossa Autarquia quanto a Residência Multiprofissional em Saúde da Família, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Além disso, são importante campo de estágio para os internatos de medicina e enfermagem. O trabalho interdisciplinar ganhou força e forma com esta aproximação. Diversas atividades em conjunto foram realizadas: consultas compartilhadas, projetos terapêuticos singulares e coletivos, grupos de educação em saúde, planejamento e ações no território, sempre com o objetivo de qualificar o atendimento à população e trazer resolutividade.

Outros pontos que ganharam importância foram a territorialização e as reuniões de equipe com matriciamento de temas relevantes para cada área de abrangência, além de temas sobre saúde do trabalhador, discutindo processos de trabalho, visando a melhoria da assistência, bem como espaço para ouvir a opinião dos componentes das equipes sobre o ato de cuidar.

Foram realizadas discussões de casos em Saúde Mental, em parceria com o CAPS III para abordagem de casos complexos atendidos nas Unidades em

Relatório Anual de Gestão 2020

questão, sempre envolvendo Projeto Terapêutico Singular e equipe multidisciplinar. Da mesma forma, com o CIDI, promovendo melhor qualidade do atendimento prestado aos usuários com tuberculose, HIV e outras doenças infectocontagiosas.

Foi estreitada a aproximação com o Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador de Londrina (NAST), permitindo ao trabalhador ter acesso a seus direitos e necessidades, melhorando assim sua saúde e reabilitação.

A COREME se reinventou para manter suas atividades de forma virtual diante da pandemia, apoiou a divulgação de informações sobre o novo coronavírus, capacitou a população para o enfrentamento e acolheu os profissionais de saúde de suas equipes para capacitação, acolhimento e cuidado.

Foi realizado o IV Simpósio Municipal de Residências em Saúde, com o tema “Cuidados paliativos em foco!”. Evento realizado pela Autarquia Municipal de Saúde por meio da COREME, de forma virtual, como o momento exigia. Foram oportunizadas palestras com conferencistas nacionalmente reconhecidos, para aprofundamento do tema. Foi um momento importante para integração entre as residências, trabalhadores e usuários. Este ano a modalidade de apresentação de pôster foi mantida mesmo que virtualmente, estimulando a produção científica.

Para o ano de 2021 os objetivos e desafios se mantêm; serão disponibilizadas 6 vagas para o primeiro ano da Residência, desenvolvimento do programa curricular do segundo ano para a quinta turma que está em andamento. Ainda para o próximo ano, serão formados mais quatro médicos pela Residência de Medicina de Família e Comunidade da Autarquia Municipal de Saúde.

Deve evoluir no próximo ano o processo de regulamentação da Residência de Londrina com o encaminhamento da Lei Municipal e a busca por novos campos de estágio e novos preceptores de campo.

8. SISTEMA DE REGULAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE

A Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS) define, entre outros aspectos, a contratação de prestadores de serviços de saúde como competência comum dos entes federativos. A Regulação em Saúde consiste em macroprocessos de gestão do setor saúde, constituído por um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada, com o objetivo de apoiar a organização do sistema de saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde. A Regulação em Saúde compreende a elaboração de atos normativos que regulem ou regulamentem o setor saúde, além de outras questões que impactem em seus determinantes.

A regulação assistencial é prerrogativa do gestor e a regulação do acesso é delegada pelo gestor ao regulador, que atua com base nos protocolos clínicos, linhas de cuidado e fluxos assistenciais definidos previamente. A regulação controla o fluxo da demanda por assistência à saúde em todas as unidades prestadoras de serviços promovendo resposta adequada aos problemas clínicos e a satisfação do usuário, além de, conseqüentemente, otimizar os recursos de saúde.

A Diretoria de Regulação e Atenção à Saúde (DRAS) desenvolve a regulação ambulatorial e hospitalar, auditoria operativa e analítica dos serviços de média e alta complexidade, bem como a contratualização de serviços de saúde complementares à rede própria e avaliação dos prestadores, conforme normativas do

Relatório Anual de Gestão 2020

SUS. É também responsabilidade da DRAS o faturamento dos serviços de média e alta complexidade próprios e contratualizados pelo SUS.

Os atendimentos de média e alta complexidade são ofertados à população do Município e região, conforme Plano Diretor de Regionalização vigente desde 2015, sendo Londrina a sede da Macrorregião Norte do Estado do Paraná.

8.1 SERVIÇOS QUE COMPÕE A REDE DE ASSISTÊNCIA PRÓPRIA E COMPLEMENTAR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE SUS

O Município conta com três hospitais estaduais, sendo dois de média (Hospital Dr Anísio Figueiredo e Hospital Eulalino Ignácio de Andrade) e um de um de média e alta complexidade (Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná) com seu ambulatório no Hospital de Clínicas.

São quatro os hospitais filantrópicos de média e alta complexidade (Santa Casa de Misericórdia/ Hospital Infantil, Hospital Evangélico, Hospital do Câncer e Hoftalon), com seus respectivos ambulatórios, e dois hospitais psiquiátricos (Hospital Vida e Hospital Nova Vida).

Além dos hospitais, outros serviços são:

- 8 prestadores em distúrbio intelectual e transtorno global do desenvolvimento: Instituto Roberto Mirando, Associação Flavia Cristina, APAE, APSDown, Centro Ocupacional de Londrina, Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais, Espaço Escuta e Geração Integrar;
- 2 clínicas de fisioterapia: Associação Flavia Cristina e Centro de Fisioterapia Norte;
- 1 serviço de fisioterapia e dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção: Clínica de Doenças do Aparelho Locomotor;
- 1 consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), registrado no CNES como Consórcio Público de Direito Público.
- 1 serviço de atendimento portadores de deficiência auditiva: Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES);
- 2 clínicas de hemodiálise: Davita;
- laboratórios de análises clínicas e clínicas de imagem;
- contrato temporário com Hospital do Coração de Londrina para oferta de leitos UTI adulto para pacientes com suspeita ou diagnóstico COVID-19;
- 1 Policlínica Municipal
- 1 maternidade municipal: Maternidade Municipal Lucilla Ballalai

Considerando os estabelecimentos próprios mantidos pela Prefeitura do município de Londrina que prestam serviço de saúde à população há: Unidades Básicas de Saúde (UBS), maternidade, Clínica de Especialidades Odontológicas (CEO), laboratório de análises clínicas (CENTROLAB), unidades de pronto atendimento adulto e infantil de 16 e 24 horas, Policlínica, Unidades Móveis de Nível Pré-Hospitalar, Home Care/Serviço de Atenção Domiciliar, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e maternidade.

8.2 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

Em 2020 a rede de saúde contou com 1.574 estabelecimentos de saúde registrados no CNES (SUS e não SUS) e, destes, 139 atendem o SUS, conforme quadro abaixo:

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 14. Serviços de saúde. Londrina, 2020

Descrição	GERAL (SUS e não SUS)	SUS
Central de Gestão em Saúde	2	2
Central de Notificação, Captação e Distrib de Órgãos Estadual	1	1
Central de Regulação do Acesso	1	1
Central de Regulação Médica das Urgências	1	1
Centro de Atenção Hemoterapia e ou Hematológica	2	2
Centro de Atenção Psicossocial	3	3
Centro de Saúde/Unidade Básica	51	51
Clínica/Centro de Especialidade	186	21
Consultório Isolado	1.078	2
Cooperativa ou Empresa de Cessão de Trabalhadores na Saúde	3	0
Farmácia	20	1
Hospital Especializado	6	4
Hospital Geral	17	6
Hospital/Dia - Isolado	7	1
Policlínica	69	7
Polo de Prevenção de Doenças e Agravos e Promoção da Saúde	7	0
Posto de Saúde	5	5
Pronto Atendimento	6	5
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (<i>Home Care</i>)	3	1
Unidade de Apoio Diagnóstico e Terapia (SADT Isolado)	94	15
Unidade de Atenção à Saúde Indígena	1	0
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na Área de Urgência	11	10
Total	1.574	139

Fonte: MS/DATASUS/CNES/dezembro /2020

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 15. Serviços de Saúde por tipo de estabelecimento e gestão. Londrina, 2020

Tipo de Estabelecimento	Dupla	Estadual	Municipal	Total
Central de Gestão em Saúde	0	1	1	2
Central de Notificação, Captação, e Distrib de Órgãos Estadual	0	1	0	1
Central de Regulação Médica das Urgências	0	0	1	1
Central de Regulação do Acesso	0	1	0	1
Centro de Atenção Hemoterapia e ou Hematologia	2	0	0	2
Centro de Atenção Psicossocial	0	0	3	3
Centro de Saúde/Unidade Básica	0	0	51	51
Clínica/Centro de Especialidade	1	1	184	186
Consultório Isolado	0	0	1.078	1.078
Cooperativa ou empresa de cessão de trabalhadores na Saúde	0	0	3	3
Farmácia	0	0	20	20
Hospital Especializado	1	0	5	6
Hospital Geral	2	0	15	17
Hospital/Dia - Isolado	0	0	7	7
Policlínica	0	0	69	69
Polo de prevenção de doenças e agravos e promoção da Saúde	0	0	7	7
Posto de Saúde	0	2	3	5
Pronto Atendimento	0	0	6	6
Serviço de Atenção Domiciliar Isolado (<i>Home Care</i>)	0	0	3	3
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	4	0	90	94
Unidade de atenção à saúde indígena	0	0	1	1
Unidade Móvel de Nível Pré-hospitalar na Área de Urgência	0	0	11	11
Total	10	6	1.558	1.574

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – dezembro 2020

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 16. Rede física prestadora de serviços ao SUS, por natureza jurídica. Londrina, 2020.

Natureza Jurídica	Dupla	Estadual	Municipal	Total
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal	0	0	1	1
102-3 Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	0	7	2	9
111-2 Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	2	0	2	4
112-0 Autarquia Municipal	0	0	1	1
121-0 Consórcio Público de Direito Público (Associação Pública)	0	0	1	1
124-4 Município	0	0	84	84
ENTIDADES EMPRESARIAIS				
204-6 Sociedade Anônima Aberta	0	0	8	8
205-4 Sociedade Anônima Fechada	0	0	10	10
206-2 Sociedade Empresária Limitada	5	0	334	339
213-5 Empresário (Individual)	0	0	33	33
214-3 Cooperativa	0	0	6	6
223-2 Sociedade Simples Pura	0	0	4	4
224-0 Sociedade Simples Limitada	0	0	166	166
230-5 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)	0	0	47	47
231-3 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)	1	0	7	8
306-9 Fundação Privada	0	0		1
307-7 Serviço Social Autônomo	0	0		4
313-1 Entidade Sindical	0	0		1
322-0 Organização Religiosa	0	0		1
399-9 Associação Privada	2	0		30
Total	10	7		1.558

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – dezembro 2020

8.3 CAPACIDADE INSTALADA PARA INTERNAÇÃO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Quadro 17. Leitos de internação: públicos, privados e filantrópicos. Londrina, 2020

Ano/Comp	Leitos Gerais			Leitos UTI		
	Quant existente	Quant SUS	Quant Não SUS	Quant existente	Quant SUS	Quant Não SUS
Dez/16	1.865	1.213	652	236	117	119
Dez/17	1.903	1.235	668	236	120	116
Dez/18	1.927	1.204	723	259	120	139

Relatório Anual de Gestão 2020

Dez/19	1.859	1.149	710	259	120	139
Dez/20	1.953	1.237	716	373	186	187

Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil (CNES). Arquivo LTPR2012.dbc

8.4 Ações realizadas em 2020

O gerenciamento do processo de trabalho foi direcionado visando ampliação do acesso e organização do sistema de saúde local e regional, possibilitando a qualificação da demanda por atendimentos especializados eletivos e de urgência na média e alta complexidade e para a implementação do controle e monitoramento da produção ambulatorial e hospitalar dos serviços de saúde.

A DRAS recebeu no início do ano de 2020 o relatório final da visita da Controladoria Geral da União, em auditoria compartilhada com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. O foco da auditoria foi a aplicação de recursos do Programa Nº 2015: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, Ação Nº 8585: Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (MAC), na área de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), referente ao exercício de 2018 no Município, finalizando com algumas recomendações que foram atendidas nas ações ao longo do ano. Ainda sobre auditoria, a Diretoria realizou visita técnica ao setor de Regulação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis, com o intuito de melhorar o processo de trabalho local quanto à transparência das filas de especialidade, 'higienização' das filas, protocolos de acesso e regulação, TFD e auditoria de contas médicas – atendendo recomendações do Relatório acima referido.

Houve uma mudança no processo de trabalho, que criou Grupos de Trabalho (GT), para o desencadeamento e desenvolvimento de ações:

- GT Transparência das Filas
- GT Revisão dos Protocolos de Acesso e Regulação
- GT Reestruturação da Auditoria
- GT Reestruturação da Contratualização e Avaliação dos Serviços

Secretaria Municipal de Saúde

14/02/2020 - SAÚDE

Florianópolis é referência em regulação e gestão da clínica

SMS recebe visita técnica e apresenta as boas práticas nas áreas de Regulação e gestão da clínica



A Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis recebeu, nesta quinta-feira (14), a equipe técnica do município de Londrina que veio a Florianópolis conhecer as boas práticas nas áreas de Regulação e gestão da clínica. Florianópolis hoje é uma referência nacional nestas áreas.

"As visitas trazem troca de experiências e, a partir delas, todos podem melhorar o serviço de saúde que oferecem à população", destaca Talita Rosinski, Gerente de Regulação da SMS de Florianópolis.

➤ **GT Revisão dos Protocolos de Acesso e Regulação**

Este grupo técnico revisou os protocolos de Cardiologia, Cirurgia Vascular, Oftalmologia, Transplantes e Ginecologia e Obstetrícia e elaborou o protocolo de implantação de D.I.U. hormonal (Mirena), junto com a DSCS e DAPS, assim, Londrina passou a oferecer mais uma opção de tratamento para mulheres com sangramento uterino anormal, dor pélvica crônica e controle de natalidade.

A Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, representada no município pelas instituições de atendimento em DI-TGD, passou por diversas mudanças durante o ano, como a adequação de fluxos, melhoria no monitoramento e gerenciamento de vagas e nas auditorias que passaram a ser realizadas e *in loco*.

Quanto à fila para avaliação em fonoaudiologia, foram ofertadas ações educativas para hábitos saudáveis e melhoria da qualidade de vida aos pacientes que aguardam por esse serviço, assim como foi realizada a 'higiene' da fila de espera, otimizando o tempo de espera.

O controle e monitoramento da produção ambulatorial e hospitalar dos serviços de saúde foram intensificados e deixado na fila de espera somente os casos que efetivamente necessitem do atendimento ambulatorial, com o objetivo de regular 100% das especialidades.

Algumas ações para a otimização do serviço foram:

- Reavaliação por parte das UBS nas filas devolvidas pela regulação e não complementadas;
- Inclusão da opção 'Unidade Padrão' na fila de espera, para qualificar as filas devolvidas.
- Nova regulação para casos regulados com prioridade 0, inserindo a classificação de risco e indicação de ambulatório se necessário.
- Devolução de filas de pacientes que não residem mais em Londrina.
- Devolução de filas que foram inseridas por prestadores e que necessitavam de complementação.
- Realização de reuniões com os técnicos em informática para adequação do processo de regulação e agendamento, para futura implantação.
- Realização de estudo de impacto para futura 'Regulação 100%'.
- Elaboração do Procedimento Operacional Padrão (POP) sobre os fluxos para pacientes da 17ª Regional de Saúde, da Macro Norte e Noroeste

Foi iniciado um projeto pra TFD *on-line*, começando pela oncologia, considerando a reunião da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná, ocorrida em 23/10/2019, quando foram aprovadas as referências hospitalares para Linha de Cuidado da Oncologia para atendimentos na média e alta complexidades no Estado do Paraná.

A fila de Hepatologia foi reavaliada e pacientes foram encaminhados por TFD para o Hospital Santa Rita, em Maringá, para avaliação da possibilidade de transplante hepático.

Houve queda considerável na oferta de especialidades e exames, em decorrência da pandemia por COVID-19. Vários ambulatórios suspenderam atendimentos, o que ocasionou aumento inesperado na fila de espera e, inclusive, inclusão de novas filas.

➤ **GT Transparência das Filas**

O projeto Transparência de Filas foi iniciado durante o ano, com a proposta de formatação de sistemas operacionais robustos, de forma a tornar ao alcance da população, de forma ágil, integral e simples, a transparência das filas e esse projeto tomou por base os serviços desenvolvidos nos municípios de Porto Alegre e Florianópolis.

Para que as filas estejam transparentes aos usuários, é necessário interligar sistemas e promover revisão de processos internos, possibilitando que sejam mapeados e gerenciados de forma mais simples. O maior desafio é importar as informações de filas do CIPAIH e CIPAC para o sistema da SMS (*Saúde Web*), tarefa que ainda precisa avançar.

Outros obstáculos devem ser superados, como a incompatibilidade de dados pessoais entre os sistemas. Compatibilizada a migração de dados entre os sistemas, deverá ser criada e disponibilizada uma ferramenta no *Saúde Web* para tramitação de dados entre a SMS e os bancos de informações hospitalares, envio de laudos e auditoria prévia informatizada, o que conferirá eficiência no fluxo de internações hospitalares, bem como histórico informatizado de todas as etapas do processo.

A SMS, com a participação da Informática do Município, tem trabalhado as filas de cirurgia e de procedimentos ambulatoriais, com a finalidade de disponibilizar lista unificada dos pacientes, atualizando-a diariamente em *site* oficial da Secretaria, de acordo com a ordem cronológica de autorização pela Auditoria Médica do Gestor. Como o ano de 2020 se apresentou de maneira atípica por conta da pandemia, as cirurgias eletivas foram suspensas e, como consequência, não foi possível avançar com os trabalhos de transparência nas filas de cirurgia.

Estava programada para os meses de novembro e dezembro a utilização de recursos oriundos da Portaria GM/MS Nº 3.932, de 30 de dezembro de 2019, para o mutirão da especialidade de Ginecologia, com a realização de procedimento hysterectomia no Hospital Zona Sul, contemplando pacientes que estão em fila cirúrgica, em ordem cronológica de autorização pelo Gestor. No entanto não foi possível realizar o mutirão em razão de nova suspensão de cirurgias eletivas, como medida de enfrentamento da pandemia.

Houve avanço também nas recomendações aos prestadores SUS, com a elaboração e divulgação dos fluxos e protocolos de acolhimento a pacientes advindos de Urgência e Emergência.

Foi orientado aos hospitais que prestam serviços à SMS sobre regramento do SUS em relação às órteses, próteses e materiais especiais, reforçando a necessidade de aprimoramento constante dos fluxos e processos e, em especial, ao monitoramento e controle de uso de OPME.

➤ **GT Reestruturação da Auditoria**

Para que as ações de uma instituição estejam efetivamente direcionadas para objetivos alinhados aos interesses da sociedade, é salutar que sejam realizadas medidas voltadas ao aprimoramento de sua governança, que é o que se observa em cada revisão de processo de trabalho, avaliação de política pública, reformulação de objetivos e diretrizes, reestruturação organizacional, reorganização de procedimentos

Relatório Anual de Gestão 2020

de atendimento. As readequações são necessárias com alguma periodicidade e têm o objetivo de melhorar a organização pública e torná-la mais capaz de atingir sua missão institucional. Desta forma, a Auditoria tem passado por reestruturação e, revisados todos os processos de trabalho, internos e externos, junto ao prestador. A Auditoria tem tomado uma postura mais proativa, trabalhando junto ao prestador para a melhoria contínua do processo. Em 2020 a equipe passou por uma atualização quanto às normas, regras, princípios e diretrizes de auditoria no SUS, assim tem adotado os padrões do DENASUS nos Relatórios de Auditoria. O projeto piloto foi realizado junto ao Hospital Vida e Nova Vida e esse modelo de auditoria será ampliado a todos os outros prestadores no ano de 2021.

➤ **GT Reestruturação do setor de contratos e avaliação**

A celebração de vínculos formais entre gestores e prestadores de serviços de saúde tem dupla função: estabelecer uma ferramenta formal de compromisso entre as partes no aspecto quali-quantitativo e garantir a legalidade dos repasses dos recursos financeiros. Para assegurar o atingimento dessas funções, deverão as partes cumprir as regras fixadas na legislação pertinente às licitações e aos contratos administrativos.

A formalização da participação complementar das entidades privadas no Sistema Único de Saúde tem grande importância na atividade assistencial e deve ser entendida como fundamental mecanismo de gestão, controle e avaliação dos serviços contratados, conforme institui a Política Nacional de Regulação, na dimensão regulação da atenção.

A Regulação em Saúde consiste em macroprocessos de gestão do setor, constituída por um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma dinâmica e integrada com o objetivo de apoiar a organização do Sistema de Saúde brasileiro, otimizar os recursos disponíveis, qualificar a atenção e o acesso da população às ações e serviços de saúde. E com base nesses conceitos o Setor de Contratos estruturou processos operacionais internos de criação, fiscalização e avaliação dos contratos.

Foram formalizados dois contratos para prestação de serviços para execução de atividades de moradia protegida e reabilitação de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, visando reintegração à vida social e comunitária neste Serviço de Residência Terapêutica (SRT), em mútua cooperação, uma Residência do Tipo I e outra do Tipo II, alocando os pacientes conforme o grau de autonomia. O contrato do SRT I entrará em execução a partir de 15 de fevereiro de 2021. O SRT II, em razão do fechamento da plataforma do Ministério da Saúde para cadastramento de proposta para habilitação e recebimento de recursos federais, está suspenso até que seja possível a conclusão da habilitação.

O monitoramento do sistema de saúde, por sua vez, impacta diretamente sobre a qualidade dos serviços executados, atesta a eficiência dos fluxos de acesso implantados e produz *feedback* imediato acerca da otimização do recurso financeiro aplicado.

Neste mesmo ano, foram registrados avanços em relação a contratualização dos serviços:

- Hospitais Psiquiátricos Vida e Nova Vida;
- Saúde Mental para prestação de serviços junto aos CAPS/DSCS;

Relatório Anual de Gestão 2020

- Destaque ao Chamamento Público e Credenciamento de Serviços de Residências Terapêuticas (SRT), por meio do qual foram firmados dois contratos de prestação de serviços;
- Tramitação de contrato junto ao CISMENPAR para prestação de serviços dos Hospitais Estaduais Zona Norte e Zona Sul, porém não foi efetivada em razão da mudança da gestão daqueles hospitais para a SESA PR; o processo de contratação junto a SESA PR, portanto, está sob análise da Procuradoria do Estado para seguimento;
- Diversas aproximações com o Instituto do Câncer de Londrina para formalização de contrato, que se encontra em fase de finalização;
- Formalizado o contrato com o Hospital do Coração de Londrina para a contratação de 50 leitos de UTI para internamento de pacientes com suspeita ou confirmadamente infectados pelo novo Coronavírus e que necessitem de cuidados hospitalares.

A equipe técnica da DRAS também participou efetivamente nas discussões das políticas ministeriais e estaduais, bem como nas redes temáticas prioritárias, entre as quais as redes Cegonha, Materno Infantil, de Urgência e Emergência, e nas avaliações dos programas estaduais HOSPSUS, CONSUS e composição do Grupo Técnico-GT ATENÇÃO do COSEMS, além de participar nas Comissões Intergestoras Bipartite Regional e Estadual.

8.5. Pandemia COVID-19

No contexto da pandemia causada pelo novo Coronavírus, foram efetivados termos aditivos junto à Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL), Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL), Instituto do Câncer de Londrina (ICL), Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon), Associação de Amigos, Familiares e Doentes Mentais de Londrina (Hospitais Vida e Nova Vida) para repasse de auxílio financeiro emergencial, advindo do Ministério da Saúde, como medida de enfrentamento à pandemia causada pelo Coronavírus.

Diante da indicação do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP) como referência para tratamento do novo Coronavírus, foi necessário reduzir leitos de enfermagem para receber casos desvinculados da pandemia e, com isso, aditivar contratos da ISCAL e AEBEL com recursos financeiros mensais para oferta de leitos extras, exclusivos para internação de pacientes não relacionados ao COVID-19, possibilitando o atendimento de casos não COVID-19 que coexistem com a pandemia e exigem internação.

De maneira geral, o ano de 2020 foi marcado pelo enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus, iniciada a partir da declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020. A Portaria MS/GM Nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) no país. Em 11 de março de 2020, em razão do rápido aumento no número de infectados pelo novo Coronavírus e a disseminação global, o Diretor Geral da OMS declarou que a disseminação do COVID-19 deveria ser caracterizada como uma pandemia. E, no município de Londrina, a partir do Decreto Municipal Nº 346, de 19 de março de 2020, foi decretada Situação de Emergência Pública como medida de enfrentamento da pandemia. O vírus se manteve em circulação durante o ano todo,

Relatório Anual de Gestão 2020

com expressivo aumento dos casos no segundo semestre de 2020, conforme demonstrado no Painel COVID-19, disponível no site da Prefeitura Municipal de Londrina, por meio do *link*:

<https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/d2d6fcd7cb5248a0bebb8c90e2a4a482>.

O contexto imposto pela pandemia levou como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 18. Recursos Coronavírus repassados ao Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP). Londrina, 2020.

Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
R\$ 1.596.000,00 (Abr. a Set./20), leitos UTI e Retaguarda (rec. PR)	9.576.000,00	Resolução SESA N° 340/2020, de 24/03/2020	6 parcelas	12° Termo Aditivo (assinado em 17/04/2020)
Incentivo para Custeio de COVID 19	3.200.000,00	Portaria N° 774, de 9 de abril de 2020	Parcela única	13° Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020)
R\$ 1.734.666,67, por 3 competências, para custeio habilitação de leitos	5.204.000,00	Portaria N° 893, de 20 de abril de 2020 Portaria n° 1.206, de 08 de maio de 2020	3 parcelas	14° Termo Aditivo (assinado em 25/06/2020)
Incentivo para Custeio de Ações e Serviços decorrentes do Coronavírus – Covid-19	1.124.000,00	Portaria N° 774, de 9 de abril de 2020	Parcela única	15° Termo Aditivo (assinado em 29/07/2020)
Incentivo à Remoção de Pacientes COVID-19	30.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	16° Termo Aditivo (assinado em 31/08/2020)
Custeio da Habilitação de Leitos UTI COVID-19	480.000,00	Portaria N° 1.971, de 5 de agosto de 2020	Parcela única	17° Termo Aditivo (assinado em 21/09/2020)
Custeio da Habilitação de Leitos UTI COVID-19	2.688.000,00	Portaria N° 2.279, de 27 de agosto de 2020 Portaria N° 2.289, de 27 de agosto de 2020	Parcela única	18° Termo Aditivo (assinado em 21/09/2020)
Recurso Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Londrina	50.000,00	Decisão proferida nos Autos n° 0018985-56.2020.8.16.0014	Parcela única	19° Termo Aditivo (assinado em 03/11/2020)

Relatório Anual de Gestão 2020

Custeio da Habilitação de Leitos UTI COVID-19	2.208.000,00	Portaria Nº 2.759, de 8 de outubro de 2020 Portaria Nº 2.371, de 4 de setembro de 2020 Portaria Nº 2.771, de 9 de outubro de 2020	Parcela única	20º Termo Aditivo (assinado em 05/11/2020)
Custeio da Habilitação de Leitos UTI COVID-19	1.728.000,00	Portaria Nº 3.005, de 3 de novembro de 2020 Portaria Nº 3.033, de 6 de novembro de 2020	Parcela única	21º Termo Aditivo (assinado em 25/11/2020)
Custeio da Habilitação de Leitos UTI COVID-19	5.088.000,00	Portarias Nº 3.246, de 2 de dezembro de 2020 Portaria Nº 3.294, de 4 de dezembro de 2020 Portaria Nº 3.295, de 4 de dezembro de 2020 Portaria Nº 3.137, de 19 de novembro de 2020	Parcela única	22º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2020)

Os recursos de custeio dos leitos de UTI habilitados no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná estão detalhados conforme as quantidades e normativas demonstradas abaixo:

Quadro 19. Controle de leitos UTI COVID-19 HURNP, conforme Portarias de Custeio. Londrina, 2020.

Competência	Quantidade de Leitos	Normativa
Abril/2020	10	Portaria Nº 893, de 20 de abril de 2020 (Leitos Kit Locados)
Maio/2020	10	Portaria Nº 893, de 20 de abril de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 1.206, de 8 de maio de 2020
Junho/2020	10	Portaria Nº 893, de 20 de abril de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 1.206, de 8 de maio de 2020
Julho/2020	10	Portaria Nº 1.971, de 5 de agosto de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 893, de 20 de abril de 2020 (Leitos Kit Locados)
Agosto/2020	10	Portaria Nº 2.371, de 4 de setembro de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 2.289, de 27 de agosto de 2020
	10	Portaria Nº 2.279, de 27 de agosto de 2020
Setembro/2020	10	Portaria Nº 2.771, de 9 de outubro de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 2.759, de 8 de outubro de 2020

Relatório Anual de Gestão 2020

	10	Portaria Nº 2.279, de 27 de agosto de 2020
Outubro/2020	10	Portaria Nº 3.033, de 6 de novembro de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 3.005, de 3 de novembro de 2020
	10	Portaria Nº 2.279, de 27 de agosto de 2020
Novembro/2020	10	Portaria Nº 3.294, de 4 de dezembro de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria Nº 3.246, de 2 de dezembro de 2020
	10	Portaria Nº 3.295, de 4 de dezembro de 2020
	20	Portaria Nº 3.137, de 19 de novembro de 2020
Dezembro/2020	10	Portaria Nº 3.498, de 17 de dezembro de 2020 (Leitos Kit Locados)
	26	Portaria nº 3.680, de 21 de dezembro de 2020
	10	Portaria Nº 3.538, de 18 de dezembro de 2020
	20	Portaria Nº 3.137, de 19 de novembro de 2020

Além dos recursos repassados para o HURNP, foram repassados outros recursos para enfrentamento da pandemia, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 20. Recursos para enfrentamento da pandemia, repassados a hospitais. Londrina, 2020.

Recursos Coronavírus				
Hospital do Coração de Londrina				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Contratação 50 Leitos de UTI, por 60 dias (junho e julho/2020)	6.080.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	2 parcelas	Contrato nº 0142/2020 (assin. 29/05/2020)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 por mais 30 dias (agosto/2020)	3.040.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	1º Termo Aditivo (assinado em 12/08/2020)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 por mais 30 dias (setembro/2020)	3.040.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	2º Termo Aditivo (assinado em 08/09/2020)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 por mais 30 dias (outubro/2020)	3.334.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	3º Termo Aditivo (assinado em 05/10/2020)
Recurso Vara de Execução de Penas e Medidas	50.000,00	Decisão proferida nos Autos nº 0018985-56.2020.8.16.0014	Parcela única	4º Termo Aditivo (assinado em 27/10/2020)

Relatório Anual de Gestão 2020

Alternativas de Londrina				
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 por mais 30 dias (novembro/2020)	3.040.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	5º Termo Aditivo (assinado em 20/11/2020)
Prorrogação do Contrato nº 142/2020 por mais 30 dias (dezembro/2020)	3.138.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	6º Termo Aditivo (assinado 04/12/2020)
Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL)				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	2.099.921,09	Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	17º Termo Aditivo (assinado em 25/06/2020)
Leitos Extraordinários de Enfermaria por 90 dias (julho a setembro/2020)	1.500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	3 parcelas	18º Termo Aditivo (assinado em 27/07/2020)
Leitos Extraordinários de Enfermaria por mais 30 dias (outubro/2020)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	19º Termo Aditivo (assinado em 27/10/2020)
Recurso Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Londrina	50.000,00	Decisão proferida nos Autos nº 0018985-56.2020.8.16.0014	Parcela única	20º Termo Aditivo (assinado em 27/10/2020)
Leitos Extraordinários de Enfermaria por mais 30 dias (novembro/2020)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	21º Termo Aditivo (assinado em 19/11/2020)
Leitos Extraordinários de Enfermaria por mais 30 dias (dezembro/2020)	500.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde para enfrentamento à pandemia	Parcela única	22º Termo Aditivo (assinado em 28/12/2020)
Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL)				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	1.752.977,00	Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	14º Termo Aditivo (assinado em 24/06/2020)
Leitos Extraordinários	990.000,00	Recursos advindos do Ministério da Saúde	3 parcelas	15º Termo Aditivo (assinado em 28/09/2020)

Relatório Anual de Gestão 2020

de Enfermaria por 90 dias (set. a nov./2020)		para enfrentamento à pandemia		
Instituto do Câncer de Londrina (ICL)				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	1.889.888,38	Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	14º Termo Aditivo (assinado em 25/06/2020)
Hospital Vida				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	2.138.402,59	Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	1º Termo Aditivo (assinado em 16/07/2020)
Hospital Nova Vida				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	696.747,54	Portaria Nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria Nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	1º Termo Aditivo (assinado em 16/07/2020)
Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon)				
Objeto	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
Auxílio Financeiro Emergencial (1ª e 2ª parc)	196.031,24	Portaria nº 1.393, de 21 de maio de 2020 Portaria nº 1.448, de 29 de maio de 2020	Parcela única	11º Termo Aditivo (assinado em 10/08/2020)

Além dos recursos relacionados ao enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus, foram repassados recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviços, conforme demonstrado:

Quadro 21. Recursos de Emendas Parlamentares a prestadores de serviço de saúde. Londrina, 2020

Associação Evangélica Beneficente de Londrina (AEBEL)				
Nº Emenda/Proposta	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
36000.262284/ 2019-00	200.000,00	Portaria Nº 1.661, de 26 de junho de 2019	Parcela única	12º Termo Aditivo (assinado em 21/01/2020)
36000.283375/ 2019-00	400.000,00	Portaria Nº 3.095, de 26 de novembro de 2019		
36000.312943/ 2020-00	200.000,00	Portaria Nº 724, de 6 de abril de 2020	Parcela única	13º Termo Aditivo (assinado em 27/05/2020)*
Associação Flávia Cristina				

Relatório Anual de Gestão 2020

Nº Emenda/Proposta	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
36000.311701/ 2020-00	240.454,00	Portaria Nº 650, de 1 de abril de 2020	Parcela única	1º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2020)
Hospital de Olhos de Londrina (Hoftalon)				
Nº Emenda/Proposta	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
36000.262276/ 2019-00 36000.262353/ 2019-00 36000.262349/ 2019-00	100.000,00 400.000,00 47.590,00	Portaria Nº 1.661, de 26 de junho de 2019 Portaria Nº 2.425, de 29 de agosto de 2019	Parcela única	9º Termo Aditivo (assinado em 07/01/2020)
36000.306636/ 2020-00 36000.311661/ 2020-00 36000.315310/ 2020-00	150.000,00 150.000,00 225.000,00	Portaria Nº 724, de 6 de abril de 2020	Parcela única	10º Termo Aditivo (assinado em 04/08/2020)*
Irmandade da Santa Casa de Londrina (ISCAL)				
Nº Emenda/Proposta	Valor R\$	Portaria	Forma de Pagamento	Termo Aditivo
36000.312948/ 2020-00	200.000,00	Portaria Nº 724, de 6 de abril de 2020	Parcela única	16º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2020)*
*Aditivos contratuais formalizados utilizando as justificativas de repasse com vinculação às metas de produção qualitativas e quantitativas, em conformidade com a Portaria nº 488, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020.				

8.6 PRODUÇÃO HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Os grupos de procedimentos com finalidade diagnóstica, entre os quais se enquadram exames de imagem, laboratoriais e outros, e os grupo de Ações Complementares da atenção à saúde (diárias de UTI) demonstram redução no diagnóstico e intervenção dos pacientes, em razão da pandemia e a consequente necessidade de interrupção de diversos serviços como forma de evitar as aglomerações e conter a transmissão do vírus.

Além da redução de exames, as cirurgias eletivas foram suspensas para resguardar os insumos utilizados nos procedimentos utilizados no tratamento hospitalar de doentes por COVID.

A produção ambulatorial de todos os prestadores de saúde, incluindo os do meio privado, também sofreram redução no número de atendimentos para evitar as aglomerações.

No contexto dos prestadores SUS, o Ministério da Saúde publicou a Lei Nº 13.992 em 22 de abril de 2020, suspendendo por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas

Relatório Anual de Gestão 2020

quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do SUS. A Lei Nº 14.061, de 23 de setembro de 2020, prorrogou até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do SUS, antes estabelecida pela Lei Nº 13.992, de 22 de abril de 2020. Com isso, os prestadores de saúde do SUS puderam manter o atendimento mínimo às patologias gerais de saúde e aos suspeitos COVID-19, puderam implantar um plano intra-hospitalar de prevenção e contenção ao COVID-19 e suportar a alta nos preços de insumos e medicamentos de saúde que ocorreu durante a pandemia.

No ano de 2020 foram finalizados os mutirões que haviam iniciado em 2019 e que não apresentaram problemas de manutenção, como demonstrado no Quadro 22.

Em relação à produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos, o grupo de atendimentos ambulatoriais com maior relevância em quantidade e valor financeiro são os procedimentos com finalidade diagnóstica, seguidos dos procedimentos cirúrgicos. Já no grupo hospitalar, em termos de quantidade, os procedimentos clínicos apresentam maior ocorrência, seguido dos procedimentos cirúrgicos. Quanto a valores, no entanto, ambos os tipos de procedimentos se encontram equiparados, sendo o de caráter clínico ligeiramente superior (Quadro 23).

Quadro 22. Mutirões em 2020 – execução financeira. Londrina, 2020.

Descrição	Prestador	Valor executado em 2020
Mutirão de Saúde Auditiva	ILES (Saúde Auditiva)	R\$ 331.486,82 entre jan/20 a jul/20
Mutirão de exames de RNM e USG Tireoide	Associação Evangélica Beneficente de Londrina	R\$ 796,40 no mês de janeiro/2020
Mutirão de Cirurgias Eletivas Hospital Zona Sul	Hospital Zona Sul	R\$ 54.083,00
Mutirão de Catarata	Hospital de Olhos de Londrina	R\$ 40.894,80 em dezembro/20

Em relação à produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos, no grupo de atendimentos ambulatoriais, os de maior relevância em quantidade e valor financeiro são os procedimentos com finalidade diagnóstica, seguidos dos procedimentos cirúrgicos. Já no grupo hospitalar, em termos de

Relatório Anual de Gestão 2020

quantidade, os procedimentos clínicos apresentam maior ocorrência, seguido dos procedimentos cirúrgicos. Quanto a valores, no entanto, ambos os tipos de procedimentos se encontram equiparados, sendo o de caráter clínico ligeiramente superior.

Quadro 23. Produção de urgência e emergência por grupo de procedimentos. Londrina, 2020.

Grupo de Procedimentos	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qte Aprovada	Valor Aprovado R\$	Qte Aprovada	Valor Aprovado R\$
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	2	0	0	0
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	35.895	2.395.502,89	88	106.908,29
03 Procedimentos clínicos	340	1.712,50	33.191	44.923.973,67
04 Procedimentos cirúrgicos	8.193	166.527,00	13.885	42.736.159,74
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	1	340,2	66	271.484,13
06 Medicamentos	0	0	0	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	6	374,16	0	0
08 Ações complementares da atenção à saúde	0	0	0	0
Total	44.437	2.564.456,75	47.230	88.038.525,83

Fonte: Tabwin: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema Hospitalares do SUS (SIH/SUS), ano: 2020

Considerando o Quadro 24, referente à produção da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, no grupo de procedimentos ambulatoriais há maior ocorrência de procedimentos diagnósticos, seguidos daqueles com finalidade clínica, situação que se inverte quando considerados os valores dos procedimentos, pois os de caráter clínico produzem maior montante. Quanto às informações hospitalares, a maior ocorrência é de procedimentos clínicos, seguida dos cirúrgicos, invertendo-se mais uma vez em questão de valores, que apresentam montante superior para os procedimentos cirúrgicos.

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 24. Produção sob gestão municipal da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, por grupo de procedimentos. Londrina, 2020.

Grupo procedimento	Sistema de Informações Ambulatoriais		Sistema de Informações Hospitalares	
	Qtd. aprovada	Valor aprovado R\$	Qtd. aprovada	Valor total R\$
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	87.345	30.614,66	0	0
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	3.733.517	32.054.277,10	213	194.743,44
03 Procedimentos clínicos	2.544.132	54.771.245,44	38.520	57.531.487,68
04 Procedimentos cirúrgicos	42.638	2.618.041,77	26.078	81.615.874,68
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	4.376	1.146.249,97	463	1.531.611,13
06 Medicamentos	0	0	0	0
07 Órteses, próteses e materiais especiais	55.036	3.118.748,24	0	0
08 Ações complementares da atenção à saúde	12.821	96.965,10	0	0
Total	6.479.865	93.836.142,28	65.274	140.873.716,93

Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) e Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Quanto às internações hospitalares de modo geral, ocorridas em 2020, o Quadro 25 demonstra que ocorreu um aumento de aproximadamente 3,5% se comparado a 2019. O aumento deveu-se principalmente às internações clínicas e obstétricas. No entanto houve, como esperado, uma diminuição nas internações cirúrgicas devido à restrição às cirurgias eletivas relacionadas, como uma das medidas de enfrentamento da pandemia.

Quadro 25. Internações hospitalares (SUS) por especialidades médicas, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, de 2016 a 2020.

	2016		2017		2018		2019		2020	
	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês	Anual	Média Mês
Cirúrgico	21.373	1.781	22.789	1.899	25.116	2.093	25.564	2.130	24.019	2.002
Obstétrico	4.662	389	5.230	436	5.202	434	5.522	460	5.884	490
Clínico	18.745	1.562	18.977	1.581	22.561	1.880	22.716	1.893	27.685	2.307
Psiquiatria	4.703	392	4.778	398	4.678	390	4.825	402	4.140	345
Pneumo. Sanitária (Tisiologia)	22	2	21	2	28	2	27	2	14	1

Relatório Anual de Gestão 2020

Pediátrico	3.794	316	3.839	320	4.418	368	4.535	378	3.760	313
Leito Dia / Intercorrência Pós-Transplante	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0
Leito Dia / Saúde Mental	282	24	285	24	285	24	173	14	0	0
Total	53.582	4.465	55.919	4.660	62.290	5.191	63.362	5.280	65.503	5.459

Fonte: Ministério da Saúde. Site Datasus Sistema Internação Hospitalar (SIH-SUS) – Quantidade de AIH aprovadas por ano.

Quando analisadas as internações por complexidade, o Quadro 26 apresenta incremento no total de internações no período de 2015 a 2020. A justificativa para o aumento observado deve-se ao fato do município de Londrina configurar-se como polo assistencial de referência na macrorregião para internações no âmbito do SUS, além da pandemia que contribuiu para esse aumento. Comparando 2019 com 2020, houve aumento de 2% na média complexidade e de 10% na alta complexidade.

Em relação à procedência dos pacientes internados em Londrina, no ano 2020, o percentual de pacientes de outros municípios aqui internados foi de 45% do total de internações. Isso demonstra que este Município vem cumprindo seu papel de Gestor Ampliado do Sistema Único de Saúde e de polo assistencial de referência para a população da macrorregião.

Quadro 26. Internação Hospitalar (SUS) por complexidade de procedimento, gestões municipal, estadual e dupla. Londrina, 2015 a 2020.

Complexidade	2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal
Média complexidade	43.659	3.638	45.954	3.830	48.201	4.017	52.010	4.334	53.080	4.423	54.143	4.512
Alta complexidade	8.411	701	7.628	636	7.718	643	10.280	857	10.282	857	11.360	947
Total	52.070	4.339	53.582	4.465	55.919	4.660	62.290	5.191	63.362	5.280	65.503	5.459

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Quadro 27. Internação Hospitalar (SUS) por procedência do paciente. Londrina, 2016 a 2020.

Município de residência	2016		2017		2018		2019		2020	
	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal	Anual	Média Mensal
Londrina	32.472	2.706	33.348	2.779	36.481	3.040	36.625	3.052	36.298	3.025
17ª RS (sem Londrina)	12.566	1.047	13.659	1.138	15.479	1.290	15.868	1.322	17.221	1.435

Relatório Anual de Gestão 2020

Outras Regionais-PR	8.355	696	8.737	728	10.074	840	10.289	857	11.499	958
Outros Estados	189	16	175	15	256	21	224	19	256	21
TOTAL	53.582	4.465	55.919	4.660	62.290	5.191	63.006	5.251	65.274	5.440

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)

Quadro 28. Número de AIH dos procedimentos realizados no tratamento de infecção pelo novo Coronavírus, com código COVID-19. Londrina, 2020.

Hospital PR (CNES)	2020/ Jun	2020/ Jul	2020/ Ago	2020/ Set	2020/ Out	2020/ Nov	2020/ Dez	Total
2781859 HOSPITAL UNIVERSITARIO REGIONAL DO NORTE DO PARANA	14	105	166	252	269	65	358	1.229
Total	14	105	166	252	269	65	358	1.229

Quanto ao limite financeiro MAC, o déficit médio mensal no ano de 2020 foi de R\$ 4.434.270,45. Houve aumento aproximado de R\$ 500.000,00, que podem ser comprovados e justificados pelo aumento das internações e da complexidade dos procedimentos. O Município não tem medido esforços junto ao Ministério da Saúde para sanar esse déficit. Um dos movimentos desencadeados pelo Ministério da Saúde foi solicitar ao Município o reprocessamento das contas hospitalares dos prestadores ISCAL e HEL, de fevereiro a agosto de 2020. Esse reprocessamento foi motivado por processos judiciais movidos por esses hospitais direcionados ao Ministério da Saúde.

9. DEMOGRAFIA E PERFIL DE MORBIMORTALIDADE EM LONDRINA EM 2020

Nos últimos anos, o Brasil vem apresentando um novo padrão demográfico que se caracteriza pela redução da taxa de crescimento populacional e por transformações profundas na composição de sua estrutura etária, com um significativo aumento do contingente de idosos. Estas modificações, por seu turno, têm imprimido importantes mudanças também no perfil epidemiológico da população, com alterações relevantes nos indicadores de morbimortalidade e constituem, juntamente com outros temas selecionados sobre saúde e demografia, os objetos de estudo da presente publicação (IBGE – 2020).

Segundo o Tribunal de Contas da União (fonte IBGE), a população estimada para Londrina em 2020 era de 575.377 habitantes. O Município é altamente urbanizado, com taxa de urbanização próxima a 100% e densidade demográfica de 306,52 hab./km² (IBGE/2010).

A cor branca foi declarada por 72,36% dos habitantes, mostrando o predomínio da mesma, seguida pela cor parda com 20,31%, conforme apresenta o Quadro 29.

Quadro 29. Etnia da população residente em Londrina. Londrina, 2010.

População Censo ano 2010	Habitantes	%
Branca	356.542	73,12
Preta	21.791	3,90
Amarela	17.448	3,12
Parda	110.305	19,75
Indígena	610	0,11
Sem declaração	5	0,00

Fonte: IBGE/Censo

Ao analisar a estimativa demográfica de Londrina, por sexo e faixa etária, observa-se que o Município é composto predominantemente por população jovem, sendo a faixa etária mais numerosa a que compreende 20 a 29 anos, seguida pela faixa etária de 30 e 39 e a população idosa representada no grupo menos numeroso (Quadro 30 e Figura 5). A concentrações populacional nas faixas compreendidas entre 10 e 39 anos evidencia uma tendência à queda nas taxas de natalidade na última década.

O índice de envelhecimento da população de Londrina em 2012, de acordo com o estimado pelo Censo Demográfico de 2010 do IBGE, era 61,24% e a estimativa para 2050 é de que será uma das cidades com maior índice de envelhecimento do Brasil.

Quadro 30. Distribuição da população de Londrina, por sexo e faixa etária. Londrina, 2020.

Faixas etárias	Masculino	Feminino	Total
00 a 04	18.161	17.316	35.477
05 a 09	17.960	17.221	35.181
10 a 14	18.467	17.853	36.320
15 a 19	19.841	19.480	39.321
20 a 29	43.176	42.969	86.145
30 a 39	43.778	46.331	90.109
40 a 49	37.651	40.951	78.602
50 a 59	32.830	38.815	71.645
60 a 69	24.359	30.819	55.178
70 a 79	13.449	18.395	31.844
80+	5.979	9.576	15.555
Total	275.651	299.726	575.377

Fonte: Estimativas preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde/SVS/CGIAE (DataSUS/Tabnet)

Data da consulta: 09/01/2021.

População economicamente ativa de Londrina: 275.978 (54,46%), pelo IBGE, Censo Demográfico 2010.

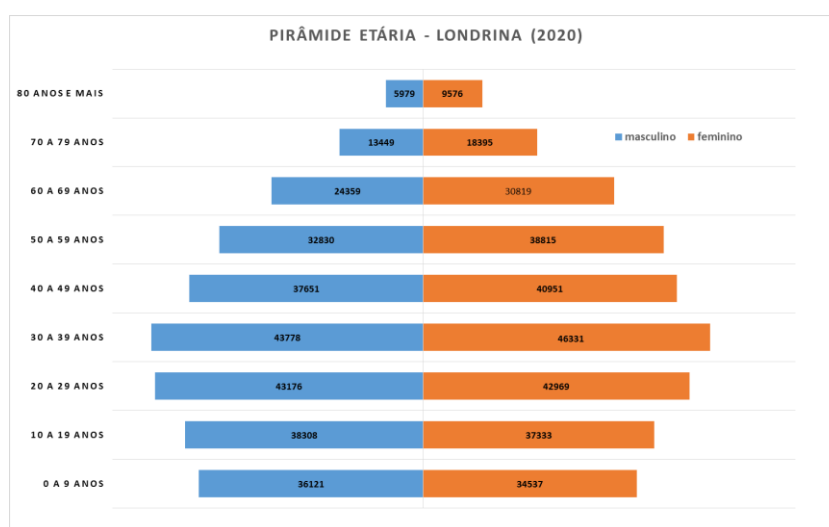
Quadro 31. Número de nascidos vivos por residência da mãe. Londrina, de 2016 a 2020.

Unidade Federação	2016	2017	2018	2019	2020
Londrina	7.012	7.116	7.002	6.907	6.416

Fonte: Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (MS/SVS/DASIS/SINASC)
Data da consulta: 02/03/2021.

Quanto aos nascidos vivos de mães residentes em Londrina, tem sido observado que o número de nascimentos por ano apresenta redução nos últimos anos.

Figura 5: Pirâmide etária, Londrina, 2020.



Previamente à apresentação do perfil de morbimortalidade, para que se tenha a perspectiva de crescimento da população de Londrina, deve-se considerar que, em 2020, que o SINASC registrou 8.342 nascimentos ocorridos em Londrina, sendo que 6.416 foram de residentes no Município (dados preliminares e sujeitos a alterações; data do arquivo 05/03/2021).

A população estimada pelo IBGE para o ano de 2020 foi de 575.377 habitantes e a população no ano de 2010, segundo o CENSO, era de 506.701 habitantes.

9.1 PERFIL DE MORBIDADE

Em 2020, observou-se um aumento exponencial na quantidade de notificações de casos suspeitos de doenças/agravos de notificação compulsória em decorrência da ocorrência da pandemia de COVID-19, doença inexistente até então, e da epidemia de dengue no início do ano. Em 2020 foram notificados aproximadamente 190.000 casos suspeitos de doenças e agravos de notificação compulsória, de residentes de Londrina, no Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN/MS), SIVEP e Notifica-COVID, conforme demonstra o Quadro 32.

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 32. Frequência de notificação de casos suspeitos de doenças/agravs de notificação compulsória, de residentes no Município nos anos de 2019 e 2020. Londrina, 2020.

Agravs/Doença de notificação compulsória	Notificações 2019	Notificações 2020
Acidente de Trabalho com Exposição Mat. Biológico	366	165
Acidente de Trabalho Grave	134	56
Acidente por animais peçonhentos	272	223
AIDS	230	206
Atendimento Antirrábico	1.000	1.155
Brucelose	1	0
Câncer Relacionado ao Trabalho	9	4
Chikungunya	65	11
Coqueluche	49	4
Criança Exposta ao HIV	10	1
Dengue	15.980	52.831
Doença de Creutzfeldt-Jakob	2	0
Doenças Exantemáticas	21	8
Febre Amarela	1	2
Febre Maculosa	4	3
Febre Tifóide	3	0
Gestantes HIV +	7	6
Hanseníase	28	30
Hantavirose	1	2
Hepatites Virais	231	287
Intoxicações Exógenas	661	407
Leishmaniose Tegumentar Americana	0	12
Leishmaniose Visceral	1	0
Leptospirose	27	28
LER DORT	153	113
Malária	1	0
Meningite	195	131
Paracoccidomicose	1	0
Pneumoconiose	3	0
Rotavírus	1	8
Sífilis Adquirida	226	158

Relatório Anual de Gestão 2020

Sífilis Congênita	111	59
Sífilis em Gestante	126	92
Síndrome da Rubéola Congênita	1	0
Síndrome do Corrimento Uretral Masculino	5	3
Síndrome gripal (Notifica-COVID)	0	127.668
Síndrome Respiratória Aguda Grave	282	5.569
Toxoplasmose	12	0
Toxoplasmose adquirida na Gestação	2	0
Toxoplasmose Cong�nita	0	1
Transtorno Mental	1	2
Tuberculose	165	192
Violência doméstica, sexual e/ou outras violências	1.574	1.862
Zika virus	4	
TOTAL	21.423	191.246

Fonte: SINANNET, SINANDENGUE ONLINE, SIVEP GRIPE, NOTIFICA-COVID/SESA. Notificados em Londrina. Residentes de Londrina. Data dos arquivos = 04/03/2021. Dados preliminares e sujeitos a altera es.

Em rela o a COVID-19, foram notificados 127.668 casos suspeitos em 2020, entre os quais, confirmados por critério laboratorial, 26.110 casos, com incidência de 4.537 casos/100.000 habitantes (dados preliminares e sujeitos a altera es). Foram confirmados 549 óbitos tendo COVID-19 como causa básica. O coeficiente de Mortalidade Geral foi de 0,95 óbitos por Covid-19 por 1.000 habitantes e a taxa de letalidade foi de 2,1%.

Em rela o a Dengue, em 2020, o Município enfrentou a pior epidemia até então registrada, tendo sido verificada a circula o predominante do sorotipo DEN2. Foram notificados 52.831 casos suspeitos, sendo 25.373 confirmados e a incidência foi de 4.409 casos/100.000 habitantes. Ocorreram 34  bitos de residentes de Londrina por dengue e a taxa de letalidade foi de 1,34‰.

Quadro 33. Principais causas de internaa o hospitalar de residentes no Município, morbidades segundo capítulo da CID-10. Londrina, 2016 a 2020.

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.909	1.700	2.138	2428	3.880
II. Neoplasias (tumores)	2.807	2.700	3.762	3849(3)	4.460(2)
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitário	215	215	235	268	205
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	520	593	664	745	542
V. Transtornos mentais e comportamentais	1.003	1.089	1.286	1172	1.141

Relatório Anual de Gestão 2020

Capítulo CID-10	2016	2017	2018	2019	2020
VI. Doenças do sistema nervoso	789	810	919	800	889
VII. Doenças do olho e anexos	341	452	625	614	345
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	43	41	46	57	44
IX. Doenças do aparelho circulatório	4.446(1)	4.683(1)	4.754(1)	4656(1)	4.769(1)
X. Doenças do aparelho respiratório	3.324	3.070	3.418	3368	2.338
XI. Doenças do aparelho digestivo	3.385(3)	3.529	3.790	3817	3.216
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	862	856	925	778	782
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	836	865	784	689	622
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	2.938	3.064	3.242	3228	3.176
XV. Gravidez parto e puerpério	3.971(2)	4.185(2)	4.046(2)	4490(2)	4.419(3)
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	523	651	696	667	643
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	270	307	319	281	226
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	488	595	501	630	679
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	3.350	3.590(3)	3.793(3)	3526	3.980
XXI. Contatos com serviços de saúde	592	661	770	834	395
Total	32.612	33.656	36713	36897	36751

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). Data da consulta: 05/03/2021.

Obs.: As atualizações dos valores relativos ao último período ocorrem simultaneamente ao carregamento dos dados no Tabnet/DATASUS

Entre as principais causas de internação, por morbidade, de acordo com CID-10, destacam-se historicamente as doenças do aparelho circulatório, gravidez, parto e puerpério, neoplasias e causas externas, porém em 2020 as doenças infecto-parasitárias tiveram um aumento expressivo nas internações em função da Covid-19 e da dengue, observando-se um aumento na ordem de 59% a mais em relação a 2019.

9.2 PERFIL DE MORTALIDADE

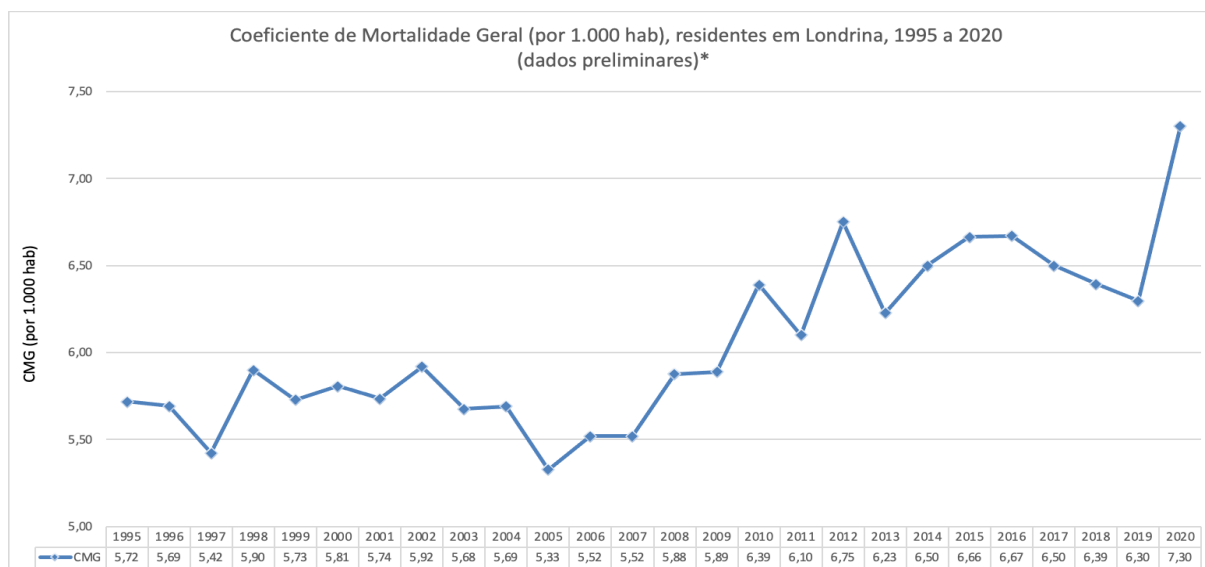
9.2.1 Mortalidade Geral

Em 2020 foram registrados 4.200 óbitos (4.152 não fetais e 48 fetais) de residentes de Londrina, no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (dados parciais e preliminares, sujeitos a alterações). Em relação a 2019, houve um aumento de 12,6%, provavelmente em decorrência dos óbitos por COVID-19, morbidade inexistente até então na Classificação Internacional de Doenças – 10ª edição (CID-10) como causa de óbito.

Em estudo preliminar realizado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), sobre o excesso de óbitos ocorridos em 2020 no Brasil e nos estados, em relação ao período de 2015 a 2019, demonstrou-se no Brasil, um excesso de mortalidade proporcional na ordem de 24% (excesso de 234.778 óbitos); para a região sul o excesso de mortalidade proporcional foi da ordem de 10% (excesso de 15.605 óbitos) e para o estado do Paraná o excesso de mortalidade proporcional foi da ordem de 13 % (excesso de 7.194 óbitos) (Fonte dos dados: <https://www.conass.org.br/indicadores-de-obitos-por-causas-naturais/> atualizado até 01/02/2021)

O Coeficiente de Mortalidade Geral, que expressa o número de óbitos para cada grupo de 1.000 habitantes, foi de 7,30/1000 habitantes de residentes de Londrina (dados preliminares), (Figura7). Este índice vinha apresentando queda nos últimos quatro anos, porém em 2020 ocorreu um aumento importante em relação aos últimos anos, semelhante à situação observada no estado do Paraná e no Brasil.

Figura 6. Coeficiente de mortalidade geral de residentes no Município. Londrina, 1995 a 2020.



Fonte: MS/DATASUS/SIM/IBGE. 2020 – Dados preliminares e sujeitos a alterações.

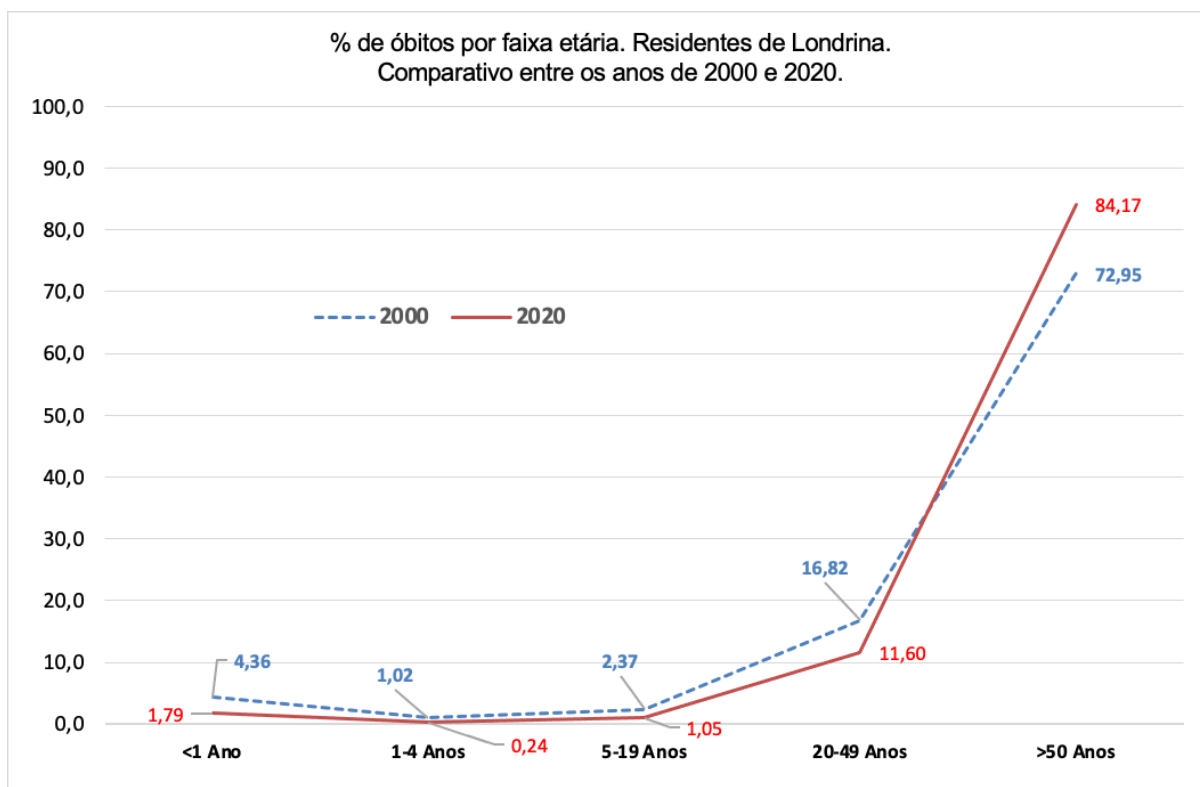
A Mortalidade Proporcional por faixa etária (Figura 7), que constitui uma representação segundo grupos etários prefixados, inclui os óbitos infantis (menor de

Relatório Anual de Gestão 2020

1 ano), de crianças e adolescentes de 1 a 4 anos e 5 a 19 anos, respectivamente, de adultos jovens (20 a 49 anos) e de pessoas acima de 50 anos. No ano de 2000, o percentual de pessoas que morreram com mais de 50 anos foi de 72,95% em relação ao total de óbitos de residentes do Município e foi verificada uma tendência de aumento de óbitos acima dessa faixa etária. Em 2020 foi registrado o valor de 84,17% (dados preliminares), e, em contrapartida, observou-se um percentual menor de óbitos infantis em 2020 se comparado a 2000, o que indica um bom nível de saúde, segundo o índice proposto por Moraes. O percentual atingido pelo Município para os óbitos ocorridos com pessoas com 50 anos ou mais de idade é comparável a países desenvolvidos.

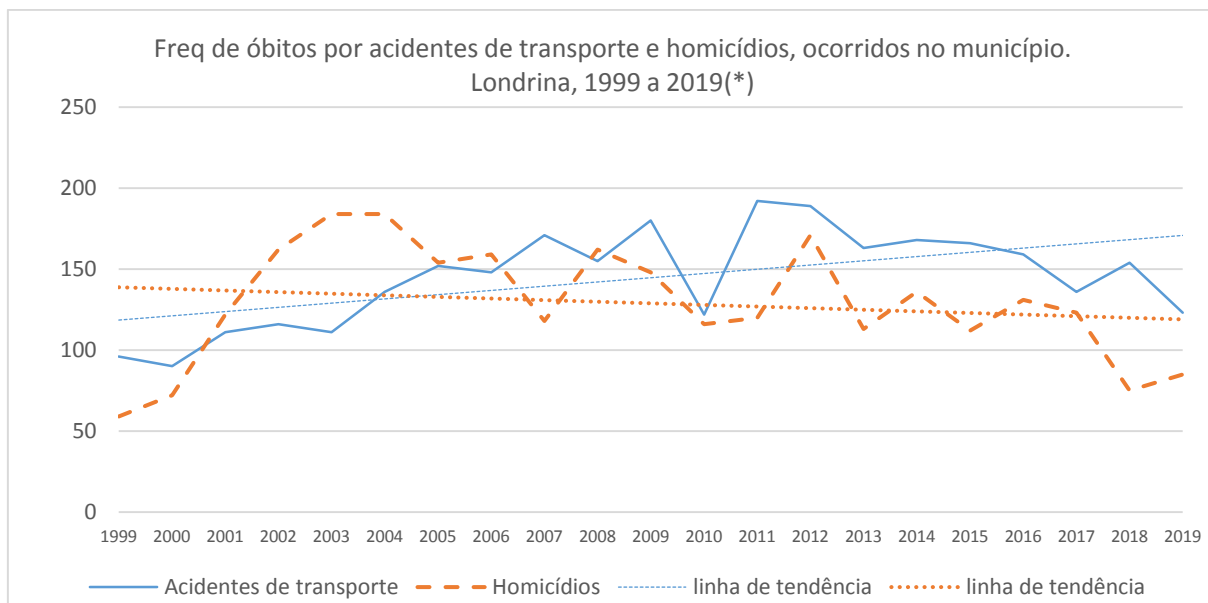
Quanto aos óbitos por causas externas (Figura 8), os óbitos ocorridos em Londrina, por acidente de transporte, vem apresentando tendência decrescente nos últimos 10 anos, a partir da edição do Decreto Nº 6.488, em 19/06/08, que disciplinou a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito. Em relação aos óbitos por homicídio, observa-se também uma tendência linear de valores descendentes, apesar da variação entre os anos, atingindo maiores valores nos anos de 2002, 2003, 2008 e 2012. Em 2013 observou-se uma significativa queda, no entanto, os números ainda são elevados considerando que o público-alvo é em sua maioria, constituído por jovens e adultos jovens economicamente ativos

Figura 7. Mortalidade proporcional, segundo faixa etária. Londrina, 2000 e 2020.



Fonte: MS/DATASUS/GVS/GVE. 2020 - Dados preliminares sujeitos a alterações

Figura 8. Total de óbitos por acidentes de transporte e homicídios ocorridos no Município. Londrina, 1999 a 2020*



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/GVE/SMS-Londrina. 2020* - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

Em relação às causas de óbitos em 2020, as doenças do aparelho circulatório foram responsáveis por 20,1% do total das mortes, seguidas pelas neoplasias (19,8%), doenças infecciosas e parasitárias (13,5%) e doenças do aparelho respiratório (9,6%). Importante observar que em 2020 ocorreu uma mudança no perfil de mortalidade, com a emergência das doenças infecciosas e parasitárias, ocupando a 3ª posição em função da COVID-9 e dengue, situação distinta à observada nos 4 anos anteriores (Quadro 34). Importante ressaltar que entre as principais causas de óbito, figuram agravos de causas evitáveis e preveníveis e principalmente os óbitos por causas externas, que frequentemente acometem a população mais jovem, economicamente ativa.

Quadro 34. Óbitos segundo grupos de causas (Cap CID10), residentes no município. Londrina, 2016 a 2020*

Causa (Cap CID10)	2016	2017	2018	2019	2020
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	98	112	96	103	561
II. Neoplasias (tumores)	781	743	769	795	824
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	19	16	15	15	15
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	276	265	215	193	191
V. Transtornos mentais e comportamentais	45	38	21	33	47
VI. Doenças do sistema nervoso	186	230	267	307	239
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	2	1	1	0	0
IX. Doenças do aparelho circulatório	979	920	870	874	834

Relatório Anual de Gestão 2020

X. Doenças do aparelho respiratório	399	390	454	476	428
XI. Doenças do aparelho digestivo	184	210	226	213	241
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	10	11	16	18	33
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	27	16	21	25	29
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	62	83	107	131	139
XV. Gravidez parto e puerpério	2	3	4	4	6
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	31	58	40	37	43
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	29	17	32	40	34
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	54	57	55	45	92
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	461	455	369	374	396
Total	3.645	3.625	3.578	3.683	4.152

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (MS/SVS/CGIAE/SIM-TABNET). Excluídos óbitos fetais.
Data da consulta: 05/03/2021.

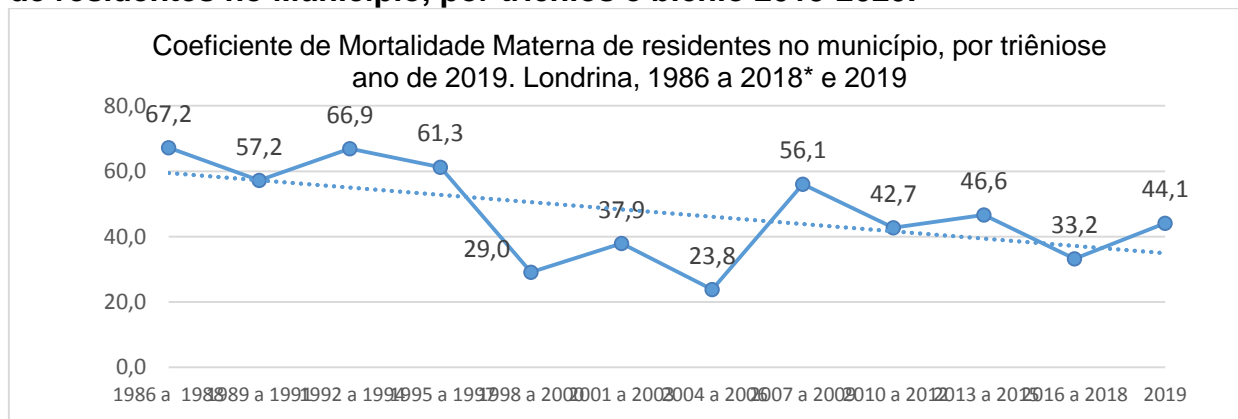
9.2.2 MORTALIDADE MATERNA

O município de Londrina apresenta um bom sistema de estatísticas vitais, sendo possível analisar a tendência da mortalidade materna. Para esta análise, os coeficientes foram agrupados por triênio, pois a análise anual poderia levar a interpretações equivocadas em função de variações aleatórias, porém referente ao ano de 2020 a análise considerou o biênio 2019-2020.

Observou-se um aumento importante dos óbitos maternos em 2020, o que elevou o Coeficiente de Mortalidade Materna do biênio ao pior resultado em relação a todos os períodos anteriormente acompanhados, comparando-se o triênio inicial (1986-1988), período em que foi criado o Comitê de Investigação de Morte Materno-infantil em Londrina, e o último triênio de análise (2016-2018). A taxa de mortalidade materna do biênio 2019/2020 foi de 75,1/100.000 nascidos vivos (NV), sendo 3 óbitos em 2019 e 7 óbitos em 2020, lembrando que a análise dos óbitos de 2020 não está ainda concluída pelo Comitê de Investigação de Morte Materno-infantil em Londrina.

A Figura 9 mostra a evolução destes valores de 1986 até 2020, por triênio, em comparação ao biênio 2019-2020, sendo o maior valor de 75,1/100.000 nascidos vivos e o menor de 23,8/100.000 nascidos vivos, para o biênio 2019/2020 e triênio 2004/2006, respectivamente.

Figura 9. Coeficiente de Mortalidade Materna (CMM por 100.000 nascidos vivos) de residentes no Município, por triênios e biênio 2019-2020.



Relatório Anual de Gestão 2020

Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/ GVE/AMS-Londrina. 2020* - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

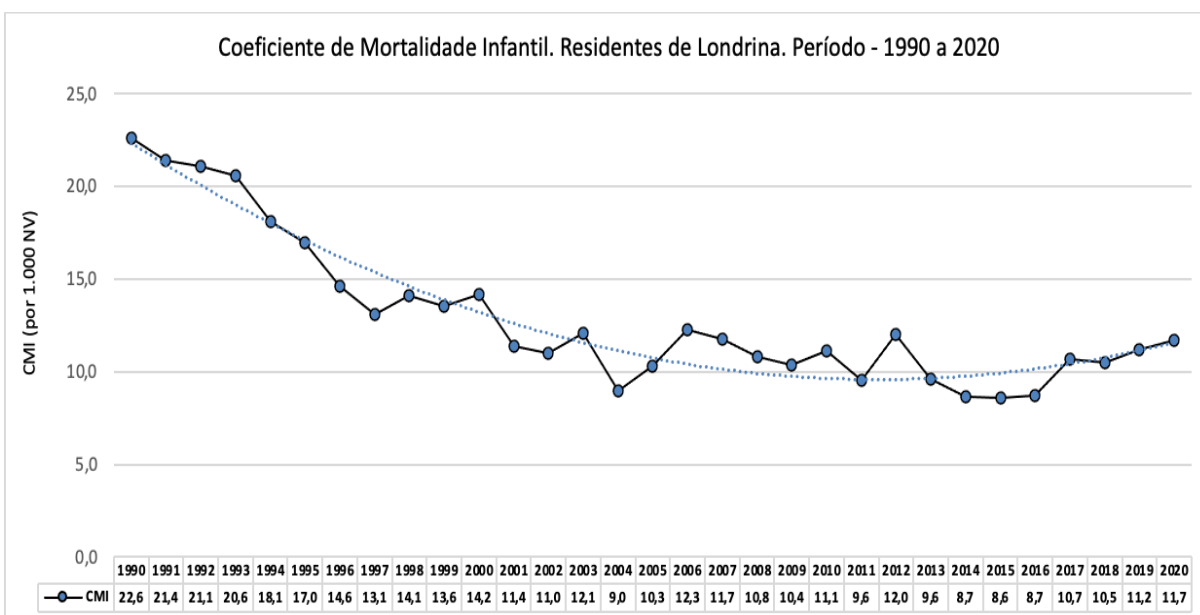
9.2.3 MORTALIDADE INFANTIL

Considerando os dados parciais e preliminares, em 2020 ocorreram 75 óbitos de crianças menores de 1 ano residentes em Londrina, sendo que 72% no período neonatal (CMI Neonatal = 8,4/1000 NV), que compreende do nascimento até o 28º dia de vida. Entre as mortes neste período, a maioria ocorreu no período neonatal precoce (42 casos), entre o nascimento e 7º dia de vida e 12 casos ocorreram no período neonatal tardio, entre o 7º e o 27º dias de vida. O período pós neonatal, compreendido entre o 28º dia e um ano de idade, representou 28% dos óbitos abaixo de 1 ano.

Importante salientar que a maioria dos óbitos infantis ainda se concentra no período neonatal, principalmente no período neonatal precoce, em que a melhoria na qualidade da assistência pré-natal e hospitalar tem repercussão direta na redução dos óbitos nessa fase. Em Londrina o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) para 2020 foi de 11,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos (dado parcial e sujeito a alteração). Em 1990, esse valor era de 22,6 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos. A redução do CMI no período de 1990 a 2020 foi de aproximadamente 50%, conforme observado na Figura 10.

Nas últimas décadas o CMI de Londrina vinha apresentado tendência linear descendente, com valores variando entre 22,6 (1990) e 8,6 (2015) óbitos por cada grupo de 1.000 nascidos vivos, sendo em 2015 o menor valor observado no período analisado. Porém, a partir de 2017 o CMI do município vem apresentado aumento gradativo a cada ano.

Figura 10. Coeficientes de Mortalidade Infantil de municípios. Londrina, 1990 a 2020*



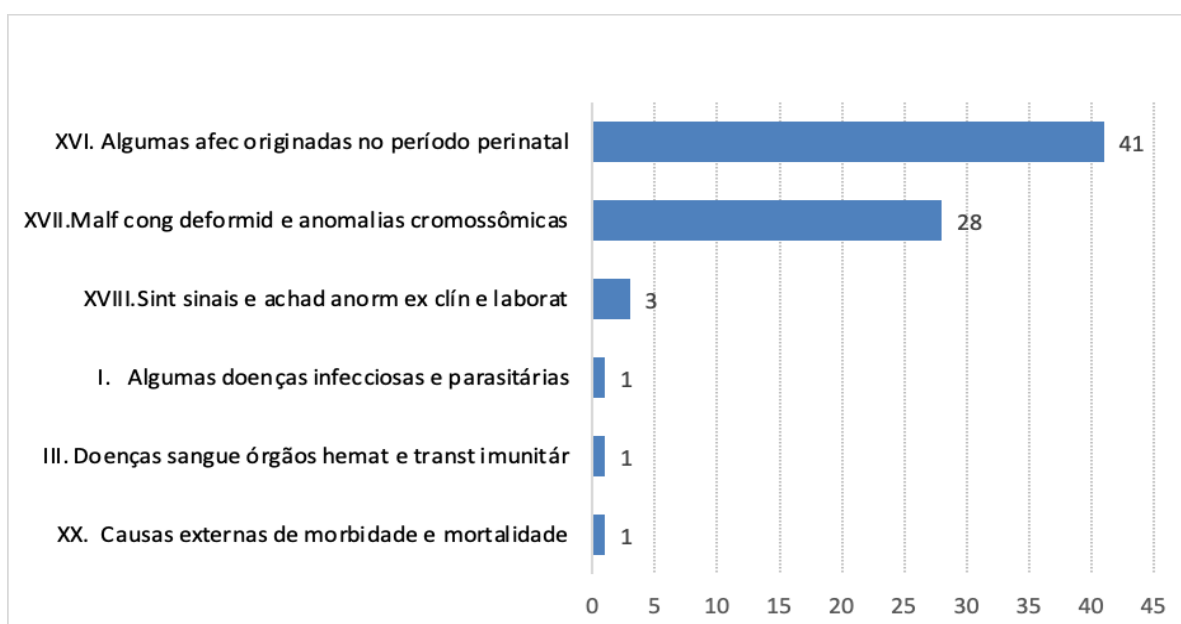
Fonte: SIM/SINASC/GVE/SMS-Londrina. 2020^(*) - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

Relatório Anual de Gestão 2020

Do total de óbitos de crianças menores de 1 ano, as afecções originadas no período perinatal (Capítulo XVI da CID 10) foram responsáveis por mais da metade dos óbitos (41 óbitos – 54,7%). As malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas (capítulo XVII da CID 10) foram a segunda causa mais frequente, com 28 óbitos (37,3%); as demais causas foram responsáveis por 8,0% dos óbitos (Figura 11).

Todos os óbitos infantis abaixo de 1 ano de idade são investigados, analisados e discutidos no Comitê Municipal de Prevenção de Mortalidade Materno-Infantil e classificados em óbitos evitáveis, inevitáveis e inconclusivos, seguindo diretrizes do Ministério da Saúde. Os resultados são apresentados ao Conselho Municipal de Saúde, Ministério Público e demais órgãos de controle para a área da saúde.

Figura 11. Mortalidade infantil de residentes no Município, segundo grupos de causas. Londrina, 2020*



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)/GVE/DVS/SMS-Londrina, 2020¹ - Dados preliminares sujeitos a alterações

Londrina tem um índice de Mortalidade Infantil considerado baixo, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que classifica como alta a MI quando ocorrem, em média, 50 ou mais mortes de criança de até um ano de idade, para cada mil nascidos vivos (CMI); classifica como média a MI quando há 20 a 49 óbitos por mil nascidos e baixa quando o índice fica abaixo de 20 mortes. A Tabela 41 apresenta Coeficientes de Mortalidade Infantil comparativos, de 2008 a 2020 de algumas localidades selecionadas. O município de Londrina tem apresentado um baixo CMI nos últimos anos, porém, com elevação nos últimos anos recentes, situação observada também na 17ª Regional de Saúde do PR. Os dados referentes ao estado do Paraná, região Sul e Brasil, do ano de 2019, são parciais e preliminares, não podendo ser utilizados para comparação ao resultado do município de Londrina, pois devem ser consolidados pelo DATASUS/MS e os dados do ano de 2020 não estão disponíveis até a presente data.

Relatório Anual de Gestão 2020

Tabela 41. Coeficientes de Mortalidade Infantil (por 1000 nascidos vivos), Brasil, Região Sul, Estado do Paraná e Londrina, de 2008 a 2020

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 ^(*)	2020 ^(*)
Brasil	15	14,8	13,2	13,5	13,5	13,4	12,9	12,4	12,7	12,4	12,2	12,4	dnd
Região Sul	12,6	11,8	11,3	11,6	11,1	10,7	10,7	9,2	10,0	10,1	9,9	10,2	dnd
Paraná ^(**)	13,1	12,4	12	11,6	11,6	10,7	11	10,8	10,5	10,4	10,3	10,3	9,3
17ª Regional de Saúde ^(**)	11,6	10,4	11,4	11,2	11,8	9,7	9,5	10,2	10,6	13,2	10,3	11,5	11,4
Londrina	10,7	10,2	11,4	9,5	12	9,3	8,7	8,6	8,7	10,7	10,5	11,2	11,7

Fontes: GVE/DVS/DATASUS/MS. 2019^(*) e 2020^(*) - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações (MS/DATASUS). Paraná/17ª RS^(**) - DVIEP/CEP/SVS/SESA-PR. Brasil: SVS/Departamento de Informação e Análise Epidemiológica/Secretaria de Vigilância em Saúde. Dnd=dados não disponíveis

Os Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal de 2010 a 2020 estão apresentados no Quadro 35.

Quadro 35. Coeficientes de Mortalidade Infantil neonatal e pós-neonatal (por 1.000 nascidos vivos), residentes no Município. Londrina, 2010 a 2020*

Ano do óbito	C.M.I. neonatal	C.M.I. pós-neonatal	C.M. Infantil
2010	7,8	3,6	11,4
2011	6,8	2,7	9,5
2012	8,1	3,9	12,0
2013	6,3	3,1	9,3
2014	6,3	2,3	8,7
2015	7,6	1,0	8,6
2016	6,6	2,1	8,7
2017	8,5	2,3	10,7
2018	8,3	2,2	10,5
2019	8,4	2,8	11,2
2020	8,4	3,3	11,7

Fonte: DVIEP/CEP/SVS/SESA-PR/GVE/DVS/DATASUS/MS. 2020 - Dados parciais e preliminares sujeitos a alterações

9.3 INTERNAÇÕES HOSPITALARES

As internações hospitalares de pacientes residentes no município e atendidos no âmbito do SUS, realizadas em qualquer localidade, no ano de 2020 totalizaram 36.751 casos (dados de janeiro/20 a dezembro/20, preliminares e sujeitos a alterações). As internações ocorridas fora do âmbito do SUS não estão aqui contabilizadas.

As principais causas de internações foram decorrentes de doenças do aparelho circulatório, com 4.769 internações (13%), seguidas das internações relacionadas a doenças neoplásicas (tratamento, intercorrências, diagnósticos) com 4.460 internações (12,1%), e situações relacionadas ao ciclo gravídico com 4.419

Relatório Anual de Gestão 2020

internações (12%), sendo que estas últimas (por parto e gravidez) são condições específicas da mulher, conforme apresenta o Quadro 36.

A faixa etária onde se observou maior frequência de internações foi entre indivíduos com 60 anos e mais, decorrentes principalmente de doenças do aparelho circulatório (n=3.012) e neoplasias (n=2.446), demonstrado no Quadro 37. As doenças cardiovasculares e neoplásicas, além de apresentarem tendência crescente de internações hospitalares, apresentam também alta mortalidade no município.

As doenças infecciosas tiveram um importante incremento em 2020, em relação a anos anteriores, em decorrência da epidemia de dengue no início de 2020 e da pandemia de COVID-19 a partir de abril/20.

Quadro 36. Internações de munícipes, segundo o Capítulo CID 10 e por faixa etária. Londrina, jan/2020 a dez/2020

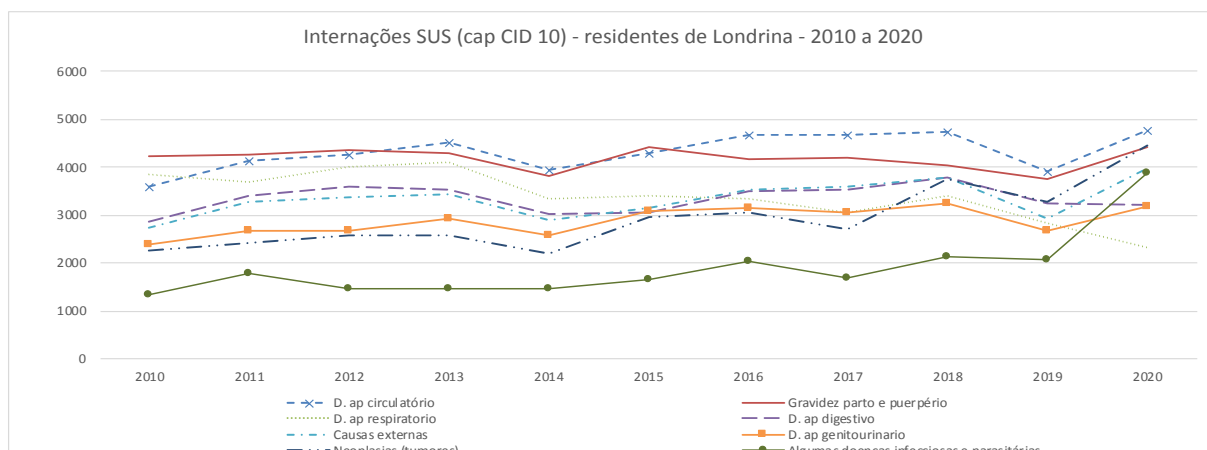
Capítulo CID-10	< 5 anos	5 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 59 anos	> 60 anos	Total	%
IX. Doenças do aparelho circulatório	31	15	141	1570	3012	4769	13,0
II. Neoplasias (tumores)	50	160	147	1657	2446	4460	12,1
XV. Gravidez parto e puerpério	0	24	2985	1410	0	4419	12,0
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	127	192	1050	1652	959	3980	10,8
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	128	105	376	1306	1965	3880	10,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	92	157	451	1366	1150	3216	8,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	164	116	352	1266	1278	3176	8,6
X. Doenças do aparelho respiratório	259	155	177	532	1215	2338	6,4
V. Transtornos mentais e comportamentais	0	12	409	669	51	1141	3,1
VI. Doenças do sistema nervoso	86	30	97	317	359	889	2,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	48	43	77	329	285	782	2,1
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	34	35	70	263	277	679	1,8
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	634	0	3	2	4	643	1,7
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	6	25	96	276	219	622	1,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	29	28	86	216	183	542	1,5
XXI. Contatos com serviços de saúde	4	11	68	208	104	395	1,1
VII. Doenças do olho e anexos	6	14	17	127	181	345	0,9
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	105	30	33	36	22	226	0,6
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	19	12	22	68	84	205	0,6
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	8	11	5	14	6	44	0,1
Total	1.830	1.175	6.662	13.284	13.800	36.751	100,0

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). TABWIN/Arquivos RDPR*

Notas: Situação da base de dados nacional em 05/03/21. Dados preliminares, sujeitos a alterações.

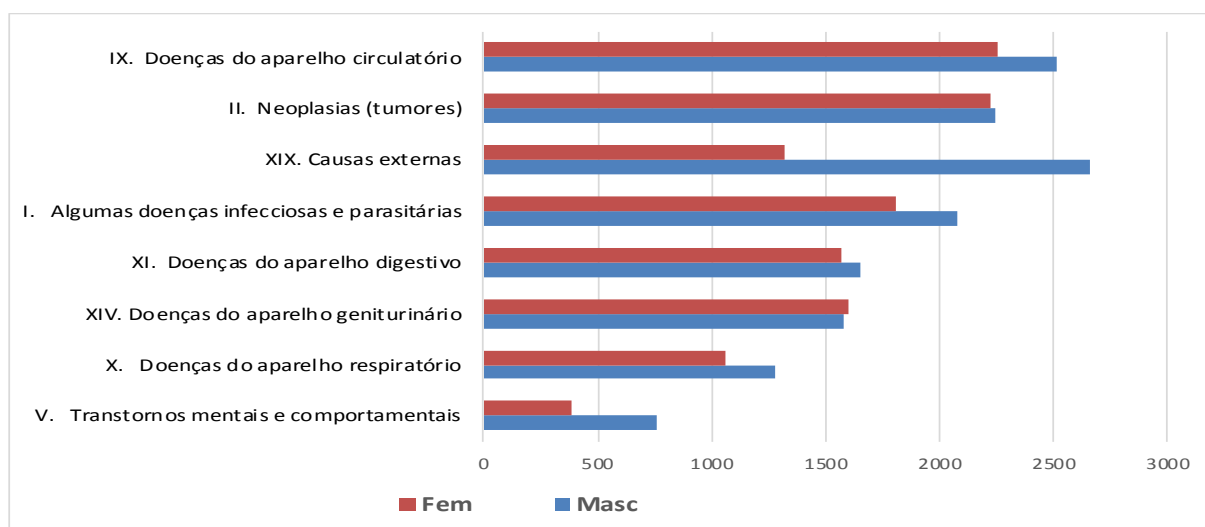
A Figura 13 demonstra a relação da distribuição das internações por sexo. Os indivíduos do sexo masculino foram responsáveis pela maioria das internações por causas selecionadas, em relação ao sexo feminino, sendo observado um predomínio importante em relação às internações por causas externas, seguidas pelas internações por transtornos mentais, doenças do aparelho circulatório e doenças infecciosas e parasitárias. Para as mulheres observou-se um discreto predomínio nas internações decorrentes de doenças do aparelho gênito-urinário. Nesta análise excluem-se as internações inerentes ao sexo feminino (gravidez, parto e puerpério).

Figura 12. Internações de munícipes por causas selecionadas (CID10). Londrina, 2010 a 2020.



Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS). TABNET

Figura 13. Internações por causas selecionadas e sexo, residentes em Londrina, 2020(*)

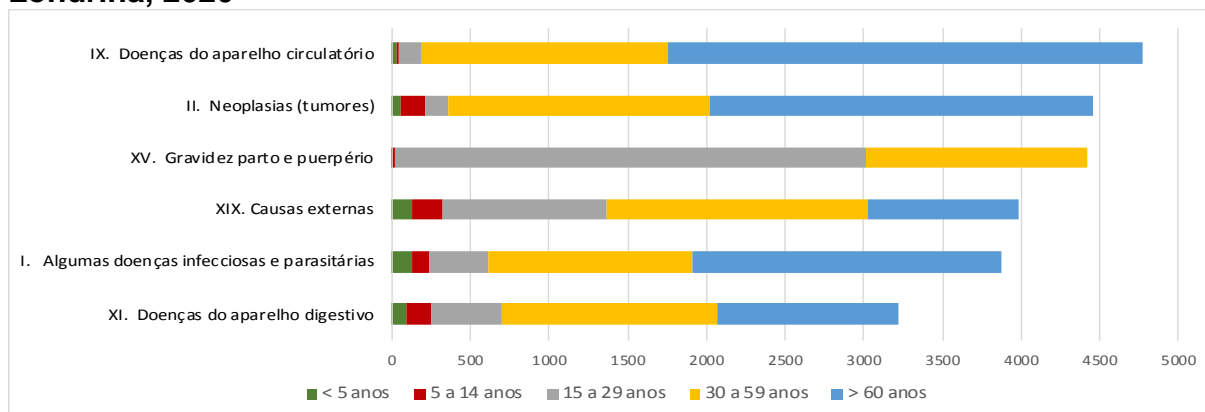


Fonte: Ministério da Saúde – TABNET/ Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Notas: Situação da base de dados nacional em 05/03/21. (*). Dados sujeitos a retificação

Quanto à idade no momento das internações, em 2020, observa-se que as internações por doenças do aparelho circulatório e doenças neoplásicas predominaram na faixa etária acima de 60 anos; as internações por causas externas (acidentes, homicídios e suicídios, com predomínio dos acidentes de trânsito) ocorreram principalmente na faixa etária de 15 a 59, com predomínio entre 30 e 59 anos; as internações por doenças infecciosas e parasitárias, principalmente as devidas por situações relacionadas a COVID-19 e dengue, ocorreram a partir de 30 anos, em sua maioria, com predomínio acima de 60 anos. (Figura 14).

Figura 14. Internações por causas selecionadas e idade, residentes em Londrina, 2020(*)



Fonte: Ministério da Saúde – TABNET/ Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

Notas: Situação da base de dados nacional em 05/03/2021 (*) Dados sujeitos a retificação

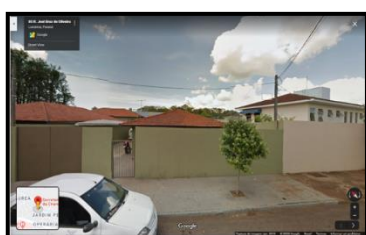
10 PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE

O Grupo de Trabalho Inter Setorial Municipal (GTI-M), responsável por elaborar o Plano Operativo Municipal de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei (POM) a cada 4 anos e monitorar sua execução, articulou reunião entre a equipe de saúde e CIDI e das 3 Unidades Socioeducativas (USE) para ajustarem o fluxo de encaminhamento dos adolescentes quanto à testagem e tratamento de IST.

Na ocasião, ficou acordado que o CIDI promoverá curso de capacitação e atualização para que os profissionais de saúde das USE possam realizar os testes rápidos e aconselhamento nas próprias instituições. Para balizamento dos profissionais, todos os que receberão o treinamento participaram do curso à distância do Ministério da Saúde, o TELELAB.

Para que o Ministério da Saúde habilitasse o Município, o mesmo deveria ser apresentado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) para apreciação e aprovação, após ciência dos Conselheiros Municipais de Saúde, conforme previsto na Portaria Nº 1082/2014. Desta forma, após o POM 2020-2023 ser apresentado em reunião ordinária do CMDCA, o mesmo foi aprovado por aquele Conselho por meio da Resolução Nº 014/2020 - CMDCA, de 29 de junho de 2020.

Enviado, então, à SESA PR, o processo foi encaminhado ao Ministério da Saúde, onde foi analisado, obteve parecer favorável e o município de Londrina (PR) foi habilitado a receber incentivo financeiro para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei. A habilitação do Município consta da Portaria Nº 2.680, de 02 de outubro de 2020.



Semiliberdade



CENSE I



CENSE II

Relatório Anual de Gestão 2020

10.1 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais

Quadro 37. Recursos federais e estaduais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Londrina, 2020.

RECURSOS FEDERAIS – MINISTÉRIO DA SAÚDE

Unidades Beneficiadas: Todas as Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Alfredo Kaefer			
Proposta nº: 11.323.261.000/1140-06			
Portaria de Habilitação: 1.159 de 27/05/2014			
Valor Total da Emenda: R\$ 80.000,00			
Depósito do Recurso: 12/11/2015			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total
Balança Antropométrica Adulto	5	151/2016	R\$ 3.110,00
Balança Antropométrica Infantil	2	151/2016	R\$ 950,40
Detector Fetal Portátil	4	151/2016	R\$ 2.039,12
Otoscópio	8	152/2017	R\$ 1.640,00
Aquecedor de ambiente portátil	15	275/2018	R\$ 1.829,85
Computador (desktop)	24	173/2018	R\$ 71.999,76
Computador portátil (notebook)	2	173/2018	R\$ 6.802,44
Foco Refletor Ambulatorial	5	198/2018	R\$ 1.050,00
Projeter Multimídia	1	173/2018	R\$ 1.911,37
Amalgamador Odontológico	1	143/2019	R\$ 422,50
Cadeira para obeso	15	010/2019	R\$ 4.650,00
			R\$ 96.405,44

Unidades Beneficiadas: Pronto Atendimento Infantil – PAI; Pronto Atendimento Leonor e Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Senador Roberto Requião			
Proposta nº: 11.323.261.000/1140-01			
Portaria de Habilitação: 2.422 de 10/11/2014			
Valor: R\$ 385.550,00			
Depósito do Recurso: 10/12/2015			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total

Relatório Anual de Gestão 2020

Amnioscópico	7	226/2015	R\$ 8.680,00
Cardiotocógrafo	1	226/2015	R\$ 11.000,00
Cardioversor	2	226/2015	R\$ 57.128,56
Carro de Emergência	2	226/2015	R\$ 2.612,50
DEA Desfibrilador Externo Automático	2	226/2015	R\$ 12.850,00
Detector Fetal de Mesa Digital	2	226/2015	R\$ 1.630,00
Esfigmomanômetro adulto	10	226/2015	R\$ 1.000,00
Esfigmomanômetro obeso	8	226/2015	R\$ 1.850,00
Monitor Multiparâmetros	3	226/2015	R\$ 38.166,00
Oxímetro de Pulso de mesa	4	226/2015	R\$ 12.933,96
Poltrona Hospitalar	1	226/2015	R\$ 779,00
Berço aquecido	1	55/2016	R\$ 10.700,00
Berço recém-nascido com fototerapia reversa	3	55/2016	R\$ 23.437,50
Poltrona Hospitalar	14	107/2016	R\$ 10.906,00
Computador (DesktopBásico)	8	173/2018	R\$ 23.999,92
Projetor Multimídia (DataShow)	1	173/2018	R\$ 1.911,37
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	4	198/2018	R\$ 8.382,00
Balança antropométrica adulto digital	3	198/2018	R\$ 2.628,06
Detector Fetal Portátil Digital	2	198/2018	R\$ 979,00
Eletrocardiógrafo	2	198/2018	R\$ 11.860,00
Esfigmomanômetro infantil	8	198/2018	R\$ 523,60
Incubadora de transporte neonatal	2	198/2018	R\$ 51.676,52
Laringoscópio	15	198/2018	R\$ 16.348,80
Monitor Multiparâmetros	1	198/2018	R\$ 16.320,00
Otoscópio	4	198/2018	R\$ 1.038,76
Ar condicionado <i>split</i> 12.000 BTU	5	275/2018	R\$ 10.044,30
Ar condicionado <i>split</i> 18.000 BTU	1	10/2019	R\$ 1.759,00
Carro Maca Avançado	2	143/2019	R\$ 10.099,98
Berço para recém-nascido	8	143/2019	R\$ 5.018,16
Ar condicionado Split 7.000btu	5	149/2020	R\$ 7.595,00
			R\$ 363.857,99

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Leopoldo Meyer			
Propostas nº: 11.323.2610001/15-004 e 11.323.2610001/15-005			
Portaria de Habilitação: 1.832 de 11/11/2015			
Valor: R\$ 390.628,00			
Depósito do Recurso: 21/11/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade (Unidade)	Nº Pregão	Valor Total
Veículo de Passeio Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km)	2	67/2017	R\$ 72.000,00

Relatório Anual de Gestão 2020

Armário Vitrine	6	152/2017	R\$ 4.080,00
Cadeira de Rodas para Obeso	3	152/2017	R\$ 2.340,00
Cadeira para Coleta de Sangue	6	152/2017	R\$ 1.200,00
Detector Fetal	6	152/2017	R\$ 2.910,00
Esfigmomanômetro Adulto, nylon fecho velcro	66	152/2017	R\$ 3.102,00
Esfigmomanômetro obeso	12	152/2017	R\$ 684,00
Lanterna Clínica	22	152/2017	R\$ 195,80
Negatoscópio, aço inox/ferro pintado, parede, 1 corpo	7	152/2017	R\$ 1.155,00
Otoscópio	9	152/2017	R\$ 1.845,00
Oxímetro de Pulso	3	152/2017	R\$ 3.180,00
Poltrona Hospitalar	6	152/2017	R\$ 3.060,00
Ultrassom Odontológico	1	152/2017	R\$ 1.550,00
Projektor Multimídia (Datashow)	2	173/2018	R\$ 3.822,74
Cadeira de Rodas Adulto	5	198/2018	R\$ 6.250,00
Cadeira de Rodas Pediátrica	3	198/2018	R\$ 3.750,00
Cadeira Odontológica Completa (equipo/ sugador/ refletor)	8	198/2018	R\$ 70.948,96
Câmara para Conservação de Hemoderivados/ Imuno/ Termolábeis	3	198/2018	R\$ 30.654,99
Compressor Odontológico	5	198/2018	R\$ 26.376,10
Eletrocardiógrafo	1	198/2018	R\$ 5.930,00
Esfigmomanômetro Adulto, algodão fecho metal	14	198/2018	R\$ 854,70
Estadiômetro portátil	3	198/2018	R\$ 648,99
Foco Refletor Ambulatorial	6	198/2018	R\$ 1.260,00
Laringoscópio Adulto	6	198/2018	R\$ 6.779,94
Laringoscópio Infantil	9	198/2018	R\$ 4.440,96
Mesa Auxiliar	3	198/2018	R\$ 757,02
Mesa de Exames	8	198/2018	R\$ 2.640,00
Mesa Ginecológica	6	198/2018	R\$ 9.960,00
Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu)	5	198/2018	R\$ 659,85
Ar Condicionado	13	275/2018	R\$ 19.016,40
Televisor 32"	2	275/2018	R\$ 1.950,00
Arquivo	6	10/2019	R\$ 3.174,00
Cadeira c/ braço, rodízio, estofada	25	10/2019	R\$ 6.175,00
Cadeira para obeso c/ braço, c/ rodízio, estofado	2	10/2019	R\$ 620,00
Cadeira-s/rodízio, s/braço, polipropileno	51	10/2019	R\$ 5.094,90
Escada com 2 degraus	18	10/2019	R\$ 1.349,10
Longarina 03 lugares, polipropi	7	10/2019	R\$ 3.969,00
Longarina 04 lugares, polipropi	6	10/2019	R\$ 4.968,00
Mesa de Escritório	28	10/2019	R\$ 4.746,00
Mesa de Reunião	3	10/2019	R\$ 1.260,00
Mesa para Computador	6	10/2019	R\$ 894,00
Tela de Projeção	3	10/2019	R\$ 1.301,97
Ventilador de Teto	24	10/2019	R\$ 2.448,00
Colposcópio	1	143/2019	R\$ 23.982,00
Mocho	2	143/2019	R\$ 474,62

Relatório Anual de Gestão 2020

Reanimador Pulmonar Manual Infantil (Ambu)	5	143/2019	R\$ 939,45
Cadeira - s/rodizio, com braço, polipropileno	6	267/2019	R\$ 446,76
Longarina 05 lugares, polipropi	3	267/2019	R\$ 3.555,00
Mesa para Impressora	3	267/2019	R\$ 247,53
Aquecedor Portátil de Ambiente	12	121/2020	R\$ 930,00
Balde a Pedal	60	121/2020	R\$ 2.751,00
			R\$ 363.328,78

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-004			
Portaria de Habilitação: 966 de 11/05/2016			
Valor: R\$ 400.000,00			
Depósito do Recurso:09/12/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Armário	10	10/2019	R\$ 4.720,00
Escada com 2 degraus	10	10/2019	R\$ 1.499,00
Cama Hospitalar Tipo Fawler, Mecânica	6	77/2020	R\$ 13.090,86
Detector Fetal	10	77/2020	R\$ 3.333,30
Balde a Pedal	20	121/2020	R\$ 458,50
Foco Cirúrgico de Teto	2	256/2020	R\$ 51.870,00
Foco Refletor Ambulatorial	10	244/2020	R\$ 1.990,80
			R\$ 76.962,46

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-012			
Portaria de Habilitação: 2.954 de 26/12/2016			
Valor: R\$ 340.710,00			
Depósito do Recurso: 05/04/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Cadeira	7	007/2018	R\$ 1.960,00
Calandra de Baixa Produção (com cilindro de até 2 metros)	1	46/2018	R\$ 18.849,30
Cardiotocógrafo	1	46/2018	R\$ 13.940,00
Lavadora Ultrassônica acima de 15 litros	1	46/2018	R\$ 11.320,00
Máquina de Costura Industrial	1	46/2018	R\$ 1.940,00
Mesa Auxiliar	2	46/2018	R\$ 610,00
Oxímetro de Pulso - Portátil de Mão	2	46/2018	R\$ 4.180,00

Relatório Anual de Gestão 2020

Mesa Ginecológica	3	46/2018	R\$ 2.199,99
Oxímetro de Pulso - De mesa	3	46/2018	R\$ 11.097,00
Aparelho para Fototerapia (icterícia/neonatologia)	8	46/2018	R\$ 42.960,00
Mesa de Cabeceira	15	46/2018	R\$ 7.650,00
Berço para Recém-Nascido	18	46/2018	R\$ 9.900,00
Cama Hospitalar Tipo Fowler Mecânica	18	46/2018	R\$ 36.023,94
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel 1 a 5,9 litros	2	217/2018	R\$ 11.558,00
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel 6 a 10 litros	2	217/2018	R\$ 15.470,00
Bilirrubinômetro	1	217/2018	R\$ 43.227,22
Bisturi Elétrico (até 165 W)	1	217/2018	R\$ 8.595,00
Carro para Material de Limpeza	5	217/2018	R\$ 4.791,25
Carro para Transporte de Materiais (diversos)	2	217/2018	R\$ 9.406,00
Radiômetro para Fototerapia	1	217/2018	R\$ 2.222,88
Armário	10	10/2019	R\$ 4.720,00
Escada com 2 degraus	20	10/2019	R\$ 1.499,00
			R\$ 264.119,58

Unidade Beneficiada: Maternidade Municipal

Origem: Recurso Federal Emenda

Parlamentar: Senador Roberto Requião

Proposta nº: 11.323.261.0001/17-002

Portaria de Habilitação: 1.720 de 07/07/2017

Valor: R\$ 499.950,00

Depósito do Recurso: 15/03/2018

Itens Adquiridos

Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Esfigmomanômetro Adulto	20	198/2018	R\$ 1.221,00
Monitor Multiparâmetros	1	198/2018	R\$ 32.640,00
Poltrona Hospitalar	10	198/2018	R\$ 8.169,98
Ar Condicionado 35.000 a 36.000 BTUs	2	275/2018	R\$ 13.179,36
Ar Condicionado 9.000 a 12.000 BTUs	2	275/2018	R\$ 2.925,60
Ar Condicionado 22.000 a 30.000 BTUs	1	10/2019	R\$ 3.190,00
Bebedouro / Purificador Refrigerado	2	10/2019	R\$ 1.068,00
Cadeira com rodízios, braços e regulagem de altura	16	10/2019	R\$ 4.940,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	60	10/2019	R\$ 5.994,00
Telefone	6	10/2019	R\$ 192,00
Ventilador de Parede	15	10/2019	R\$ 2.100,00
Ventilador de Teto	15	10/2019	R\$ 1.530,00
Oxímetro de Pulso	5	73/2019	R\$ 8.450,00
Berço para Recém-Nascido	14	143/2019	R\$ 8.781,78
Detector Fetal	4	77/2020	R\$ 2.666,64
Amnioscópio	5	77/2020	R\$ 7.000,00
Mesa Ginecológica Elétrica 180 a 250 k	2	77/2020	R\$ 18.080,00

Relatório Anual de Gestão 2020

Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	16	77/2020	R\$ 34.908,96
Bomba Elétrica para Sucção de Leite	2	77/2020	R\$ 20.000,00
Balde a Pedal	20	121/2020	R\$ 917,00
Esfigmomanômetro obeso	2	144/2020	R\$ 259,80
			R\$ 178.214,12

Unidade Beneficiada: Pronto Atendimento Leonor			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Leopoldo Meyer			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-005			
Portaria de Habilitação: 966 de 11/05/2016			
Valor: R\$ 193.300,00			
Depósito do Recurso: 09/12/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Armário	4	10/2019	R\$ 1.888,00
Bebedouro/ Purificador Refrigerado	1	10/2019	R\$ 534,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	32	10/2019	R\$ 3.196,80
Escada com 2 degraus	8	10/2019	R\$ 599,60
Estante	8	10/2019	R\$ 2.240,00
Mesa de Escritório	12	10/2019	R\$ 2.034,00
Oxímetro de Pulso	5	73/2019	R\$ 8.450,00
Foco Refletor Ambulatorial	2	143/2019	R\$ 335,54
Lanterna Clínica	3	143/2019	R\$ 109,62
Aspirador de Secreções Elétrico Móvel	2	222/2019	R\$ 4.996,00
Balança Antropométrica Adulto	2	222/2019	R\$ 1.919,90
Cama Hospitalar Tipo Fawler Mecânica	3	222/2019	R\$ 7.500,00
Carro Maca Simples	3	222/2019	R\$ 3.743,25
Esfigmomanômetro Adulto	5	222/2019	R\$ 1.825,00
Esfigmomanômetro infantil	5	222/2019	R\$ 1.500,00
Estetoscópio Adulto	5	222/2019	R\$ 177,55
Estetoscópio Infantil	5	222/2019	R\$ 177,55
Laringoscópio Infantil	2	222/2019	R\$ 958,00
Otoscópio	3	222/2019	R\$ 810,00
Longarina	5	267/2019	R\$ 1.450,00
Cardioversor	2	338/2019	R\$ 50.000,00
Desfibrilador Convencional	2	338/2019	R\$ 50.000,00
Monitor Multiparâmetros	2	338/2019	R\$ 27.000,00
Ar Condicionado	6	359/2019	R\$ 7.379,82
Detector Fetal	4	52/2020	R\$ 2.196,00
Esfigmomanômetro obeso	5	144/2020	R\$ 649,50
Balde a Pedal	12	153/2020	R\$ 840,00
			R\$ 182.510,13

Relatório Anual de Gestão 2020

Unidade Beneficiada: Centros de Atenção Psicossocial-CAPS			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputados Federais Marcelo Belinati e Leopoldo Meyer			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-011			
Portaria de Habilitação: 2.245 de 03/11/2016			
Valor: R\$ 155.690,00			
Depósito do Recurso: 28/12/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Veículo de Passeio Transporte de Equipe (5 pessoas, 0 Km)	3	67/2017	R\$ 108.000,00
Computador Portátil (Notebook)	3	173/2018	R\$ 10.809,81
Suporte para Televisão	3	275/2018	R\$ 118,80
Forno de Microondas	3	10/2019	R\$ 1.221,00
Longarina	5	10/2019	R\$ 2.835,00
Esfigmomanômetro infantil	1	143/2019	R\$ 59,08
Projektor Multimídia (Datashow)	3	149/2020	R\$ 8.112,00
Televisor	3	283/2020	R\$ 5.400,00
			R\$ 136.555,69

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			
Proposta nº: 11.323.261.0001/16-002			
Portaria de Habilitação: 965 de 11/05/2016			
Valor: R\$ 230.000,00			
Depósito do Recurso: 29/12/2016			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Estetoscópio Adulto	58	152/2017	R\$ 690,20
Computador Portátil (Notebook)	52	173/2018	R\$ 176.863,44
Projektor Multimídia (Datashow)	24	173/2018	R\$ 45.872,88
Ventilador de Teto	65	10/2019	R\$ 6.630,00
Cadeira sem rodízios, braços e regulagem de altura	1	10/2019	R\$ 99,90
Balde a pedal	1	121/2020	R\$ 45,85
			R\$ 230.202,27

Unidade Beneficiada: Central de Regulação de Urgências – SAMU			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Marcelo Belinati			

Relatório Anual de Gestão 2020

Proposta nº: 11.323.261.0001/16-001			
Portaria de Habilitação: 2.245 de 03/11/2016			
Valor: R\$ 151.000,00			
Depósito do Recurso: 26/10/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Computador (Desktop Avançado)	3	173/2018	R\$ 15.447,32
Cadeira com rodízios, braços e regulagem de altura	20	10/2019	R\$ 4.940,00
Oxímetro de Pulso	8	73/2019	R\$ 13.520,00
Bomba de Infusão	6	222/2019	R\$ 18.396,00
DEA Desfibrilador Externo Automático	5	338/2019	R\$ 27.500,00
			R\$ 79.803,32

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Federal Emenda			
Parlamentar: Deputado Federal Luiz Carlos Hauly			
Proposta nº: 11323.261000/1190-01			
Portaria de Habilitação: 1.327, 12/06/2019			
Valor: R\$ 299.850,00			
Depósito do Recurso: 23/10/2019			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Ar condicionado (quente e frio)	37	149/2020	R\$ 56.203,00

RECURSOS ESTADUAIS SESA-PR

Beneficiados: Unidades Básicas de Saúde	
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR	
Total Recursos Aquisição de Equipamentos de Fisioterapia: R\$ 160.000,00	
Habilitação: Resolução SESA nº 218/2017	
Valor: R\$ 40.000,00	
Depósito do Recurso: 20/04/2017	
Habilitação: Resolução SESA nº 578/2017	
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 594/2017	
Valor: R\$ 80.000,00	
Depósito do Recurso: 17/11/2017	
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR	

Relatório Anual de Gestão 2020

Habilitação: Resolução SESA nº 808/2017			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 966/2017			
Valor: R\$ 40.000,00			
Depósito do Recurso: 30/11/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Bicicleta ergométrica horizontal	2	174/2019	R\$ 2.355,20
Correntes TENS/FES	14	174/2019	R\$ 8.846,60
Escada auxiliar com 2 degraus	12	174/2019	R\$ 1.812,48
Escada de Canto	2	174/2019	R\$ 2.799,00
Esteira elétrica ergométrica	2	174/2019	R\$ 4.995,00
Mesa carrinho auxiliar com gavetas	12	174/2019	R\$ 2.918,40
Mesa carrinho auxiliar com prateleiras	12	174/2019	R\$ 1.849,92
Oxímetro de pulso	42	174/2019	R\$ 50.400,00
Ultrassom 1 E 3 MHz	21	174/2019	R\$ 27.885,90
			R\$ 103.862,50

Beneficiados: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 514/2017			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 522/2017			
Valor: R\$ 1.380.000,00			
Depósito do Recurso: 24/10/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Computador (Desktop-Básico)	327	173/2018	R\$ 980.996,73
Aplicador de hidróxido de cálcio duplo	135	247/2019	R\$ 729,00
Cabo bisturi nº 3	35	247/2019	R\$ 258,30
Caneta de Alta Rotação	255	247/2019	R\$ 53.340,90
Compressor de ar odontológico	5	247/2019	R\$ 33.989,85
Escavador de dentina nº 11	135	247/2019	R\$ 864,00
Escavador de dentina nº 17	135	247/2019	R\$ 885,60
Escavador de dentina nº 20	135	247/2019	R\$ 868,05
Espátula nº 01 aço inoxidável	165	247/2019	R\$ 2.989,80
Micromotor	177	247/2019	R\$ 38.837,34
Pinça de dissecação - anatômica - em inox, 14 cm	35	247/2019	R\$ 299,95
Pinça para algodão de aço inoxidável	335	247/2019	R\$ 2.897,75
Porta Matriz metálico Tofflemire	100	247/2019	R\$ 2.100,00
Seringa Carpule com refluxo	150	247/2019	R\$ 3.538,50
Sonda exploradora nº 5	335	247/2019	R\$ 1.825,75
Sonda odontológica milimetrada	35	247/2019	R\$ 212,45
Tesoura Goldman Fox 13 cm	135	247/2019	R\$ 3.106,35
Tesoura Mayo	34	247/2019	R\$ 864,28
Contra Ângulo	150	111/2020	R\$ 45.000,00

Relatório Anual de Gestão 2020

Esfigmomanômetro aneróide portátil obeso	54	144/2020	R\$ 7.014,60
			R\$ 1.180.619,20

Unidades Beneficiadas: Unidades Básicas de Saúde			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 373/2018			
Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 563/2018			
Valor: R\$ 2.300.000,00			
Depósito do Recurso: 09/08/2018			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Aparelho de telefone sem fio	100	46/2019	R\$ 7.964,00
Aparelho de Televisão - 40' LED	24	46/2019	R\$ 33.888,00
Aquecedor portátil elétrico	150	46/2019	R\$ 12.972,00
Balde cilíndrico porta detritos, c/ pedal, capacidade aprox. 10 litros	250	46/2019	R\$ 26.897,50
Caixa térmica de poliuretano com capacidade mínima de 15 litros, com termômetro digital	56	46/2019	R\$ 18.189,92
Carro para material de limpeza	30	46/2019	R\$ 19.929,00
Coleta Seletiva de Lixo Reciclável 50 litros - 4 Lixeiras	56	46/2019	R\$ 19.039,44
Fogão a gás, 04 queimadores	30	46/2019	R\$ 11.692,20
Refrigerador para copa	14	46/2019	R\$ 17.377,22
Armário 02 portas	30	107/2019	R\$ 10.080,00
Armário de aço com 8 portas com cadeado	48	107/2019	R\$ 32.400,00
Arquivo 4 gavetas com chave	30	107/2019	R\$ 15.600,00
Balcão 02 portas	100	107/2019	R\$ 22.400,00
Biombo triplo	10	107/2019	R\$ 2.550,00
Cadeira de rodas	20	107/2019	R\$ 18.998,00
Cadeira Espaço Saúde e recepção (cadeira empilhável)	87	107/2019	R\$ 5.211,30
Cadeira fixa tipo secretária	145	107/2019	R\$ 10.657,50
Cadeira giratória executiva c/braços, tamanho médio	60	107/2019	R\$ 18.300,00
Escada clínica 02 degraus	200	107/2019	R\$ 27.400,00
Mesa De Exame Clínico Pediátrica	20	107/2019	R\$ 6.500,00
Mesa de exame ginecológico (Cama para exame ginecológico tipo divã)	10	107/2019	R\$ 14.490,00
Mesa escritório com gavetas (1,20 m larg.x 0,70 cm)	10	107/2019	R\$ 2.732,00
Mesa para refeitório	20	107/2019	R\$ 6.800,00
Mesa para reuniões	15	107/2019	R\$ 5.355,00
Poltrona reclinável com banquetas para repouso	58	107/2019	R\$ 23.200,00
Autoclave Horizontal De Mesa: Capacidade de 60 litros	3	143/2019	R\$ 13.999,98
Balança Eletrônica Pediátrica 15 Kg	20	143/2019	R\$ 11.580,00

Relatório Anual de Gestão 2020

Braçadeira para injeção	10	143/2019	R\$ 654,90
Câmara de Vacina	3	143/2019	R\$ 29.349,99
Carrinho de urgência e emergência	50	143/2019	R\$ 58.889,84
Carrinho para curativo em inox	20	143/2019	R\$ 10.207,80
Compressor	44	143/2019	R\$ 296.768,12
Consultório odontológico (cadeira, equipo, refletor, unidade auxiliar acoplada à cadeira)	21	143/2019	R\$ 129.150,00
Cuba lavadora ultrassônica 3,81 com aquecimento	35	143/2019	R\$ 284.165,00
Detector de batimento cardíaco fetal	56	143/2019	R\$ 34.449,52
Esfigmomanômetro aneróide portátil pediátrico	120	143/2019	R\$ 7.089,60
Esfigmomanômetro para adulto pequeno	175	143/2019	R\$ 15.368,50
Estetoscópio adulto	500	143/2019	R\$ 6.495,00
Estetoscópio pediátrico	140	143/2019	R\$ 2.153,20
Foco Auxiliar	25	143/2019	R\$ 4.194,25
Fotopolimerizador	51	143/2019	R\$ 15.047,55
KIT EQUIPAMENTO URGENCIA 1-Laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas 2-Ambú Adulto com máscaras 3- Ambú Infantil com máscaras 4- Ambú neonatal 5-Jogo de cânulas de Guedel (adulto nº 05, 7 e 9 e infantil nº 3.51)	51	143/2019	R\$ 117.831,52
Kit estesiômetro	54	143/2019	R\$ 10.584,00
Lanterna Clínica para Exame	56	143/2019	R\$ 2.046,24
Oxímetro de pulso de mesa	30	143/2019	R\$ 62.370,00
Seladora para papel Grau Cirúrgico	10	143/2019	R\$ 1.665,00
Termômetro auricular - infravermelho	240	143/2019	R\$ 22.329,60
Bacia inox para curativo	50	247/2019	R\$ 3.580,00
Cabo para espelho de aço inoxidável — autoclavável	150	247/2019	R\$ 598,50
Caneta de Alta Rotação	128	247/2019	R\$ 26.775,04
Micromotor	128	247/2019	R\$ 27.426,42
Tesoura Mayo	25	247/2019	R\$ 635,50
Ar Condicionado 12.000 Btu'S Frio Tipo Split	120	354/2019	R\$ 147.596,40
Tablet	328	46/2020	R\$ 192.663,92
Contra Ângulo	128	111/2020	R\$ 38.400,00
Aspirador de secreção	56	144/2020	R\$ 17.850,00
Esfigmomanômetro aneróide portátil obeso	120	144/2020	R\$ 15.588,00
Esfigmomanômetro para adulto	175	144/2020	R\$ 20.737,50
Desfibrilador Semi Automático - DEA	4	144/2020	R\$ 19.000,00
			R\$ 2.037.863,97

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal

Origem: Recurso Estadual – SESA/PR-HOSPSUS

Habilitação: Resolução SESA nº 1.192/2017

Relatório Anual de Gestão 2020

Autorização de Repasse: Resolução SESA nº 562/2018			
Valor: R\$ 296.760,00			
Depósito do Recurso: 17/08/2018			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Lavadora de roupas - hospitalar	2	116/2019	R\$ 45.780,00
Autoclave Horizontal	1	116/2019	R\$ 125.440,00
			R\$ 171.220,00

Unidade Beneficiada: SAMU Regional Londrina			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 546/2018			
Valor: R\$ 900.000,00			
Depósito do Recurso: 11/09/2018			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Oxímetro portátil	3	73/2019	R\$ 5.070,00
Aspirador Portátil	3	222/2019	R\$ 7.494,00
Ventilador Pulmonar de Transporte para ambulância	3	222/2019	R\$ 78.300,00
Ambulância padrão SAMU	3	282/2019	R\$ 678.750,00
Desfibrilador com Monitor Multiparamétrico	3	338/2019	R\$ 75.000,00
Desfibrilador Externo Automático - DEA	3	338/2019	R\$ 16.500,00
Monitor Multiparamétrico	3	338/2019	R\$ 40.500,00
Eletrocardiógrafo Digital	3	153/2020	R\$ 16.200,00
			R\$ 917.814,00

Unidade Beneficiada: Unidades de Urgência e Emergência de Londrina			
(UPA Centro-Oeste, UPA Sabará, Pronto Atendimento Infantil – PAI, Pronto Atendimento Leonor)			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 613/2019			
Valor: R\$ 400.000,00			
Depósito do Recurso: 29/10/2019			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Carro de Emergência	4	143/2019	R\$ 4.708,32
Oxímetro portátil	4	143/2019	R\$ 8.316,00
Aspirador Portátil	4	153/2020	R\$ 12.200,00
Desfibrilador com Monitor Multiparamétrico	3	153/2020	R\$ 73.041,00
Eletrocardiógrafo digital	4	153/2020	R\$ 21.600,00
Monitor Multiparamétrico	4	153/2020	R\$ 65.600,00
			R\$ 185.465,32

Relatório Anual de Gestão 2020

Beneficiados: Serviços de Saúde do Município			
Aquisição de veículos – Transporte Sanitário			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 490/2017			
Valor: R\$ 240.000,00			
Depósito do Recurso: 29/09/2017			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Veículo Tipo Van/Passageiros	2	282/2019	R\$ 293.300,00

Beneficiados: Serviços de Saúde do Município			
Aquisição de veículos – Transporte Sanitário			
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR			
Habilitação: Resolução SESA nº 1209/2017 E 166/2018			
Valor: R\$ 120.000,00			
Depósito do Recurso: 03/04/2018			
Itens Adquiridos			
Equipamento	Quantidade	Nº Pregão	Valor Total
Ambulância de Simples Remoção	1	282/2019	R\$ 81.900,00

10.2 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes: recursos federais e estaduais depositados no Município em 2020

<p>Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal Origem: Recurso Federal Emenda Parlamentar: Deputado Federal Boca Aberta Proposta nº: 11323.261000/1200-11 Portaria de Habilitação: 745, de 07/04/2020 Valor: R\$ 34.109,00 Depósito do Recurso: 28/04/2020</p>
<p>Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal Origem: Recurso Federal Emenda Parlamentar: Deputado Federal Boca Aberta Proposta nº: 11323.261000/1200-08 Portaria de Habilitação: 745, 13/04/2020 Valor: R\$ 30.915,00 Depósito do Recurso: 29/06/2020</p>

Relatório Anual de Gestão 2020

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal

Origem: Recurso Federal Programa – Apoio Triagem Auditiva Neonatal.
Proposta nº: 11323.261000/1190-03
Portaria de Habilitação: 3.266, 11/12/2019
Valor: R\$ 169.980,00
Depósito do Recurso: 14/08/2020

Unidades Beneficiadas: Maternidade Municipal

Origem: Recurso Federal Programa – Enfrentamento Emergência Coronavírus
Proposta nº: 11323.261000/1200-12
Portaria de Habilitação: 3.659, de 22/12/2020
Valor: R\$ 579.111,00
Depósito do Recurso: 31/12/2020

Beneficiados: Serviços de Saúde do Município

Aquisição de veículos – Transporte Sanitário
Origem: Recurso Estadual – SESA/PR
Habilitação: Resolução SESA nº 596/2020
Valor: R\$ 625.000,00
Depósito do Recurso:
26/05/2020 – R\$ 350.000,00
12/06/2020 – R\$ 275.000,00

Unidade Beneficiada: Unidade Básica de Saúde – Fraternidade

Origem: Recurso Estadual – SESA/PR
Habilitação: Resolução SESA nº 1.055/2020 e 868/2020
Valor: R\$ 50.000,00
Depósito do Recurso: 11/09/2020

10.3 Propostas para incremento temporário para custeio de Unidades de Saúde do município de Londrina.

➤ Incremento Temporário Média e Alta Complexidade (MAC)

Os recursos do Incremento Temporário do Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) são temporários, destinados a complementar o custeio de serviços de assistência à média e alta complexidade (MAC), com o objetivo de melhorar o atendimento à população, incrementando o financiamento da rede própria de atendimento e/ ou, ainda, atuando na ampliação do custeio, proporcionando redução de filas de atendimento. O Ministério da Saúde possibilitou a alocação de recursos de emendas parlamentares para Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial. (Fonte: Fundo Nacional de Saúde, 2020).

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 38. Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para Incremento MAC cadastrados em 2020. Londrina, 2020.

Nome do Beneficiado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA/ CNES: 2579324			
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município
36000.311716/2020-00 39220003 Boca Aberta	504.131,00	650 de 02/04/2020	08/04/2020
36000.311679/2020-00 38360004 Paulo Eduardo Martins	85.035,00	650 de 02/04/2020	08/04/2020
36000.311686/2020-00 38360004 Paulo Eduardo Martins	414.965,00	678 de 03/04/2020	05/05/2020
36000.311725/2020-00 39220003 Boca Aberta	4.255.415,00	724 de 08/04/2020	22/05/2020
	5.259.546,00		

Nome do Beneficiado: HCL-HOSPITAL DO CÂNCER DE LONDRINA / CNES: 2577623					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasso Recurso Ao Beneficiado
36000.283689/2019-00 Programa - MS (Indicação Diego Garcia)	1.000.025,00	3.596 23/12/2019	26/12/2019	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.002659/2020-48	29/04/2020
36000.306337/2020-00 Emenda: 39220003 Boca Aberta	3.000.000,00	598 de 30/03/2020	08/04/2020	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.008345/2020-59	02/06/2020
36000.306472/2020-00 Emenda: 30840011 Diego Garcia	2.500.000,00	598 de 30/03/2020	08/04/2020	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.008345/2020-59	02/06/2020
36000.306528/2020-00 Emenda: 20380001 Flávio Arns	300.000,00	598 de 30/03/2020	08/04/2020	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.008345/2020-59	02/06/2020

Relatório Anual de Gestão 2020

36000.306567/2020-00 Emenda: 40890007 Oriovisto Guimarães	500.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.008345/2020-59	02/06/2020
36000.312790/2020-00 Emenda: 71170003 Bancada do Paraná	4.964.004,00	954 de 30/04/2020	23/06/2020	Pagamento com adiantamento de saldo contratual SEI: 60.010535/2020-36	20/11/2020
12.264.029,00					

Nome do Beneficiado: HOFTALON HOSPITAL DE OLHOS / CNES: 2578506					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasse Recurso Ao Beneficiado
36000.311661/2020-00 Emenda: 28740006 Luiz Nishimori	150.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020	10º Termo Aditivo (assinado em 04/08/2020)	25/08/2020
36000.306636/2020-00 Emenda: 40660007 Sargento Fahur	150.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020		25/08/2020
36000.315310/2020-00 Emenda: 39110008 Aline Sleutjes	225.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020		25/08/2020
525.000,00					

Nome do Beneficiado: ASSOCIAÇÃO FLÁVIA CRISTINA / CNES: 3703835					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasse Recurso Ao Beneficiado
36000.311701/2020-00 Emenda: 39220003 Boca Aberta	240.454,00	650 de 02/04/2020	08/04/2020	1º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2020)	29/05/2020

Relatório Anual de Gestão 2020

Nome do Beneficiado: HOSPITAL EVANGELICO DE LONDRINA / CNES: 2550792					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasse Recurso Ao Beneficiado
36000.312943/2020-00 Emenda: 18760009 Rubens Bueno	200.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020	13º Termo Aditivo (assinado em 27/05/2020)	03/06/2020

Nome do Beneficiado: IRMANDADE SANTA CASA DE LONDRINA – ISCAL / CNES: 2580055					
Proposta Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda R\$	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município	Providências Termos Aditivos Contratos com Hospitais Beneficiados	Repasse Recurso Ao Beneficiado
36000.312948/2020-00 Emenda: 18760009 Rubens Bueno	200.000,00	724 de 08/04/2020	05/05/2020	16º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2020)	10/06/2020

➤ Incremento Temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

Os recursos de Incremento Temporário do Piso de Atenção Básica (PAB) devem destinar-se ao custeio dos mesmos itens de despesa financiadas pelo Piso da Atenção Básica. O Ministério da Saúde possibilitou a alocação de recursos de Emendas Parlamentares para o Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde para Cumprimento de Metas. Esse recurso incrementa, de maneira temporária, em até 100% do somatório dos Pisos de Atenção Básica (PAB), fixo e Variável para o Município.

(Fonte: Fundo Nacional de Saúde, 2020)

Quadro 39. Recursos de Emendas Parlamentares e programas federais para incremento PAB cadastrados em 2020. Londrina 2020.

Nome do Beneficiado: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA / CNPJ: 11.323.261/0001-69			
Emenda Parlamentar	Valor Total Emenda	Portaria Habilitação	Depósito Recurso Município
36000.311644/2020-00 Emenda: 39220002 Boca Aberta	R\$ 240.454,00	621 de 01/04/2020	09/04/2020
36000.305896/2020-00 Emenda: 39150013 Aroldo Martins	R\$ 1.000.000,00	709 de 08/04/2020	28/04/2020
36000.306136/2020-00 Emenda: 30920005 Enio Verri	R\$ 300.000,00	709 de 08/04/2020	28/04/2020

Relatório Anual de Gestão 2020

36000.306081/2020-00 Emenda: 40340001 Luisa Canziani	R\$ 400.000,00	769 de 09/04/2020	28/04/2020
36000.313094/2020-00 Emenda: 71170006 Bancada Do Paraná (Boca Aberta)	R\$ 1.487.634,00	949 de 04/05/2020	23/06/2020
	R\$ 3.428.088,00		

10.4 DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

O Município de Londrina foi contemplado com recursos federais para a construção de duas unidades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Referente as seguintes propostas:

Quadro 40. Devolução de recursos – construção de CAPS

Objeto: Construção de CAPS	
Proposta de Captação de Recursos nº	Valor Total da Proposta
11.323.261.0001/13-015	R\$ 1.000.000,00
11.323.261.0001/13-016	R\$ 1.000.000,00

As propostas foram habilitadas pela publicação da Portaria nº 3.168 de 20/12/2013, e os recursos federais equivalentes às primeiras parcelas no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada proposta, totalizando R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), forma depositados ao município.

Devido ao descumprimento dos prazos para emissão da ordem de serviço, o Ministério da Saúde inabilitou e cancelou as duas propostas de captação de recursos para construção de CAPS, através da publicação da Portaria nº 1.127, em 27 de abril de 2018;

O Município de Londrina encaminhou Ofícios e e-mails ao Ministério da Saúde, solicitando autorização para utilizar os recursos referentes às primeiras parcelas de recursos federais da construção do CAPS e seus rendimentos para a realização de ações e serviços públicos de saúde, com base na Lei Complementar nº 172, de 15/04/2020 - que autoriza os Estados, Distrito Federal e Municípios a realizarem a transposição e transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes nos respectivos Fundos de Saúde, provenientes de repasses do Ministério da Saúde, exclusivamente para a realização de ações e serviços públicos de saúde;

Em resposta aos questionamentos encaminhados pelo município, o Ministério da Saúde respondeu através do Ofício nº 401/2020/DAPES/SEAD/DAPES/SAPS/MS, que as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 172 de 15/04/2020 não se aplicam às propostas do CAPS e solicitou ao município a devolução dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Saúde;

Em atendimento à orientação do Ministério da Saúde, o município de Londrina realizou os procedimentos necessários para devolução ao Fundo Nacional de Saúde, dos recursos federais referentes as primeiras parcelas para construção do CAPS e seus rendimentos, conforme valores demonstrados abaixo:

Relatório Anual de Gestão 2020

Quadro 41. Propostas construção Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e devolução de recursos federais. Londrina, 2020.

Propostas de Captação de Recursos Construção CAPS	Valor total da Proposta R\$	Valor 1ª parcela de Recurso Federal R\$	Data Recebiment o 1ª parcela de Recurso Federal	Valor devolvido Fundo Nacional de Saúde - 1ª Parcela + Rendimentos R\$	Data devolução Recursos ao Fundo Nacional de Saúde
113232610001/13-015	1.000.000,00	200.00,00	31/01/2014	337.377,07	03/09/2020
113232610001/13-016	1.000.000,00	200.00,00	31/01/2014	337.377,07	02/09/2020
		400.000,00		674.754,14	

10.5 Obras e recursos para investimento

Quadro 42. Obras e recursos para investimento. Londrina, 2020.

OBRAS SECRETARIA DE SAUDE	RECURSOS E OUTRAS INFORMAÇÕES	2020
REFORMA PAI/CENTROLAB	A obra foi realizada com recursos próprios do município. Valor total da obra – R\$ 3.248.428,69, conforme contrato assinado em 2016.	12/10/2020 - Reabertura oficial do Pronto Atendimento Infantil. 27/11/2020 – Reabertura oficial do CENTROLAB.
REFORMA AMPLIAÇÃO E DA MATERNIDADE	Convênio: 799979/2013-SICONV Contrato de Repasse: 1013854-17/2013/MS/CAIXA Objeto: Ampliação da Maternidade Municipal Valor de repasse: R\$ 1.490.400,00 Convênio: 795461/2013-SICONV Contrato de Repasse: 1012601-58/2013/MS/CAIXA Objeto: Reforma da Maternidade Municipal Valor de repasse: R\$ 883.246,00 Valor total repasses: R\$ 2.373.646,01 Valor total da obra: R\$ 4.939.027,06	19/08/2020 – Publicado aditivo de prazo. Novo prazo de entrega de totalidade dos serviços: 10/05/2021. 06/11/2020 – Entregue e inaugurado o novo pavimento da Maternidade Municipal – Ampliação.

Relatório Anual de Gestão 2020

<p>CONSTRUÇÃO DA UBS FRATERNIDADE</p>	<p style="text-align: right;">Valor R\$</p> <p>600.000,00</p> <p style="text-align: right;">Protocolo SESA:</p> <p>15.125.833-6</p> <p>Construção UBS Fraternidade Resolução SESA nº 784/2019 – Habilita e Autoriza o Repasse Construção de UBS – Tipo I – R\$ 650.000,00 Repasse em 2020 1ª Parcela – R\$ 65.000,00 2ª Parcela – R\$ 195.000,00 Total R\$ 260.000,00</p>	<p style="text-align: right;">10/01/2020 –</p> <p>Emitida Ordem de Serviço para início da obra. Prazo de entrega: 08/10/2020.</p> <p style="text-align: right;">27/10/2020 –</p> <p>Publicado aditivo de prazo. Novo prazo de entrega: 21/12/2020.</p> <p style="text-align: right;">Novembro/2021</p> <p>– Obra paralisada. Problemas com regularidade fiscal da empresa. Iniciado processo de penalidade.</p>
<p>AMPLIAÇÃO E REFORMA DO SAMU REGIONAL</p>	<p style="text-align: right;">Convênio assinado entre o Município e a Governo do Estado do Paraná:</p> <p style="text-align: right;">Convênio nº</p> <p>106/2018</p> <p style="text-align: right;">Valor R\$</p> <p>4.753.907,49</p> <p style="text-align: right;">Contrapartida: R\$</p> <p>237.695,37</p>	<p>10/07/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. Prazo de entrega em 13/07/2021.</p>
<p>CONSTRUÇÃO DA UBS SANTA RITA</p>	<p>Proposta Recurso Federal: 11323.2610001/14-004 cancelada, devido à não postagem da ordem de serviço no prazo da portaria ministerial;</p> <p>Nova proposta para construção: 11323.2610001/18-002 Emenda Dep. Leopoldo Meyer Valor R\$ 1.071.000,00</p> <p>Habilitada pela Portaria 1089/2018 do MS.</p>	<p>07/08/2021 – Inauguração da Unidade Básica e início de funcionamento.</p>
<p>REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS MARAVILHA</p>	<p>Convênio formalizado em dezembro/2017;</p> <p>Termo de Convênio nº 007/2017</p>	<p>09/10/2020 – Reabertura oficial da unidade.</p>
<p>RECUPERAÇÃO DA UBS IDEAL</p>	<p style="text-align: right;">Repasse do Fundo Estadual de Saúde – PR</p> <p>Habilitação: Resolução SESA-PR nº 595/2015 de 16/12/2015</p> <p>Valor total: R\$ 150.000,00</p> <p>Depositada 1ª parcela do recurso em 24/02/2016</p>	<p>23/10/2020 – Reabertura oficial da unidade.</p>

Relatório Anual de Gestão 2020

	<p>Valor 1ª Parcela: R\$ 30.000,00 (20% do valor total)</p> <p>Recurso Federal: R\$ 99.987,00 Proposta 11323.2610001/17-701 Habilitada pela Portaria 2417/17/MS</p>	
REFORMA DO PRONTO ATENDIMENTO LEONOR	<p>Convênio / Pré Convênio: 840892/2016-SICONV</p> <p>Valor de repasse: R\$ 400.000,00</p> <p>Emenda Parlamentar Dep. Federal Leopoldo Meyer</p>	<p>27/11/2019 - Licitação concluída.</p> <p>13/12/2019 - Contrato homologado.</p> <p>07/01/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. Prazo de entrega em 04/08/2020.</p>
REFORMA DA UBS LEONOR	<p>Recurso Convênio SESA</p> <p>Resolução Habilitação: SESA nº 344 de 2017.</p> <p>Valor: R\$ 150.000,00</p>	<p>22/10/2020 – Publicado aditivo de prazo. Novo prazo de entrega: 17/12/2020.</p> <p>30/11/2020 – Em trâmite aditivo de prazo de mais 60 dias.</p>
RECUPERAÇÃO DA UBS LERROVILLE	<p>Tomada de Preços 0006/2020 Contrato 0172/2020 Valor: R\$ R\$178.724,64 Repasse SESA: R\$ 150.000,00</p>	<p>09/07/2020 – Concluída nova licitação para serviços remanescentes.</p> <p>03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual.</p>
RECUPERAÇÃO UBS AQUILÉS	<p>Contrato 0071/2020 Valor: R\$ 205.294,02 Recurso Federal: R\$ 91.294,91</p> <p>Reforma UBS Aquiles Resolução SESA nº 869/2019 – Autoriza Repasse Reforma de UBS – R\$ 150.000,00 Repasse em 2020 – 1ª Parcela – R\$ 15.000,00 (10%)</p>	<p>09/03/2020 – Licitação concluída.</p> <p>30/04/2020 – Contrato homologado.</p> <p>27/11/2020 – Em trâmite captação de recursos estaduais.</p> <p>03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.</p>
RECUPERAÇÃO UBS BANDEIRANTES	<p>Contrato: 0072/2020 Valor: R\$ 207.584,02 Repasse SESA: R\$ 150.000,00</p>	<p>09/03/2020 – Licitação concluída.</p> <p>30/04/2020 – Contrato homologado.</p> <p>03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para</p>

Relatório Anual de Gestão 2020

		rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS CABO FRIO	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0232/2019 Valor: R\$ 157.125,94 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	21/01/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. 03/11/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS CAFEZAL	Contrato: 0073/2020 Valor R\$ 157.391,93 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	09/03/2020 – Licitação concluída. 30/04/2020 – Contrato homologado. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS CAMPOS VERDES	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0222/2019 Valor: R\$ 187.895,80 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	17/01/2020 – Ordem de serviço para início da obra. 21/07/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS CHEFE NEWTON	Contrato: 0074/2020 Valor: R\$ 206.975,73 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	09/03/2020 – Licitação concluída. 30/04/2020 – Contrato homologado. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS ELDORADO	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0235/2019 Valor: R\$ 89.005,67 Repasse SESA: R\$ 96.497,55	14/01/2020 – Ordem de serviço para início da obra. 02/07/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS GUARAVERA	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0236/2019 Valor: R\$ 140.095,17 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS IRERÊ	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0237/2019 Valor: R\$ 114.654,22 Repasse SESA: R\$ 138.133,20	03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS JAMILE DEQUECH	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0231/2019 Valor: R\$ 83.347,07 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	21/01/2020 – Ordem de serviço para início da obra.

Relatório Anual de Gestão 2020

		14/09/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS SANTIAGO	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0220/2019 Valor: R\$ R\$ 212.053,73 Repasse SESA: R\$ 150.000,00 Recurso federal: R\$ 127.040,76	28/01/2020 – Ordem de serviço para início da obra. 04/08/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS LINDÓIA	Contrato: 0075/2020 Valor: R\$ 173.593,10 Repasse SESA: R\$ 150.000,00 Recurso federal: R\$ 113.175,49	09/03/2020 – Licitação concluída. 30/04/2020 – Contrato homologado. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
RECUPERAÇÃO UBS MARABÁ	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0234/2019 Valor: R\$ 241.734,78 Repasse SESA: R\$ 150.000,00 Recurso federal: R\$ 123.333,31	10/01/2020 – Ordem de serviço para início da obra. 09/11/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS OURO BRANCO	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0218/2019 Valor: R\$ 219.546,12 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	03/12/2020 – Contrato com vigência suspensa devido às providências de enfrentamento à COVID-19. Aguarda possibilidade da ordem de serviço.
RECUPERAÇÃO UBS PADOVANI	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0233/2019 Valor: R\$ 114.238,03 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	03/12/2020 – Contrato com vigência suspensa devido às providências de enfrentamento à COVID-19. Aguarda possibilidade da obra de serviço.
RECUPERAÇÃO UBS REGINA	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0219/2019 Valor: R\$ 105.942,49 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	24/01/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. 14/08/2020 – Reabertura oficial da unidade.
RECUPERAÇÃO UBS SÃO LUIZ	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0221/2019 Valor: R\$ 138.583,02 Repasse SESA: R\$ 131.565,40	01/09/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. Prazo de entrega: 31/12/2020. 03/12/2020 – Em trâmite aditivo de serviços e prazo.
RECUPERAÇÃO UBS VILA BRASIL	Concorrência Pública 0019/2019 Contrato 0238/2019 Valor: R\$ 206.967,91 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	24/01/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. 20/11/2020 – Aditivo de prazo publicado. Novo prazo em 03/12/2020.

Relatório Anual de Gestão 2020

		03/12/2020 – Em atraso. Empresa será penalizada.
RECUPERAÇÃO UBS VILA RICARDO	Contrato: 0076/2020 Valor: R\$ 163.992,25 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	09/03/2020 – Licitação concluída. 30/04/2020 – Contrato homologado. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
REFORMA UBS VIVI XAVIER	Concorrência Pública 0013/2019 Contrato 0223/2019 Valor: R\$ 242.927,96 Repasse SESA: R\$ 150.000,00	03/02/2020 – Emitida ordem de serviço para início da obra. Prazo de entrega em 02/06/2020. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
REFORMA UBS UNIÃO DA VITÓRIA	Contrato: 0168/2020 Valor: R\$ 184.591,43 Recurso federal: R\$ 122.273,74	09/07/2020 – Licitação concluída. 17/07/2020 – Contrato homologado. 03/12/2020 – Contrato com vigência suspensa devido às providências de enfrentamento à COVID-19. Problemas com habilitação da empresa contratada.
REFORMA UBS ARMINDO GUAZZI	Contrato 0077/2020 Valor: R\$ 212.031,07 Recurso Federal: R\$ 197.615,54 Reforma UBS Armindo Guazzi Resolução SESA nº 869/2019 – Autoriza Repasse Reforma de UBS – R\$ 150.000,00 Repasse em 2020 – 1ª Parcela – R\$ 15.000,00 (10%)	09/03/2020 – Licitação concluída. 30/04/2020 – Contrato homologado. 27/11/2020 – Em trâmite captação de recurso estadual. 03/12/2020 – Em trâmite processo de penalidade para rescisão contratual. Problemas com habilitação da empresa contratada.
REFORMA UBS PARIGOT	Reforma UBS Parigot de Souza Resolução SESA nº 784/2019 – Autoriza Repasse Reforma de UBS – R\$ 150.000,00	10/06/2020 – Solicitado termo de referência para reforma. 27/11/2020 – Em trâmite captação de recursos estaduais.

Relatório Anual de Gestão 2020

	Repasse em 2020 – 1ª Parcela – R\$ 15.000,00 (10%)	
--	---	--

10.6 PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE SAÚDE

O Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) é um importante instrumento de trabalho para os profissionais de saúde da rede básica e serviços especializados da AMS. Contempla o conteúdo da RDC 306/2004, RDC 222/2018 e a Lei nº 12.305/10, visando a melhor assistência ao usuário do SUS, aos trabalhadores de saúde e à sociedade em geral, bem como o respeito ao meio ambiente.



A abordagem do protocolo do PGRSS baseia-se na integração, articulação e organização do processo de trabalho entre as equipes de saúde da AMS.

O PGRSS possibilita as condições para um ambiente de trabalho saudável e redução de riscos de acidentes de trabalho relacionados com manejo de resíduos, além de cumprir as Leis Nacionais, Estaduais e Municipais relacionadas à gestão dos resíduos sólidos.

O trabalho de revisão e implantação do PGRSS vem sendo realizado desde o início de 2013, pela Comissão de Revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde, composta por representantes das diversas Diretorias da AMS.

Foi realizada a primeira reunião para discussão sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde no segundo semestre de 2014, quando a Comissão do PGRSS da AMS foi reestruturada e resgatado o trabalho iniciado em 2005, ano da elaboração do PGRSS municipal, retomado em 2013 com a discussão e revisão do documento, bem como dos POP relacionados à geração, acondicionamento, transporte, tratamento e destino final dos distintos tipos de resíduos gerados pelos estabelecimentos de saúde da SMS.

Em meados de 2015, foi concluído o processo de revisão do documento, momento no qual se iniciou o processo de reorganização/implantação e treinamentos, relacionados aos resíduos do serviço de saúde.

Em 2017, foi disponibilizado o Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde às diversas diretorias que possuem em sua rotina de trabalho a geração, manejo, acondicionamento e destino final dos RSS, bem como os POP para cada tipo de resíduo.

Relatório Anual de Gestão 2020

Em 2018, iniciam-se as discussões para elaboração e implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Londrina, em atendimento e de acordo com as diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010, em todas as suas etapas, desde a indicação dos atores a serem envolvidos até a elaboração do documento final, o qual deve conter diagnósticos, prognósticos, diretrizes e metas de implementação do plano, assim como uma minuta de lei para a sua instituição legal.

O PMGIRS do Município de Londrina é condicionante obrigatória para o acesso e a obtenção de recursos públicos disponibilizados por programas federais destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, como preconiza o Art. 18 da Lei Federal nº 12.305/2010:

“Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.”

A instituição da PNRS foi um marco histórico para o meio ambiente do Brasil, uma vez que foi fruto de cerca de 20 anos de discussão sobre um dos maiores problemas ambientais e sanitários da humanidade. Para sua execução, cada unidade política da federação deve assumir seu papel na elaboração de legislação própria e na execução dessas políticas. Por isto a exigência do PMGIRS como diretriz para a construção de um ambiente mais limpo e saudável para o Município de Londrina.

A elaboração do PMGIRS segue as diretrizes e prazos estabelecidos pelo Ministério do Meio Ambiente, prazos esses que venceram em agosto de 2012, e deve ter o conteúdo descrito no Art. 19 da Lei Federal 12.305/2010.

Além desses requisitos, o PMGIRS é uma exigência do Instituto Água e Terra do Paraná (IAT), para a concessão de Licença de Operação da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) do Município de Londrina, conforme Licença de Instalação nº 13.975.

A base conceitual do PMGIRS do Município de Londrina deve considerar a legislação, as experiências e as discussões já acumuladas desde a Resolução CONSEMMA nº 11 de 04/12/2006, passando pelos Decretos Municipais 768, 769 e 770 de 2009, o Decreto Municipal nº 798/2011, o Decreto Municipal nº 1.050/2009, a Lei Municipal nº 11.468/2011 e a Lei Municipal nº 11.471/2012, além de outras leis correlatas do município.

Foram realizadas, durante 2018, reuniões que criaram, inclusive através de Decreto, o Comitê Diretor e o Comitê de Sustentação com seus grupos de trabalho, elegendo o coordenador e os membros de cada comitê, bem como definindo os apoiadores que formam os grupos de trabalho de cada segmento da sociedade.

O Comitê Diretor criou o Termo de Referência para contratação de empresa de consultoria ambiental para a prestação de serviço de elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de Londrina, de elaboração de uma minuta de lei para a instituição legal do plano, bem como da capacitação técnica de 10 (dez) servidores públicos envolvidos na gestão municipal de resíduos sólidos visando a implantação do plano.

Relatório Anual de Gestão 2020

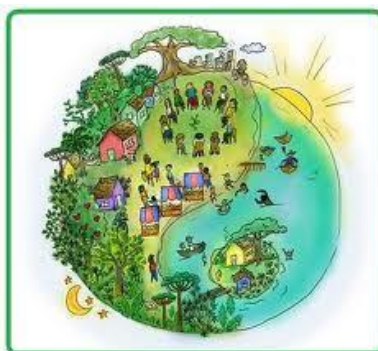
Em 2019, foram realizadas ações de esclarecimentos, orientações e determinações quanto ao fluxo relacionado à geração, segregação, disposição e destino final dos resíduos sólidos comuns (recicláveis, orgânicos e rejeitos), gerados pela Autarquia Municipal de Saúde.



10.7 GEOPROCESSAMENTO EM SAÚDE

Desde 1994 o município de Londrina conta com o auxílio do geoprocessamento aplicado em ações de Saúde. Essa ferramenta permite realizar o mapeamento dos agravos de importância epidemiológica e, a partir da espacialização, analisar os riscos, planejar ações específicas de saúde, como também avaliar as redes de atenção. Os Sistemas de Informações Geográficas, manipulados através das ferramentas de geoprocessamento, oferecem suporte para a gestão, pois possibilitam integrar dados de diversas fontes, em grande volume e com rápido acesso à informação armazenada. O serviço de saúde de Londrina utiliza esses sistemas para capturar, armazenar, gerenciar, analisar e apresentar informações geográficas. A partir da análise espacial possibilitadas pelo SIG, abre-se uma gama de novos subsídios que podem ser usados para o diagnóstico e planejamento das ações na vigilância em saúde.

O processo de territorialização do município dividiu-o em 54 territórios, de acordo com a abrangência das Unidades de Saúde, sendo que 42 deles estão distribuídos no espaço urbano e 12 no espaço rural. Tal divisão levou em consideração a presença de barreiras geográficas naturais (cursos d'água sem transposição, declividade acentuada, distância da UBS) e antrópicas (rodovias e avenidas com grande fluxo de veículos, trajeto percorrido pelo transporte coletivo urbano), sociodemográficos (perfil da população residente desse espaço), organizacionais e de infraestrutura (capacidade de atendimento, de acordo com o tamanho da Unidade de Saúde).



Os territórios de abrangência das Unidades de Saúde são a unidade de análise ou recorte espacial mais utilizado pelo geoprocessamento, por permitir a elaboração de mapas temáticos, que possibilitam reflexões sobre os processos de natalidade, mortalidade e morbidade, em espaços distintos dentro do mesmo município. Essa análise permite a otimização de recursos, esforços e energia, contribuindo tanto no pensar, quanto no agir em saúde no município.

10.8 Atividades desenvolvidas e em desenvolvimento em Geoprocessamento

- Produção de geodados em saúde;
- Contribuição na sistematização e construção do banco de dados municipal geoprocessado e corporativo;
- Participação da comissão gestora do geoprocessamento da PML;
- Participação das reuniões e grupos de trabalho sobre Territorialização, que envolvem as diversas Secretarias e Órgãos Públicos do Município;
- Mapeamentos de agravos (morbidade, natalidade e mortalidade) utilizados para o planejamento de ações em saúde;
- Mapeamentos de informações georreferenciadas (demográficas, sociais, econômicas, de saneamento, de infraestrutura) utilizadas pela DPGS e demais diretorias;
- Construção e revisão/atualização dos territórios de abrangência das Unidades de Saúde, com base na análise dos aspectos físicos, antrópicos e demográficos;
- Elaboração de mapas dos territórios de abrangência das UBS;
- Atualização da base cartográfica, necessária ao Geoprocessamento;
- Inserção, atualização e correção no *SaúdeWeb*, tanto de logradouros novos quanto dos já existentes;
- Contribuição na construção de indicadores de saúde, através de cálculos de incidência, prevalência e infestação junto à DPGS, DVS e DAPS;
- Construção de dados estatísticos que oferecem suporte ao Planejamento de Ações em Saúde;
- Apoio técnico à Epidemiologia (DVS) na manipulação dos dados produzidos a partir dos bancos de dados do Ministério da Saúde (SIM, SINASC, SINAN, SISPRENATAL);
- Colaboração na sistematização de informações e dados para elaboração dos mecanismos de gestão;
- Busca constante da integração de dados relevantes para a Saúde de outras Secretarias da Prefeitura;
- Participação das reuniões semanais com “grupo de especialistas” em estatística e epidemiologia, para análise e preparação de dados e informações que subsidiam as discussões do COESP, no enfrentamento à pandemia de COVID19;
- Criação do *Dashboard* do Novo Coronavírus, com dados estatísticos e espaciais da doença;
- Atualização diária dos casos de COVID19 no *Dashboard* (Painel da Saúde) e disponibilização pública dos dados;
- Atualização diária dos mapas de COVID19 para publicização através dos boletins de CORONAVÍRUS veiculados pelas redes sociais e imprensa;

Relatório Anual de Gestão 2020

- Atualização dos dados espaciais das notificações das doenças Dengue, Zika e *Chicungunya*, e mapeamentos dos dados referentes ao *Aedes aegypti*;
- Fomento e criação de *Dashboard* para Arboviroses do município de Londrina;
 - Participação como membro representante da Autarquia Municipal de Saúde na Comissão de Análises de Diretrizes e Loteamentos do Município.

10.9 COMISSÃO DE ANÁLISE DE DIRETRIZES DE LOTEAMENTOS (CADIL)

Em 20 de março de 2017, foi publicado o Decreto nº 357, que institui o procedimento para emissão de Consulta Prévia de Viabilidade Técnica para Fins de Loteamentos Urbanos, nos termos do Art. 8º ao Art. 12 da Lei Municipal nº. 11.672, de 24 de julho de 2012.

O referido procedimento se aplica aos empreendimentos com finalidade de parcelamento ou anexação do solo para fins urbanos e a Consulta Prévia de Viabilidade Técnica será expedida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina.

O mesmo Decreto, em seu Art. 3º, institui a Comissão de Análise de Diretrizes de Loteamentos - CADIL, órgão de assessoramento para análise e aprovação de loteamentos urbanos, com a finalidade de:

- I. Agilizar a tramitação da análise e tramitação dos projetos de parcelamento do solo urbano, através de discussões prévias e indicações técnicas sobre as condicionantes para implantação dos equipamentos comunitários e para espaços livres de uso público, que subsidiarão ao IPPUL na elaboração da Consulta Prévia de Viabilidade Técnica;

- II. Elaboração do Plano Municipal de Áreas Públicas, para fins de identificação das demandas dos órgãos e serviços públicos e planejamento das áreas institucionais, nos termos do Art. 41 da Lei Municipal 11.672/2012;

- III. Propor a expedição de instruções normativas pertinentes;

O CADIL é composto por servidores do Poder Executivo Municipal, que representam cada Secretaria da PML, e que possuem poderes para deliberar acerca das exigências técnicas necessárias para a aprovação de parcelamento do solo para fins urbanos. Cabe ao representante da Autarquia Municipal de Saúde – A.M.S. – emitir considerações técnicas acerca da existência de unidades de saúde no entorno, da demanda gerada pelo empreendimento e sua capacidade de suporte e absorção, bem como demais informações afetas às atribuições desta Secretaria, nos termos da Lei Municipal Nº 8.834, de 1º de julho de 2002;

Em 2020, o CADIL se reuniu, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, em casos de excesso de processos incluídos em pauta, tanto para análise, em fase de consulta prévia, para aprovação de empreendimentos particulares, quanto para aprovação de empreendimentos vinculados à COHAB, para habitações de interesse social, na modalidade Minha Casa, Minha Vida. Neste ano corrente o CADIL sofreu uma alteração no formato e momento de discussões, quanto à fase do empreendimento – a Comissão passa a deliberar não mais na fase de consulta prévia (CPVT), mas sim na fase de análise de aprovação da diretriz viária, ampliando a possibilidade de apontamento das necessidades de cada Secretaria.

No ano de 2020, devido à pandemia do Novo Coronavírus, as reuniões do CADIL passaram a ocorrer na modalidade on-line, obedecendo às medidas de distanciamento determinadas pelos Decretos municipais, estaduais e federais.

10.10 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conforme o Artigo 5º do Decreto Municipal Nº 473/2014, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), subordinada à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia (SMPOT), é a responsável pelo planejamento, proposição, execução e administração da política de informática do Município de Londrina e tem entre suas atribuições regimentais o desenvolvimento, a manutenção de sistemas e o atendimento ao usuário de informática.

A DTI atende toda a demanda de informática da Administração Direta do Município, da CODEL, FEL, IPPUL e SAÚDE. Além disso, colabora e/ou interage em algum nível, com ações de informática da ACESF, CMTU e CAAPSMML. Toda a infraestrutura de TI do município é gerida 100% com mão de obra própria e o serviço de suporte técnico de informática, depois de mais de 10 anos terceirizado, foi internalizado pela DTI em fevereiro de 2015.

A Diretoria tem 4 Gerências de Relacionamento e Desenvolvimento de Sistemas (GRDS), cada uma delas responsável pelos projetos de TI e sistemas de um conjunto de Secretarias e órgãos, mais a Gerência de Infraestrutura e Atendimento ao Usuário, responsável pelo funcionamento da infraestrutura de TI do Município e pelo atendimento aos usuários de informática da Administração Municipal.

Por conta do sistema informatizado de saúde (SAUDEWEB), os usuários dos serviços da DTI extrapolam os limites do Município, pois as 21 cidades que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema (CISMEPAR), mais algumas cidades sedes de regionais de saúde do Paraná, utilizam o sistema SAUDEWEB para marcação de consultas especializadas e exames. Outros municípios-sede de regionais de saúde e laboratórios particulares contratualizados também utilizam esse sistema.

O SAUDEWEB foi implantado na rede municipal de saúde em 2007, pela Gerência de Informática da Saúde, da SMPOT. Ainda destacamos sua utilização por todas as unidades de saúde e alguns serviços especiais do Município.

Em julho de 2018 foi implementada a Transferência em Lote, funcionalidade desenvolvida para o módulo de farmácias, como parte do projeto Fênix, que visa ações de otimização nos fluxos de trabalho da Central Farmacêutica da Saúde (CAF). A transferência em lote, ou transferência múltipla, proporciona a automatização da distribuição de medicamentos e materiais, a partir do almoxarifado central de medicamentos, para as farmácias satélites nas diversas UBS, podendo ser utilizado para as demais unidades de trabalho. Processo de trabalho: o sistema calcula os totais de todos os materiais requeridos na farmácia-destino, efetuando um envio baseado no déficit do estoque. Tal funcionalidade também permite que as transferências sejam direcionadas a grupos de materiais específicos, ex: Medicamentos, Material Hospitalar, Produtos Odontológicos e Insumos Farmacêuticos entre outros.

Com relação à determinação do Ministério da Saúde quanto à adoção do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) em 2016, em 2018 foi feita opção por iniciar a utilização do PEC do e-SUS (programa do Ministério da Saúde). Assim, os esforços têm sido voltados para integração do novo módulo de atendimento com a recepção nos pronto-atendimentos. Com o recebimento de novas máquinas provenientes de compra e doações, também foi proposto um cronograma de substituição e instalação de microcomputadores nas UBS, consideradas a estrutura

Relatório Anual de Gestão 2020

de rede (estrutura lógica e física DLMS-GRDS-II), bem como licenças de software, no caso de doações e compra (Office).

A GRDS-II sofreu redução de pessoal devido a aposentadorias e transferência, o que dificulta atender toda a demanda apresentada pelos diversos setores da prefeitura, sendo as maiores as das secretarias da administração direta e a AMS, essa com 54 Unidades Básicas da Saúde, com UBS, CEO, Policlínica. CAPS I e CAPS AD com atendimentos de 12 horas, 02 UBS de 16 horas e 07 unidades de 24 horas. Em 2018 reiterou-se os pedidos de contratação de servidores e estagiários de forma a não comprometer os atendimentos essenciais dos usuários internos que dependem dos serviços de informática para o desenvolvimento de suas atividades, bem como o atendimento satisfatório da população em geral.

A Gerência de Relacionamentos e Desenvolvimento de Sistemas conta com 3 setores distintos: Desenvolvimento de Software, Atendimento Administrativo – Produção, e Suporte técnico (Coordenadoria).

As atividades anuais programadas foram as que seguem:

10.10.1 Desenvolvimento

Suporte e manutenção aos sistemas sob responsabilidade da GRDS-II:

- Suporte à atualização de bases eSUS-SAMU GRDS-II/GINFRA;
- Almoxarifado Web: Adm. Direta – Educação, CAF – Saúde (Trazer para o novo Módulo);
- Reforma Física UBS: redirecionamento via banco de dados - acessos, IP, transações, requisições de exames e oferta de agenda;
- Carga de itens dos almoxarifados para a Secretaria de Saúde, Educação e outras Secretarias da Administração Direta;
- Raio X: Automação do relatório de Produção Mensal;
- Acompanhar a Implantação dos Layouts para Exportação da Movimentação de Estoque da Central de atendimento farmacêutico – CAF, Controle de Psicotrópicos via Sistema Almoxarifado, Dispensação dos Almoxarifados (Geral: Adm. Direta e Autarquia);
- Migração do Módulo de estoque, movimentação e dispensação de farmácias para novo módulo de Almoxarifados em três etapas:
 - Cadastros básicos: Unidades de medida, materiais genéricos e comerciais, grupos, subgrupos e famílias de materiais, distribuição de produtos nos novos almoxarifados (listagem),
 - Movimentação/carga: Entradas, transferências e estornos de ajuste de estoque;
 - Suporte: Treinamento e suporte a usuários-chave (stakeholders) e situações emergentes;
- Adequação dos grupos de acesso da Secretaria de Saude para o módulo de Almoxarifados;
- Automação da rotina de importação de agendamentos do Ceoweb;
- Automação da rotina de importação de agendamentos do Poliweb;
- Preparação da exportação da fila de AIHs (DAPS);
- Participação em cursos: DTI, Oracle Apex;

Relatório Anual de Gestão 2020

- Guias de consultas médicas: Orientação da documentação e procedimentos técnicos para pregão/licitação/concorrência e contratação de nova empresa de impressão.

10.10.2 Geral, rotinas

- Manutenção das bases de dados Access anteriormente migradas (9 sistemas DRAS);
- Carga de tetos para a cidade de Londrina, municípios do Consórcio CISMEPAR e Policlínica;
- Execução da fila de espera para atividades profissionais - DRAS agendamentos e CISMEPAR;
- Execução da fila de espera para atividades profissionais remanescentes;
- Geração dos arquivos de cartas para impressão das guias de consulta;
- Transferência de Erros de Exames;
- Manutenção dos sistemas sob esta gerência;
- Atendimento a usuários com dificuldades como erros ou na utilização dos sistemas sob esta gerência;
- Atendimento e encaminhamento de novas demandas;
- Backup de Scripts, logs de erros e logs de eventos;
- Acompanhamento/Suporte: treinamento de usuários;
- Relatórios de Produção Mensal CEO;
- Relatórios de Produção Mensal Poli.

10.10.3 Produção

- Acesso à Rede Saúde, Idoso, Mulher e Assistência Social;
- Atendimento e encaminhamento das solicitações recebidas via Webmail da Saúde, Idoso, Mulher e Assistência Social;
- Atendimento e encaminhamento das solicitações recebidas via SEI da Saúde, Idoso, Mulher e Assistência Social;
- Atendimento e encaminhamento das solicitações telefônicas da Saúde, Idoso, Mulher e Assistência Social;
- Atendimentos Ceoweb;
- Atendimentos Poliweb;
- Atendimentos Protocolos: (Cadastros, manutenção);
- Atendimentos SW da Saúde e Unidades Externas;
- Atendimentos telefônicos;
- Backup Mensal Webmail;
- Recuperação de backup da Rede Saúde, Idoso, Mulher e Assistência Social;
- Demandas Administrativas;
- Webmail (acessos e-mail e Internet).

10.10.4 Suporte

- Reparos na infraestrutura de rede;
- Manutenção: laboratório de hardware e software;
- Atendimento remoto das solicitações de suporte de serviços para os clientes;
- Atendimento *in loco* das solicitações de suporte;
- Manutenção de impressoras de código de barras;
- Manutenção de impressoras Zebra (Identificação do Cartão SUS);
- Acompanhamento técnico dos equipamentos do sistema de ponto do consórcio CISMEPAR para funcionários com atuação dentro da estrutura física da SMS;
- Serviços Administrativos;
- Orientações e encaminhamentos técnicos ao usuário de informática;
- Acompanhamento de projetos quando solicitado: suporte à construção dos objetos para o Termo de Referência de aquisição de Microcomputadores da Saúde.

Relatório Anual de Gestão 2020

11. EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

11.1 Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Quadro 43. Execução da programação por fonte, subfunção e natureza da despesa

Despesa Total em Saúde por Fonte e Subfunção									
Subfunções	Recursos Ordinários - Fonte Livre	RReceitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	Transferências de Convênios destinadas à Saúde	Operações de Crédito vinculadas à Saúde	Royalties do Petróleo destinados à Saúde	Outros Recursos Destinados à Saúde	TOTAL
Atenção Básica									
Corrente	856.270,00	125.733.859,89	41.365.174,55	0	0	0	0	3.384.478,66	171.339.783,10
Capital	19.029,05	2.659.439,25	6.267.901,24	1.371.330,26	2.209.000,00	0	0	260.321,02	12.787.020,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial									
Corrente	0	132.862.651,70	371.677.014,26	23.535.609,19	0	0	0	18.238.627,85	546.313.903,00
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Suporte Profilático e Terapêutico									
Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Vigilância Sanitária									
Corrente	1.380.039,36	3.867.445,86	29.231,86	0	0	0	0	0	5.276.717,08
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Vigilância Epid.									
Corrente	1.075.116,00	10.876.875,97	3.692.516,56	52.500,00	0	0	0	0	15.697.008,53
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Alimentação e Nutrição									
Corrente	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Outras Subfunções									
Corrente	11.137.780,66	30.676.194,22	11.385.149,42	0	0	0	0	705.003,34	43.904.127,64
Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Total	4.468.235,07	306.676.466,89	434.416.987,89	24.959.439,45	2.209.000,00	0,00	0,00	22.588.430,87	795.318.560,17

11.2 Indicadores financeiros

Quadro 44. Indicadores do ente federado

Indicador		Transmissão Única
1.1	Participação da receita de impostos na receita total do Município	30,39%
1.2	Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Município	44,23%
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Município	43,85%
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Município	93,45%
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Município	40,98%
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Município	46,02%
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Município, por habitante	R\$ 1.370,70
2.2	Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	41,13%
2.3	Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	2,19%
2.4	Participação da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	44,75%
2.5	Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	1,61%
2.6	Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	0,26
3.1	Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Município com saúde	61,92%
3.2	Participação da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC141/2012	26,28 %

Relatório Anual de Gestão 2020

11.3 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Quadro 45. RREO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b / a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	776.519.000,00	776.496.000,00	754.679.973,12	97,19
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	307.242.000,00	307.242.000,00	257.489.436,04	83,81
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	62.800.000,00	62.800.000,00	67.926.327,37	108,16
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	234.433.000,00	234.433.000,00	224.691.804,67	95,84
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	110.795.000,00	110.795.000,00	113.438.521,62	102,39
Imposto Territorial Rural - ITR	0	0	0	0,00
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos dos Impostos	61.249.000,00	61.226.000,00	91.133.883,42	148,85
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	418.205.000,00	418.205.000,00	388.121.282,15	99,27
Cota-Parte FPM	81.050.000,00	81.050.000,00	74.998.162,99	92,53
Cota-Parte ITR	2.690.000,00	2.690.000,00	3.138.861,59	116,69
Cota-Parte IPVA	112.320.000,00	112.320.000,00	114.972.492,21	102,36
Cota-Parte ICMS	217.000.000,00	217.000.000,00	191.871.391,79	88,42
Cota-Parte IPI-Exportação	3.760.000,00	3.760.000,00	3.140.373,57	83,52
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.385.000,00	1.385.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.385.000,00	1.385.000,00	0	0,00
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	1.194.724.000,00	1.194.701.000,00	1.142.801.255,27	95,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d / c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	396.840.000,00	510.817.950,75	471.007.318,85	92,21
Provenientes da União	340.952.000,00	451.177.641,73	424.625.372,33	94,11
Provenientes dos Estados	31.195.000,00	34.947.309,02	26.236.974,59	75,08
Provenientes de Outros Municípios	1.264.000,00	1.264.000,00	1.348.931,12	106,72
Outras Receitas do SUS	23.429.000,00	23.429.000,00	18.796.040,81	80,23
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	0,00

Relatório Anual de Gestão 2020

OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	396.840.000,00	510.817.950,75	471.007.318,85	92,21

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (f)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	690.046.000,00	824.966.602,31	715.365.575,55	68.907.545,03	95,07
Pessoal e Encargos Sociais	312.601.000,00	341.997.085,18	329.931.722,43	353.018,44	96,58
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0,00
Outras Despesas Correntes	377.445.000,00	482.969.517,13	385.433.853,12	68.554.526,59	94,00
DESPESAS DE CAPITAL	14.403.000,00	25.995.395,85	7.896.684,22	4.968.532,98	49,49
Investimentos	14.401.000,00	25.993.395,85	7.896.684,22	4.968.532,98	49,49
Inversões Financeiras	0	0,00	0	0	0,00
Amortização da Dívida	2.000,00	2.000,00	0	0	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	704.449.000,00	850.961.998,16	723.262.259,77	73.876.078,01	93,67

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (h)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	% [(h+i) / IV(f+g)]
Despesas com inativos e pensionistas	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Despesas custeadas com outros recursos	N/A	N/A	6.241.409,13	167.741,14	0,00
Recursos de transferências Sistema Único de Saúde - SUS	N/A	N/A	419.673.723,60	68.647.740,35	0,00
Recursos de operações de crédito	N/A	N/A	0	0	0,00
Outros recursos	N/A	N/A	0,00	0,00	0
Outras ações e serviços não computados	N/A	0	0	0	0
Restos a pagar não processados inscritos indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira ¹	N/A	N/A	N/A	0,00	

Relatório Anual de Gestão 2020

Despesas custeadas com disponibilidade de caixa vinculada aos restos a pagar cancelados ²	N/A	N/A	0	0	0
Despesas custeadas com recursos vinculados à parcela do percentual mínimo que não foi aplicada em ações e serviços de saúde em exercícios anteriores ³	N/A	N/A	0	0	0
Total das despesas com saúde não computadas (v)		-	425.915.132,73	68.815.481,49	0,00
Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))]	704.449.000,00	850.961.998,16	297.347.127,04	300.348.857,11	
Percentual de aplicação em ações e serviços públicos de saúde sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (VII%) = [VI(h+i) / IIIb x 100] - Limite constitucional 15% ⁴					26,28
Valor referente à diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional [VI(h+i)-(15*IIIb)/100]					128.928.668,82

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	1.433.642,78	0	1.300.512,63	133.130,15	0
Inscritos em 2018	866.076,10	0	866.076,10	-	0
Inscritos em 2017	868.991,51	0	868.991,51	-	0
Inscritos em 2016	1.319.527,36	0	1.319.527,36	-	0
Inscritos em 2015	2.811.976,89	0	2.811.976,89	-	0
Inscritos em exercícios anteriores	2.940.178,91	0	2.940.178,91	-	0
TOTAL	10.240.393,55	0	10.107.263,40	133.130,15	0

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019	0	0	0
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0	0	0
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0	0	0
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0	0	0
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em exercícios anteriores	0	0	0
TOTAL (VIII)	0	0	0

Relatório Anual de Gestão 2020

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2018	N/A	N/A	N/A
Diferença de limite não cumprido em 2017	N/A	N/A	N/A
Diferença de limite não cumprido em 2016	N/A	N/A	N/A
Diferença de limite não cumprido em 2015	N/A	N/A	N/A
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	N/A	N/A	N/A

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Liquidadas Até o Bimestre (l)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (m)	% [(l+m) / total (l+m)] x 100
Atenção Básica	166.574.000,00	202.752.593,18	172.720.388,70	11.406.415,22	90,81
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	479.459.000,00	576.913.344,17	485.318.984,78	78.994.918,22	97,82
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	0,00
Vigilância Sanitária	7.380.000,00	6.764.845,71	5.268.422,55	8.294,53	78,00
Vigilância Epidemiológica	15.340.000,00	17.490.633,75	15.356.225,23	340.783,30	89,75
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	0,00
Outras Subfunções	33.018.000,00	45.169.648,17	42.776.210,90	1.127.916,74	97,20
TOTAL	701.771.000,00	849.091.064,98	721.440.232,16	91.878.328,01	95,79

Relatório Anual de Gestão 2020

11.4 Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento e Programa de Trabalho

Quadro 46. Execução orçamentária e financeira de recursos federais transferidos Fundo a Fundo, segundo Bloco de Financiamento e Programa de Trabalho

Bloco de Financiamento	Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS)	Valor Executado R\$
Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (INVESTIMENTO)	10122501821C0 – Enfrentamento da emergência de saúde - nacional (crédito extraordinário)	R\$ 988.995,00	-
	1030250188535 – Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde	R\$ 235.004,00	-
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (CUSTEIO)	10122501821C0 – Enfrentamento da emergência de saúde - nacional (crédito extraordinário)	R\$ 102.008.782,73	83.451.728,59
	103012015219A – Piso da Atenção Básica em Saúde	R\$ 77.521,00	-
	10301501920YI – Implementação de políticas de atenção à Saúde	R\$ 25.397,24	-
	103015019219A – Piso da Atenção Básica em Saúde	R\$ 34.010.526,74	27.309.694,84
	1030150192E79 – Expansão e consolidação da Atenção Básica	R\$ 28.000,00	-
	1030150192E89 – Apoio à manutenção de Unidades de Saúde	R\$ 3.428.088,00	2.126.200,00
	1030220158585 – Atenção à saúde da população para procedimentos no MAC	R\$ 21.274.118,90	21.274.118,90
	1030250182E90 – Apoio à manutenção de Unidades de Saúde	R\$ 17.689.004,00	13.274.623,85
	1030250188585 – Atenção à saúde da população para procedimentos no MAC	R\$ 246.846.893,79	246.846.893,79
	10304502320AB – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para execução de ações de Vigilância Sanitária	R\$ 385.048,35	29.231,86

Relatório Anual de Gestão 2020

10305201520AL – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a Vigilância em Saúde	R\$ 56.750,00	56.750,00
10305502320AL – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a Vigilância em Saúde	R\$ 3.270.425,43	2.872.074,28
10306503320QH – Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	R\$ 50.000,00	-
Programas de Trabalho	Valor Transferido em 2020 (Fonte: FNS) R\$	Valor Executado R\$
10122501821C0 – Enfrentamento da emergência de saúde - nacional (crédito extraordinário)	988.995,00	-
1030250188535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	235.004,00	-
10122501821C0 – Enfrentamento da emergência de Saúde - nacional (crédito extraordinário)	102.008.782,73	83.451.728,59
103012015219A – Piso da Atenção Básica em Saúde	77.521,00	-
10301501920YI – Implementação de políticas de atenção à Saúde	25.397,24	-
103015019219A – Piso da Atenção Básica em Saúde	34.010.526,74	27.309.694,84
1030150192E79 – Expansão e consolidação da Atenção Básica	28.000,00	-
1030150192E89 – Apoio à manutenção de Unidades de Saúde	3.428.088,00	2.126.200,00
1030220158585 – Atenção à saúde da população para procedimentos no MAC	21.274.118,90	21.274.118,90
1030250182E90 – Apoio à manutenção de Unidades de Saúde	17.689.004,00	13.274.623,85
1030250188585 – Atenção à saúde da população para procedimentos no MAC	246.846.893,79	246.846.893,79
10304502320AB – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para execução de ações de Vigilância Sanitária	385.048,35	29.231,86
10305201520AL – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a Vigilância em Saúde	56.750,00	56.750,00

Relatório Anual de Gestão 2020

10305502320AL – Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a Vigilância em Saúde	3.270.425,43	2.872.074,28
10306503320QH – Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	50.000,00	-

11.5 ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No decorrer do Exercício de 2020, a Dotação foi suplementada em 19,97%. Da dotação atualizada na Função 10, R\$849.091.064,98, foi aplicado em Despesa com Pessoal o percentual de 38,81% e 53,35% com as Demais Despesas Correntes; já Despesas de Capital o percentual atingido foi de 1,51%. Permanecem as ressalvas, por parte do Conselho Municipal de Saúde, relativas à baixa participação da União e Estado no financiamento do custeio da Atenção Básica (20,64% e 0,66% respectivamente).

No exercício de 2020, a arrecadação das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais Vinculadas à Saúde atingiu o percentual de 95,68% do previsto. Do total arrecadado, 27,12% correspondem às Transferências Federais, apenas 6,84% são advindas do Estado, e 66,04% corresponde aos Impostos Municipais, sendo as maiores arrecadações IPTU, seguido de ISS.

Em se tratando de Recursos e Transferências SUS, a maior participação é da União, com 93,45%, destes 67,55% dos recursos já vem destinados à Média e Alta Complexidade; 23,31% para o combate ao COVID-19; apenas 7,32% para Atenção Básica e, 0,82% para Vigilância em Saúde. A participação de Estado foi de 5,42%.

Do total de recursos recebidos da União para enfrentamento do COVID-19 que somam R\$104.919.322,51, mais R\$1.659.300,45 oriundos de doações do Poder Judiciário, foram executadas despesas no montante de R\$85.709.470,71, que corresponde a 81,69% dos recursos que ingressaram em conta corrente do Município. Para maior transparência quanto às Receitas e Despesas foi criado na página da Transparência do Município, ícone específico afim de facilitar a consulta, conforme links abaixo:

Receitas COVID-19:

<http://portaltransparencia.londrina.pr.gov.br:8080/transparencia/receitaCovid19/listarReceitas>

Despesas:

<http://portaltransparencia.londrina.pr.gov.br:8080/transparencia/despesaCovid19/listarDespesas>

Da Dotação Atualizada para o Exercício de 2020, sendo a maior aplicação em Demais Despesas Correntes (53,35%), seguida de Pessoal e Encargos Sociais (38,81%). Quanto às Despesas de Capital, foi executado 49,49% da Dotação Atualizada, percentual liquidado se deve a emissão de Empenho Global de obras e conclusão de processos licitatórios para aquisição de equipamentos no final do exercício.

O Município atingiu o índice de 26,28% dos recursos próprios aplicados em Saúde Pública, superando o mínimo de 15% estipulado preconizado na LC141/12, demonstrando o contínuo comprometimento com a prevenção e recuperação da saúde da população.

Relatório Anual de Gestão 2020

12. AUDITORIAS

Segundo o Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SISAUD-SUS), não há informações cadastradas para o período das Auditorias.

13. OUVIDORIA - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO E TRABALHADOR DA SAÚDE/SAUTS

O serviço de Ouvidoria Municipal de Saúde constitui-se num espaço democrático, onde o cidadão pode solicitar informações sobre as ações e serviços de saúde ou registrar sua sugestão, elogio, solicitação, reclamação ou denúncia.

Cabe à Ouvidoria gerenciar o recebimento e registro das demandas, relativas aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, encaminhá-las às Diretorias e Gerências responsáveis, zelando pela efetivação das respostas. Diante da necessidade apresentada pelo cidadão, a Ouvidoria orienta, encaminha, acompanha a demanda e responde ao cidadão sobre as providências adotadas.

A Ouvidoria trabalha na organização das manifestações e dos dados em relatórios gerenciais, contribuindo para a avaliação dos serviços e ações em saúde, disseminando informações de forma a contribuir para apurar as necessidades e satisfação do usuário do SUS.

13.1 Atividades realizadas pela Ouvidoria em 2020

Em março de 2020, a Ouvidoria da SMS de Londrina interrompeu os atendimentos presenciais devido à pandemia pelo COVID-19, passando a atender somente por telefone, e-mail e demandas protocoladas no Sistema SEI no Portal da Prefeitura e Ouvidoria Geral do Município.

Recebidas 1.205 manifestações de usuários e trabalhadores da saúde, conforme ilustra o Quadro 47, todas encaminhadas e com respostas ao cidadão.

Quadro 47. Demandas recebidas pela Ouvidoria. Londrina, 2020.

OUVIDORIA	1º Quadri	2º Quadri	3º Quadri	TOTAL
Denúncias	20	19	5	44
Elogios à atuação do órgão	16	59	48	123
Pedidos de acesso à informação Lei Federal Nº 12.527/11	03	0	37	40
Reclamações e críticas	289	289	258	836
Solicitações de informação que não se enquadram na Lei Nº 12.527/11	81	43	13	137
Sugestões ao órgão	16	09	0	25
Total geral de demandas recebidas	425	419	361	1.205

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

14. PACTUAÇÃO DE INDICADORES E RESULTADOS 2020

Quadro 48. Indicadores 2020: Pactuação e resultados. Londrina, 2020.

Nº IND	INDICADOR	META 2020	RESULTADO 2020	Unidade
1	a) Para cada município e região com menos de 100 mil habitantes: Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas). b) Para município e região com 100 mil habitantes ou mais, estados e Distrito Federal: Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas).	327	271,71	/100.000
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100	86,03	%
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	98	97,95	%
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada.	75	0	%
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DCNI) encerrados em até 60 dias após notificação.	90	95	%
6	Proporção da cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	90	100	%
7	Número de casos autóctones de malária - ESPECÍFICO	N/A	N/A	nº absoluto
8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de 1 ano de idade.	70	36	nº absoluto
9	Número de casos novos aids em menores de 5 anos.	0	0	nº absoluto
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez.	100	70,64	%
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,45	0,24	Razão
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.	0,42	0,21	Razão
13	Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar.	35	35,23	%
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos.	10	8,72	%
15	Taxa de Mortalidade Infantil.	9,9	11,9	/1000
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.	2	7	nº absoluto

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica.	65	63,81	%
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF).	80	68,02	%
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica.	30	27,78	%
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano.	Excluído da pactuação interfederativa (Res. CIT nº 45, 25/07/2019)		
21	Ações de matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica.	100	66,6	%
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.	4	0	nº absoluto
23	Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	95	90,59	%

Fonte: Diretoria de Vigilância em Saúde - 03/03/2020

De 22 indicadores pactuados, 12 foram alcançados, atingindo as metas e 10 deles aquém das mesmas. Os indicadores 6, 10, 16 e 19 ficaram muito próximos da meta pactuada e o 7 não se aplica ao Município.

Algumas das ações que foram realizadas na busca do alcance das metas dos indicadores pactuados não obtiveram o resultado esperado, como as que seguem:

Indicador 4 - Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de 2 anos de idade - Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose).

Em 2019 a cobertura vacinal obteve os seguintes resultados: Pneumocócica 83,56%, Pentavalente 78,46%, Poliomielite 79,81% e 87,27% na Tríplice Viral.

Para alcance da meta deste indicador pelo menos 3 das 4 vacinas deveriam atingir 95% de cobertura cada uma (somando-se os 25% de cada totalizaria os 75% desejados) e, uma vez que nenhuma delas atingiu 95% de cobertura, o resultado para este indicador foi zero.

Indicador 11 – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária.

A Secretaria de Saúde utilizou diversas estratégias como forma de ampliação de acesso às mulheres estimulando a coleta buscando melhorar os números de cobertura, como a realização de uma campanha e a abertura das UBS durante o ano em horários noturnos e aos sábados. No último trimestre de 2019, por meio de uma parceria com curso de graduação do INESUL, em seu projeto de extensão, levou o serviço de coleta dos exames às empresas, para que não fosse necessário o deslocamento das funcionárias, contudo, ainda assim, o resultado anual se manteve próximo dos alcançados em anos anteriores.

A dificuldade dá-se em razão do alto absenteísmo das pacientes de risco. Muitas não comparecem porque estão no mercado de trabalho e o empregador não aceita a Declaração de Comparecimento fornecida pelo profissional enfermeiro. Outras, ainda pelo fator cultural, alegam constrangimento ou medo de fazer a coleta de material para exame.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Outro fator que pode levar à dificuldade em atingir a meta estabelecida é que a população aumenta a cada ano, necessitando ampliação de equipes de atenção básica e agentes comunitários de saúde (ACS) para atender toda a demanda.

A meta proposta de razão de exames coletados era de 0,65 e o resultado foi de 0,43.

Indicador 15: Taxa de mortalidade infantil.

Uma importante ação da Secretaria de Saúde no ano para reduzir a mortalidade na fase neonatal foi a implantação do ambulatório de atendimento ao recém-nascido, na Maternidade Municipal, demanda discutida no Conselho Municipal de Saúde. A busca ativa de gestantes, maior atenção ao pré-natal e puerpério e à fase de aleitamento materno também são medidas que contribuem para a redução desses óbitos.

Neste sentido, também ocorreram reuniões e oficinas periódicas do Grupo de Trabalho para Governança da Rede Municipal Materno-Infantil, com a participação de todas as Diretorias; o refinamento do banco de dados epidemiológicos sobre óbitos fetais, infantis, maternos para orientar medidas de prevenção e limitação de riscos, assim como capacitações profissionais.

Em 2019 ocorreram 76 óbitos de crianças menores de 1 ano de residentes em Londrina (dados parciais e preliminares e sujeito a alterações) e o Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) para 2019 foi de 11,2 óbitos por 1.000 nascidos vivos (dado parcial e sujeito a alteração), acima de 9,5 que foi a meta pactuada.

Em 1990, esse valor era de 22,6 óbitos infantis por 1.000 nascidos vivos. A redução do CMI para o período de 1990 até 2019 foi de aproximadamente 50%, variando entre 22,6 (1990) e 11,2 (2019) óbitos por cada grupo de 1.000 nascidos vivos.

Entretanto, pelos parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS), Londrina apresenta um índice de mortalidade infantil considerado baixo, pois classifica como alta quando ocorrem em média 50 mortes ou mais de criança de até um ano de idade por mil nascidos vivos (CMI); média quando fica entre 20 a 49 óbitos por mil nascidos vivos e, baixa quando o índice fica abaixo de 20 mortes.

Do total de óbitos infantis de residentes em Londrina em 2019 (76 óbitos), 75% foram no período neonatal (CMI Neonatal= 8,3/1000 NV) que compreende do nascimento até o 28º dia de vida. Entre as mortes neste período, a maioria foi no período neonatal precoce (44 casos), que vai do nascimento até 7º dia de vida; 13 casos foram no período neonatal tardio, que vai do 7º dia de vida até o 27º dia. O período pós neonatal, acima de 28 dias até um ano de idade, representou 25% dos óbitos abaixo de 1 ano. Importante salientar que a maioria dos óbitos infantis ainda se concentra no período neonatal, principalmente no período neonatal precoce, onde a melhoria na qualidade da assistência hospitalar é de fundamental importância para a redução dos óbitos nesse período.

Indicador 16: número de óbitos maternos em determinado período e local de residência.

O município de Londrina apresenta um bom sistema de estatísticas vitais, sendo possível analisar a tendência da mortalidade materna. Para esta análise, os coeficientes foram agrupados por triênios, para comparação ao ano de 2019, pois a análise anual poderia levar a interpretações equivocadas em função de variações aleatórias.

Observa-se redução significativa no coeficiente de óbitos maternos comparando-se o triênio inicial (1986-1988), período em que foi criado o Comitê de Investigação de Morte Materno-Infantil em Londrina e o triênio 2016-2018, na ordem de

49,4%, embora tenha ocorrido um pico no triênio 2007-2009. A taxa de mortalidade materna do biênio 2016-2018 foi de 33,2/100.000 NV: 1 óbito em 2016, 3 óbitos em 2017 e 3 óbitos em 2018. Em 2019, ocorreram 3 óbitos maternos.

As análises de todos os casos de óbitos materno-infantis e fetais ocorridos no Município são realizadas pelo Comitê de Mortalidade.

As medidas de intervenção e ações conjuntas previstas no Plano de Enfrentamento e Redução da Mortalidade Materno-Infantil, organizado em 2018, mantiveram-se, buscando promover alinhamento na rede SUS, bem como comprometer também a rede complementar privada e a participação no Comitê Regional de Governança da Rede Mãe Paranaense (Macrorregional Norte), no sentido de reduzir as mortes evitáveis.

Entre as ações realizadas para qualificação da assistência à gestante, puérpera e recém-nascido em todos os pontos de atenção à saúde são: busca ativa de gestantes, identificação e encaminhamento de gestantes de alto risco ao serviço adequado, oficinas de matriciamento em ginecologia e obstetrícia (para equipes ESF), de manejo do aleitamento materno (para ACS), de pediatria (para médicos da Atenção Primária), de planejamento reprodutivo (para médicos e enfermeiros da Atenção Primária), de classificação de risco pediátrico e da gestante (para equipes das UPA, PA e PAI) e de emergências obstétricas, partos de emergência, recepção do recém-nascido, para socorristas SAMU, enfermeiros e técnicos de enfermagem das UPA, PA e PAI.

Indicador 22: número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue.

No ano de 2019 foram realizadas 671.531 visitas a imóveis por agentes de endemias, porém o índice de pendência ainda permanece alto: aproximadamente 27% dos imóveis visitados, não atingindo a meta pactuada em nenhum dos ciclos, de modo que o resultado do indicador ficou zero.

Apesar de todo esse trabalho em 2019, principalmente no primeiro semestre, houve um aumento considerável do número de casos suspeitos e confirmados de Dengue. Por esta razão, o Município realizou a aplicação de UBV em todo o território urbano e urbano/rural para controle de epidemia.

Vários trabalhos educativos e reuniões com a comunidade e foram feitas no período, bem como várias atividades educativas.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

15. PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2020

Do acometimento da população pela disseminação do novo Coronavírus em escala pandêmica emergiram novas e crescentes demandas para o serviço de Saúde e a necessidade de lidar com as mesmas de forma urgente. Ainda que todos os serviços tenham se dedicado com todo empenho na prevenção e enfrentamento da pandemia, algumas limitações impostas por orientações sanitárias, pela redução de servidores de saúde em função do afastamento de servidores e/ou familiares acometidos pelo novo Coronavírus, resistência da população em sair do domicílio para buscar atendimento de saúde, assim como de receber ACS e ACE nas casas, representaram obstáculos para que algumas metas pactuadas fossem alcançadas no atípico ano de 2020.

De acordo com a avaliação da Programação Anual em Saúde (PAS) 2020, observa-se que, das 162 metas, 80 foram realizadas (49,4%), 54 (33,3%) parcialmente realizadas e 28 (17,3%) não realizadas. Considerando a análise das ações sobre as metas pactuadas, foi possível realizar totalmente 49,4% das ações, 33,3% foram realizadas parcialmente e 17,3% não foram possíveis de se realizar.

15.1 AVALIAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2020

Avaliação da Programação Anual de Saúde 2020								
DIRETRIZ Nº 1 - Aprimorar o acesso à atenção integral à saúde fortalecendo as redes assistenciais								
OBJETIVO Nº 1.1 - Promover a atenção integral à saúde da mulher								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

1.1.1	Ampliar para 0,53 a razão de exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos de idade	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária.	0,48	2016	Razão	0,42	0,53	0,21
Ação Nº 1 - Ofertar os exames de mamografia, conforme protocolo, garantindo o acesso na consulta de rotina e ampliando por meio de campanhas em horários diferenciados.								
Re alizada. Em virtude da pandemia do novo Coronavírus, foi necessário cancelar as campanhas de coleta de exames citopatológicos e de mamografia, programadas para o mês de março, além de suspender temporariamente a agenda de procedimentos eletivos. Para os casos de urgência clínica ou queixas por parte das mulheres, todas receberam atendimento pelas equipes de Atenção Básica. Porém, no segundo semestre, houve a reabertura das agendas eletivas, permitindo o acesso à mulher, garantido o atendimento seguro com distanciamento físico.								
Ação Nº 2 - Estimular a prática do autoexame de mama através de orientação nas unidades de saúde e grupos.								
Realizada.								
Ação Nº 3 - Realizar campanhas de conscientização em parceria com sociedade civil organizada e instituições de ensino.								
Realizada. As instituições de ensino estiveram atuando na campanha de conscientização nas Unidades Básicas de Saúde, após a abertura da agenda eletiva.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.1.2	Ampliar para 0,56 a razão de exames citopatológicos coletados nas mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,52	2016	Razão	0,45	0,56	0,24
Ação Nº 1 - Ofertar os exames de prevenção do câncer de colo de útero, garantindo o acesso na consulta de rotina e ampliando por meio de campanhas em horários diferenciados.								
Realizada. Em virtude da pandemia do novo Coronavírus, foi necessário cancelar as campanhas de coleta de exames citopatológicos e de mamografia, programadas para o mês de março, além de suspender temporariamente a agenda de procedimentos eletivos. Para os casos de urgência clínica ou queixas por parte das mulheres, todas receberam atendimento pelas equipes de Atenção Básica. Porém, no segundo semestre, houve a reabertura das agendas eletivas, permitindo o acesso à mulher, garantido o atendimento seguro com distanciamento físico.								
Ação Nº 2 - Realizar campanhas de conscientização em parcerias com sociedade civil organizada e instituições de ensino.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Realizada. As instituições de ensino estiveram atuando na campanha de conscientização nas Unidades Básicas de Saúde, após a reabertura da agenda eletiva.

OBJETIVO Nº 1.2 - Incrementar as equipes de atenção básica

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.2.1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes da Estratégia Saúde da Família até 2021	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	62,99	2017	Percentual	10	65	63,81

Ação Nº 1 - Viabilizar a contratação de profissionais para a Atenção Básica, vinculados à incorporação de novos recursos tripartite.

Parcialmente realizada. Com o advento da pandemia por Covid-19, que mudou o panorama de atendimento, só foi possível realizar contratações emergenciais, por meio de contrato com prazo determinado, para manutenção dos serviços da Atenção Primária e reforçar o enfrentamento da pandemia; entretanto, ficou prejudicada a ampliação do quadro de servidores estatutários. Enquanto não houver a regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, não poderá haver novos concursos públicos.

Ação Nº 2 - Solicitar credenciamento de 10 Equipes de Atenção Básica, 1 Equipe de NASF para região rural e de 4 Equipes de Estratégia de Saúde da Família.

Realizada. Por meio da nova legislação da Atenção Básica as equipes de NASF foram incorporados às equipes da Atenção Básica, não sendo mais autorizado o credenciamento de equipes NASF. Quanto às equipes de Atenção Básica e Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), só é necessário fazer solicitação quando o Município necessita de mais equipes do que o nº de equipes atribuído. O Município tem o limite de credenciamento de 16 equipes de Atenção Básica e 85 ESF, só sendo necessárias novas solicitações a partir dessas.

Ação Nº 3 - Ampliar o Projeto de hortas priorizando as plantas funcionais, fitoterápicos e temperos nas UBS para incentivo à alimentação saudável.

Não realizada, pois, em razão da pandemia, não foi possível ampliar as hortas.

Ação Nº 4 - Ampliar o Projeto In Forma, de reeducação alimentar, atividade física nas UBS.

Não realizada, pois o projeto In Forma, assim como outras atividades coletivas, precisaram ser suspensos em 2020. Entretanto, foi criado um canal no Youtube, "Exercício e Saúde", para incentivo de atividade física pelos profissionais de Educação Física.

Ação Nº 5 - Capacitar a equipe médica quanto aos protocolos vigentes de todos os ciclos de vida.

Realizada parcialmente. Com o surgimento do Coronavírus, foi necessário redefinir os temas das capacitações, preparando os profissionais para atendimento de pacientes acometidos pela Covid-19 em todos os ciclos de vida. No entanto, foi possível realizar capacitações em arboviroses, saúde da mulher, atendimento a sintomáticos respiratórios de forma virtual/on-line.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

OBJETIVO Nº 1.3 - Garantir adequada cobertura das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.3.1	Manter cobertura mínima de 80% Manter cobertura mínima de 80% de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	78,48	2016	Percentual	80	80	68,02
Ação Nº 1 - Realizar busca ativa das famílias em condicionalidades do bolsa família.								
Realizada; foram priorizadas crianças e gestantes em virtude da pandemia por Coronavírus.								
Ação Nº 2 - Garantir o planejamento intersetorial (saúde, educação e assistência social) para a utilização do recurso.								
Realizada.								
OBJETIVO Nº 1.4 - Incrementar as equipes de saúde bucal								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.4.1	Aumentar a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal até 2021 de forma a atingir 50%	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	30	2016	Percentual	30	50	27,78
Ação Nº 1 - Viabilizar a contratação de profissionais para a Atenção Básica, vinculados a incorporação de novos recursos tripartite.								
Parcialmente Realizado. Com o advento da pandemia de Covid-19, que mudou a forma de atendimento, só foi possível realizar contratações emergenciais, por meio de contratos com prazo determinado, para manutenção dos serviços da Atenção Primária e reforçar ao enfrentamento da pandemia; entretanto, a ampliação do quadro de servidores estatutários ficou prejudicada. Enquanto não houver a regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, não poderá haver novos concursos públicos.								
Ação Nº 2 - Organizar cronograma de visitas disponibilizando o consultório móvel às populações com dificuldade de acesso.								
Não realizada. Em virtude da pandemia os atendimentos da odontologia foram restritos às urgências, não sendo possível a realização de cronograma para visitas domiciliares								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 3 - Buscar financiamento tripartite para ampliação e reestruturação do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).								
Parcialmente Realizada. O Município foi contemplado com recursos do Ministério da Saúde, Portarias nº 3008 de 5 de novembro para reforçar as medidas de biossegurança no ambiente do atendimento, além de tornarem possíveis outras adaptações, reparos e aquisições de materiais de consumo; Portaria nº 3017 de 4 de novembro e Portaria nº 3.389, de 10 de dezembro de 2020 para aquisição de equipamentos e bens permanentes que contribuam para dar mais segurança e qualidade aos atendimentos odontológicos.								
OBJETIVO Nº 1.5 - Aprimorar a articulação das práticas em saúde mental e de atenção básica.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.5.1	Realizar matriciamento em 100% das Unidades Básica de Saúde	Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	-	-	Percentual	100	100	66,6
Ação Nº 1 - Elaborar o Plano Municipal de Saúde Mental e efetivar gradativamente as ações priorizadas.								
Realizada Parcialmente. Elaborado um Diagnóstico/levantamento de custos para reestruturação dos serviços (obras, reposição de pessoal, contratação de serviços) para subsidiar avaliação de impacto financeiro e consequente viabilidade de implantação. Foi elaborado Protocolo de Saúde Mental para a Atenção Básica, as capacitações serão programadas para 2021.								
Ação Nº 2 - Fortalecer os programas e ações para prevenção e combate à drogadição e tabagismo nas UBS, por meio de capacitação e trabalho em rede.								
Realizada parcialmente. As ações de prevenção e combate permaneceram nos atendimentos individuais, porém, em virtude da pandemia, as atividades coletivas foram suspensas.								
Ação Nº 3 - Realizar estudo para identificar as necessidades de consultas ambulatoriais para atendimento à saúde Mental.								
Realizado. Elaborado estudo para contratação de serviços de consultas ambulatoriais de psicologia e psiquiatria (parte do Diagnóstico do serviço de saúde mental)								
Ação Nº 4 - Finalizar Protocolo Municipal de Saúde Mental para a Atenção Básica e capacitar as equipes das UBS para utilização do mesmo.								
Não realizada. O Protocolo de Saúde Mental não foi finalizado, nem realizadas capacitações devido à pandemia por COVID-19.								
OBJETIVO Nº 1.6 - Qualificar a estrutura física dos serviços de saúde próprios.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

1.6.1	Construir, ampliar, reformar, adequar e recuperar no mínimo 17 serviços próprios nos quatro anos.	Número de serviços de saúde próprios construídos, ampliados, reformados, adequados e recuperados.	-	2016	Número	17	17	12
Ação Nº 1 - Manter as adequações da estrutura física para garantir a acessibilidade, bem como melhoria da ambiência nos serviços de saúde públicos/municipais.								
Realizada. Foram entregues 12 obras de reforma/ampliação/construção contemplando adequação de estrutura física e ambiência, promovendo acessibilidade.								
Ação Nº 2 - Finalizar 17 obras dos serviços próprios de saúde municipal (reforma; reforma e ampliação e construção).								
Realizada parcialmente. Foram concluídas 9 reformas de UBS (Campos Verdes, Santiago, Eldorado, Regina, Jamile Dequech, Maravilha, Ideal, Marabá e Cabo Frio), reformas do PAI e CENTROLAB e construção da UBS Santa Rita. Entretanto, por descumprimento contratual da empresa, 4 obras reformas tiveram o contrato rescindido (Vivi Xavier, Vila Brasil, Lerroville e Fraternidade) e a reforma do PA Leonor teve aditivo de prazo, devendo ser entregue em 2021.								
Ação Nº 3 - Garantir a participação dos trabalhadores de saúde e usuários das unidades públicas e prestadores de serviços do SUS/setor envolvido na elaboração de projetos de reforma e construção.								
Não realizada. No ano de 2020 não foram elaborados projetos, diversas obras foram executadas e licitadas, mas não houve contratação/elaboração de projetos.								
OBJETIVO Nº 1.7 - Realizar o processo de territorialização, análise do perfil epidemiológico, sócio econômico e demográfico local e regional, e a partir das necessidades identificadas, implantar novos serviços vinculados a captação de recursos tripartite.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.7.1	Realizar a territorialização e identificar pontos de atenção nas seis regiões do município	Número de regiões do município com processo de territorialização concluído	-	2016	Número	2	6	0
Ação Nº 1 - Realizar análise espacial, com enfoque em estudos sócio demográficos e epidemiológicos, visando a redução de vazios assistenciais e aumento da equidade do acesso à saúde pública.								
Realizada. Através de reuniões realizadas ordinariamente, durante o ano de 2020, através de encontros excepcionalmente on-line (em razão da pandemia de Coronavírus), esta AMS apresentou estudos sócio demográficos e epidemiológicos, de territorialização e disponibilidade da rede de assistência em Saúde, propondo reserva de terrenos em novos empreendimentos, para o suprimento das necessidades de atendimento às novas demandas em Saúde.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 2 - Realizar estudo para identificar as áreas de maior vulnerabilidade segundo critérios de acesso, perfil epidemiológico e estrutura física das Unidades Básicas e/ou Pronto Atendimento, para viabilidade de ampliação de horário de uma unidade/serviço de referência por região, projetando captação de recursos tripartites para viabilização .

Realizada parcialmente. As áreas são conhecidas, porém não foi feita a projeção de recurso necessário para ampliação de horário, devido às demandas extraordinárias e de maior urgência pela pandemia. Devido à pandemia pelo Coronavírus, a Atenção Básica trabalhou com unidades de referência para atendimento aos sintomáticos respiratórios, UBS Guanabara (centro), Bandeirantes (região oeste), Ouro Branco (sul), Chefe Newton e Maria Cecília (norte), e Vila Ricardo (leste). A urgência/emergência trabalhou com a UPA Sabará e o PAI como unidades referência para sintomáticos respiratórios, concentrando os demais atendimentos na UPA Centro Oeste e UBS Jardim do Sol, no caso do atendimento de pediatria

Ação Nº 3 - Atualizar e ampliar o número de cadastro populacional, garantindo o financiamento da Atenção Básica.

Realizada. Houve um empenho específico no ano de 2020 para aumentar o cadastro das famílias e pessoas na base de dados do Ministério da Saúde, inclusive com aquisição de *tablets* para os Agentes Comunitários de Saúde, para facilitar e agilizar o processo de cadastramento.

OBJETIVO Nº 1.8 - Melhorar a infraestrutura de informática, de equipamentos, de veículos e de mobiliário.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.8.1	Suprir os serviços próprios novos e ampliados de equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário em geral.	Número de serviços próprios novos e ampliados com equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática adquiridos.	-	2016	Número	4	5	3

Ação Nº 1 - Aquisição de equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática para os serviços novos ou ampliados.

Realizada. Houve melhoria de ambiência, aquisição de veículos para as unidades saúde da família e aquisição de diversos equipamentos, móveis e utensílios em geral.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.8.2	Suprir equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática com	Número de serviços próprios com equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática adquiridos	-	2016	Percentual	27	40	12

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

	substituição de aproximadamente 10% ao ano							
Ação Nº 1 - Aquisição de equipamentos, veículos, instrumentais, mobiliário e equipamento de informática para os serviços contemplados com obra.								
Realizada. Realizada a melhoria de ambiência, aquisição de veículos para as unidades saúde da família e aquisição de diversos equipamentos, móveis e utensílios em geral.								
Ação Nº 2 - Realizar processo de compra de desfibrilador portátil para as Unidades de Saúde da Zona Rural.								
Não realizada. Foi priorizada para a zona rural a compra de carrinhos de emergência equipados com oxigênio e materiais para intubação.								
OBJETIVO Nº 1.9 - Qualificar as redes de atenção em saúde								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.9.1	Fortalecer a rede de atenção à saúde (RAS)	Contratualização/Ampliação de serviços de saúde	-	2016	Número	1	1	100%
Ação Nº 1 - Viabilizar recursos financeiros, de forma tripartite, afim de garantir investimentos adequados às áreas prioritárias como Urgência e Emergência, Materno-infantil, Saúde Mental, das Pessoas com Deficiência e das condições crônicas.								
Realizada parcialmente. A Autarquia Municipal de Saúde tem reivindicado a revisão do Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade junto ao Ministério da Saúde e, até o momento, aguarda-se resposta. Mensalmente é encaminhado ofício diretamente ao Ministério da Saúde, informando sobre o déficit do Município.								
Ação Nº 2 - Implantar o Protocolo de Classificação de Risco nos serviços de urgência e emergência no Município e capacitar os profissionais de saúde.								
Parcialmente realizada. Atualizado o Protocolo, porém devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19, a capacitação ocorreu de forma parcial e há programação para conclusão no primeiro trimestre de 2021.								
Ação Nº 3 - Reorganizar o atendimento de urgência pediátrico, através da melhoria da estrutura, rediscussão do processo de trabalho e qualificação dos profissionais.								
Realizada. Em 2020 foi concluída a reforma do Pronto Atendimento Infantil que recebeu novos equipamentos e mobiliário. Quanto ao atendimento, devido à pandemia pelo Coronavírus, a UPA Sabará e o PAI ficaram como unidades referência para atendimento aos sintomáticos respiratórios, concentrando os demais atendimentos na UPA Centro Oeste e UBS Jardim do Sol, no caso do atendimento de pediatria.								
Ação Nº 4 - Fortalecer o serviço do SAMU, reavaliando a atual logística para os distritos rurais de maior distância.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Realizada.
Ação Nº 5 - Elaborar novo formato de contrato com os municípios da 17ª Regional de Saúde, afim de viabilizar o cumprimento do repasse financeiro per capta pactuado referente ao serviço do SAMU Regional.
Realizada.
Ação Nº 6 - Notificar judicialmente os municípios inadimplentes no pagamento do serviço do SAMU Regional.
Realizado Parcialmente - Realizado notificação administrativa, e encaminhado a Procuradoria Geral do Município para cobrança judicial.
Ação Nº 7 - Implantar um centro de referência para atendimento à mulher e à criança.
Não realizada. Embora tenha sido realizada intensa busca por imóvel adequado ao atendimento, não foi identificado e foi necessário interromper a busca dada a reorganização dos serviços e os esforços necessários ao enfrentamento da pandemia.
Ação Nº 8 - Elaborar o Plano de Saúde Mental, avaliando a necessidade de retomada da modalidade de serviço em regime de hospital dia.
Realizada Parcialmente. Elaborado um Diagnóstico/levantamento de custos para reestruturação dos serviços (obras, reposição de pessoal, contratação de serviços) para subsidiar avaliação de impacto financeiro e consequente viabilidade de implantação de diferentes modalidades de atendimento, inclusive hospital dia. Foi elaborado Protocolo de Saúde Mental para a Atenção Básica, as capacitações serão programadas para 2021.
Ação Nº 9 - Implantar novos serviços de saúde mental vinculados a captação de recursos tripartite, conforme Política Nacional de Saúde Mental.
Parcialmente realizada. Estão sendo implantadas 02 Residências Terapêuticas no Município, Tipo I (destinadas a pessoas com transtorno mental em processo de desinstitucionalização) e Tipo II (destinadas àquelas pessoas com transtorno mental e acentuado nível de dependência, especialmente em função do seu comprometimento físico, que necessitam de cuidados permanentes específicos).
Ação Nº 10 - Implantar ambulatório de Psicologia e Psiquiatria vinculado à captação de recursos financeiros tripartite.
Realizada parcialmente. Houve ampliação com o Chamamento para Contratação de serviços ambulatoriais de psicologia, com recursos próprios municipais, para atendimento/tratamento de dependência química de substâncias psicoativas.
Ação Nº 11 - Assegurar equipe multiprofissional, conforme as normativas vigentes, nas contratualizações entre Município e Comunidades Terapêuticas.
Realizada. Houve novo Chamamento, por meio do qual foram contratadas 20 vagas para adultos e 10 vagas para adolescentes em Comunidade Terapêutica, todas de acordo com legislação vigente
Ação Nº 12 - Manter a fiscalização das Comunidades Terapêuticas contratualizadas pelo Município.
Realizada. A fiscalização é realizada periódica e ordinariamente por servidores nomeados como fiscais de contratos.
Ação Nº 13 - Ampliar o número de profissionais do CENTROLAB, conforme disponibilidade orçamentária, para viabilizar o retorno do Atendimento 24 horas.
Realizada. Com o advento da pandemia de Covid-19, que mudou de forma atípica o panorama de atendimento, só foi possível realizar contratações emergenciais por meio de contratos com prazo determinado, porém a contratações atenderam à necessidade do Atendimento 24 horas do CENTROLAB.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 14 - Ampliar os recursos humanos e a estrutura (veículos, medicações, materiais e equipamentos) do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) / Programa Melhor em Casa, buscando atender a zona rural de Londrina, com financiamento adequado tripartite.

Parcialmente realizada. Iniciaram novos contratos de locação de equipamentos e aumento no quantitativo, tanto de equipamentos, quanto de materiais médico hospitalares, mantido o abastecimento para pacientes em atendimento e não houve recusa de atendimento às novas demandas. Em relação aos recursos humanos, com o advento da pandemia só foi possível realizar contratações emergenciais por meio de contrato com prazo determinado para reforçar o enfrentamento da pandemia, ficando prejudicada a ampliação do quadro de servidores estatutários. Enquanto não houver a regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, não poderá haver novos concursos públicos.

Ação Nº 15 - Qualificar 10 equipes da Atenção Básica integradas com as equipes do Serviço de Atenção Domiciliar em ações de cuidados paliativos.

Realizada parcialmente. As equipes iniciaram o processo de qualificação, porém, em virtude da pandemia o mesmo foi adiado para primeiro trimestre de 2021.

Ação Nº 16 - Fomentar uma política intersetorial de IST/ HIV/ HEPATITE para funcionamento do Centro Integrado de Doenças Infecciosas (CIDI), incluindo a utilização de novos medicamentos e revisão da parceria entre o Estado e Município, para melhoria de custeio, investimento e recursos humanos.

Não realizado. Devido a pandemia de COVID-19 não foi possível promover articulação com os demais órgãos.

Ação Nº 17 - Fomentar discussões entre secretarias municipais afins, sobre pacientes sem suporte social ou vínculo familiar e que necessitam de cuidados especiais sem necessidade de internação hospitalar, para elaboração de uma política pública intersetorial, estabelecendo-se fluxo de encaminhamento em rede.

Parcialmente realizada. Foram realizadas algumas reuniões entre equipes do SAD e equipes hospitalares para discussão de casos individuais que necessitam de cuidados especiais, mas as discussões precisaram ser suspensas por causa da pandemia de COVID-19.

Ação Nº 18 - Qualificar o atendimento à população LGBTI+ e a população negra.

Realizada. Em 2020 foram emitidos documentos orientativos referentes ao atendimento à população específica, assim como a atualização dos cadastros e inclusão do nome social. Foi ofertado curso de acolhimento e humanização para os Técnicos de Gestão Pública e equipes de enfermagem dos serviços de urgência, porém não contemplou a totalidade de servidores.

Ação Nº 19 - Captar recursos financeiros tripartite para implantar ambulatório de especialidades multiprofissional para pessoas na condição LGBTI+.

Realizada parcialmente. Iniciada a organização do grupo técnico para elaboração da política por meio de portaria.

Ação Nº 20 - Promover ações a fim de inibir a discriminação e as desigualdades étnico-raciais nos serviços de saúde municipais.

Parcialmente realizada. Ofertado curso de acolhimento e humanização para os Técnicos de Gestão Pública e equipes de enfermagem dos serviços de urgência, porém não contemplou a totalidade de servidores. A execução das ações programadas foi comprometida em virtude da pandemia.

Ação Nº 21 - Estabelecer um fluxo de atendimento aos homens (adolescentes e adultos) vítimas de violência sexual.

Realizada parcialmente. As reuniões sobre os fluxos de atendimento às violências foram comprometidas o ano de 2020 em razão da pandemia.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 22 - Manter as atividades de alongamento nas UBS, pelo menos uma vez por semana.								
Realizada parcialmente. As ações coletivas foram suspensas em todas as UBS. Foi criado um canal no <i>YouTube</i> , "Exercício e Saúde", para incentivo de atividade física pelos profissionais de Educação Física.								
Ação Nº 23 - Implantar no mínimo um Centro Especializado em Reabilitação (CER), sendo um de Nível IV (conforme Portaria GM/MS Nº 793, de 24 de abril de 2012), vinculado à captação de recursos federais de investimento e custeio.								
Realizada ação por parte do Município, que foi a doação do terreno ao CISMEPAR. Projeto apresentado na Câmara de Vereadores. CISMEPAR captou o recurso, mas o serviço ainda não foi implantado.								
Realizada parcialmente, pois ainda não está em funcionamento.								
Ação Nº 24 - Aprimorar o processo da regulação buscando agilidade no fornecimento à prótese e órtese.								
Realizada. Todo o processo de trabalho foi revisto junto ao prestador. Antes, o tempo médio do início do processo até a entrega da prótese/órtese era de 6 meses, após a revisão do processo de trabalho, o tempo médio foi reduzido para 2 meses.								
Ação Nº 25 - Realizar levantamento de demanda para transporte de pessoas com deficiências para atendimento de necessidades eletivas de saúde, avaliando a melhor alternativa quanto à aquisição de veículo e contratação de pessoal ou de serviço.								
Realizado parcialmente. Adquiridos veículos e ampliado o número de pacientes atendidos, no entanto, não foi realizado comparativo quanto a possibilidade de terceirização do serviço ofertado								
Ação Nº 26 - Elaborar protocolo para padronização no serviço municipal do fluxo de coleta e transporte de sangue e leite humanos.								
Parcialmente. Em 2020 foi atualizado o Procedimento Operacional Padrão (POP) de coleta e transporte de sangue.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.9.2	Atender até o ano 2021, a ampliação mínima da necessidade atual de recursos humanos	Proporção de ampliação do quadro de pessoal dos pontos de atenção (serviços próprios) das redes	-	2016	Número	250	681	451
Ação Nº 1 - Manter estudos de dimensionamento de pessoal da Autarquia Municipal de Saúde, visando equalizar e manter o quadro ideal de servidores, promovendo qualificação dos serviços.								
Realizada parcialmente. Com o advento da pandemia de Covid-19, só foi possível realizar contratações emergenciais por meio de contrato com prazo determinado para reforçar o enfrentamento da pandemia, ficando prejudicada a ampliação do quadro de servidores estatutários. Enquanto não houver a regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, não poderá haver novos concursos públicos.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 2 - Ampliar número de profissionais, conforme disponibilidade orçamentária, priorizando no ano de 2020 as equipes de Atenção Básica e controle de endemias.

Realizada parcialmente. Com o advento da pandemia de Covid-19, só foi possível realizar contratações emergenciais por meio de contrato com prazo determinado para reforçar o enfrentamento da pandemia, ficando prejudicada a ampliação do quadro de servidores estatutários. Enquanto não houver a regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do Município nº 3956, não poderá haver novos concursos públicos.

Ação Nº 3 - Solicitar realização de concurso público para contratação de profissionais da saúde com cargos existentes, ampliando número de profissionais, conforme disponibilidade orçamentária.

Realizada. Foi solicitada a abertura de novos concursos públicos, entretanto a Secretaria Municipal de Recursos Humanos informou sobre apontamentos da Procuradoria Geral do Município quanto à existência de impedimentos para realização de concursos públicos, conquanto padecer de regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal Nº 12.979/2019, publicada no Jornal Oficial do município nº 3956.

Ação Nº 4 - Realizar contratação de horas de profissionais médicos.

Realizada. Na Atenção Básica foram contratadas 6.248 horas/mês de clínico geral, 2.464 horas/mês de Ginecologia e 2.376 horas/mês de Pediatria. Na Urgência e Emergência, em média, 5.748 horas/mês para os plantões das UPA e Pronto Atendimentos (Contrato CISMEPAR), representando média mensal de 958 plantões de 6h.

Ação Nº 5 - Solicitar para Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) a garantia de transporte coletivo gratuito para o Agente Comunitário de Saúde, no exercício da função.

Realizada. Encaminhado ofício à CMTU solicitando a alteração do parágrafo 13 do Art. 36º da Lei Municipal Nº 12.641/2017, para a inclusão do cargo de Agente Comunitário de Saúde no benefício de isenção integral do pagamento da tarifa do Sistema de Transporte Público Coletivo.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.9.3	Manter a taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas) menor ou igual a 327/100mil	Mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das 4 principais DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	-	2016	Número	100	327	271,71

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 1 - Implantar a Telemedicina nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) de cardiologia para laudo de eletrocardiograma em parceria com Ministério da Saúde.								
Realizada.								
Ação Nº 2 - Realizar diagnóstico quanto às necessidades de saúde do homem para subsidiar política específica.								
Não realizada. Esta ação, como outras, ficou comprometida em razão da pandemia.								
Ação Nº 3 - Reorganizar o processo de trabalho dos profissionais fisioterapeutas da Secretaria Municipal de Saúde, a fim de ampliar a oferta do serviço de fisioterapia com compra de equipamentos básicas.								
Realizada. Foram adquiridos equipamentos de fisioterapia e organizada a Central de Atendimento Fisioterápico de referência para a Atenção Primária, no prédio da Policlínica, mas em virtude da pandemia teve a abertura adiada.								
OBJETIVO Nº 1.10 - Ampliar a oferta da atenção especializada.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
1.10.1	Ampliar em pelo menos 5% o número de consultas (de no mínimo uma especialidade), exames e de cirurgias	Percentual de ampliação de consultas de especialidades, exames e cirurgias	-	-	Percentual	5	5	0
Ação Nº 1 - Reivindicar a revisão do financiamento para saúde de Londrina nas três esferas de governo (Teto MAC).								
Realizada. Informado mensalmente o Ministério da Saúde sobre o déficit municipal do Teto Mac								
Ação Nº 2 - Aprimorar a gestão da fila para consultas e retornos pela gestão municipal e melhorar o acompanhamento dos casos de absenteísmo, com sensibilização de usuários faltosos.								
Realizada parcialmente. O Projeto Transparência das Filas da SMS de Londrina visa a redução das filas para especialidades e revisão do protocolo de regulação, trabalhando em conjunto com Atenção Primária, CISMEDPAR, 17ª RS e demais ambulatorios especializados. Pretende-se um protocolo único, qualificação da Atenção Primária para maior resolutividade e revisão de todos os ambulatorios de especialidade de nossa rede para otimização dos atendimentos. A soma dessas medidas promoverá impacto importante e favorável tanto nas filas de espera por especialidades, como na redução do absenteísmo.								
Ação Nº 3 - Buscar recursos financeiros tripartite para ampliação de consultas em ambulatório geriátrico.								
Realizada. No ano de 2020 o Estado fez investimentos no modelo de ambulatório para condições crônicas (MACC), sendo que a saúde da idoso foi uma das linhas de cuidado trabalhadas e mais um investimento para qualificação daquele ambulatório por meio do QUALICIS (novembro).								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 4 - Ampliar a oferta de exames especializados, atendimentos clínicos, médicos, multiprofissionais e cirurgias, conforme recomposição do teto financeiro.

Não realizada. Devido à pandemia por COVID-19 e decorrentes restrições para restringir sua evolução, a ampliação não foi possível.

Ação Nº 5 - Buscar ampliação de recursos tripartite para custear exames complementares, principalmente de imagem.

Não realizada. Todo o foco do investimento dos governos federal e estadual foi voltado ao enfrentamento da pandemia por COVID-19. Houve a manutenção do Teto MAC com a suspensão das metas, segundo Leis Federais Nº 13.992 e 14.061 que possibilitaram a manutenção dos ambulatórios e exames prioritários.

Ação Nº 6 - Encaminhar para a Comissão de Farmácia Terapêuticas realizar estudo de necessidade para incorporação de laserterapia e ozonioterapia (indicação, custo) para ser remetido para análise da SESA e MS para incorporação de novos recursos para viabilizar as terapias.

Não realizado. As terapias fazem parte da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC, o município oferta outras terapias integrativas e complementares como terapia comunitária integrativa, auriculoterapia, acupuntura, *Shantala* e meditação, devido às restrições impostas pela COVID-19 não foi possível a ampliação da oferta.

DIRETRIZ Nº 2 - Reduzir riscos e agravos à saúde com implementação das ações de vigilância à saúde.

OBJETIVO Nº 2.1 - Promover atenção integral à saúde da mulher

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.1	Manter a investigação de 100% dos óbitos em mulheres em idade fértil (10 a 49 anos)	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	100	2016	Percentual	100	100	86,03

Ação Nº 1 - Fortalecer as ações para investigação do óbito e das morbidades.

Realizada. Foram elaborados Procedimento Operacional Padrão (POP) e capacitações online voltadas às ações relativas à pandemia de COVID-19

Ação Nº 2 - Manter Oficinas de capacitação e matriciamento em saúde da mulher.

Realizada. As oficinas foram realizadas em formato on-line

Ação Nº 3 - Promover ações educativas para orientação e conscientização das gestantes incentivando ao parto normal.

Realizada parcialmente. As ações de conscientização de gestantes foram realizadas nas consultas pré-natal, pois, com o advento da pandemia, as ações coletivas foram suspensas.

Nº	Descrição da Meta	Indicador (Linha-Base)			Resultado
----	-------------------	------------------------	--	--	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

		Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Valor	Ano	Unidade de Medida	Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	
2.1.2	Manter o percentual de parto normal no SUS e na saúde suplementar maior ou igual a 35%	Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	35,6	2016	Percentual	35	35	35,23
Ação Nº 1 - Instituir Comitê Municipal de Humanização do pré-natal, parto e puerpério.								
Não realizada. Devido a pandemia pelo novo Coronavírus, não foi possível dar início ao projeto, dada as restrições para as atividades coletivas, reuniões, capacitações.								
Ação Nº 2 - Desenvolver ações intersetoriais para reduzir o número de cesáreas realizadas no SUS e na Saúde suplementar.								
Não realizada. A realização de reuniões ficou comprometida em razão da pandemia.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.3	Reduzir o número de óbitos maternos	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	2	2016	Número	2	0	7
Ação Nº 1 - Monitorar as atividades propostas no Plano de Enfrentamento e Controle da Mortalidade Materno infantil.								
Realizada. As Unidades Básicas realizaram as ações voltadas à criança, mesmo frente à pandemia. O PAI encaminha o relatório de atendimento das crianças menores de 1 ano para a Atenção Primária e os agravos de notificação compulsória são direcionados para Vigilância em Saúde. Foi pactuado o fluxo para prevenção e encaminhamento relativo as violências da criança e adolescente.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.1.4	Elaborar no mínimo 01 protocolo interinstitucional para o enfrentamento da violência.	Número de protocolos interinstitucionais criados para o enfrentamento à violência no município de Londrina.	-	2016	Número	1	1	0
Ação Nº 1 - Implementar e institucionalizar as ações de enfrentamento à violência no município de Londrina por meio da implantação do protocolo interinstitucional.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Realizada. Embora a pandemia tenha inviabilizado ações presenciais, foram realizados eventos virtuais, foi realizada a Campanha de Prevenção ao Suicídio (Setembro Amarelo) em parceria com instituições de ensino, foi implantado o Caderno de Orientação para Crianças Vítimas ou Testemunhas de Violência e foram mantidas as parcerias com instituições de ensino recebendo alunos da graduação e residência multiprofissional.

Ação Nº 2 - Estabelecer fluxo entre Centro de Atendimento à Mulher (CAM) e UBS, agilizando a busca ativa de mulheres em situação de violência doméstica, realizada pela equipe do CAM.

Realizada parcialmente. Está em elaboração o fluxo de atendimento às mulheres em situação de violência.

Ação Nº 3 - Capacitar as equipes de saúde no fluxo de atendimento às violências.

Realizada parcialmente. Foi realizada a apresentação do caderno de orientações para as crianças vítimas ou testemunhas de violência, com participação de toda a rede. Porém, a capacitação ficou comprometida devido à pandemia.

Ação Nº 4 - Ampliar campanhas de conscientização e buscar parcerias com a sociedade civil organizada e instituições de ensino.

Realizada parcialmente: Houve um primeiro contato com as instituições e organização intersetorial, porém, em virtude da pandemia, as campanhas de conscientização não aconteceram.

OBJETIVO Nº 2.2 - Desenvolver ações de vigilância em saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.2.1	Manter a proporção mínima estabelecida (95%) de registro de óbitos com causa básica definida	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	98,3	2016	Percentual	98	95	97,95

Ação Nº 1 - Promover ações de educação permanente em saúde sobre preenchimento adequado das declarações de óbitos (DO).

Realizada. Foram realizadas atualizações e capacitações online voltadas às ações relativas à pandemia de COVID-19

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.2.2	Manter em 100% a proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	100	2016	Percentual	100	100	70,64

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 1 - Desencadear ações de intervenções referentes à qualidade da água.								
Realizada: mantidas as coletas de amostras e foram encaminhadas intimações para correções de inadequações observadas								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.2.3	Realizar pelo menos 06 grupos de ações de Vigilância Sanitária	Percentual de grupo de ações de Vigilância Sanitária, considerado necessário ao município no ano.	100	2016	Percentual	100	100	em levantamento o 17ª RS
Ação Nº 1 - Elaborar, implantar e divulgar os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) para os serviços prioritários da Vigilância.								
Realizada. Os serviços foram readequados e as rotinas alteradas para viabilizar as ações relativas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19								
Ação Nº 2 - Reorganizar os processos de trabalho das Vigilâncias para maior integração entre as mesmas e promover otimização dos processos e redução de agravos.								
Realizada. Os serviços foram readequados e as rotinas alteradas para viabilizar as ações relativas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19								
Ação Nº 3 - Ampliar número de profissionais, conforme disponibilidade orçamentária.								
Realizada parcialmente. Com o advento da pandemia de Covid-19, só foi possível realizar contratações emergenciais por meio de contrato com prazo determinado para reforçar o enfrentamento da pandemia, ficando prejudicada a ampliação do quadro de servidores estatutários.								
Ação Nº 4 - Elaboração de Perfil Epidemiológico nas Regiões.								
Parcialmente realizada. Foram realizados perfis prioritários como da mortalidade materno infantil e relacionado à pandemia de COVID-19								
Ação Nº 5 - Implantar a Unidade do Castra Móvel municipal.								
Realizada. Em março foi iniciado o Programa Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos, o serviço do Castramóvel, trailer onde é feita a esterilização dos animais, machos ou fêmeas, mais <i>chipagem</i> e vacinação, realizou mais de cinco mil procedimentos até o início de dezembro/2020 e conta com quatro mil pessoas e cerca de 10 mil animais cadastrados								
Ação Nº 6 - Buscar recursos financeiros tripartite para viabilizar a implantação e custeio de uma Unidade de Vigilância em Zoonoses (UVZ) municipal.								
Realizada parcialmente. Foi elaborada e encaminhada Ficha Técnica para captação de recurso por Emenda Parlamentar, entretanto, não foi contemplada no exercício de 2020.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano	Resultado	

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

			Valor	Ano	Unidade de Medida	Meta Prevista 2020	(2018-2021)	
2.2.4	Manter a meta pactuada para 06 ciclos ao ano com o mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	-	2016	Número	4	6	0
Ação Nº 1 - Incorporar a técnica de Mapa de Risco incluindo além dos indicadores entomológicos e epidemiológicos, o indicador de risco ambiental, como estratégia de otimização das ações, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade.								
Parcialmente realizado. Em 2020 as ações de combate às arboviroses incorporaram novas técnicas e tecnologias para o combate do vetor, tendo como objetivo intervir mais rápido em localidades mais propensas a desencadear epidemias. Como estratégia de otimização das ações, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade, foi realizado levantamento dos bairros onde se iniciaram as epidemias em anos anteriores, foram elencados 99 bairros de "maior risco", onde serão realizadas as atividades de vistorias em 100% no prazo de 60 dias, acompanhamento com ovitrampas e levantamento entomológico, e 157 bairros de "médio risco" que serão monitorados através de instalação de ovitrampas e realização de levantamento de índice entomológico de 10% a cada 60 dias. Os dados entomológicos e epidemiológicos das 256 localidades serão analisados com frequência para desencadear intervenção imediata, quando necessário. Todas as 256 localidades receberão a visita dos agentes de endemias quando se faz necessária a realização do sistema de investigação de arboviroses em casos de pacientes sintomáticos notificados, e a aplicação de inseticida quando ocorrer aumento na incidência de casos em um curto espaço de tempo.								
Ação Nº 2 - Estimular a integração Agente de Endemias (ACE)/Agente Comunitário de Saúde (ACS).								
Realizada. Em 2020 as duas categorias (ACS e ACE) atuam integradas no combate à dengue, posteriormente devido a pandemia o trabalho foi prejudicado.								
Ação Nº 3 - Ampliar número de Agentes de Endemias (ACE) para atividade de campo, como ação prioritária.								
Parcialmente realizada. A Procuradoria Geral do Município apontou para a existência de impedimentos para realização de concursos públicos, conquanto padecer de regularização as diretrizes impostas com a promulgação da Lei Municipal nº 12.979/2019, sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público. Entretanto, entre as ações de enfrentamento à epidemia de dengue do início do ano, a Secretária de Saúde contratou em caráter temporário 75 agentes de endemias, entre outros profissionais.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.2.5	Readequar estrutura física das quatro vigilâncias com aquisição de equipamentos e veículos	Proporção de serviços de vigilância reestruturados	0	2016	Número	1	4	0

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 1 - Manter a adequação da infraestrutura predial, dos equipamentos, e veículos das Vigilâncias Sanitária, Saúde do Trabalhador, Epidemiológica e Ambiental.

Parcialmente realizada. Manutenção predial corretiva realizada em 2020, assim como algumas manutenções preventivas. Porém, não foram adquiridos veículos para as vigilâncias no presente exercício, sendo que há compra em andamento para o primeiro semestre de 2021.

OBJETIVO Nº 2.3 - Promover atenção integral à saúde da criança e do adolescente

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.3.1	Manter a proporção de gravidez na adolescência menor ou igual a 12%	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	12	2016	Percentual	10	12	8,72

Ação Nº 1 - Realizar ações educativas intersetoriais com o objetivo de instruir o público alvo quanto saúde reprodutiva.

Não realizada. Durante a pandemia, não foram realizadas ações educativas em grupo nas escolas por motivo de suspensão das aulas.

Ação Nº 2 - Garantir a referência de tratamento para HIV/HTLV.

Realizado. Os atendimentos foram mantidos, mesmo durante a pandemia.

Ação Nº 3 - Garantir a profilaxia para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) nas UBS.

Realizada. Todas UBS dispõem de medicação para tratamento de IST.

Ação Nº 4 - Incentivar as ações de orientação relevantes em saúde nas escolas vinculadas ao Programa Saúde na Escola, incluindo temas como vínculo e afetividade.

Realizada parcialmente. Embora as escolas tenham se mantido fechadas durante a pandemia, houve reuniões e orientações com as escolas de forma virtual.

Ação Nº 5 - Implantar o Plano Operativo Municipal (POM) de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme Política Nacional

Realizada. O Ministério da Saúde aprovou o POM Londrina e o Município foi habilitado.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.3.2	Manter a taxa de mortalidade infantil até 2021 abaixo de dois dígitos	Taxa de mortalidade infantil	87	2016	Taxa	9,9	8,7	11,9

Ação Nº 1 - Monitorar as atividades propostas no Plano de Enfrentamento e Controle da Mortalidade Materno infantil.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Parcialmente realizada. As atividades nas Unidades Básicas foram monitoradas e as equipes incentivadas a realizar ações voltadas à criança, mesmo frente a pandemia. O PAI e a MMLB encaminham relatórios de atendimento das crianças menores de 1 ano para a Atenção Primária e os agravos de notificação compulsória são direcionados para Vigilância em Saúde.

Ação Nº 2 - Promover a continuidade do cuidado em todos os pontos de atenção da Rede Materno-infantil.

Realizado. As atividades nas Unidades Básicas foram monitoradas e as equipes incentivadas a realizar ações voltadas à criança, mesmo frente a pandemia. O PAI e a MMLB encaminham relatórios de atendimento das crianças menores de 1 ano para a Atenção Primária e os agravos de notificação compulsória são direcionados para Vigilância em Saúde.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.3.3	Manter a cobertura vacinal preconizada pactuada igual ou maior que 80%	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade - Pentavalente 3ª dose, Pneumocócica 10-valente 2ª dose, Poliomielite 3ª dose e Tríplice viral 1ª dose - com cobertura vacinal preconizada	-	2016	Percentual	75	80	0

Ação Nº 1 - Solicitar nas instâncias gestoras estadual e federal a ampliação da produção/aquisição das vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação.

Realizada. Discutido na Câmara Técnica do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do Estado do Paraná.

Ação Nº 2 - Viabilizar parcerias para promover campanhas de sensibilização quanto a importância da imunização.

Realizada. Houve grande empenho e mobilização por parte do serviço de Comunicação da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Saúde na divulgação de campanhas de motivação e esclarecimento sobre a importância das campanhas de imunização. Foram veiculadas entrevistas com o Secretário de Saúde e técnicos da área em programas de TV, rádio e redes sociais, assim como chamadas e postagens constantes no *Facebook* e *Instagram*, alcançando milhares de visualizações e *feed back* positivos.

Ação Nº 3 - Estruturar ações de saúde nos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Realizada. Durante a pandemia foram coletados exames nas instituições e ofertadas orientações. Também foram realizadas visitas pelas equipes da AB e acompanhamento através do Projeto de Atendimento Individual

OBJETIVO Nº 2.4 - Promover atenção integral à saúde do idoso

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.4.1	Reduzir as internações acima de 60 anos por causas sensíveis à atenção primária	Número de internações acima de 60 anos por causas sensíveis à atenção primária	100	2016	Razão	4	3	4
Ação Nº 1 - Qualificar a rede especializada para o desenvolvimento de ações voltadas para o idoso sobre peculiaridades, especificidades e potencialidades, integrando com a Atenção Básica.								
Realizada parcialmente. No ano de 2020 foram realizadas ações voltadas a idosos e, especificamente em virtude da pandemia, foi feito monitoramento por telefone pelas equipes da Atenção Básica.								
Ação Nº 2 - Realizar ações de orientação e conscientização de prevenção de quedas, direitos dos idosos, destinadas a pessoas da terceira idade.								
Realizada parcialmente. Em virtude da suspensão das atividades coletivas, as ações de conscientização ficaram comprometidas, porém houve um reforço nas orientações pelo tele monitoramento.								
Ação Nº 3 - Viabilizar adequações na infraestrutura dos serviços para a segurança dos idosos, conforme forem executadas obras.								
Realizada. Seguidas as normas de acessibilidade; foram instalados: rampa, barras, comunicação visual, etc.								
Ação Nº 4 - Capacitar as equipes das UBS para o instrumento IVCF 20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional), para identificar, intervir e acompanhar pessoas idosas em processo de fragilização.								
Realizada. Foi realizada a aplicação do instrumento durante o ano pelos profissionais das equipes do NASF, por tele atendimento.								
Ação Nº 5 - Realizar estudo quanto à viabilidade da disponibilização do serviço de um Centro Dia para Idosos, em conjunto com as Secretarias do Idoso e de Assistência Social								
Não realizada. Prejudicado o projeto pelo enfrentamento da pandemia por COVID-19								
Ação Nº 6 - Realizar estudo quanto à viabilidade dos prazos da Lei 11.498, de março de 2012, de Londrina.								
Realizada parcialmente. Devido a pandemia de COVID-19 foi necessário reorganizar os atendimentos, com agendas eletivas suspensas e tele monitoramento de pacientes. Nos serviços de urgência foi utilizado o Protocolo de Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco, os atendimentos categorizados em vermelho (emergências), amarelo (urgências) e verdes (casos leves). Para o atendimento de idosos que fogem da classificação vermelho e amarelo, é utilizada a classificação de risco verde prioritário, que os prioriza entre os casos leves, devido à idade.								
OBJETIVO Nº 2.5 - Monitorar os casos de doenças de notificação compulsória								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.5.1	Manter a meta pactuada de proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação igual ou maior que 86,7%	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação.	86,7	2016	Percentual	90	86,7	95
Ação Nº 1 - Acompanhar o encerramento dos casos no SINAN e informar as unidades notificantes								
Realizada. Acompanhamento pela Diretoria de Vigilância em Saúde com os serviços responsáveis para notificação, comunicação.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.5.2	Manter a meta pactuada de proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes igual ou maior que 88%	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	84,2	-	Percentual	90	88	100
Ação Nº 1 - Acompanhar o encerramento dos casos de hanseníase.								
Realizada. Rotineiramente a Diretoria de Vigilância executa essa ação. Porém, devido à pandemia, por vezes fica prejudicada a rotina.								
Ação Nº 2 - Sensibilizar as equipes das Unidades Básicas de Saúde para acompanhamento dos casos novos e realização de busca ativa de casos suspeitos de hanseníase.								
Realizada. A equipe da Atenção Básica acompanha todos os casos.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

2.5.3	Manter a meta pactuada de número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade menor ou igual	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	77	2016	Número	77	77	36
Ação Nº 1 - Realizar teste de sífilis em todas as gestantes no pré-natal e no momento do parto.								
Realizada. Oferta de exames foi assegurada.								
Ação Nº 2 - Realizar tratamento adequado de sífilis para gestantes e parceiros.								
Realizada.								
Ação Nº 3 - Realizar ações educativas intra e intersetoriais, objetivando a prevenção da sífilis.								
Realizada parcialmente. Embora tenha sido necessário suspender as atividades coletivas, as orientações foram passadas aos usuários pelas equipes da Atenção Básica. O CIDI promoveu ações de testagem em datas específicas, devido as restrições da pandemia								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.5.4	Manter em zero o número de casos novos de Aids em menores de cinco anos	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	0	2016	Número	0	0	0
Ação Nº 1 - Realizar teste para HIV em todas as gestantes.								
Realizada. A oferta do exame foi assegurada.								
Ação Nº 2 - Realizar o teste de HIV no momento do parto.								
Realizada. A oferta do exame foi assegurada.								
OBJETIVO Nº 2.6 - Desenvolver ações de vigilância em saúde do trabalhador								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
2.6.1	Manter a proporção de preenchimento do campo ocupação igual ou maior que 90%	Proporção de preenchimento do campo ocupação nas notificações de agravos relacionados ao trabalho.	86,4	2016	Percentual	90	90	90,59

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 1 - Sensibilizar e monitorar as instituições para continuidade das notificações das doenças e agravos relacionados ao trabalho.								
Realizada. Rotineiramente a equipe da Diretoria de Vigilância em saúde realiza o monitoramento e ações para prevenção ao acidente, no entanto, com a pandemia, algumas ações foram priorizadas.								
Ação Nº 2 - Fortalecer a Comissão Interna de Saúde do Trabalhador (CIST) por meio de ações interinstitucional e intersetorial para discussão das Políticas voltadas à Saúde do Trabalhador.								
Parcialmente realizada. Novo Conselho foi composto e as comissões reconstituídas, apesar da comunicação virtual, nem todos os componentes conseguem ter acesso à tecnologia.								
Ação Nº 3 - Monitorar as ações, interinstitucional e intersetorial, elencadas pela Comissão Interna de Saúde do Trabalhador (CIST) para discussão das Políticas e auxiliar na implantação das ações voltadas à Saúde do Trabalhador.								
Não realizada. A equipe também precisou envolver com as ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia.								
Ação Nº 4 - Fortalecer o Núcleo de Apoio a Saúde dos Trabalhadores (NAST), ampliando o número de profissionais conforme disponibilidade orçamentária.								
Não realizada. A equipe também precisou se envolver com as ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia.								
Ação Nº 5 - Pleitear recursos financeiros tripartite afim de garantir a implantação de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, conforme Política Nacional.								
Realizada. Já ocorreu o pleito nos anos anteriores e até o momento Ministério da Saúde não publicou portaria para retomada de novas habilitações.								
Ação Nº 6 - Capacitar as equipes das UBS, em parceria com os serviços especializados e instituições de ensino, sobre prevenção de acidentes e doenças do trabalho.								
Realizada. As capacitações realizadas neste ano tiveram foco na prevenção do COVID, uso correto de EPI, prevenção de acidentes com material biológico, realizado pela equipe da SMS.								
OBJETIVO Nº 2.7 - Produzir o cuidado em saúde com acolhimento e humanização								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

2.7.1	Implantar protocolos de segurança do paciente em 100% dos serviços próprios com apresentação ao Conselho Municipal de Saúde	Proporção de serviços de saúde da rede que tenham protocolos de segurança do paciente implantados	-	2016	Percentual	10	100	1
Ação Nº 1 - Implantar Procedimentos Operacionais Padrão (POP) para segurança dos procedimentos realizados nos pacientes.								
Parcialmente realizada. Vários POP foram elaborados, atualizados e validados, porém, em virtude da necessidade de realizar capacitação presencial, não foi possível implantar todos os POP em 2020.								
Ação Nº 2 - Realizar campanhas educativas de promoção e prevenção à saúde para população em geral nas salas de espera das UBS, conforme recursos de comunicação disponível.								
Realizada parcialmente. Foram realizadas campanhas educativas, porém em formato virtual. Devido a pandemia por COVID não foi permitida aglomeração nas salas de espera das UBS.								
DIRETRIZ Nº 3 - Manter e aprimorar a gestão do SUS								
OBJETIVO Nº 3.1 - Contribuir com a gestão compartilhada melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite, além dos processos de transferência de recursos.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.1.1	Implantar serviço de controle de custos	Números de instrumentos/ferramentas de gestão implantados para melhorar padrão de gastos	-	2016	Número	1	1	0
Ação Nº 1 - Criar instrumentos/ferramentas para melhorar o padrão do gasto local.								
Não realizada. Não foi possível realizar essa ação devido a necessidade de contratação de economista que não pôde ser realizada devido a impossibilidade de realização de concurso em 2020.								
Ação Nº 2 - Reivindicar o cumprimento da aplicação dos recursos financeiros por parte das esferas de governo federal e estadual; elaborando documentos cobrando dos agentes públicos responsáveis pelo cumprimento da destinação de 10% do orçamento da União à Saúde à Saúde Pública, bem como, que os mesmos exijam por parte do Estado e da União, os percentuais Constitucionais de repasse para a Saúde Municipal.								
Realizada. O Secretário esteve ao longo do ano em tratativas junto ao Ministério da Saúde que resultaram no recebimento de mais de 21 milhões em recursos de emendas.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 3 - Viabilizar o programa para gestão de custos integrado aos diversos sistemas existentes na secretaria de saúde.								
Não realizada. Não pôde ocorrer concurso público, não foi possível criar esse programa. No entanto algumas análises são realizadas por um profissional da Diretoria Financeira como custeios do SAMU, devido ao Plano de Ação do SAMU 192 e Central de Regulação de Urgência, pactuado na 17ª Regional de Saúde da Macrorregião Norte								
OBJETIVO Nº 3.2 - Fortalecer a participação popular.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.2.1	Realizar, no mínimo, uma capacitação por ano, aos conselheiros de saúde para o exercício de seu papel.	Número de capacitações realizadas para conselheiros de saúde.	-	2016	Número	1	4	0
Ação Nº 1 - Capacitar os conselheiros de saúde locais, regionais e municipais de saúde sobre a políticas públicas municipais com ênfase na política de saúde, fortalecendo a participação da comunidade e estimular a criação e organização de Conselhos.								
Não realizada. Não foi possível ofertar capacitação devido a pandemia pelo novo Coronavírus.								
OBJETIVO Nº 3.3 - Fortalecer o modelo de gestão com centralidade no usuário.								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
3.3.1	Realizar pelo menos uma capacitação ao ano para equipe de ouvidoria.	Proporção trabalhadores da ouvidoria capacitados.	-	2016	Número	1	4	0
Ação Nº 1 - Fortalecer a Ouvidoria para o desempenho do seu papel.								
Não realizada. Devido a pandemia pelo novo Coronavírus não foram ofertadas capacitações.								
OBJETIVO Nº 3.4 - Aprimorar o sistema de informática da Autarquia Municipal de Saúde								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Plano	Resultado	

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

			Valor	Ano	Unidade de Medida	Meta Prevista 2020	(2018-2021)	
3.4.1	Implantar em 100% dos serviços até 2021	Proporção de serviços da rede com prontuário eletrônico do cidadão (PEC) implantado	-	2016	Percentual	25	100	42
Ação Nº 1 - Implantar o Prontuário Eletrônico gradualmente nas Unidades de Saúde municipais								
Realizada. A meta para 2020 foi alcançada; foi implantado o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) em todas as UBS urbanas, porém, em decorrência da internet ainda não estar implantada em 100% das UBS rurais, em algumas não foi possível.								
DIRETRIZ Nº 4 - Fortalecer a Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde e Apoiar a Formação dos Profissionais no Âmbito do SUS.								
OBJETIVO Nº 4.1 - Promover a qualificação e valorização do trabalhador na rede municipal de saúde								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
4.1.1	Realizar pelo menos 1 ação de Educação Permanente por serviço próprio, por ano sendo 54 UBS, 7 serviços saúde complementar, 6 serviços de urgência e emergência, 3 serviços de vigilância em saúde, 9 diretorias e equipes nível central e serviços meio	Proporção de ações de educação permanente implementadas e/ou realizadas pelo município	-	2016	Número	79	79	36
Ação Nº 1 - Fortalecer a gestão do trabalho e da educação permanente em saúde.								
Realizada parcialmente. As oficinas presenciais ficaram prejudicadas devido a pandemia, entretanto, foram realizados treinamentos virtuais sobre diversos temas.								
Ação Nº 2 - Elaborar Procedimentos Operacionais Padrão (POP) e Manual de Técnicas Fundamentais de Saúde do Município de Londrina.								
Parcialmente realizada. Vários POP foram elaborados, atualizados e validados, porém, em virtude da necessidade de realizar capacitação presencial, não foi possível implantar todos os POP em 2020.								
Ação Nº 3 - Capacitar as equipes das UBS para identificar sinais e sintomas de câncer, promover campanhas de prevenção e garantir o diagnóstico precoce em parceria com os serviços especializados e instituições de ensino.								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Realizada parcialmente. As equipes estão capacitadas e sensíveis à detecção de alguns tipos de câncer, como o de mama e colo uterino, porém, ainda não foi ampliada a capacitação em decorrência da pandemia.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
4.1.2	Implantar no mínimo duas ações de valorização e qualificação do trabalhador por ano	Proporção de ações de valorização e qualificação do trabalhador realizadas.	-	2016	Número	2	2	1

Ação Nº 1 - Reorganizar os fluxos para a solicitação dos campos de estágio e pactuação de contrapartidas das Instituições de Ensino aos serviços.

Realizada parcialmente. Os fluxos para solicitação dos campos de estágios foram elaborados, no entanto, em face da pandemia, a pactuação de contrapartidas entre o serviço e instituições de ensino não foi concluída.

Ação Nº 2 - Elaborar proposta de avaliação de desempenho que contemple especificidades dos cargos da área de saúde.

Realizada. A Avaliação de Desempenho está regulamentada no Município por meio do Decreto Permanente Nº 22, de 07 de janeiro de 2019, abrange todos os servidores efetivos estáveis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

DIRETRIZ Nº 5 - Fortalecer a gestão municipal, regional e macrorregional

OBJETIVO Nº 5.1 - Contribuir com a gestão compartilhada e participativa nas regiões de saúde

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
5.1.1	Ter pelo menos um representante da rede municipal de saúde de Londrina nos grupos técnicos da região	Número de grupos técnicos da região com representantes do município de Londrina	-	-	-	5	5	6

Ação Nº 1 - Realizar estudos para identificar vazios assistenciais, grades de referências, invasão e evasão de usuários na região da 17ª RS e macro norte.

Avaliação: Realizado no fechamento de 2019 em conjunto com Oficinas de Plano de Regionalização. O Município também tem elencado as necessidades. Encaminhado à Secretaria do Estado junto com Plano para avaliação de investimento nas áreas.

Ação Nº 2 - Readequar contratual e financeiramente os serviços executados de média e alta complexidade com a recomposição do teto financeiro tripartite.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Não realizada. Não houve recomposição do teto financeiro

Ação Nº 3 - Garantir que toda a pactuação entre os municípios para prestação de serviços, sejam hospitalares e/ou ambulatoriais de alta complexidade, medicamentos de alto custo, dispositivos médicos, órteses e próteses, e exames não previstos na tabela SUS, inclusive os autorizados judicialmente estejam vinculados a recursos financeiros pactuados.

Realizada parcialmente. A Secretaria tem realizado diversas discussões com objetivo de realizar as pactuações entre municípios/17ª Regional de Saúde, segue custeando as demandas judiciais e exames como marcadores tumorais (seguindo limite mensal pré-estabelecido). Para 2021 houve pactuação em relação ao exame colangiopancreatografia com Ministério da Saúde.

OBJETIVO Nº 5.2 - Fomentar experiências inovadoras nas práticas integrativas e complementares em saúde e na política de assistência farmacêutica

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			
5.2.1	Implantar práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) em 100% dos serviços próprios em quatro anos	Proporção de serviços da rede com pelo menos uma prática das práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) implantada	-	-	-	25	100	81

Ação Nº 1 - Manter as Rodas de Terapia Comunitária

Não realizada. Os atendimentos coletivos foram suspensos em 2020 em razão da pandemia.

Ação Nº 2 - Capacitar as equipes de saúde na prática do Reiki e ampliar a capacitação na prática de *Shantala*.

Realizada parcialmente. Foi realizada a capacitação quanto à prática da *Shantala* para as equipes da Atenção Básica, porém não foi possível capacitar na prática do *Reiki* em decorrência da COVID 19.

Ação Nº 3 - Manter a prática de auriculoterapia nos serviços municipais de saúde.

Realizada.

Ação Nº 4 - Realizar estudo por meio de Grupo Técnico de Fitoterapia para propor nova lista de fitoterápicos.

Não realizada. Em virtude da pandemia o Grupo Técnico não foi formado.

Ação Nº 5 - Capacitar profissionais dos serviços de saúde para referência de utilização das PIC no tratamento das causas de saúde.

Realizada parcialmente. Em virtude da pandemia, foi necessário suspender as capacitações presenciais, porém foi realizado o curso de meditação de forma virtual.

Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)	Meta Plano	Resultado
----	-------------------	--	------------------------	------------	-----------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

			Valor	Ano	Unidade de Medida	Meta Prevista 2020	(2018-2021)	
5.2.2	Implantar protocolos clínicos para a rede de atenção em saúde (RAS) priorizadas até 2021	Número de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para doenças prioritárias, implantados nos serviços da rede	-	-	-	5	5	6
Ação Nº 1 - Implementar os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para doenças prioritárias no âmbito da atenção básica e capacitar os profissionais, visando racionalidade da prescrição, melhoria da gestão, otimização do uso de recursos e garantia da segurança.								
Não realizada. Não foi possível implantar novos protocolos na Atenção Básica devido o advento do COVID-19; as discussões e capacitações dos profissionais ficaram focadas no novo Coronavírus e Dengue.								
Ação Nº 2 - Fortalecer as parcerias intersetoriais, intrasetoriais e multiprofissionais, por meio do colegiado ampliado, garantindo a construção e implantação de protocolos, fluxos, responsabilização das atribuições e instrumentos de referência e contra referência, principalmente do retorno para o acompanhamento na UBS.								
Não realizada. Não foi possível realizar várias programações do Colegiado Ampliado em razão de outras demandas da pandemia.								
Ação Nº 3 - Adequar o processo de trabalho gradativamente para que os profissionais farmacêuticos possam desenvolver atividades de orientação clínica								
Realizada parcialmente. Os profissionais farmacêuticos no ano de 2020 realizaram tele atendimento e monitoramento virtual.								
Ação Nº 4 - Fortalecer parcerias com as instituições de ensino nas farmácias escola.								
Não realizada.								
Ação Nº 5 - Buscar gradativamente melhorias de ambiência nas farmácias dos serviços municipais de saúde.								
Realizada. As farmácias de todas as UBS foram climatizadas, e naquelas que passaram por reformas foram abertos espaços para dispensação, segundo normas de acessibilidade, confeccionados armários planejados e instaladas persianas.								
DIRETRIZ Nº 6 - Desenvolver ações de enfrentamento a cenários pandêmicos								
OBJETIVO Nº 6.1 - Garantir capacidade de resposta no enfrentamento de cenários de pandemia								
Nº	Descrição da Meta	Indicador para monitoramento e avaliação da meta	Indicador (Linha-Base)			Meta Prevista 2020	Meta Plano (2018-2021)	Resultado
			Valor	Ano	Unidade de Medida			

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

6.1.1	Notificar, investigar, monitorar e encerrar as notificações de casos suspeitos e confirmados nos sistemas vigentes	Percentual de casos suspeitos ou confirmados informados no Gerenciador de Ambiente de Laboratórios. (GAL)	-	-	-	90	100	100
<p>Ação Nº 1 - Promover ações de educação em saúde voltadas à sociedade civil, sobre as medidas de prevenção e controle da infecção pela COVID-19 e divulgar periodicamente informações epidemiológicas do Município.</p> <p>Realizada. Foram orientados 432 estabelecimentos de maio de 2020 a 28 de dezembro de 2020, treinados 4100 multiplicadores, atingindo cerca de 28.791 trabalhadores.</p> <p>As informações epidemiológicas são divulgadas diariamente no site oficial do município e nas redes sociais da Secretaria de Saúde, por meio do Boletim Diário (https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/dados-epidemiologicos/boletim-informativo.html), além disso estão disponíveis no <i>dashboard</i> (https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/opsdashboard/index.html#/d2d6fcd7cb5248a0bebb8c90e2a4a482). Foi disponibilizado no site <i>site</i> oficial da Prefeitura e da Secretaria de Saúde um menu específico destinado às informações sobre o Coronavírus, seguem alguns destaques:</p> <p>Treinamentos e capacitações sobre COVID-10: https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/treinamento-capacitacoes.html</p> <p>Relatório Estratégico: https://saude.londrina.pr.gov.br/images/COVID_19/relatorio_covid_19_07.05.2020.pdf</p> <p>Disque Coronavírus: https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/disque-coronavirus.html ou 08004001234</p> <p>Locais de atendimento: https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/locais-de-atendimento.html</p> <p>Informações gerais: https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/informacoes-gerais.html</p>								
<p>Ação Nº 2 - Desenvolver ações de educação em saúde para os diversos segmentos do comércio, indústrias e empresas sobre as medidas de prevenção e controle da infecção pela COVID-19 no ambiente de trabalho.</p> <p>Realizada. Foram orientados 432 estabelecimentos de maio de 2020 a 28 de dezembro de 2020, treinados 4100 multiplicadores, atingindo cerca de 28.791 trabalhadores.</p>								
<p>Ação Nº 3 - Realizar capacitações para os profissionais de saúde quanto aos documentos técnicos elaborados para atendimento aos casos suspeitos e confirmados de COVID-19.</p> <p>Realizada. Foram realizadas capacitações para prevenção e manejo de pacientes com COVID 19. No enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus, o Programa de Capacitação dos Servidores Assistenciais da SMS foi realizado de modo contínuo pelo núcleo próprio de epidemiologia e pelo núcleo de urgência e emergência. Os cursos, cujos conteúdos variam entre teórico e prático, têm como objetivo capacitar os profissionais de saúde que estão na assistência para que possam prestar atendimento adequado ao cidadão que busca um dos serviços municipais. Está disponível no site da Secretaria de Saúde, no menu destinado às informações sobre o Coronavírus, a lista de capacitações realizadas (https://saude.londrina.pr.gov.br/index.php/treinamento-capacitacoes.html).</p>								
<p>Ação Nº 4- Realizar educação em saúde aos trabalhadores de saúde lotados na sede da Secretaria, quanto às medidas preventivas de controle de infecção e fluxos de atendimento.</p> <p>Realizada. Foi realizado a capacitação para todas as categorias profissionais da AMS, virtualmente: "Saúde do trabalhador em tempos de Covid-19: como se proteger e evitar a disseminação".</p>								

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 5 - Oferecer alternativas em atendimento remoto multiprofissional à população e aos trabalhadores de saúde durante período de isolamento social.
Realizada. Realizados 8.347 atendimentos por tele consulta com os profissionais do NASF, e o tele atendimento pelo 0800 400 1234 também promoveu apoio emocional por psicólogos a toda a população.
Ação Nº 6 - Manter ações de promoção e prevenção à saúde por canais de comunicação disponíveis.
Realizada. Por conta da pandemia foi criado também um canal no <i>YouTube</i> , “Exercício e Saúde”, para incentivo de atividade física pelos profissionais de Educação Física.
Ação Nº 7 - Garantir o fornecimento de EPIS para os trabalhadores dos serviços de saúde municipais, bem como de equipamentos, insumos, exames e medicamentos específicos para atendimento a pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 nos serviços de saúde municipais.
Realizada. Foram criados núcleos estratégicos de atuação, entre eles o de suprimentos, responsável por processo de gestão e aquisição de todos materiais e insumos necessários para o enfrentamento da pandemia na cidade e o de saúde, responsável por coordenar e organizar todo o processo assistencial de saúde na cidade de forma integrada, visando preparar a rede de atendimento à saúde em nossa cidade para o enfrentamento da pandemia. Servidores municipais trabalhando nas unidades de atendimento a síndromes respiratórias receberam kits de uniforme privativos para utilização durante o trabalho, bem como retaguarda de lavanderia pela PML para higienização dos mesmos. Apesar da escassez no mercado pela alta na procura por EPI por todos os serviços de saúde, a rede foi abastecida e não houve interrupção no fornecimentos de itens de EPI pelo centro de distribuição do Município: máscaras cirúrgicas, N95 e PFFS, óculos de proteção, <i>face shield</i> , gorro, macacão, avental impermeável, luvas, álcool gel, dentre outros. Os testes foram disponibilizados para sintomáticos leves, que busquem as unidades municipais e tenham indicação médica para realização, sintomáticos moderados e graves em internação hospitalar, testes rápidos para profissionais de saúde e forças de segurança. Foi formalizado o Convênio de Cooperação com a UEL, pelo qual a PML fez a aquisição de kits de reagentes suficientes para realização exames de RT/PCR para detecção do novo Coronavírus, lembrando que esse exame é o padrão ouro de diagnóstico definido pela OMS. Mais informações podem ser consultadas no Relatório Estratégico, documento disponível no site da Secretaria de Saúde https://saude.londrina.pr.gov.br/images/COVID_19/relatorio_covid_19__07.05.2020.pdf
Ação Nº 8 - Organizar serviços de referência da atenção primária e urgência para atendimento aos sintomáticos.
Realizada. A Atenção Básica trabalhou com unidades de referência para atendimento aos sintomáticos respiratórios, UBS Guanabara (centro), Bandeirantes (região oeste), Ouro Branco (sul), Chefe Newton e Maria Cecília (norte), e Vila Ricardo (leste). A urgência/emergência trabalhou com a UPA Sabará e o PAI como unidades referência para sintomáticos respiratórios, concentrando os demais atendimentos na UPA Centro Oeste e UBS Jardim do Sol, no caso do atendimento de pediatria
Ação Nº 9 - Realizar a contratação de profissionais de saúde para reforçar as equipes no atendimento a pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19 nos serviços de saúde municipais.
Realizada. Foram contratados por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público: 152 enfermeiros, 378 auxiliares de enfermagem, 30 médicos clínico geral plantonista, 8 pediatras plantonista e 9 técnicos em análises clínicas/patologia.
Ação Nº 10 - Ampliar a contratação de leitos de UTI para atendimento a pacientes com infecção por COVID-19.
Realizada. Houve ampliação leitos UTI adulto para casos de COVID-19: 66 no Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP) e 50 no Hospital do Coração de Londrina.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Ação Nº 11 - Manter equipe de monitoramento dos pacientes suspeitos ou confirmados com infecção por COVID-19.
Realizada. Foram realizados aproximadamente 25mil monitoramentos, 1.633 tele consultas, 15.792 atendimentos do disk corona vírus e informados 55mil resultados de exames.
Ação Nº 12 - Monitorar remotamente gestantes, puérperas, crianças e idosos para priorizar o atendimento na agenda de consultas eletivas nos serviços de saúde municipais.
Realizada. Foram monitoradas 545 pessoas até 09 de novembro
Ação Nº 13 - Elaborar, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Educação de Londrina, um Plano de Gastos para utilização do recurso destinado pela Portaria Nº 1.857 de 27/07/2020 para compra de materiais de custeio, necessários à garantia da segurança sanitária dos estudantes e dos profissionais de educação de todas as escolas da rede básica pública de ensino, na volta às aulas.
Realizada. Foi instituído o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) do Programa Saúde na Escola (PSE) e foram realizadas 05 reuniões virtuais para deliberação da utilização do recurso financeiro destinado à prevenção da disseminação e infecção pelo novo Coronavírus no retorno às aulas. O GTI-M, com a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação e do Núcleo Regional de Educação, decidiu em consenso que será realizado processo de aquisição de máscaras duplas descartáveis para serem distribuídas em todas as unidades escolares públicas do Município (73 escolas estaduais, 180 escolas municipais, totalizando 253 unidades escolares), com o propósito de uso em caso de esquecimento, perda ou sujidade da máscara de qualquer pessoa da comunidade escolar ou visitante. Ainda, foi decidida pelo grupo a aquisição de máscaras de tecido com visor para deficientes auditivos da rede pública de ensino, sendo que serão distribuídas para a comunidade escolar e familiares dos alunos com essa deficiência.
Ação Nº 14 - Busca de fontes adicionais de recursos (municipal, estadual e federal) para as ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia, ou por meio de parcerias com instituições privadas ou públicas, com apresentação detalhada dos gastos relacionados ao controle social e de mais interessados.
Realizada. Foram criados núcleos estratégicos de atuação, entre eles o de suprimentos, responsável pelo processo de gestão e aquisição de todos materiais e insumos necessários para o enfrentamento da pandemia na cidade e o de saúde, responsável por coordenar e organizar todo o processo assistencial de saúde na cidade de forma integrada, visando preparar a rede de atendimento à saúde em nossa cidade para o enfrentamento da pandemia. Servidores municipais trabalhando nas unidades de atendimento a síndromes respiratórias receberam kits de uniforme privativos para utilização durante o trabalho, bem como retaguarda de lavanderia pela PML para higienização dos mesmos. Apesar da escassez no mercado pela alta na procura por EPI por todos os serviços de saúde, a rede foi abastecida e não houve interrupção no fornecimentos de itens de EPI pelo centro de distribuição do Município: máscaras cirúrgicas, N95 e PFFS, óculos de proteção, <i>face shield</i> , gorro, macacão, avental impermeável, luvas, álcool gel, dentre outros. Os testes foram disponibilizados para sintomáticos leves, que busquem as unidades municipais e tenham indicação médica para realização, sintomáticos moderados e graves em internação hospitalar, testes rápidos para profissionais de saúde e forças de segurança. Foi formalizado o Convênio de Cooperação com a UEL, pelo qual a PML fez a aquisição de kits de reagentes suficientes para realização exames de RT/PCR para detecção do novo Coronavírus, lembrando que esse exame é o padrão ouro de diagnóstico definido pela OMS. Mais informações podem ser consultadas no Relatório Estratégico, documento disponível no site da Secretaria de Saúde (https://saude.londrina.pr.gov.br/images/COVID_19/relatorio_covid_19_07.05.2020.pdf).
Ação Nº 15 - Ampliar e fortalecer as ações de vigilância sanitária para as ações de fiscalização das medidas de prevenção e controle estabelecidas nos decretos relacionados à saúde pública

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Realizado. Foi publicado o decreto Nº 361 de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, no capítulo III, instituiu o Comitê Operacional de enfrentamento de situação de Emergência do Município de Londrina, com as atribuições estabelecer, coordenar e implantar medidas preventivas e de combate a COVID-19. Foram criados Comitês de Trabalho, que integram o Comitê Operacional, entre eles o comitê de fiscalização, que visa coordenar as ações voltadas à a fiscalização do isolamento social e outras medidas necessárias para combate ao Coronavírus.

Ação Nº 16 - Monitorar e estabelecer exigências de prevenção, monitoramento e atualização dos casos nos serviços de saúde privados incluindo, além da rede assistencial, as instituições de longa permanência e farmácias que realizam exames diagnósticos

Realizado. Os protocolos do SUS foram repassados aos setores privados, a AMS realizou amplo trabalho nas Instituições de Longa Permanência (ILPI), privadas e filantrópicas, com projeto de monitoramento, rastreamento, acompanhamento e testagens para o Coronavírus em todas as instituições com o intuito de bloquear a disseminação da doença. Em relação às farmácias, a liberação é realizada pela vigilância.

16. PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

16.1 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As prestações de contas do Fundo Municipal de Saúde e Autarquia Municipal de Saúde bem como dados quantitativos de serviços realizados e ofertados à população foram apresentadas em sessões de audiência pública na Câmara Municipal de Londrina referente a cada quadrimestre. A audiência que apresentou os dados do primeiro quadrimestre de 2019 foi realizada em 29 de maio, a referente ao segundo quadrimestre em 30 de setembro, e a do terceiro quadrimestre foi realizada em 28 de fevereiro de 2020, obedecendo à agenda estabelecida pela Instrução Normativa nº40/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A divulgação das audiências é feita nas reuniões do Conselho, pelos meios de comunicação e publicação em Diário Oficial do Município. Em 2019 as audiências contaram com a participação de representantes do legislativo, conselheiros municipais de saúde, servidores municipais responsáveis pelas diferentes áreas da Secretaria de Saúde e lideranças comunitárias.

As audiências na Câmara Municipal são realizadas em horário comercial, conforme normas de uso da Câmara, porém esse fato tem dificultado a participação da comunidade.

As audiências são gravadas e transcritas para arquivo. A realização das audiências é transmitida *on-line* pelo site da Câmara Municipal de Londrina e a respectiva documentação arquivada no Conselho Municipal de Saúde (CMS) e na Secretaria Municipal de Saúde.

Além da realização das audiências públicas, a Secretaria de Saúde apresenta as informações referentes à prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde mensalmente, bem como os relatórios detalhados quadrimestralmente nas reuniões ordinárias do CMS.

Quadro 49. Data de apresentação na Casa Legislativa. Londrina, 2020.

1º RDQA	2º RDQA	3º RDQA
29/05/2019	30/09/2019	28/02/2020

16.2 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)

Em reunião extraordinária, em 20 de julho daquele ano, houve eleição da Comissão Executiva do CMS para a gestão 2020 a 2021, sendo eleito para a presidência Lincoln Ramos e Silva, representante do segmento Trabalhador em Saúde. Com ele, fazem parte da comissão 14 representantes dos segmentos de Usuários, 2 do Governo, 7 dos Trabalhadores em Saúde e 5 dos Prestadores de Serviço.

O Conselho se reuniu ordinária e mensalmente no Auditório do Hospital Eulalino de Andrade (Hospital Zona Sul), tendo por objetivo discutir as questões de saúde no Município, avaliar os gastos e a qualidade da assistência prestada. Para organização das pautas e outros encaminhamentos foram

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

realizadas reuniões prévias com a Secretaria Administrativa, Comissão Executiva e a Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde.

16.2.1 Comissões Técnicas

- Comissão de Instrumentos de Gestão
- Comissão de Orçamento e Finanças
- Comissão de Ética
- Comissão de Assistência e Acesso ao SUS
- Comissão Municipal de DST/HIV/AIDS
- Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador-CIST
- Comissão Municipal de Saúde Mental
- Comissão de Comunicação e Educação Permanente do Controle Social
- Comissão de Saúde da Mulher
- Comissão GT da População Negra

16.2.2 Resumo das Atividades de 2020

- 09 Reuniões Ordinárias;
- 01 Reuniões Extraordinárias;
- 03 Audiências Públicas da Autarquia Municipal de Saúde / Fundo Municipal de Saúde
- 14 Ofícios Circulares Expedidos
- 39 Ofícios Expedidos
- 07 Comunicações Internas (C.I) expedidas

16.2.3 Resoluções

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina - CMS, no uso de suas atribuições e competências conferidas pela Lei Nº 4.911, de 27 de dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes nas Leis Nº 8445 de 04 de julho de 2001, Nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e Nº 11.852 de 10 de junho de 2013, em sua 312ª Reunião Ordinária de 20 de fevereiro de 2020,

Resolve: Aprovar o Programa de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS SUS.

Resolução 02: Aprovar as Contas do Fundo Municipal de Saúde do Exercício de 2019.

Resolução 03: O Conselho Municipal de Saúde de Londrina, no uso de suas atribuições e competências conferidas pela Lei Nº 4.911, de 27 de dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes das Leis Nº 8445 de 04 de julho de 2001, Nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e Nº 11.852 de 10 de junho de 2013,

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar Nº 141, de 13/01/2012;

Considerando o Inciso IV, do Art. 4º da Lei Federal Nº 8.142, de 28/12/1990, que determina que, para receber recursos de que trata o Art. 3º dessa mesma Lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e

Considerando o § 4º do Art. 33 da Lei Federal Nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Orgânica da Saúde,

RESOLVE:

Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Londrina referente ao ano de 2019 com as seguintes ressalvas:

- Menção sobre a necessidade de reajuste do teto financeiro do Município pelo Ministério da Saúde, porém, sem demonstração clara e objetiva da dívida acumulada com os prestadores pelos serviços realizados, bem como da necessidade mensal para pagar por todos os serviços;
- Falta de cumprimento de metas;
- Devido à baixa cobertura populacional da AB, dever ser buscado com prioridade a recomposição das equipes, pois afeta diretamente outros indicadores do Plano;
- Considerando a mortalidade acima de 11 anos e o número de infecções por sífilis em menores de 1 ano, deve-se fortalecer as iniciativas para redução destas ocorrências.

Resolução 04:

Resolve: Aprovar as metas de pactuação 2019.

Resolução 05:

Resolve: Aprovar a Programação Anual de Saúde 2021.

Resolução 06:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde, em atendimento da Resolução SESA Nº 769/2019, sobre o incentivo financeiro de investimento para aquisição de 02 ambulâncias tipo A e 13 veículos básicos, conforme Anexo I da Resolução SESA Nº 596/2020.

Programa de Saúde da Família (PSF)

- Unidade Básica de Saúde Maravilha – CNES 2578972;
- Unidade Básica de Saúde Patrimônio Selva – CNES 2577828;
- Unidade Básica de Saúde Carnascialli – CNES 2578913;
- Unidade Básica de Saúde CSU, Dr. Ody Silveira – CNES 2577895;
- Unidade Básica de Saúde Vila Brasil, Dr. Aroldo Marques Sardenberg – CNES 2579057;
- Unidade Básica de Saúde Vila Nova, Luiz Marques de Mendonça – CNES 2577879;
- Unidade Básica de Saúde Bandeirantes, Dr. Rui Viana Junior – CNES 2577976;

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

- Unidade Básica de Saúde Cabo Frio/Imagawa, Pe. Pedro Jorda – CNES 3322513;
- Unidade Básica de Saúde Campos Verdes, Dr. Humberto Botura – CNES 7586248;
- Unidade Básica de Saúde Armindo Guazzi, Dr. Paulo Roberto Moita da Silva – CNES 2578824;
- Unidade Básica de Saúde Ernani Moura Lima, Dom Hélder Câmara – CNES 2579219;
- Unidade Básica de Saúde Lindóiam, Irmã Maria Osvalda Kneer – CNES 2578875;
- Unidade Básica de Saúde Parigot de Souza, Dr. Mauro Roberto Rufino Bergonse – CNES 2577909;

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

- SAMU Londrina – CNES 6942377.

Resolução 07:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde, em atendimento à Resolução SESA Nº 773/2019, relativa ao incentivo financeiro de investimento para a aquisição de um kit equipamentos para as Unidades de Atenção Primária, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo, conforme Anexo I da Resolução Nº 631/2020.

Unidades Básicas de Saúde	CNES
UBS Alvorada	2579162
UBS Aquiles Stenghel	2577852
UBS Armindo Guazzi Giovane Lunardelli	2578824
UBS Cabo Frio / Imagawa	3322513
UBS Aníbal S. Cabral (Cafezal)	2579073
UBS Campos Verdes	7586248
UBS Carnascialli	2578913
UBS Clair Aparecida Pavan (Centro)	2577712
UBS Chefe Newton	2579200
UBS Centro Social Urbano (CSU)	2577895
UBS Ernani Moura Lima	2579219
UBS Guairacá	2579146
UBS Guaravera	2578999
UBS Armando Paulo Porto Alegre (Ideal)	3609154
UBS Dr. Isao Udihara (Irerê)	2578840
UBS Itapoã	2578905
Ubs Dr. Joao Tureta (Jamile Dequech)	7007183
UBS Jardim Bandeirantes	2577976
UBS Jardim do Sol	2577933
UBS Jardim Eldorado	2577844
UBS Betinho (Jardim Leonor)	2578816

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

UBS Jardim Marabá	2579170
UBS Jardim Santiago	2578891
UBS Jardim Tóquio	2579014
UBS João Paz	2579065
UBS Lerroville	2577887
UBS Irmã Maria Oswalda Kneer (Lindóia)	2578875
UBS Maravilha	2578972
UBS Maria Cecília	2577860
UBS Milton Gavetti	2577925
UBS Mister Thomas	2577968
UBS Dr. Roberto Schinitzler (Novo Amparo)	2578956
UBS Dr. Luiz Carlos Jeolas (Ouro Branco)	2578921
UBS Jose Guidugli (Padovani)	7770456
UBS Paiquerê	2578964
UBS Panissa	2577917
UBS Parigot de Souza	2577909
UBS Patrimônio Regina	2579006
UBS Patrimônio Selva	2577828
UBS Dr. Walter Zamarian (Pind)	2578883
UBS Piza Roseira	2579049
UBS Dr. Ibrahim Soubhia (Pq. Guanabara)	2577720
UBS San Izidro	2579111
UBS São Luiz	2578980
UBS Taquaruna	2578832
UBS Três Bocas	2578948
UBS Orlando Cestari (União da Vitória)	2579138
UBS Vila Brasil	2579057
UBS Vila Casone	2579081
UBS Vila Fraternidade	2577836
UBS Vila Nova	2577879
UBS Vila Ricardo	2578859
UBS Vivi Xavier	2579197
UBS Warta	2578867

Resolução 08:

Resolve: Aprovar *ad referendum* do Conselho Municipal de Saúde a destinação de recursos provenientes da Resolução SESA nº 765/2019 do Programa de Qualificação da Atenção Primária em Saúde, para realização da obra de recuperação da UBS Parigot (CNES:2577909).

Resolução 09:

Resolve: Aprovar a lista dos equipamentos (1 kit mobiliário tipo I) que serão destinados à UBS Vila Fraternidade (CNES 2577836), conforme Anexo I da Resolução SESA Nº 868/2020, que habilita o Município, em atendimento à Resolução SESA Nº 773/2019, relativa ao incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos para as Unidades de Atenção Primária do

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo.

Resolução 10:

Resolve: Aprovar os cronogramas de obras de reformas das Unidades Básicas de Saúde abaixo relacionadas, em atendimento à Resolução SESA Nº 928/2020, Art. 3º inciso IV, como um dos critérios para prorrogar os prazos de execução das reformas em andamento e das obras não iniciadas e viabilizar o recebimento dos valores referentes às segundas parcelas de recursos estaduais relativos ao incentivo financeiro de custeio para reforma e/ou recuperação de Unidades de Saúde da Família (USF), do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (APSUS).

Unidades Básicas de Atenção Primária	
UBS Cabo Frio	UBS Lindóia
UBS Cafezal	UBS Marabá
UBS Chefe Newton	UBS Ouro Branco
UBS Guaravera	UBS Padovani
UBS Ideal	UBS São Luiz
UBS Irerê	UBS Vila Brasil
UBS Jardim Bandeirantes	UBS Vila Ricardo
UBS Jardim Leonor	UBS Vivi Xavier
UBS Lerroville	

Resolução 11:

Resolve: Aprovar a atualização do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) e da Programação Anual de Saúde de 2020, para inclusão de novos Diretriz, Objetivo, Meta, Indicador e Ações relacionados ao enfrentamento da pandemia do COVID-19.

I – Programação de Oficinas de Capacitação para Conselheiros 2020:
Não houve, devido a pandemia;

16.2.4 Deliberações do Conselho Municipal de Saúde – Gestão 2020

312ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 20 de fevereiro de 2020.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação da pauta da 312ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 311ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de Julho a Dezembro/2019;• Apresentação do Teto Mac;	<ul style="list-style-type: none">• Aprovação da pauta da 312ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 300ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

<ul style="list-style-type: none"> • Apreciação do Relatório Quadrimestral; • Relato de atividades e programação da COMUNIADS; • Apresentação do Plano de Educação Permanente (PRO EPS SUS); • Apresentação da situação epidemiológica da Dengue; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova a prestação de contas referentes aos meses de julho a dezembro/2019; • Aprova o Plano de Educação Permanente (PRO EPS SUS).
--	---

313ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 21 de maio de 2020, *online*

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 313ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde e aprovação da Ata da 312ª Reunião Ordinária do CMS; • Apreciação do Relatório Quadrimestral; • Apreciação do Plano Operativo Municipal de Assistência Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei (POM); • Aprovação de indicação de UBS para receber recurso SES/PAR para reforma, um kit de equipamentos para UBS e recursos para aquisição de veículos; • Análise e parecer do Projeto de Lei Nº 205/2019 CML; • Indicação do Conselheiro João Victor Custodio Nery, do segmento de Usuários para a Comissão Executiva; • Ações realizadas para conter a disseminação do Covid-19, exames para trabalhadores da Saúde e distribuição de EPI; • Situação da Dengue; • Aplicação financeira e leitos Covid- 19 do HU; • Apresentação da nova composição do Segmento de Prestadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 313ª Reunião Ordinária do CMS e aprovada da Ata 312ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Aprovação da indicação de UBS para receber recurso SES/PAR para Reforma, um kit de equipamentos para UBS e recursos para aquisição de veículos;

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

314ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 22 de junho de 2020, *on line*

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação da pauta da 314ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 313ª Reunião Ordinária do CMS;• Relato do Secretário de Saúde, Felipe Machado, sobre COVID-19 e COESP;• Apresentação do Teto MAC;• Aprovação do Regulamento Eleitoral e aprovação das Comissões de Eleição e Executiva para a gestão 2020-2021;• Apresentação da nova composição do segmento de Prestadores;• Homologação da substituição da entidade AFDM no segmento de Usuários;• Parecer do Plano de Ações das Escolas de Natação do Município de Londrina;• Informes.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 314ª Reunião Ordinária do CMS e Ata 313ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Aprova a homologação da substituição da entidade AFDM no segmento de Usuários;

315ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 17 de julho de 2020, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">• Análise e aprovação da pauta da 315ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 314ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de janeiro a abril de 2020;• Apresentação do Teto MAC;• Prestação de contas recursos federais, estaduais, municipais e da Câmara Municipal de Londrina para enfrentamento do Covid-19;• Encaminhamento da Comissão Especial de Eleição;• Aprovação de lista de equipamentos para UBS.	<ul style="list-style-type: none">• Aprovada a pauta da 315ª Reunião Ordinária do CMS e Ata 314ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde;• Aprova prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de janeiro a abril de 2020;• Aprova a lista de equipamentos para UBS Fraternidade.

316ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, 20 de agosto 2020, *on line*.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
-------------------	--------------

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 316ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 315ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação do Teto MAC; • Atualização da Programação Anual de Saúde 2020, para inclusão das ações de enfrentamento ao COVID-19; • Relato do Hospital da Zona Norte; • Reformulação das Comissões; • Apresentação e aprovação do cronograma de algumas obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 316ª Reunião Ordinária e da Ata da 315ª Reunião Ordinária do CMS; • <u>Aprova a resolução CMS nº 10 do cronograma de obras</u>
---	---

317ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde – 17 de setembro de 2020, on line.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 317ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 316ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação do Teto MAC; • Apreciação do Relatório Quadrimestral por Evilin Gorckis; • Demandas dos Conselheiros/Comissões; • Relato da Comissão de Acesso Ao SUS. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação da pauta da 317ª Reunião Ordinária e da Ata da 316ª Reunião Ordinária do CMS.

318ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 15 de outubro de 2020, on line.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 318ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 317ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação do Teto Mac; • Prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de maio a agosto/2020; • Demandas dos Conselheiros/Comissões; • Saúde Mental e Psicoterapia: Sônia Regina Lunardon Vaz; • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada a pauta da 318ª Reunião Ordinária e da Ata da 317ª Reunião Ordinária do CMS; • Retirada da pauta prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de maio a agosto de 2020.

319ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 19 de novembro de 2020, on line.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 319ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 318ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação do Teto MAC; • Prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referente aos meses de maio a agosto de 2020, por Sandra Silva; • Demandas dos Conselheiros/Comissões; • Encaminhamento a respeito dos ofícios do Ministério Público nº 3793/2020 e nº 3644/2020; • Aprovação de indicação de UBS para receberem recurso de reforma da SESA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovadas a pauta da 319ª Reunião Ordinária e da Ata da 318ª Reunião Ordinária do CMS; • Aprova o incentivo financeiro para receber recurso para reforma das UBS Armindo Guazzi e Aquiles Stenguel; • Aprova prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde referentes aos meses de maio a agosto de 2020.

320ª Reunião Ordinária Conselho Municipal de Saúde, 17 de dezembro de 2020, on line.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> • Análise e aprovação da pauta da 320ª Reunião Ordinária do CMS e aprovação da Ata da 319ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde; • Apresentação do Teto MAC; • Projeto de Lei Nº 141/2020-CML; • Demandas dos Conselheiros/Comissões; • Leitos do HU e UBS Leonor; • COVID-19: atualização • Informes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovadas a pauta da 320ª Reunião Ordinária e Ata da 319ª Reunião Ordinária do CMS; • Aprova Projeto de Lei Nº 141/2020-CML.

Reunião Extraordinária Conselho Municipal de Saúde, 20/07/20, on line.

ASSUNTOS DE PAUTA	DELIBERAÇÕES
Eleição da Comissão Executiva do CMS, gestão 2020-2021.	Aprovação da Comissão Executiva, gestão 2020-2021.

Art. 1º Ficam designados os membros do Conselho Municipal de Saúde, para a gestão 2019-2023, conforme alteração na lei, abaixo nominados:

I. Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Carlos Felipe Marcondes Machado

Suplente: Rosilene Aparecida Machado

II. 17ª Regional de Saúde:

Titular: Maria Lúcia da Silva Lopes
Suplente: Joelma Aparecida Carvalho

III. Hospital Santa Casa de Londrina/ Hospital Infantil de Londrina

Titular: Fahd Haddad
Suplente: Ana Paula Caltelmo Luz

IV. Associação Evangélica Beneficente de Londrina / Hospital do Olhos-HOFTALON Londrina:

Titular: Denise Camargo Moraes
Suplente: Luis Soares Koury

V. Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná:

Titular: Maria Aparecida Oliveira Ramalho
Suplente: Vivian Biazon El Reda Feijó

VI. Hospital Anísio Figueiredo (Hospital da Zona Norte) / Ignácio Eulalino de Andrade (Hospital da Zona Sul):

Titular: Reilly Alberto Aranda Lopes
Suplente: Geraldo Junior Guilherme

VII. Hospital do Câncer de Londrina- HCL

Titular: Edmilson Garcia
Suplente: Manoela Germinari Pessoa

VIII. Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná (SINDPREVS):

Titular: Lincoln Ramos e Silva
Suplente: Luiz Alfredo Gonçalves

IX. Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos Estaduais dos Serviços de Saúde e Previdência do Paraná (SINDSAUDE):

Titular: Ligia Mara da Silva do Amaral
Suplente: Sandra Maria da Silva Matos

X. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Londrina (SINDSERV):

Titular: Fábio Molin
Suplente: Pilar Nadir Alves Soldório

XI. Conselho Regional de Farmácia (CRF)

Titular: Joice Mara Cruciol e Souza
Suplente: Ester Massae Okamoto Dalla Costa

XII. Conselho Regional de Psicologia (CRP)

Titular: Sérgio Ricardo Belon da Rocha Velho
Suplente: Sonia Regina Lunardon Vaz

XIII. Grupo de Assistentes Sociais da Área de Saúde de Londrina:

Titular: Alexandra Aparecida de Jesus Moreira

Suplente: Ana Paula Gracindo

XIV. Conselho Regional de Fisioterapia (Crefito):

Titular: Fernando César Marcucci

Suplente: Flávia Guilherme Gonçalves

XV. Sindicato dos Bancários de Londrina e Região:

Titular: Laurito Porto de Lira Filho

Suplente: Regina Ferreira de Souza

XVI. Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (SINDNAP):

Titular: Jurandir Pinto Rosa

Suplente: Jair Rodrigues Pereira

XVII. Central Única dos Trabalhadores (CUT):

Titular: Eunice Tieko Myamoto

Suplente: Edvaldo Zanutto

XVIII. União Geral de Trabalhadores (UGT):

Titular: Neide Aparecida Gonçalves Ferreira

Suplente: João Maria Cabral

XIX. Conselho Comunitário de Saúde e Assistência Social da Região Norte (Consaslon) / Centro de Direitos Humanos de Londrina (CDH):

Titular: Wagner Aguiar de Almeida

Suplente: Sonia de Oliveira Silva

XX. Conselho Regional de Saúde da Região Leste de Londrina / Conselho Regional de Saúde da Região Sul de Londrina

Titular: Edvaldo Viana

Suplente: Elaine Bordim

XXI. Conselho Regional de Saúde da Região Oeste de Londrina / Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS)

Titular: João Victor Custódio Nery

Suplente: Marina Inês Bento Gimenes

XXII. Centro de Apoio e Assistência à Saúde (CEAAS) / Movimento Popular de Saúde (MOPS):

Titular: Maria Aparecida Silva Montes

Suplente: Livaldo Bento

XXIII. Associação de Mulheres do Jardim Bandeirantes e Sabará e Londrina / Conselho Regional de Saúde da Região Centro de Londrina:

Titular: Silvia Aparecida Brazão

Suplente: Ailton de Souza

XXIV. Associação Londrinense de Saúde Mental de Londrina (ALSM)

Titular: André Akira

Suplente: Maria José Barbosa

XXV. Pastoral da Saúde:

Titular: Vaine Teresinha Pizolotto Marques

Suplente: Teresa Moreshi

XXVI. SETCEPAR:

Titular: Roberto Montezin

Suplente: Alexandre Montezin de Souza

XXVII. Conselho Local de Saúde do Patrimônio Regina:

Titular: Faustino Aparecido de Abreu

Suplente: Alcides Antônio de Oliveira

XXVIII. União Municipal das Associações de Moradores de Londrina (UNIMOL):

Titular: Ângelo Barreiros

Suplente: Natal de Oliveira

17. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerando as recomendações elencadas para 2020 no RAG 2019, em relação à Portaria Ministerial Nº 2.979 em 12 de dezembro de 2019, Previne Brasil, que alterou o modelo de financiamento da Atenção Primária em Saúde, houve um empenho específico da Secretaria Municipal de Saúde para aumentar o cadastro da população londrinense, independentemente de ser ou não usuário do Sistema Único de Saúde (SUS), na base de dados do Ministério da Saúde. O cadastramento inicialmente foi feito presencialmente, nas residências das pessoas, por meio dos agentes comunitários de saúde, contudo, devido à pandemia o cadastro passou a ser feito por telefone (0800), para evitar o contato social. No segundo semestre houve a aquisição e distribuição de *tablets* para os Agentes Comunitários de Saúde, para facilitar e agilizar o processo de cadastramento.

O início de 2020 com o aumento da incidência de dengue em todo o estado do PR, e conseqüentemente em nosso município, foram realizadas ações para prevenção e contenção da dengue com a campanha Londrina Unida contra a Dengue, com ações que incluíram mutirões de limpeza nos bairros com alto índice de notificações, colaboração de diversos setores da prefeitura (CMTU, COHAB) e da sociedade.

O Município implantou um serviço de referência para dengue, o Centro Especializado de Atendimento para a Dengue (CEAD), nas dependências do Centro de Convivência do Idoso (CCI), na região Norte, com capacidade para atender mais de 300 pessoas por dia e funcionando diariamente das 7h às 1h. No CEAD foram centralizados os atendimentos desses pacientes até o mês de junho. No mesmo período, outras Unidades ampliaram o expediente, com horário exclusivo para casos de dengue. A UBS da Vila Casoni passou a funcionar aos sábados, das 7h às 19h, e durante a semana, contou com mais um médico de plantão, na UBS da Vila Ricardo o horário foi ampliado, das 19h às 23h. A UBS Parigot de Souza passou a ser uma unidade de atendimento exclusiva da dengue, funcionando de segunda a sábado, das 7h às 23h, com três médicos de plantão por período.

Para reforçar as equipes de combate à dengue e para ajudar no atendimento de pessoas que contraíram a doença foi realizado no mês de fevereiro o primeiro teste seletivo do ano, para contratação temporária de profissionais para o combate à dengue temporariamente 42 médicos, 50 auxiliares de enfermagem, 4 técnicos de análises clínicas e patologia, oito enfermeiros e 75 agentes de endemias.

O município reforçou a fiscalização de imóveis, e determinou a aplicação de multa. Ao encontrar focos do mosquito o agente de endemia notifica o morador que terá dois dias para resolver o problema. Se, em 48 horas o problema persistir, a Secretaria da Saúde poderá aplicar a multa, que varia entre R\$ 50 e R\$ 300, de acordo com o número de focos. Além disso, os agentes de saúde passaram a poder entrar em imóveis abandonados sem autorização judicial e parcerias pontualmente colaboraram o município a fiscalizar imóveis com tecnologia de *drone*.

No mês de março começou a funcionar o Programa Municipal de Controle Populacional de Cães e Gatos, o serviço do Castramóvel, *trailer* onde é feita a esterilização dos animais, machos ou fêmeas, identificação por *chip* subcutâneo e vacinação, realizou mais de cinco mil procedimentos até o início

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

de dezembro de 2020 e conta com quatro mil pessoas e cerca de 10 mil animais cadastrados.

Quanto a melhoria da estrutura física dos serviços, o Programa de Reestruturação da Saúde Pública Municipal teve continuidade em 2020, com início a construção da UBS na Vila Fraternidade e foram entregues as reformas das UBS do Eldorado, Campos Verdes, Santiago, Jamile Dequech, Jd. Ideal, Cabo Frio, Marabá, Patrimônio Regina e reforma e ampliação da UBS Maravilha. A construção da UBS do Santa Rita também foi finalizada e colocada em funcionamento em agosto de 2020, substituindo a unidade mista no mesmo prédio que o Pronto Atendimento do Leonor, cuja obra de reforma está em andamento.

Foram executadas obras em outras unidades e serviços de saúde, como a Policlínica Municipal Ana Ito, que teve sua nova sede inaugurada no primeiro trimestre de 2020, o novo prédio possui espaço amplo e confortável, além de ofertar novas especialidades médicas.

O Pronto Atendimento Infantil (PAI), aberto 24 horas, passou por reforma e foi totalmente reequipado, para ofertar o melhor espaço às crianças e servidores, foi reaberto em outubro de 2020. No mês de novembro também foram concluídas a modernização do Laboratório Municipal de Análises Clínicas (CENTROLAB) e a ampliação de uma nova ala da Maternidade Municipal Lucilla Ballalai, com quase mil m² de área, com novos equipamentos e mobiliário. A reforma da ala já existente da Maternidade Municipal continuou em execução.

A Nova Sede do SAMU, Complexo Regulador, teve as obras iniciadas em julho, ao lado do Terminal Rodoviário de Londrina, contará com três pavimentos e heliponto e vai centralizar todos os serviços prestados pelo SAMU Complexo regulador.

Em 2020, o SAMU recebeu novas ambulâncias, sendo três de suporte avançado, duas vans e um carro-ambulância, para ampliar a frota do serviço de urgência e emergência.

Na Atenção Básica, as UBS foram contempladas com novos móveis e equipamentos, renovação de frota de veículos e aquisição de 300 *tablets* para os Agentes Comunitários de Saúde para realização de trabalho de campo. Também foram entregues mais de 250 equipamentos e materiais odontológicos para clínicas odontológicas das UBS e o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Outro pilar importante da Atenção Primária voltada à prevenção foi o programa Londrina In Forma, com objetivo de reduzir o índice de obesidade e implantar hábitos saudáveis de vida e percorreu todas as UBS da cidade, oferecendo atendimentos individualizados e customizados, centrado na necessidade de cada cidadão, em diferentes ciclos de vida.

Cumprindo o Calendário Nacional de Imunização, preconizado pelo Ministério da Saúde, a Prefeitura de Londrina participou das campanhas de vacinação, além de ofertar as doses de rotina em suas unidades de saúde. Contra o sarampo, cujo público-alvo foram os adultos com idades de 20 a 49 anos, foram imunizadas 15.710 pessoas. Contra o vírus influenza, que causa a gripe, a SMS vacinou quase 190 mil cidadãos. E para proteger as crianças da paralisia infantil, 17.339 doses extras da vacina contra poliomielite foram aplicadas. As campanhas incluíram operações diferenciadas, como a vacinação em *drive thru*, de forma que todos recebessem as doses em segurança, respeitando o distanciamento social necessário por causa da pandemia.

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

A gestão adequada dos recursos financeiros possibilitou a manutenção de mutirão em algumas áreas com espera acumulada, como cirurgias de catarata, ginecológica e geral. Houve avanço na dispensação de órteses e próteses, como cadeiras de rodas motorizadas e aparelhos auditivos. Foi realizada também a segunda etapa do mutirão de próteses dentárias, com produção de 300 próteses totais aproximadamente, atendendo 150 pacientes.

O Plano Operativo Municipal de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei (POM) foi analisado e aprovado pelos Conselhos Municipais de Saúde (CMS) e dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), encaminhado à SESA PR, que, tendo emitido parecer favorável, encaminhou-o ao Ministério da Saúde para deferimento final. Enfim, a Portaria MS Nº2680, de 02 de outubro de 2020, habilitou o Município a receber incentivo financeiro destinado à Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei.

Na Saúde Mental, as UBS e CAPS, em parceria com o Consultório na Rua e Centro Pop da Secretaria Municipal de Assistência Social, fortaleceram as ações de atendimento à população em situação de rua, com colaboração da Residência de Medicina de Família e Comunidade desta Secretaria e contratação de profissionais.

Nos últimos meses do ano, a Prefeitura de Londrina realizou novo teste seletivo com a oferta de 112 vagas temporárias na Secretaria Municipal de Saúde, para os cargos de assistente de gestão em serviços de saúde (5), auxiliar de enfermagem (58), enfermeiro (13), veterinário (2), médico plantonista clínico geral (5) e médico plantonista pediatra (8). Os profissionais convocados firmaram contratos de seis meses, podendo ser prorrogados uma vez e por igual período. O teste seletivo teve como objetivo substituir os profissionais que foram contratados pelos testes anteriores, também por tempo determinado. Os profissionais foram contratados para atuar nas unidades de saúde do Município, reforçando as equipes atuais da Prefeitura de Londrina, no enfrentamento da pandemia da COVID-19. Ao longo do ano de 2020, foram mais de 500 contratações por prazo determinado.

Na Atenção Básica foram contratadas 6.248 horas/mês de clínico geral, 2.464 horas/mês de Ginecologia e 2.376 horas/mês de Pediatria. Na Urgência e Emergência, em média, 5.748 horas/mês para os plantões das UPA e Pronto Atendimentos (Contrato CISMEDPAR), representando média mensal de 958 plantões de 6h, além de contratação de horas médicas para Maternidade Municipal. Foi finalizado o protocolo da saúde mental que será validado no próximo ano e houve uma revisão de processos de limpeza e esterilização com adequação do Procedimento Operacional Padrão (POP) por conta da pandemia, com inclusão de produto para desinfecção, e também introdução de alterações na REMUME.

Na área de educação em saúde, em julho de 2020, Londrina sediou o 5º Congresso Paranaense de Saúde Pública/Coletiva, evento virtual, e 6ª Mostra Paranaense de Pesquisas e Relatos de Experiências em Saúde, com o tema central Cuidado em Saúde a Serviço da Vida. O evento foi promovido pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (INESCO) em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Londrina, que participou com 100 inscrições de profissionais da rede municipal de saúde. O evento contou com 850 participantes de 11 estados brasileiros, entre profissionais de serviços, docentes e pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação de quase todas

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

as carreiras da saúde, além conselheiros e lideranças comunitárias. Todos os participantes estavam envolvidos diretamente com a prestação dos serviços ou na formação e capacitação de recursos humanos na área da saúde, foram mais de 300 trabalhos inscritos, em diferentes eixos temáticos, inclusive sobre a pandemia viral e COVID-19, sendo 44 destes trabalhos apresentados por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Londrina e alguns com premiações.

Durante um ano tão atípico, em razão da grave situação epidemiológica e deflagração de ESPIN e ESPII pelo Ministério da Saúde e OMS, respectivamente, foi fundamental a articulação entre os pontos de atenção à saúde, que mantiveram a oferta de serviços, com respaldo em protocolos peculiares a cada área, complementando-se entre si. Com todas as doenças e agravos que coexistiram com a circulação do novo Coronavírus durante o ano, os serviços foram reorganizados. Foram também efetivados Termos Aditivos junto a prestadores para repasse de auxílio financeiro emergencial, advindo do Ministério da Saúde, para implementação de medidas de enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus. Houve também remanejamento na disponibilização de leitos entre prestadores, pois o Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná (HURNP), referência para tratamento do novo Coronavírus, precisou reduzir leitos de enfermaria que recebiam casos de doenças e agravos em geral, para destiná-los aos portadores de COVID-19. Com isso, foi necessário aditar contratos da ISCAL e AEBEL com recursos financeiros mensais para oferta de leitos extras, exclusivos para internação de pacientes não relacionados ao COVID-19, sem deixar desatendidos os casos não COVID-19 que exigiram internação. Ainda, sobre recursos para enfrentamento da pandemia, foram repassados ao Fundo Municipal de Saúde e direto a prestadores, advindos do Ministério da Saúde, bem como por Emendas Parlamentares.

A Secretaria Municipal de Saúde, articuladamente com a Secretaria Municipal de Educação e o Núcleo Regional de Educação, realizou planejamento para executar o recurso recebido do Ministério da Saúde e destinado às escolas da rede pública de ensino. Também realizou capacitação e 'tira dúvidas' com servidores das unidades socioeducativas, que abrigam adolescentes em conflito com a lei e em restrição de liberdade (CENSE I, CENSE II e Semiliberdade).

Desde o início da pandemia causada pelo novo Coronavírus a secretaria de saúde propôs várias ações estratégica nas medidas de enfrentamento à doença, foi criado o 0800 400 1234 com ligações gratuitas para a população, foi a primeira ação colocada à disposição da população em geral para ter conhecimento sobre essa nova doença. Iniciado na segunda quinzena do mês de março, funcionando de segunda a sexta das 8 às 18 horas com profissionais exclusivos da Secretaria de Saúde/Vigilância epidemiológica. Posteriormente, foi realizada parceria com a UEL e Projeto Fundação Araucária com bolsistas estudantes da área de saúde expandindo número de tele atendentes e horário, das 8h às 22h de segunda a sexta e sábados e domingos das 8 às 17 horas. Encerrado o projeto com a Fundação Araucária o município celebrou termo de parceria assumindo os bolsistas para manutenção do disque Coronavírus. O disque corona é integrado à vigilância epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde para atualização das informações e medidas. Os professores da UEL responsáveis pelo acompanhamento do projeto elaboraram um manual com as principais dúvidas referente a doença, prevenção, medidas,

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

cadastro de serviços e são atualizadas a partir das necessidades de mudança. Até mês de dezembro aproximadamente 16.000 atendimentos.

O disque corona teve muita efetividade e foi incorporado a esse serviço o agendamento da tele consulta e de apoio emocional (esse terminou em janeiro 2021). O Apoio emocional era executado pelos psicólogos do NASF-AB e pelos residentes da UEL de Londrina e foi inicialmente, voltado aos servidores da Prefeitura, posteriormente ampliado para toda população, apoiando as pessoas que estavam com desconforto emocional provocado ou agravado pela pandemia de Coronavírus, foram 300 atendimentos até dezembro de 2020.

A tele consulta médica, iniciada em 13 de abril permitiu ao paciente ser atendido por um médico sem sair de sua casa, pela internet, voltado a atender os casos suspeitos de Coronavírus, por meio de uma plataforma online, chamada MedMobi, que possibilita a realização de consultas, retornos e envio de recomendações médicas, por vídeos e áudios, que podem ser acessados usando a internet. Uma *startup* de Londrina que forneceu, gratuitamente, a plataforma para consultas online, à Prefeitura. A iniciativa foi implementada por meio de um edital de chamamento do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (CODEL), que abre espaço para que empresas de Londrina testem o seu serviço ou produto na Prefeitura, sem custos.

De domingo a domingo, a Central de Monitoramento da Secretaria Municipal de Saúde verifica como está sendo o isolamento de pacientes com diagnóstico confirmado para COVID-19, ou que ainda aguardam o laudo dos exames e têm suspeita da doença, foram realizados aproximadamente 30 mil atendimentos qualificados.

A Diretoria de Atenção Primária, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina e com a SESA, iniciou a partir do dia 11 de maio, a oferta de um serviço de tele atendimento à pessoa idosa com o objetivo de estratificar o idoso em relação à vulnerabilidade clínico funcional e orientar cuidados nesta época de pandemia.

Foi aplicado o Índice de Vulnerabilidade Clínico Funcional-20 (IVCF-20), adaptado para o tele atendimento, pois avaliou-se que para este momento de pandemia, onde as condições de trabalho se apresentam modificadas, a aplicação desse instrumento via telefone é uma boa opção no que se refere à estratificação de risco da população idosa.

O instrumento foi adaptado para esta nova realidade e está sendo aplicado pelos profissionais de fisioterapia e educadores físicos através dos telefones das UBS com preenchimento dos dados em planilha própria e registro no e-SUS. O mesmo foi realizado para a gestante/puérpera, um tele atendimento para avaliação de risco, orientações e busca ativa de faltosos de pré-natal, além do tele monitoramento dos diabéticos.

O Projeto de Monitoramento através do Tele atendimento de pacientes com diagnóstico de Diabetes Tipo 1 e 2, insulínod dependentes começou a partir da lista de pacientes já acompanhados pela Unidade Básica de Saúde.

Está sendo aplicado um questionário estruturado visando levantamento de dados clínicos do paciente referente a sua condição clínica e recebendo as orientações sobre a alimentação adequada, controle glicêmico domiciliar, cuidados de higiene para prevenção ao Covid-19 e informações sobre serviços que o paciente deve procurar em caso de sintomas respiratórios. O profissional de referência para o projeto, preferencialmente são os nutricionistas

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

e farmacêuticos na região urbana, na região rural o profissional é definido pela coordenadora. Após o contato telefônico cada UBS se organiza para os casos em que forem necessárias coleta de exames e avaliação clínica presencial, bem como para as situações urgentes.

Também é realizado rastreamento diário da situação dos idosos em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIS) e por meio de exames visando minimizar as condições de risco que essa população apresenta para a doença COVID-19.

O Consultório de rua ampliou o atendimento a partir de 13 de abril, com uma cobertura de 12 horas, de segunda a sexta-feira, com plantão à distância aos fins de semana. A equipe multiprofissional permanente é composta por uma enfermeira, assistente social, psicóloga, educadora social e duas auxiliares de enfermagem. Com o reforço de uma nova enfermeira, de três residentes médicas e de auxiliar de enfermagem, estão ajudando no combate ao COVID-19, atendendo a população em situação de rua.

Com os atendimentos presenciais restritos, por conta da pandemia pelo novo Coronavírus, os profissionais que integram o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) prosseguiram com a atuação, porém de forma remota. Os serviços foram lançados para que a população continue sendo assistida pelos 88 profissionais, das áreas de Educação Física, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia e Psicologia, que atuam divididos em 10 grupos. Os educadores físicos do NASF-AB lançaram, o canal “Exercício e Saúde”, no *YouTube*, onde publicam vídeos de atividades físicas variadas.

Por meio da legislação municipal e estadual, diversos segmentos do comércio, indústrias e empresas de Londrina retomaram seu funcionamento durante a pandemia. Para resguardar clientes e funcionários, várias medidas de prevenção se tornaram obrigatórias, como distanciamento social, higienização das mãos e superfícies, uso das máscaras, horário de funcionamento diferenciado, entre outras.

E para que essas medidas sejam aplicadas corretamente no ambiente de trabalho, a Secretaria Municipal de Saúde está realizando videoconferências com sindicatos, condomínios, associações de classe, funcionários e proprietários de empresas e estabelecimentos comerciais. O objetivo é orientar, de forma adequada à cada segmento, quais as formas eficazes de prevenir o contágio e a transmissão do COVID-19.

A iniciativa é executada por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), integra o projeto da Universidade Estadual de Londrina (UEL), “Saúde em Tempos de Covid-19: como se proteger e evitar a disseminação”, onde a Prefeitura atua como parceira. Foram orientados 432 estabelecimentos de maio de 2020 a 28 de dezembro de 2020, treinados 4100 multiplicadores, atingindo cerca de 28.791 trabalhadores. Além da videoconferência, o projeto encaminha um material de apoio para auxiliar na continuidade das práticas de prevenção.

De maneira geral, o ano de 2020 foi marcado pelo enfrentamento à pandemia causada pelo novo Coronavírus e houve desmedido esforço e dedicação dos profissionais e gestores no enfrentamento dessa histórica pandemia por um tipo de vírus, até então desconhecido pela ciência, que cruzou mares e ares, chegou ao Brasil, PR e nosso Município e se disseminou, acometendo indistintamente a população.

17.1 RECOMENDAÇÕES PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para o ano de 2021, novamente os serviços de saúde têm pela frente os desafios relacionados ao enfrentamento da pandemia pelo COVID-19, vacinação da população contra o agente causador, redução de danos referentes a sequelas deixadas pela infecção, além das ações de promoção à saúde e prevenção de agravos e demanda espontânea de atendimento, uma vez que as demais doenças continuam coexistindo.

Devido à medida sanitária de distanciamento para redução de disseminação do vírus, a cobertura de coleta de exame de citopatologia para detecção precoce do câncer de colo de útero ficou prejudicada, contudo houve o cuidado de inclusão de proposta para aquisição de um ônibus para atendimento voltado à prevenção de câncer de colo de útero e de mama no atual Plano de Governo. O projeto, em parceria com grandes empresas, prevê que o atendimento no ônibus será itinerante e descentralizado, podendo visitar todos os bairros, ofertando consultas, realização de exames de mama e coleta para o exame Papanicolau em consultório montado no interior do veículo.

As ações para redução da mortalidade materno-infantil devem ser fortalecidas, promovendo melhoria da qualidade da assistência pré-natal ao binômio mãe-filho, trabalhando-se intersetorialmente.

Em atenção à prevenção e combate da violência, as capacitações relativas ao Caderno de Orientação para Crianças Vítimas ou Testemunhas de Violência serão oportunas, assim como a definição do fluxo de encaminhamento à escuta especializada.

Atendendo a algumas demandas apresentadas na última Conferência Municipal de Saúde, devem ser desenvolvidos estudos para ampliação da política de atendimento à população LGBTIQA+, ampliação do rol de terapias integrativas ofertadas pelos serviços municipais de saúde, entre outras.

Com a perspectiva da retomada das agendas eletivas no segundo semestre de 2021, conforme viabilidade frente à situação epidemiológica em relação ao COVID-19, a Secretaria pretende dar continuidade ao Projeto Transparência das Filas da SMS de Londrina, visando reduzir o tempo de espera dos usuários para atendimento ou procedimento em especialidades. A revisão do Protocolo de Regulação, trabalhando em conjunto com CISMENAR e 17ª Regional de Saúde e demais ambulatórios especializados permitirá ajustes pontuais, melhorando a organização desse serviço e resultado favorável aos pacientes. Pretende-se um protocolo único, qualificação da Atenção Primária para maior resolutividade e revisão de todos os ambulatórios de especialidade da rede própria para otimização dos atendimentos.

Os cuidados paliativos a doentes terminais e suporte aos familiares são uma forma de assistência ofertada pela Atenção Básica que tem se mostrado muito importante, podendo ser ampliada.

Iniciativas para prevenção de HIV/AIDS, sífilis e demais Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e implantação da profilaxia pré-exposição (PrEP) ao HIV no Município são efetivas e devem ser ampliadas.

Quanto à Saúde Mental, buscar parcerias para contratação de Ambulatório de Psicologia, para atendimento individual e em grupo, atendimento

Relatório Anual de Gestão da Saúde 2020

de pessoas em sofrimento emocional e efetivar a habilitação de Residências Terapêuticas Tipo I e II junto ao Ministério da Saúde, bem como validar o respectivo protocolo e promover capacitações para os serviços.

Quanto à estrutura predial e das instalações dos serviços assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde, deve ser dada continuidade às ações para melhoria estrutural, de mobiliário e equipamentos em geral, concluindo as obras de reforma e ampliação da MMLB e SAMU, reformas das UBS Vila Brasil, Vivi Xavier, Lerroville e Padovani, construção da UBS Fraternidade e buscar recursos para viabilizar readequação do PA Maria Cecília e da UPA Centro Oeste.

E por fim, somam-se aos desafios expostos a busca por recursos financeiros para viabilizar a concretização dos projetos de governo:

- reforma de 10 Unidades Básicas de Saúde;
- Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento em Saúde;
- adequação de nova estrutura para Pronto Atendimento Maria Cecília/PA Norte;
- Projeto Socorro-rápido: Motolância SAMU;
- Projeto Acesso Ampliado: UBS satélites;
- Projeto Saúde da Mulher: Eu me AMO, amor à vida;
- Projeto Saúde Bucal: Sorriso Constante / Dentista na hora;
- Projeto Saúde Mental: retorno para casa ou lar / meu lar;
- Projeto Melhor Acesso, Menor Fila: central de monitoramento de consultas especializadas;
- Projeto de assistência farmacêutica: Remédio em Casa;
- Farmácia Corujão;
- Projeto Vacinação/Proteção: sala de vacina com horário especial.

E, por fim, a SMS passou a fazer uma apresentação do demonstrativo da dívida acumulada com prestadores pelos serviços realizados nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde e busca constante de elevação do teto financeiro junto ao Ministério da Saúde, com demonstração mensal de extrapolação de teto.

18. ANEXOS

18.1 RESOLUÇÃO Nº 005/2021



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA

RESOLUÇÃO Nº 005/2021

Dispõe sobre as conclusões acerca do Relatório Anual da Gestão do Órgão Executor da Saúde do Município de Londrina, relativas ao exercício de 2020, e prescreve as providências que enumera.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Londrina - CMS, no uso de suas atribuições e competências conferidas pela Lei nº 4.911, de 27 de dezembro de 1991, acrescida das alterações constantes das Leis nº 8445 de 04 de julho de 2001, nº 9.806 de 19 de outubro de 2005 e nº 11.852 de 10 de junho de 2013,

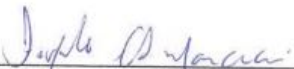
Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012;

Considerando o inciso IV, do Art. 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990, o qual determina que para receber recursos de que trata o Art. 3º dessa mesma lei, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão; e

Considerando o § 4º do Art. 33 da Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Orgânica da Saúde.

Resolve:

Aprovar o Relatório Anual de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Londrina referente ao ano de 2020.



Fernando César Marcucci
Vice-Presidente do Conselho
Municipal de Saúde de Londrina (presidente em exercício)